

Apresentação

Este número de “Cadernos” traz uma grande diversidade de contribuições registrando inclusive pela primeira vez a colaboração internacional da Profa de História Social Cláudia Pancino da Universidade de Bolonha. Apesar desta diversidade de temas gostaríamos de ressaltar neste número como tema central “A história da ciência no Brasil: constituição e abordagens”. Essa escolha tem como justificativa o substantivo depoimento do Prof. Shozo Motoyama coordenador do Centro Interunidades de História da Ciência da USP, que ao traçar sua trajetória profissional e acadêmica reconstrói a constituição desta disciplina na USP e as tentativas de institucionalização por meio da Sociedade Brasileira de História da Ciência e inserção dentro da universidade. Dentro desta linha ainda as abordagens dos artigos sobre “Os documentos cartoriais na História da Farmácia e das Ciências da Saúde” e “Franco da Rocha e publicação de suas idéias: uma análise do meio social na explicação etiológica da loucura” traz contribuições importantes na história das ciências em especial na saúde. As autoras Betânia G. Figueiredo e Deyse M. Abreu utilizando documentos cartoriais, em especial os inventários, as contas testamentárias e avaliações de bens médicos, boticários, práticos da saúde e moribundos da região de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, abrem a possibilidade destes para uso nos estudos de história da Farmácia e das ciências da saúde em nosso país. Já o artigo de Paulo S. Ribeiro fruto de sua dissertação de mestrado em sociologia na UNESP revisa artigos e reflexões pouco conhecidas de Franco da Rocha acerca das relações e contribuições do pensamento médico, no final do século XIX com o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, muito anterior a criação da USP vista como marco formal deste processo.

Abordando o mesmo período, Luiz de Castro Santos em seu ensaio sobre a “A constituição de identidades médicas no Brasil pré-republicano: apontamentos sobre a clínica e a experimentação”, busca relacionar as trajetórias profissionais de dois médicos paulistas, um deles ligado à escrita de textos importantes sobre história da medicina no Brasil, aos contextos históricos e processos sociopsicológicos que as constituíram.

Hitoshi Nomura traça em seu artigo sobre o centenário da Comissão Rondon um roteiro interessante de pesquisa apresentando sistematicamente personagens, descobertas e produção bibliográfica, colocando a atualidade dessa no momento atual onde ainda o limite e as fronteiras brasileira estão sendo discutidos.

“As relações Brasil França na criação do Instituto Butantan” de Carlos E. S. B. Dias objetiva traçar uma relação entre as ciências produzidas no Brasil e as produzidas na França. Seu referencial teórico, o livro de Caio Prado Jr., “A Formação do Brasil Contemporâneo” onde pergunta qual o sentido da colonização tendo como ponto de partida o período republicano. Algumas constatações são muito interessantes e apesar de trajetórias diferentes o I. Pasteur de Paris e Butantan ainda têm denominadores comuns.

O artigo de Rachel Gouveia Passos “As vozes que ecoam: mulheres, ressentimentos e saúde mental” traz uma análise a partir dos sentimentos que moveram a participação social do familiar/cuidador da pessoa em sofrimento psíquico traçando um histórico da área e a abertura a partir do SUS por meio da 1a Conferência de Saúde Mental na organização do movimento da luta antimanicomial.

“Os caminhos públicos da odontologia paulista no início do século XX” de Martino et al traz por meio da análise de documentos relativos a legislação dos serviços públicos um panorama histórico do profissional e da odontologia neste período.

O trabalho apresentado por Píer Paolo Pizolato “Questões sobre o plano diretor para o complexo hospitalar do Juquery”, trata do processo de criação de um Plano Diretor para o conjunto histórico edificado considerando a análise do desenvolvimento arquitetônico do antigo Asilo de Alienados do Juquery, tanto do ponto de vista estético quanto histórico.

“Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na idade moderna ensaio de Claudia Pancino traz um olhar sobre a aceitação, na mentalidade ocidental, da elevadíssima mortalidade infantil desde o antigo regime, pelo menos até o final do século XIX. Para tanto utiliza fontes literárias, autobiográficas, imagéticas (quadros, esculturas) e materiais (monumentos funerários, etc.). Outras fontes perpetuam práticas populares e fábulas, crenças e rituais (ressurreição temporária, rituais do batismo e dos funerais), que “falam” da necessidade e tiveram uma função de consolo “social”. A partir do século XIX a morte de crianças fica cada vez mais insuportável.

Nossa, resenha de Olga Sofia Faberge traz o livro de Peter Burke sobre “Teoria Social e História” onde o autor discute de maneira quase didática a necessidade de comunicação entre a história e a teoria social colocando em pauta um dos temas relevantes para a pesquisa e a geração do conhecimento que é a interdisciplinaridade.

Por fim convidamos todos a acessarem o portal eletrônico da Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); portal este construído para organizar e unificar as publicações produzidas no âmbito desta Secretaria com o intuito de ampliar a visibilidade das revistas institucionais. Os Cadernos de História da Ciência já participam do portal com 3 números disponíveis para acesso eletrônico, e, em breve, com toda sua coleção no site <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/>.

Comissão Editorial

Os documentos cartoriais na história da Farmácia e das Ciências da Saúde¹

The notarial documents in the history of Pharmacy and Health Sciences

Betânia Gonçalves Figueiredo²
Deyse Marinho de Abreu³

Resumo: Tem sido cada vez mais comum a utilização de documentos cartoriais para a investigação de temáticas da área da história econômica, social e cultural. Entretanto, algumas destas fontes têm se mostrado também relevantes para os estudos da história das ciências da saúde. Os inventários, as contas testamentárias e avaliações de bens de médicos, boticários, práticos da saúde e de moribundos da região de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, apresentam uma gama de informações referentes aos equipamentos, livros, fórmulas e medicamentos. Tais fontes podem indicar como era o trabalho do farmacêutico, o conhecimento sobre a ciência e as práticas de cura do período. Este artigo faz um levantamento daquilo que é encontrado nestes documentos e demonstra a possibilidade de uso para a contribuição nos estudos da história da farmácia e das ciências da saúde, ao abrir sendas para novas visões e objetos de pesquisa, mas, sobretudo, ao permitir conhecer os saberes de cura e o espaço de boticas.

Palavras-Chave: Documentos cartoriais, Boticas/farmácias, saberes e práticas de cura, História das ciências da saúde

Abstract: *Has been increasingly common to use notarial documents for the investigation of the thematic area of economic history, social and cultural. However,*

¹ Este artigo é resultante de análises parciais do projeto de pesquisa, em andamento, “Grupos emergentes: História das Ciências e Práticas de Saúde nos séculos XVIII e XIX – Brasil”, financiado pela Fapemig. O artigo ainda contém dados obtidos durante a pesquisa de mestrado de Deyse Marinho de Abreu, sob a orientação de Betânia Gonçalves Figueiredo, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFGM, que deu origem à dissertação intitulada “Arte boticária: Uma análise a partir de boticários e boticas da Comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XIX”.

² Professora do Departamento e da Pós-graduação em História. Pós-Doutora Sênior CNPq. Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: beta@ufmg.br

³ Mestre em História. Historiadora e bolsista Fapemig. Scientia & Technica – Grupo de Teoria e História da Ciência e da Técnica-Fafich/UFGM. Endereço eletrônico: admhis@ufmg.br

some of these sources have proved to be also relevant for studies of the history of health sciences. Inventories, accounts and testamentary property assessments from doctors, pharmacists, practical health and dying in the region of Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries, feature a range of information relating to equipment, books and medicines. Such sources can demonstrate how it was the work of the pharmacist, the knowledge about the science and practice of healing period. This article is a survey of what is found in these documents and demonstrates the possibility to use for assistance in studies of the history of pharmacy and health sciences, opening paths to new insights and research subjects, but mainly to allow understanding the knowledge of healing and the area of pharmacies.

Key-words: *Notarial documents; pharmacies; knowledge and healing practices, history of health science*

Os documentos cartoriais e possibilidades de uso

Inventários, avaliações de bens, contas testamentárias, documentos estes de natureza jurídico-civil e originários de cartórios têm se mostrado relevantes para os estudos da história das ciências da saúde em Minas Gerais. Fontes de ordem tal podem, facilmente, ser encontradas em arquivos históricos como, por exemplo, o da Casa Borba Gato/Museu do Ouro em Sabará, da Casa Setecentista de Mariana, da Casa do Pilar em Ouro Preto e do Arquivo do Museu Histórico de Pará de Minas/MUSPAM.

Os inventários *post mortem* são documentos processuais que fazem um levantamento dos bens e dívidas dos indivíduos após seu falecimento. De acordo com o vocabulário jurídico, o inventário, no sentido do Direito Civil e do Direito Processual, é entendido como

ação especial, intentada para que se arrecadem todos os bens e direitos do de cujus, quer os que se encontravam em seu poder, quando de sua morte, ou em poder de outrem, desde que lhe pertençam, para que se forme o balanço acerca desses mesmos bens e das obrigações e encargos ao mesmo atribuídos (Silva, 2006, p.773).

Assim sendo, tais fontes constituem-se em ricos registros para o estudo da terapêutica e dos saberes de médicos, boticários e práticos de cura sobre a ciência do período. Por descreverem com riqueza de detalhes tan-

tos bens, elas permitem conhecer o vasto repertório de remédios e substâncias disponível em determinada época e região, bem como os artefatos destinados à manipulação e à terapêutica. Possibilitam ainda verificar o tipo de literatura farmacêutica e médica na qual tantos práticos e profissionais da área da saúde se embasavam.

Estes vestígios cartoriais também permitem um estudo comparativo entre as diferentes boticas instaladas na região de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. A análise comparativa de inventários de mesmo período possibilita perceber em que medida as boticas e terapêuticas se pareciam ou se diferenciavam. Qual delas se apresentava com maior sortimento de medicamentos e produtos. O método da comparação destas fontes, de distintos marcos temporais, pode atestar mudanças e permanências tanto nas técnicas de se preparar remédios como nas concepções de lidar com o corpo e a cura. Estas alterações estarão sempre pautadas no desenvolvimento das ciências da saúde ao longo dos setecentos e oitocentos. Sendo assim, é ainda possível, através desta singular documentação, verificar o acompanhamento, por parte dos agentes de saúde, das transformações no campo farmacêutico e médico.

Dentro das boticas das minas: os ingredientes e medicamentos

O inventário de Antônio Pereira Ferreira, datado de 1798, informa com riqueza de detalhes o sortimento de sua botica, estabelecida à Rua Direita em Vila Rica. Esta minuciosa descrição não é diferente das avaliações de bens dos boticários Vicente Leal da Silva, na década de 1730, do Capitão Antônio de Mattos Pereira em 1749 no Arraial de Piranga na Vila de Mariana, do Capitão Mar e Guerra Jorge Francisco Leão em 1832, de Dinis Antônio Barbosa em 1856, de João da Matta Xavier em 1884 em Sabará, dentre outros⁴.

Mediante a descrição dos bens de uma botica, arrolados nos inventários ou simplesmente na avaliação de bens, quando se apresentavam enquanto documentos avulsos ao inventário, é possível supor que as boticas podiam ser divididas em dois espaços. O primeiro era o ambiente ex-

⁴ A referência completa dos documentos cartoriais se encontra nas Referências Documentais, página 13, deste artigo.

terno, no qual ficavam a armação da botica com suas prateleiras e balcão vidrados com os remédios expostos para a venda e os clientes. O segundo espaço era o local destinado à manipulação dos medicamentos, onde se reuniam as mesas, banquinhos e banquetas, os instrumentos, aparelhos, os ingredientes destinados à produção medicamentosa.

O inventário de Antônio de Mattos Pereira anuncia que seu estabelecimento continha duas mesas armadas, dois banquinhos e uma armação da botica. O estabelecimento de Francisco Leão possuía armações de botica e uma mesa. O arrolamento dos bens de Romualdo José de Macedo Broxado, com farmácia situada no Arraial de Contagem, Comarca de Sabará, em 1872, informa que existia, em seu recinto, uma armação de botica, mais prateleiras, balcão e prateleiras de dentro. Dinis Antonio Barbosa detinha, além destes, uma banqueta.

Estes documentos cartoriais informam que tais estabelecimentos possuíam, além das substâncias e medicamentos, vidros, vasilhames, frascos, painéis necessárias à produção de remédios, farmacopéias e demais compêndios de apoio ao ofício, de autoria de cirurgiões, físicos, médicos e boticários. Todavia, para compreender o universo deste espaço é ainda importante investigar os bens materiais a partir de outras fontes como os manuais de farmácia e de medicina, também mencionados na lista dos bens inventariados.

As receitas de remédios preparadas pelos boticários, cirurgiões e práticos, muitas delas anexadas aos testamentos, deixadas como “Contas testamentárias” aos herdeiros do defunto, são fontes que contribuem de forma ímpar para conhecer a prática de medicar e como eram formulados os medicamentos indicados para a cura nos setecentos e oitocentos. Tais receitas trazem descritivamente os ingredientes disponíveis na época e em determinadas regiões, para curar os diferentes moribundos.

Uma das receitas manipulada pelo boticário João da Matta Xavier, por encomenda do moribundo Camilo Izidoro Vianna, residente em Sabará até o ano de 1846, era possível encontrar Scilla em pó, puaia em pó, kermes mineral e xarope que daria forma a uma pílula indicada como expectorante. Em outra receita havia unguento basilicão e óleo de Aparício para passar sobre as feridas da pele. O mesmo boticário também preparou pílulas purgantes ao enfermo, à base de calomelanos e extrato de ruibarbo.

Para o pensamento colonial, as causas das doenças poderiam ser agentes internos – fermentação ou excesso de humores – e externos – o

ar viciado, influências de astros, alimentos e pecados. Esta medicina era baseada na harmonia dos quatro humores do corpo que seriam a bile amarela, a melancolia, o sangue e a fleuma (Coelho, 2002). Quando não estavam em equilíbrio perfeito, o indivíduo adoecia. Para que os humores voltassem às mesmas proporções, era preciso retirar o excesso ou repor a falta do humor que provocou o desequilíbrio.

Esta é a teoria dos humores, atribuída a Hipócrates (c. 460 – 377 a.C) e ampliada por Galeno (129 – c. 201 d.C) (Coelho, 2002). Tal linha de pensamento foi a base para os saberes sobre a doença, sobre o corpo e a cura durante a Idade Média e o Renascimento e continuaria exercendo certa influência sobre os saberes de cura do século XVIII e XIX praticados pela população na região das Minas.

Os inventários de boticas do século XVIII arrolam a existência de ingredientes e medicamentos muito ligados a esta concepção humoral de cura, indicando, desta forma, a ciência da saúde disponível na época e apreendida pelos práticos através da transmissão em gerações e por profissionais através da academia.

A botica setecentista de Antônio Pereira Ferreira continha funcho, salsaparrilha, chicória, bardana, tártaro emético, sal de Glauber, Artemísia, losna, catártico, cremor tártaro, coloquintidas, dormideira, terebentina, tamarindos. O estabelecimento de propriedade do Capitão Antônio de Mattos Pereira possuía, além dos componentes supracitados, calomelano, ruibarbo, antimônio, extrato de bardana e de colchico, mirra, dentre outros. Estas substâncias eram utilizadas para alterar, moderar e evacuar os fluidos do corpo, tendo então propriedades diuréticas, purgantes, sudoríficas, expectorantes e vomitivas que buscavam equilibrar os humores.

Com relação a esta questão, é possível, por meio dos inventários, comparar a tipologia de medicamentos das boticas do século XVIII com as do século XIX e observar as mudanças e permanências nos saberes e práticas. Os estabelecimentos de boticários oitocentistas apresentavam-se munidos dos ingredientes anteriormente mencionados, mas a utilização dos mesmos nas preparações medicamentosas era, muitas vezes, pautada em manuais de medicina e farmácia que se orientavam pelas novas teorias científicas da época.

Os médicos e profissionais acadêmicos do período voltavam seus estudos cada vez mais para os princípios climático-telúricos, higienistas e anatomoclínicos em substituição à teoria dos humores. Esta medicina que an-

tes entendia a enfermidade como a desorganização dos humores corporais começou, com o desenvolvimento dos estudos deste campo, a identificar a moléstia através das alterações visíveis no tecido do corpo humano (Abreu, 2006). Isto foi provocando uma transformação nas concepções de cura dos profissionais e práticos da saúde ao lidar com o corpo e a doença e, por sua vez, foi sendo refletida nas práticas farmacêuticas. Esta modificação poderia certamente ser visualizada no acervo destes estabelecimentos farmacêuticos.

É muito comum encontrar, nos inventários setecentistas, como o de Antônio Pereira Ferreira e do Capitão Antônio de Mattos Pereira, uma variedade de substâncias provenientes do reino animal. Assim, as boticas estavam sortidas de olhos de caranguejos, pós e sais de víboras, castóreo, banha humana, pontas de veado, âmbar, cantáridas, lixo de lagarto, almíscar, carmim de cochonilha, dentes de javali, aljôfar barroco, sal de leite, nácar de pingos finos e ordinário, pedra bazar ocidental, múmias de animais, unha de gran besta, mandíbulas lucis, milepedes, dentre outros.

Nos estabelecimentos farmacêuticos do século XIX é possível verificar a existência de alguns destes ingredientes, o que evidencia a permanência da prática de saberes herdados dos séculos anteriores. Entretanto, pode-se perceber uma considerável redução dos mesmos nestas boticas e na preparação de remédios. A banha ou óleo humano, por exemplo, está presente no inventário do falecido boticário Romualdo José de Macedo Broxado, que tinha botica estabelecida em Sabará em 1872.

No período setecentista, recomendava-se o “óleo humano ou óleo feito do unto do homem que tinha morrido esquartejado, ou sem frio e sem febre”, a fim de tratar as manchas da pele causadas pela varíola. A banha humana foi usada ainda para desfazer cicatrizes do rosto e das mãos, bem como ainda empregada para estimular o nascimento em pessoas calvas (Ferreira, 2002). Em manuais de medicina da segunda metade do século XIX este ingrediente nem é citado, indicando que já estava excluído das práticas da época (Chernoviz, 1878).

No inventário da botica de Antonio José de Mello na Vila de Pará de Minas em 1862 era possível adquirir óleo de caranguejos. Outra substância de origem animal encontrada, na botica de Romualdo José de Macedo Broxado, foi o sebo de cabrito e o óleo de minhocas. Este, no período colonial era usado nos casos de deslocamento do ombro e do quadril, para molificar as partes inchadas e facilitar a colocação do osso em seu local (Ferreira, 2002, p.453).

A diminuição da presença de tais elementos nos inventários das boticas está muito ligada às concepções que emergiam na Europa do final do século XVIII e foi sendo disseminada no Império brasileiro no decorrer do XIX. Tais correntes de pensamento relacionavam os produtos de origem animal ao imundo, ao sujo, ao podre e à doença (Corbin, 1987). Estas substâncias, muitas vezes consideradas excrementos e produtos pútridos, iam contra a concepção higienista que a nova geração de médicos levantava como bandeira. Desta forma, muitos produtos animais foram, aos poucos, deixando de fazer parte da lista de substâncias das boticas e, conseqüentemente, da preparação de remédios (Abreu, 2006).

Os inventários dos farmacêuticos setecentistas também relacionam substâncias de origem africana e do Oriente como mirra, benjoim, pimenta da Índia, almíscar, canela, noz moscada, sândalo, também disponíveis nos inventários oitocentistas. Com ingredientes de origens tais, era possível produzir panacéias como o Bálsamo Católico, encontrado na botica de Antônio de Mattos Pereira, indicado como antídoto para a gangrena (Furtado, 2005). Este mesmo medicamento também poderia ser adquirido na botica oitocentista de Romualdo Broxado.

E no tocante a panacéias, foram várias as triagas disponíveis nos estabelecimentos dos séculos XVIII e XIX, como atestam os arrolamentos setecentistas das boticas de Antônio Pereira Ferreira e Antônio de Mattos Pereira, e oitocentistas de Dinis Antônio Barbosa e de Candido Augusto da Rocha Cebollas, na cidade de Sabará de 1877. Estes medicamentos se apresentam com distintas nomações nos diferentes inventários. Eles podiam aparecer como *Triaga magna*, *Triaga de Lisboa* e simplesmente *Triagas*. Contudo, cabe ressaltar que no século XIX esse medicamento não tinha uma associação com panacéia ou antídoto universal como em épocas anteriores, pelo menos para a medicina acadêmica. Manuais de medicina da época informam que a triaga era raramente empregada e que os médicos já não a prescreviam mais (Chernoviz, 1878), embora ainda estivessem disponíveis nas boticas oitocentistas da província mineira.

Antídotos como as pedras bezoares ou os bezoarticos, como os de Curvo, eram, além de famosos, comuns às boticas dos setecentos e poderia ser adquirido, por exemplo, na botica de Antônio de Mattos Pereira.

O receituário indicado e os inventários de boticas também podem demonstrar que boticários, médicos e práticos de cura acompanhavam o desenvolvimento da ciência de produzir medicamentos e de medicar. Tais

fontes atestam a grande presença de remédios desenvolvidos sob a nova luz das ciências oitocentistas e de produtos afamados na Europa, ainda ligados a uma concepção de cura voltada para o equilíbrio dos humores.

Na botica de Dinis Antônio Barbosa, de 1856, foram encontrados anestésicos como o clorofórmio e o éter sulfúrico. Estas substâncias eram consideradas por alguns como as melhores descobertas do século XIX, trazendo muitos benefícios e alívio a quem era submetido a cirurgias. O clorofórmio chegou ao Brasil em 1848 e em menos de 8 anos já fazia parte do estoque medicamentoso da região de Sabará, indicando que boticários da localidade acompanhavam as novidades vindas do exterior (Abreu, 2006).

Na farmácia de Candido Augusto da Rocha Cebollas estava disponível o Purgante Le Roy do segundo grau e uma garrafinha do Le Roy francês, enquanto que na botica do Romualdo Broxado era possível encontrar o mesmo purgante, porém do terceiro e quarto graus. A fama deste medicamento, bem como de outros com o intuito de eliminar os fluidos do corpo foi aguçada pelas propagandas impressas na época, como as do Almanak Laemmert, importante veículo de divulgação de novidades parisienses e brasileiras no Império, inclusive de remédios e utensílios terapêuticos. Ao ter contato com anúncios de remédios famosos, boticários de todo o Império recorriam à Corte para abastecer suas boticas.

Outros produtos famosos também estavam arrolados nos inventários dos boticários oitocentistas como o Vomitório de Le Roy na botica de Romualdo Broxado e Candido Cebollas, os purgantes Grãos de Saúde de Franck e as anti-sifilíticas Pílulas Vegetais ou Populares encontradas na botica de Antônio Dinis Barbosa. Na botica de Candido Cebollas estavam disponíveis os Pós de ipecacuanha compostos, conhecidos também como Pós Sudoríficos de Dower, que adquiriu grande reputação desde sua formulação nos setecentos por sua propriedade diaforética. Esse medicamento foi elaborado por um médico conhecido como Thomas Dower, que ao sofrer de tosse seca, preparou uma mistura em pó de ipecacuanha com ópio (Weatherall, 2001).

O óleo de fígado de bacalhau, vendido até mesmo na atualidade, poderia ser adquirido nos estabelecimentos de Romualdo Broxado, Dinis Barbosa, de Candido Cebollas e de Antonio José de Mello. Na botica de Romualdo Broxado foi encontrada uma garrafa do “poderoso diurético” Xarope de Labelonye, também anunciado no caderno Anúncios de

Pariz do Almanak Laemmert de 1860. O Rob de Laffecteur e as Pímulas Depurativas do Doutor Allan estavam presentes nos estabelecimentos de Romualdo Broxado e Candido Cebollas.

Produtos indicados aos cuidados bucais também estavam listados nos inventários das boticas. Esta presença indica a preocupação com a saúde e preservação dos dentes no período, também propagada por anúncios de almanaques e jornais. As pastilhas de carvão vegetal de Belloc, por exemplo, poderiam ser adquiridas na botica de Romualdo Broxado. Além delas, havia as pastilhas de hortelã, as de óleo essencial de hortelã pimenta e as de cato que, ao mesmo tempo em que consolidavam os dentes, combatiam o mau hálito (Chernoviz, 1878).

Outra célebre fórmula, recomendada para mau hálito, para a desinfecção de feridas e de locais, poderia ser adquirida na farmácia de Candido Cebollas. Era a Água de Labarraque, desenvolvida no decorrer da década de 1820 pelo farmacêutico francês de mesmo nome. Este produto consistia em um licor clorinado e foi muito utilizado para destruir os ares fétidos de hospitais (Chernoviz, 1878 e 1879; CORBIN, 1987).

Dentro das boticas das minas: as farmacopéias e manuais de medicina

Era comum a presença de manuais de farmácia e compêndios médicos nos estabelecimentos farmacêuticos dos séculos XVIII e XIX. Eram eles que forneciam o suporte teórico-técnico aos práticos de cura e reforçavam os conhecimentos adquiridos pelos profissionais nas academias de medicina e farmácia do período.

A quantidade de farmacêuticos, médicos e demais pessoas que trabalhavam na área de curar com diplomas era muito restrito à época e, por sua vez, o acesso da população a eles era mínima. Desta forma, para preencher esta lacuna, foram vários os personagens que atuaram neste campo baseando sua prática nos conhecimentos advindos de antigas gerações e, sobretudo, com o apoio dos livros de farmácia e medicina disponíveis no momento.

O inventário da botica de Antônio Pereira Ferreira, de 1798, apresenta uma variedade destes compêndios como a Pharmacopeia extemporânea, Pharmacopeia dogmática, Pharmacopeia, Polianteia do Curvo, Medicina de Lieutaud, Medicina Luzitana de Mirandela, Maliere, Medical deliente, Connaissances des medicaments, Observações da medici-

na, Almeida de cirurgia, Istoria das plantas. O arrolamento dos bens do estabelecimento de Antonio de Mattos Pereira menciona apenas que ele possuía cinco livros da área.

Na botica de Jorge Leão, de 1832, havia uma Farmacopéia de Londres. Entre os livros retirados dos inventários de boticários entre as décadas de 1850 a 1880 podem ser mencionados o Código Farmacêutico Lusitano, Dicionario de Medicina Popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, Dicionario de Medicina Doméstica e Popular de Theodoro Langgaard, Dicionario de Plantas Medicinais Brasileiras (cujo título sugere ser do autor Nicolau Moreira), Elementos de Botânica Geral e Médica (que poderia ser de autoria de Joaquim Caminhoá), Formulario e Guia Médico de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, Formulario de Ildefonso Gomes, Manual de Moléstias dos Olhos, Nouveau Formulaire Magistral de Apollinaire Bouchardat, Novo Formulário Médico e Farmacêutico ou Vademecum do Medicum de Theodoro Langgaard, Pharmacopée universelle de Antoine Jourdan, Traité de Matière medicale et de Thérapeutique de François Foy, Traité de Pharmacie de Soubeiran.

A presença, nestes documentos cartoriais, de farmacopéias e literaturas médicas de proveniência estrangeira pode indicar o perfil do leitor, com uma preocupação em estar a par das novidades do campo da ciência na qual está atuando e obter os conhecimentos desenvolvidos por autores e instituições renomadas no campo da farmácia e medicina. Ademais, a partir da segunda metade do século XIX, muitos destes manuais passaram a ser de presença obrigatória nas farmácias, segundo o Regulamento da Junta Central de Higiene Pública, o que pode sugerir que estes boticários tendiam em seguir as normas exigidas pelos órgãos de legislação de seu tempo.

O repertório de títulos, autores e quantidade variava de botica para botica. Por exemplo, na botica de Dinis Barbosa, 1856, havia um formulário da autoria de Foy, um formulário de Chernoviz e onze livros de farmácia sem a descrição de seus títulos e respectivos autores. No recinto farmacêutico do Romualdo Broxado, de 1872, havia 19 livros de Farmácia. Entre os formulários exigidos pelo Regulamento da Junta Central ele detinha os de autoria de Foy, de Bouchardat, de Jourdan e os códigos farmacêuticos lusitanos. Esse boticário ainda possuía muitos livros que não eram exigidos pela Junta Central de 1852 como os formulários de Mealhe, que foi professor associado à Faculdade de Medicina de Paris e farmacêutico do Imperador francês (Almanak, 1859) e os de Langgaard e de Chernoviz.

O farmacêutico Cândido Cebollas possuía livros que orientavam sua prática e outros ligados à medicina. Em sua botica, bem como na de Romualdo Broxado, havia um Atlas de Anatomia do Corpo Humano. Sabe-se que um dos atlas correntes no período foi o de autoria do Doutor Bock, lente de Anatomia na Real Universidade de Leipzig, traduzido por Theodoro Langgaard e publicado em 1853. Langgaard foi um médico dinamarquês que chegou ao Brasil em 1842 e que também publicou formulários e dicionários de medicina.

Cândido Cebollas possuía ainda um manual de Anatomia ou Estudo do Organismo do Homem e da Mulher, Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico, cujo título indica ser do autor Jean Baptiste Imbert, Dicionário de Plantas Medicinais, Novo Formulário Geral, Código Farmacêutico, Formulário de Bouchardat e de Langgaard, a Arte obstétrica ou Tratado Completo dos Partos, cujo título sugere ser de Theodoro Langgaard, e na fazenda de seu avô, onde existia uma botica familiar, ele possuía o dicionário e o formulário de Chernoviz.

Compêndios como dos autores Chernoviz e Langgaard assumiram grande importância para a medicina executada pela população no período oitocentista, pois por meio deles havia acesso a um tipo de informação, produzida e sistematizada em espaços acadêmicos, e transformada em linguagem fácil de ser compreendida. A posição dos órgãos reguladores era bastante favorável à utilização de vários destes manuais nas boticas, como atesta o regulamento da Junta Central a partir de 1882 (Abreu, 2006).

Dentro das boticas das minas: vasilhames e equipamentos

Os documentos cartoriais colocam à luz a tipologia e diversidade de instrumentos, maquinários, vasilhames e demais artefatos necessários aos boticários para a formulação e guarda dos medicamentos. Também demonstram a presença de peças destinadas a outros profissionais para a prática da cura. Ademais, expõem ainda uma variedade de componentes disponíveis na época para a venda à população.

A quantidade, tamanho, capacidade, cores, materiais dos vasilhames presentes nas boticas do século XVIII e XIX variavam muito e se apresentavam em grande quantidade. Havia dois tipos de vasos principais utilizados pelos boticários. Uns eram instrumentos que serviam para a

feitura dos remédios e os outros eram aqueles usados para a conservação dos medicamentos. Para a produção dos remédios eram utilizados como vasilhames os almofarizes ou graes, bacias, tachos, os alambiques e a retorta com garrafa para destilar, que era um vaso de vidro, de barro, de porcelana ou metal de forma ovóide (Chernoviz, 1879). Os outros tipos de vasilhames, destinados à conservação eram os potes, boiões, frascos, vidrinhos e garrafas.

Nos inventários de boticas setecentistas, como o de Antônio Pereira Ferreira, de Vicente Leal da Silva e de Antônio de Mattos Pereira, podiam ser encontrados boiões, almofariz de ferro com mão, vidrinhos, frascos e panelas para a produção de conservação dos remédios. Ademais, havia nestes estabelecimentos coadeiras grandes, compridas com duas asas, escoadeiras largas com bico, medidas de libras diversificadas, colheres, espátulas, funis, balanças de prata de variados tamanhos empregados no ofício do farmacêutico.

Para se ter noção da quantidade destes artefatos, na botica de Antônio de Mattos Pereira, por exemplo, havia 31 frascos, 24 vidros grandes e pequenos, 55 garrafas grandes e pequenas; 47 folhas de flandres, 17 bocetas pequenas, 77 boiões e panelas da terra, 23 boiões do Reino, 1 terno de medida menor, 1 alambique, 1 gral pequeno de pedra, 1 balança de meia libra, 2 almofarizes, sendo um pequeno e outro ordinário e 10 tachos pequenos.

Nos estabelecimentos farmacêuticos oitocentistas, a fatura em quantidade e em diversidade de peças poderia ser maior. Foram encontrados copos de graduar, alambiques de cobre, de ferro e de pedra, almofarizes ou graes de mármore, latão, ferro, vidro, porcelana, bronze de diversos tamanhos, boiões. Além de cápsula de porcelana, latas de folhas de flandres, potes, frascos, bacias de prata, de cobre, de ferro, de barro, de vidro, boiões, panelas e tachos de cobre que variavam de acordo com as formas, tamanhos e número.

Na botica de Jorge Leão havia 31 boiões de louça e de pedra, 150 vidros de todos os tamanhos brancos e pretos, medidas de vidro e estanho, vaso de vidro para banhar os olhos e outro para sangrar. Almofarizes de pedra, de vidro e de bronze de diversos tamanhos, 16 latas de folhas de flandres, torno para estender emplastos, espátulas, tigelas de todos os tamanhos para conservar remédios, balanças de diferentes tamanhos ainda faziam parte do conjunto.

Para conservar seus medicamentos, João da Matta Xavier possuía 63 vasos de louças grandes, sendo 32 desses, pintados. Candido Cebollas possuía duzentos e vinte e cinco boiões de barro no tamanho “mindinho” e o Romualdo Broxado possuía cento e seis boiões pequenos e sessenta maiores para unguento. Este boticário detinha ainda um total de oitocentos e nove vidros de diferentes tamanhos, sendo que alguns deles já haviam sido preenchidos com as substâncias medicamentosas. Antônio José de Mello era proprietário de tachos de cobre de diversos tamanhos, boiões, vidros de graduar e garrafas. Estas podiam ser de diferentes cores, para melhor conservação dos remédios e encontradas em centenas nestas boticas.

Outros instrumentos úteis aos farmacêuticos da segunda metade dos oitocentos e listados nas avaliações de bens foram os funis de vidro e louça, as peneiras de cabelo e de metal, o aperta rolhas – que naquela época detinha o formato de um jacaré. Havia ainda as pedras de mármore para pílulas e as de porcelana, que poderiam estender emplastos e unguentos, as espátulas de osso, marfim, aço ou de vidro de diversos tamanhos.

Os documentos cartoriais também arrolam instrumentos de botica e outros destinados à prática médica e à venda para a população em geral. Um dos instrumentos utilizados pelos boticários para realizar suas atividades era o areômetro, que media a densidade de um líquido durante uma operação farmacêutica (Chernoviz, 1879). Tal equipamento podia ser encontrado nas boticas de Candido Cebollas, Romualdo Broxado e Dinis Barbosa.

De acordo com as tabelas da Junta Central, as farmácias dos oitocentos deveriam possuir balanças grandes, balanças granataria, balanças para quilograma, para pesar até cinco centigramas. Os inventários de boticas da região das Minas na época atestam que seus proprietários tendiam a seguir tais normas. Em seus estabelecimentos havia balanças com tipologias, marcos e tamanhos variados. O boticário Candido Cebollas, por exemplo, possuía uma balança granataria e outra romana com seus respectivos ternos de pesos diferentes. Os aparelhos de fazer pílulas também eram comuns às boticas e obrigatórios de acordo com as tabelas da Junta de Higiene (Abreu, 2006).

Alguns equipamentos, incomuns para a época, estavam nestas boticas, como o aparelho gasogênico ou máquina de fazer água gasosa, de propriedade de Romualdo Broxado. A raridade deste em uma botica pode ser explicada pelo fato de a tabela da Junta de Higiene começar a exigi-lo

somente a partir do Regulamento em 1882. Outro equipamento interessante elucidado no inventário é o termômetro, encontrado na farmácia de Candido Cebollas, em 1877. Tal aparelho foi idealizado e introduzido na medicina por volta de 1850 pelo médico alemão Ludwig Traube (Shorter, 2001). O fato de este objeto ter sido aplicado na medicina somente na segunda metade do século XIX, na Europa, pode explicar sua tardia penetração nas boticas da província mineira e na própria tabela do Regulamento da Junta de Higiene, que passa a exigí-lo somente em 1882 (Abreu, 2006). Mesmo assim, um dos boticários da região de Sabará saiu à frente, tomando logo posse da peça, sugerindo que ele se aproximava cada vez mais daquela nova medicina construída e disseminada no período.

Além deste artefato, um dos inventários evidencia a presença de outro utensílio raro, o microscópio, pertencente ao Candido Cebollas, na década de 1870. Esta rara presença pode ser percebida também nas escolas de medicina da Europa, pois o microscópio teria chegado a estas universidades somente por volta de 1840. Tais instrumentos estavam muito vinculados à anatomopatologia como o principal recurso utilizado para se conhecerem as causas de morte nas amostras de tecidos retirados durante as autópsias (Shorter, 2001).

No Império brasileiro não poderia ser diferente, ao acompanharem a chegada desta nova orientação médica, os microscópios, aos poucos, foram sendo acrescentados ao instrumental dos médicos e boticários. Com a Reforma Bom Retiro, de 1854, referente ao ensino de medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, foi possível obter apenas um ou dois microscópios destinados às práticas dos alunos, o que sugere, mais uma vez, a raridade destes aparelhos até mesmo nas academias (Edler, et. al, 2001).

Tais instrumentos médicos e farmacêuticos representavam a ciência na medicina do século XIX (Porter, 2001). Para saber manusear estas aparelhagens era necessário um conhecimento específico, um saber especializado, que nem todos possuíam. Os boticários, com ou sem formação em faculdades, iam cada vez mais se distanciando daqueles que possuíam um saber popular ao adquirirem estes objetos e certa *expertise* para manejá-los. Aproximavam-se, dessa forma, da prática e do saber médico mais especializado daquele momento.

Os diversos aparelhos evidenciados nos inventários poderiam, ainda, possuir uma espécie de valor simbólico. Eles representariam as últimas novidades da ciência médica e, sua posse, criaria, diante da população e

dos seus pares, a imagem de um profissional que acompanhava com proximidade o desenvolvimento médico e farmacêutico do período. Além dos manuais, a presença de um instrumental diversificado, que era um indicativo de inovação, diferenciava os boticários de seus próprios concorrentes e os aproximava dos médicos e da anatomoclínica, o que modificava, de forma nítida, seu *status*.

Os inventários também listam produtos que poderiam ser vendidos a outros atuantes nas artes da cura e à população em geral. Como exemplo as seringas, encontradas em diferentes tamanhos, materiais e fins. Elas poderiam ser de vidro, de borracha e de chumbo e serem utilizadas para clisteres e injeções. Na botica do Romualdo Broxado havia três caixas de seringas, mais três seringas de vidro para uretras enquanto que na de Candido Cebollas foram encontradas vinte e quatro seringas de borracha preta, mais quatro de vidros de tamanhos distintos.

As ventosas, também disponíveis nestes locais, faziam um vácuo na superfície da pele para atrair o sangue ao lugar onde era aplicado. Havia ventosas de diferentes espécies como a de borracha, de chumbo, de vidro e as sarjadas. Estas últimas retiravam certa quantidade de sangue do corpo através de incisões com lancetas ou navalhas. Após a perfuração a ventosa era recolocada na região até que o sangue escorresse por seu interior (Abreu, 2006). Estes instrumentos indicam a herança da prática de eliminação de fluidos do corpo, bem típica do pensamento humoral.

Fundas e pessarios eram dois tipos de peças terapêuticas destinadas à venda para a população em geral. As primeiras eram empregadas nas hérnias e podiam ser simples, para apenas uma das virilhas, ou duplas. Na botica de Romualdo Broxado havia quatro pares de fundas duplas enquanto que no estabelecimento de Candido Cebollas havia apenas simples. Os pessarios eram aparelhos destinados a manterem o útero em seu estado natural quando ocorria relaxamento. Na farmácia de Romualdo Broxado havia cinco pessarios.

Nas boticas da região de Minas ainda estavam à venda os anéis e colares elétricos. Na segunda metade do século XIX a eletricidade era um dos recursos aplicados à terapêutica no Império. Seu uso medicinal ocorreu na forma de correntes voltaicas e de indução. Conforme apontam os anúncios de Paris do Almanak Laemmert de 1867, os anéis elétricos eram constituídos de pilhas voltaicas e indicadas contra moléstias como enxaquecas, nevralgias, congestões, câimbras e hemorróidas. O colar elétrico era desti-

nado aos cuidados dos bebês e deveria ser colocado no pescoço como preservativos contra as convulsões e para ajudar na dentição. Estes aparelhos poderiam, por exemplo, ser adquiridos na farmácia do Boticário Broxado.

Considerações Finais

Diante do exposto anteriormente, pode-se notar a riqueza de detalhes e informações que documentos cartoriais trazem e a possibilidade de utilizá-los para se ter conhecimento das práticas farmacêuticas e de medicar nos séculos XVIII e XIX.

Inventários, avaliações de bens de boticários e contas testamentárias da Província de Minas possibilitam verificar inúmeros instrumentos, utensílios, substâncias medicamentosas diversificadas, objetos terapêuticos e literaturas diferenciadas que indicam como era o estabelecimento farmacêutico no período e o que farmacêuticos produziam e vendiam para a cura. É possível verificar os mais variados dispositivos disponíveis à população para cuidar do corpo e, sobretudo, conhecer as teorias científicas existentes em determinados locais e períodos que orientavam as práticas de boticários e médicos. Assim sendo, os documentos cartoriais constituem-se em legados importantes dos profissionais e práticos de saúde dos séculos anteriores que podem contribuir de maneira ímpar para os estudos da História da Farmácia e das Ciências da Saúde.

Referências Bibliográficas:

- Abreu, DM. *Arte boticária: Uma análise a partir de boticários e boticas da Comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado– Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- Bock, CE. *Atlas Completo da Anatomia do Corpo Humano*. Tradução Theodoro Langgaard. RJ: Eduardo e Henrique Laemmert, 1853.
- Chernoviz, PLN. *Diccionario de Medicina Popular e das ciencias acessorias*. 5ª edição. Pariz: Em Casa do Autor, 1878. vol. 1 e 2.
- Chernoviz, PLN. *Formulário e Guia médico*. 10ª edição. Pariz: Roger & Chernoviz, 1879.
- Coelho, RS. O Erário Mineral divertido e curioso. In: FERREIRA, LG.; FURTADO, JF. (org.) *Erário Mineral*. RJ: FIOCRUZ, 2002. p.156-157.

- Corbin, A. *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. SP: Cia das Letras, 1987. p. 270-275.
- Edler, FC; Ferreira, LO; Fonseca & MRF da. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, MAM. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- Ferreira, LG. *Erário Mineral*. FURTADO, J. F(Org) – BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; RJ: FIOCRUZ, 2002. Vol.1 e 2
- Figueiredo, BG. As farmácias no século XIX em Minas Gerais. In: STARLING, Heloísa M.M; GERMANO, Lígia B.P.; SCHIMIDT, Paulo (orgs.). *Farmácia: ofício & história*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005. p.15-62.
- Furtado, JF. Boticários e boticas nas Minas do Ouro. In: STARLING, Heloísa M.M; GERMANO, Lígia B.P.; SCHIMIDT, Paulo (orgs.). *Farmácia: ofício & história*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005. p.63-104.
- Porter, R. O que é doença? IN: PORTER, R. Cambridge – *Historia Ilustrada da Medicina*. RJ: Livraria e Editora Revinter, 2001.
- Shorter, E. Cuidados Primários. In: PORTER, R. Cambridge – *Historia Ilustrada da Medicina*. RJ: Livraria e Editora Revinter, 2001.
- Silva, De Plácido. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- Weatherall, M. Tratamento por drogas e surgimento da Farmacologia. In: PORTER, R. Cambridge – *Historia Ilustrada da Medicina*. RJ: Livraria e Editora Revinter, 2001.

Documentais

Inventários, avaliação de bens e contas testamentárias:

- Almeida, José Custódio. CPOI(08)793 – AHBG/MO, 1793.
- Andrade, José Maria. CPON.I(36)846 – AHBG/MO, 1876.
- Barbosa, Dinis Antônio. CPON.I (25) 694 – AHBG/MO, 1856.
- Brochado, Romualdo José de Macedo. CPO.I(34) 823 – AHBG/MO, 1872.
- Cebollas, Cândido Augusto da Rocha. CPON.I (34) 856 – AHBG/MO, 1877.
- Ferreira, Antônio Pereira. Caixa 7118, nº8384, AN,1798.

- Leão, Jorge Francisco. CSO – I (64)2 (ant.). AHBG/MO, 1833.
- Macedo, Manoel Alves de. CPO/CTT(03), AHBG/MO, 1855.
- Marques, Ladislão Benevenuto. AB/OB/ AHBG/MO, 1877.
- Mello, Antonio José de. 2289. I.FFPN-MUSPAM. 1862.
- Pereira, Antônio de Mattos. 1º ofício. Códice 71. Auto 1511. CSM, 1749.
- Silva, Vicente Leal da. Códice 137. Auto 1719. MI. AHCP, 1734.
- Vianna, Camilo Izidoro. CPO-CT .Tes(02)26 – AHBG/MO, 1846.
- Xavier, João da Matta. CSO.I, Maço 102 – 1880 – 1889. Fórum da Cidade de Sabará, 1884.

Eletrônicas

- Anúncios de Pariz. *Almanak Laemmert*, 1850 a 1890. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em 18/07/2010.
- Flexor, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor2_artigo.pdf. Acesso em 18/07/2010.

Regulamentos

- Tabella dos medicamentos, vasilhames, instrumentos, utensis e livros, organizada em virtude do art. 57 do Regulamento da Junta Central d'hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 para as Boticas do Império. RJ: Typographia Nacional, 1852. SDE. Rel. 15. JCHP (1851-53). Ofícios e documentos diversos. Fundo: Série saúde. Gabinete do Ministro. Arquivo Nacional.
- Tabella dos medicamentos, vasilhame, instrumentos, utensilios e livros, organizada, em virtude do art. 56 do Regulamento de 19 de Janeiro de 188, pela Junta de Hygiene Publica para as pharmacias do Império do Brazil. *Decisões do Governo*: Nº16 – Em 14 de Setembro de 1882.

Data de recebimento do artigo: 30/06/2010

Data de aprovação: 02/09/2010

Conflito de Interesses: Nenhum declarado

Fontes de Financiamento: FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Franco da Rocha e publicação de suas idéias: uma análise do meio social na explicação etiológica da loucura¹

Franco da Rocha and publication of his ideas: an analysis of the social environment in explaining the etiology of madness

Paulo Silvino Ribeiro²

Resumo: Este artigo é resultante de um estudo acerca das relações e contribuições do pensamento médico (do último quartel do século XIX) com o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Mais especificamente trata-se de uma reflexão sobre o trabalho intelectual e político de um dos nomes mais importantes da história da psiquiatria e do alienismo brasileiro, Dr. Francisco Franco da Rocha. A análise de sua produção intelectual permite o dimensionamento de sua contribuição enquanto representante da possível produção de um pensamento médico acerca da realidade social brasileira. Na esteira do desenvolvimento da medicina psiquiátrica no Brasil parece brotar uma peculiar análise social empreendida por Franco da Rocha. Ao final deste breve trabalho, desvela-se uma originalidade na fala do “Pinel Paulista” o qual, ao esboçar sua explicação da etiologia social da loucura, faz uso de um senso crítico quanto aos contornos da estrutura social que vê, ao mesmo tempo em que destaca suas escolhas teóricas, as quais não necessariamente reproduziam os discursos hegemônicos de seu tempo.

Palavras-chave: Medicina; Psiquiatria; Doença Mental; Sociedade; História da Ciência.

Abstract: *This paper is the result of a study on the relationships and contributions to medical thought (in the last quarter of the nineteenth century) with the institutionalization of social sciences in Brazil. More specifically, it is a reflection*

¹ Este artigo é resultado de partes da dissertação de mestrado “Prescrições Médicas” contra os males da nação: diálogos de Franco da Rocha na construção das Ciências Sociais no Brasil defendida em Abril de 2010 no Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

² Paulo Silvino Ribeiro é Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e docente da Faculdade Pitágoras.

on the intellectual and political work of one of the biggest names in the history of psychiatry and alienism in Brazil, Dr. Franco da Rocha. The analysis of his intellectual production enables to size his contribution as a representative of a possible production of medical thinking about the Brazilian social reality. In the wake of the development of psychiatric medicine in Brazil seems to sprout a peculiar social analysis undertaken by Franco da Rocha. At the end, this short paper reveals an originality in the thought of the “Pinel Paulista” which, in sketching his account of the social etiology of madness, makes use of a critical sense about the contours of the social structure he sees, while highlighting his theoretical choices, which do not necessarily reproduce the hegemonic discourses of his time.

Keywords: *Medicine; Psychiatry; Mental Disorders; Society; Science History.*

Correlações existentes na multilateralidade temática de Franco da Rocha

Presente em inúmeras referências que abordam a história da Medicina no país, mais precisamente na fase da institucionalização do ensino e da pesquisa médica em fins do século XIX e começo do século XX, Francisco Franco da Rocha³ seria um dos nomes emblemáticos dessa prática médica voltada à saúde pública – em especial no âmbito da psiquiatria, que em nada deixaria a desejar quando comparado a vultos importantes da profissão, como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Arnaldo V. de Carvalho e, certamente, Nina Rodrigues.

No entanto, embora muito citado, poucos se debruçaram de fato sobre sua produção intelectual, limitando-se, em grande parte, a uma análise superficial de sua biografia, a qual teria sido marcada, fundamentalmente, pela idealização, fundação e administração do Hospital do Juquery. Contudo, é na sua produção de livros, artigos e análises publicadas em revistas e periódicos nacionais e internacionais que se encontra uma fértil seara emblemática de sua eloquência e sagacidade, a qual sugere sua atuação como mais um pensador social dentre os nomes da medicina brasileira na passagem do século XIX para o XX.

³ Francisco Franco da Rocha nasceu em Amparo, interior paulista, em 1864. Ainda jovem foi estudar medicina no Rio de Janeiro, voltando para São Paulo na década de 90 do século XIX. Participou da administração do Asilo de Alienados da capital paulista, encabeçando mais tarde o projeto de uma colônia agrícola para o tratamento psiquiátrico, a qual seria fundada em 1898: o Hospital de Juquery.

Partindo-se deste pressuposto, através da leitura de seus escritos destacam-se dois aspectos a saber: num primeiro momento, os contornos do processo de imbricamento entre medicina e ciências sociais nos primeiros anos da República; em segundo lugar, a maneira como tais discursos médicos concebiam os males da nação e, ao mesmo tempo, manifestavam a preocupação ou interesse com a questão da modernização e do desenvolvimento nacional, no sentido da promoção do que se chamou de processo civilizatório e da criação de uma identidade para a nação.

Se por um lado Franco da Rocha corrobora as afirmações quanto ao peso da degeneração – teoria tão em voga em fins do século XIX – na manifestação das doenças mentais, por outro não é possível afirmar que tivesse um posicionamento crítico em relação à figura do negro e à própria miscigenação racial como um mal da sociedade brasileira, dada sua convicção de que a degenerescência não seria exclusiva à raça negra. Além disso, o peso das circunstâncias externas ao indivíduo seria de enorme relevância. Em outras palavras, a análise das questões sociais seria importante na composição do diagnóstico. Assim, para além da presença dos aspectos biológicos degenerativos presentes em alguns indivíduos, bem como das preocupações com medidas eugênicas num projeto higienizador, Franco da Rocha não deixava de considerar os fatores externos que desencadeavam, pelo menos em tese, um processo de degeneração.

Assim, trataria dos mais diversos temas pertinentes à vida social e sua potencial ligação com a loucura. O fio condutor de todo o seu trabalho, independentemente de qualquer grau de continuidade entre os assuntos, seria o estudo da loucura e suas relações com a organização social vigente. Segundo Yolanda C. Forghieri (2005, p.30), Franco da Rocha teria sido um dos pioneiros da Psicologia Social no Brasil, tendo estudado as desordens mentais das multidões, os transtornos psíquicos relacionados à raça negra, as epidemias de loucura religiosa.

Se é possível pensar numa cronologia temática de Franco da Rocha na passagem do século XIX para o XX, esta não será marcada por uma sequência com relação à apresentação dos temas. Estes seriam apresentados num primeiro momento e retomados décadas depois, a exemplo dos que constantemente se referiam ou ao Asilo de Alienados (Hospício de Juquery), ou temas afins como o código penal e a questão do doente mental. Alguns desses artigos seriam publicados em mais de um veículo de circulação, de especialidade médica ou aberto ao público leigo. Assim,

aqui se tentará esboçar relações de proximidades entre tais obras, menos pelas datas de publicação, do que pelas temáticas abordadas, bem como compreender de que forma seu discurso se aproximaria do que aqui se chamou de análise social da etiologia da loucura.

Num artigo de 1905, na *Gazeta Clínica*, Franco da Rocha escrevia sobre a obra de Alcântara Machado intitulada *Suicídios na capital paulista*, publicada naquele mesmo ano. Já nas primeiras linhas, ao destacar a relevância de um livro sobre a questão do suicídio, descreve a dificuldade de se estudar tal tema devido o número de fatores a serem considerados e que, no caso brasileiro, ainda eram *incipientes as instituições auxiliares de tal trabalho* (Rocha, 1905, p.443), o que poderia ser uma menção às ciências sociais (e particularmente à Sociologia) e ao seu papel neste processo. Embora ao longo de todo o artigo prevaleçam elogios ao autor, Franco da Rocha (1905, p.444) fez uma ressalva quanto à necessidade de se considerar, em suas palavras, “fatores individuais”, como a religião, para se pensar os índices de suicídio, mas que faltavam à obra de Alcântara Machado. Franco da Rocha observava que: “Em São Paulo já é grande a difusão do protestantismo, e as memórias estatísticas de Casper registram entre os protestantes maior número de suicídios do que entre os católicos” (Rocha, 1905, p.444). Certamente, considerações como essa podem ser tomadas como indícios do interesse e conhecimento de Franco da Rocha em relação às produções que, direta ou indiretamente, teriam um diálogo com a psicologia e a psiquiatria, dentre elas, o pensamento sociológico de Émile Durkheim.

O papel da religião enquanto fato social, seu caráter coercitivo na consciência individual, como produto de uma consciência coletiva para a solidariedade social e sua relação com o suicídio foram abordadas por Durkheim (1973). Ao que tudo indica, Franco da Rocha já havia tido acesso esta literatura da Sociologia Clássica e, para reafirmar o peso de sua observação quanto aos escritos de Alcântara Machado, apontava a necessidade de tal autor atentar à uma produção já existente.

Essa desculpável lacuna [referindo-se à questão da religião não tratada na obra de Alcântara Machado] desaparecerá no trabalho que for depois publicado, pois o próprio autor declara no introito de sua memória que esta apenas é o esboço incompleto de um livro em elaboração. Certos estamos de que este livro o colocará a par dos mais conceituados Morsellis, Durkheim, Legoyts e outros. (Rocha, 1905, p.444, grifo nosso)

Ao descrever a estrutura da obra, Franco da Rocha (1905, p.444) destacou a importância que os dados recolhidos nessa produção teriam para os sociólogos, tendo em vista a divisão dos capítulos e das temáticas abordadas por Alcântara Machado. Mais uma vez, mesmo que implicitamente, Franco da Rocha demonstraria certa sensibilidade à produção sociológica existente à época, o que lhe permitiria até mesmo discorrer sobre o que de fato seria de interesse (ou não) aos sociólogos. Considerando sua formação médica, trata-se de um ponto relevante para a análise de sua produção intelectual. É o que se vê na citação abaixo:

Ao sociólogo pouco interessa a direta causabilidade subjetiva do suicídio; é antes objeto do psicólogo que, no estudo desse fenômeno, tem de penetrar no dédalo dos fatores conscientes, subconscientes e inconscientes que determinam a orientação da vontade. (Rocha, 1905, p.446)

É possível perceber que essa mesma delimitação entre os papéis da sociologia e da psicologia pode ser vista na obra de Durkheim, que entende que a compreensão de um fenômeno social não se alcançaria pela leitura da particularidade. Segundo Durkheim (1973), a sociedade ou o grupo:

[...] pensa, sente e age de um modo muito diferente do que o fariam os seus membros caso estivessem isolados. Portanto, se se parte destes últimos, não se compreenderá absolutamente nada do que se passa no grupo. Resumindo, entre a psicologia e a sociologia existe a mesma solução de continuidade que entre a biologia e as ciências físico-químicas. Todas as vezes que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, podemos estar corretos de que a explicação é falsa. (Durkheim, 1973, p.441).

O que Franco da Rocha chamou de fator individual parece estar mais relacionado a uma idéia de subjetividade, às escolhas feitas pelo indivíduo, como no caso da religiosidade. Como psiquiatra que era, ao longo do artigo deu uma ênfase maior ao estudo dessa mesma subjetividade (ou particularidade) para a compreensão das causas motivadoras do suicida, causas estas que estariam ligadas às patologias. No entanto, ao passo que destaca o entendimento das causas individuais e o que chamou de “fator étnico”, tenta ponderar seu discurso admitindo a importância dos fatores externos, para além do indivíduo, dados pela influência social:

Indubitavelmente para o estudo do suicídio são os fatores individuais que oferecem maior interesse, hoje que os estudos da degeneração humana já estão bastante desenvolvidos [...] A influência social não pode, entretanto, ser menosprezada, pois, dos fatores chamados individuais muitos há que são criados pelas condições sociais; por sua vez, as condições sociais têm dependências do fator étnico. (Rocha, 1905, p. 444).

Se por um lado Franco da Rocha aceitaria a idéia de influência social na explicação do suicídio, para compreendê-lo do ponto de vista sociológico Durkheim adotou o caminho contrário. Este último admitiria a influência das condições psicológicas do indivíduo para a compreensão do suicídio, mas relegava tal aspecto para o segundo plano, reafirmando ser um erro ater-se apenas nos fatores individuais para buscar as respostas. A mera existência do neuropata não garantiria um suicídio. Durkheim (1973) afirmaria:

Eis portanto o ponto essencial em que divergem as opiniões do clínico e do sociólogo. O primeiro só vê os casos particulares, isolados uns dos outros. Assim, constata muitas vezes que a vítima era um nervoso ou um alcoólico e explica o ato por um destes estados psicopáticos. Num certo sentido tem razão; porque, se o sujeito se matou mais cedo do que os seus vizinhos, é frequentemente por este motivo. Mas não é por este motivo que, de uma maneira em geral, há indivíduos que se matam, nem, sobretudo, é por este motivo que se matam, em cada sociedade, e num espaço de tempo determinado, um número definido de indivíduos. A causa produtora do fenômeno escapa necessariamente a quem só observa os indivíduos; porque ela é exterior aos indivíduos. Para descobrir é necessário ir além dos suicídios particulares e aperceber o que determina a unidade destes. Poder-se-á objetar que, se não existissem os neurastênicos suficientes, as causas sociais não podiam produzir efeitos totais. Mas não há nenhuma sociedade em que a degenerescência nervosa não forneça mais candidatos ao suicídio do que são necessários. Os eleitos são só alguns, se é que podemos exprimir deste modo. São os que, pela ação das circunstâncias, se encontravam mais próximos das correntes pessimistas e que, portanto, sofreram mais profundamente os efeitos da sua ação (Durkheim, 1973, p. 503, grifo nosso).

Longe de se considerar Franco da Rocha um adepto incondicional da obra de Durkheim, e aceitando-se como natural sua defesa da compreen-

são dos fatores psicológicos em primeiro plano para o estudo de eventos como o suicídio, o fato de maior relevância é que para ele as influências sociais teriam seu espaço nos diagnósticos psiquiátricos. Daí a necessidade de se inteirar de leituras que tratassem da organização social, as quais seriam auxiliares no trabalho médico. Franco da Rocha chega a destacar a complexidade do estudo do suicídio ao longo de suas considerações acerca do livro de Alcântara Machado, afirmando que:

[...] o estudo das causas do suicídio ainda carece de dados mais positivos. As estatísticas atuais não merecem confiança; é o que diz o próprio autor [Alcântara Machado], de acordo com a opinião de Durkheim. (Rocha, 1905, p. 446).

Mesmo reconhecendo toda a complexidade e especificidade das situações de suicídio, acreditava que o cerne da questão estaria nas faculdades mentais do suicida em potencial, as quais teriam sido prejudicadas por uma “degeneração psíquica hereditária” (Rocha, 2003, p.165), tema que tratara em outro artigo pelo menos dez anos antes⁴. Adepto da teoria da degenerescência, assim como boa parte dos médicos de sua época, chama a atenção para a questão do determinismo biológico. Poder-se-ia fazer uma observação levantando-se a seguinte questão: até que ponto Franco da Rocha não apenas reproduzia um procedimento clínico comum aos psiquiatras de sua época? Segundo Castel (apud Barbosa 1992, p.96):

[...] durante esse período, os escritos da escola alienista oscilam entre dois modelos da doença mental: um esquema organicista, supondo uma lesão localizada na origem da doença, e uma nosografia moral e social dos sintomas da desordem, remetendo a uma psicopatologia das paixões e a um terreno social patológico.

A análise da obra de Franco da Rocha nos autoriza afirmar que o mesmo se colocaria numa posição em que ora se propõe organicista, ora buscava nos fatores externos ao corpo o motivo para os males. Considerando as escolhas teóricas ao longo de sua vida, principalmente sua aproximação da psicanálise, supõe-se aqui seu distanciamento do organicismo exacerbado dos ferrenhos defensores da teoria da degenerescência,

⁴ A primeira publicação deste artigo data de 1895, na cidade de São Paulo – SP.

mesmo que aceitasse o determinismo biológico. Segundo Francis Moraes de Almeida (2003, p.139):

Segundo ele [Franco da Rocha], o perito deve considerar o meio social ao examinar um paciente sobre o qual recai a suspeita de loucura a fim de evitar diagnósticos equivocados. Franco da Rocha afirma que as camadas que compõem a sociedade são apresentadas pelas três fases da evolução mental da humanidade, definidas por Comte: uma maioria teológica (termo que ele alterna com ‘fetichista’ em seu texto); um grupo intermediário na fase metafísica; e uma minoria na fase positiva. Além disso, na loucura nota-se uma tendência do regresso da mentalidade do paciente ao estado teológico (Franco da Rocha, 1904, p.3), o que explicaria o predomínio de tal conteúdo nos delírios dos pacientes internados, como ele explica no livro.

Da mesma maneira como apontou a necessidade da análise do contexto social para o estudo das causas do suicídio, Franco da Rocha também a estendeu a outro evento que requeria tal leitura do meio social: o boato.

Assim como tomava conhecimento da idéia de fenômeno social, tentava compreender como se poderia pensar a propagação de fenômenos psíquicos em multidões pelas relações sociais, afirmando que “nossa vida mental não passa de sugestão de célula a célula e nossa vida social uma contínua sugestão de pessoa a pessoa” (Rocha, 1920b, p.2). No artigo chamado *Do delírio em geral*, de 1919, Franco da Rocha já afirmava que:

De grande importância sob o ponto de vista social é também o chamado delírio das multidões, isto é, o delírio comunicado ou loucura por indução. As ficções que invadem as sociedades e se difundem por todas por todas as camadas do meio social, como na recente conflagração mundial, são exemplos de explosões aparentemente súbitas de loucura coletiva. (Rocha, 1919, p. 5).

Da atenção dada à compreensão das influências externas na ação das pessoas, escreve *Psicologia do Boato* (1920). A análise de uma prática cotidiana mostraria assim seu interesse pelo costume de um grupo, interesse este que mais tarde se mostraria como algo mais amplo, com certo viés culturalista, o que o levaria a escrever *Mito e Lendas na loucura*. Tanto em 1920, publicado na Gazeta Clínica de São Paulo, como em 1928, publicado (com pouquíssimas alterações) na Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise, o autor fala que *as criações espirituais ou fantasiosas dos paranóicos*

revelam surpreendentes analogias com os mitos, fábulas e lendas que nós conhecemos pelas tradições (Rocha, 1928, p.27), o que talvez justificasse a relevância de tal artigo. Novamente era o interesse pela doença, mas que passava pela compreensão de mecanismo fora da psiquiatria.

Franco da Rocha finaliza apontando uma espécie de análise estruturalista na qual aponta que a forma “primitiva de pensar” não se vê apenas entre aqueles tidos como homens do interior (fazendo menção à um tipo caipira), mas também entre aqueles do meio urbano (no que diz respeito ao indivíduo citadino, testemunha do processo de urbanização que se iniciava). O fato é que, tais idéias que gerariam os mitos seriam as mesmas em todos os humanos, e se manifestariam de forma muito mais latente nas crianças. No entanto não significaria que as mesmas teriam sumido:

Na Rondônia, de Roquete Pinto, encontram-se as lendas dos nossos índios (Parecis) sobre o nascimento do homem, o aparecimento do milho e da mandioca, lendas em que eles acreditam, piamente, como nós acreditamos no éter para compreendermos a Física... O homem primitivo, como os Senhores todos sabem, não é somente o que se acha nos sertões; eles aí estão nos centros os mais pretensiosos de progresso. Quando o desespero de uma doença ou vendaval da desgraça lhes tira a leve camada de verniz da civilização, lá vão eles, caminho da casa da cartomante, ou do curandeiro de São Caetano... (Rocha, 1920d, p. 21).

O trecho final dessa citação seria alterado na outra versão do artigo de 1928 pela seguinte fala: *lá vão eles, caminho da casa da cartomante, do curandeiro, espiritista e de outros exploradores da sandice humana* (Rocha, 1928b, p.33, grifo nosso). Esse fato revela um tom mais crítico de Franco da Rocha ao reescrever este artigo, trazendo novos conceitos e novos autores que falariam sobre a explicação dos mitos, o que faltava à primeira versão de 1920. Entraria numa discussão quanto à origem dos mitos, para se saber se:

[dada] a flagrante semelhança em todos os povos do globo, foram comunicados lentamente de uns aos outros, transmitidos por tradição verbal de um país a outros, separados por enormes distancias ou si surgiram autóctones em diferentes povos, por analogia de idéias, de desejos e de pensamentos comuns às criaturas humanas, onde quês que existam. (Rocha, 1928, p. 26).

A reformulação deste artigo com a inclusão dessa discussão sobre a origem das lendas e dos mitos, somada ao artigo “Livro contra Livro” (1929) publicado no Jornal O Estado de São Paulo, um ano depois, no qual ele comenta os livros de Paulo Prado e Batista Pereira – ambos autores preocupados em compreender a identidade nacional – dará indícios do que parece ser uma preocupação de Franco da Rocha com as análises da sociedade brasileira.

Este artigo de 1929 tratava-se de uma leitura crítica sobre duas obras que, recém-lançadas em 1928, tinham como temática a sociedade brasileira e suas características. Uma delas seria o *Brasil e a raça*, de Batista Pereira o qual, segundo Franco da Rocha, era “um estimulante do orgulho brasileiro, animador da bravura e criador de esperanças para este povo, tão cheio de possibilidades grandiosas” (Rocha, 1929, p.3). A outra, mais conhecida pelo pessimismo com que se referia ao caráter do brasileiro e a condição nacional, era o livro *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado. Se o interesse de Franco da Rocha sobre a sociedade na qual estava inserido seu paciente não fosse recorrente em sua obra, a leitura destes dois livros seria uma eventualidade desconexa aos seus interesses intelectuais, não justificando a elaboração e produção de um artigo.

Dentre os pontos mais interessantes da arguição de Franco da Rocha a essa obra está a idéia da falta de dados e de estudos acerca da realidade brasileira e, para além disso, o evento da miscigenação seria por demais complexo para generalizações. Em outras palavras, o resultado da mistura de raças no Brasil não permitia uma previsão com alta precisão, pois:

A reunião de qualidades psíquicas e físicas tão diversas deve ter dado um produto cheio de desequilíbrios no caráter. Como, pois, enxergar logo isso tudo, na falta dos elementos essenciais para um golpe de vista geral? Fenômenos ultracomplexos, como esses do caráter de um povo, de sua psicologia, resultantes de uma mestiçagem, não de duas, mas de três raças, bem diversas, são fenômenos que desnorteiam o estudo, por mais paciente e calmo que se possa fazer. (Rocha, 1929, p. 3).

Afirmando também que:

O Brasil é um país enorme: acha-se ainda em período de transição, de confusão, de balburdia. Como, pois, tirar conclusões de poucos estudos, parcelados, sobre um povo heterogêneo, ainda em ebulição, no caldeamento de raças que só poderá ser visto como um todo homogêneo daqui a séculos. (Ibidem).

Quanto ao livro de Paulo Prado, a despeito de alguns elogios feitos, não aceitaria suas colocações:

Os fatos que Batista Pereira viu e neles se deteve, entusiasmado, Paulo Prado também viu, mas, carrancudo e severo, só parou diante deles para ver o lado mau. Seguiu e se demorou diante de outros que Batista Pereira não quis (no momento) examinar ou passou com pressa. (Ibidem).

De fato, Paulo Prado teria produzido uma visão negativa do Brasil, como se pode ver em afirmações como:

Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando — sem cuidar da realidade social e política da atualidade — só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução. (Prado, 1928, p.85).

Para Franco da Rocha, Paulo Prado “carregou a mão nas tintas” ao afirmar que a luxúria e as perversões sexuais seriam causas da tristeza. Num trecho mais específico de sua fala, Rocha diz haver povos muito mais “devassos” que os brasileiros e que, nem por isso, são de fato tristes. Seria necessária a consideração de outros fatores:

Mas a ser verdade esse modo de compreender [de Paulo Prado], veríamos hoje a tristeza grassar no Rio de Janeiro. O clima é o mesmo, a mesma a terra, a mulher [...] nem falemos [...] veja o que se passa nas praias cariocas. Há diferenças entre o que se vê ali e as indígenas de outrora em trajes do Paraíso? (Franco, 1929, p.03).

Essa posição de Franco da Rocha poderia ser justificada por sua afinidade a teoria psicanalítica, a qual levaria a sexualidade à redenção, perdendo sua conotação pejorativa ou como sinal de degeneração moral da índole do brasileiro. Segundo Jane Russo:

Ora, a Psicanálise é uma teoria que vai buscar e apontar a sexualidade onde ela parece não estar, ou seja, que vai falar de um “excesso” sexual que é normal. Representa, deste modo, uma possibilidade de reinterpretar positivamente o “excesso

sexual” que parecia marcar o povo brasileiro. A sexualidade, ou seu excesso, não precisa mais ser percebida como um problema em si já que não é nem boa nem ruim em si mesma, sendo responsável tanto pelos piores distúrbios da alma humana, quanto pelas nossas realizações mais sublimes. Inútil negá-la ou reprimi-la. (Russo, 2002, p.55).

Franco da Rocha assumiria nesse artigo um mesmo caráter dualista entre atraso e modernidade, saúde e doença, porém de maneira ponderada, menos pela crítica ao pessimismo em vista da miscigenação e mais pela incerteza dos resultados dessa mistura racial. Dizia que não seriam possíveis as generalizações como as que condenavam o Brasil como povo triste, como fizera Paulo Prado. A homogeneidade não era a realidade brasileira, mas apenas *quando se acalmar esta balburdia e se manifestar a unidade de um povo, onde se veja homogeneidade nos ideais religiosos, nos sentimentos, na política, no caráter, enfim, aí se poderá dizer, este povo é triste por isto ou aquilo* (Rocha, 1929, p.3). Assim, Franco da Rocha teria se aliado ao posicionamento mais presente em Batista Pereira, valorizando mais a hesitação do que a imparcialidade propriamente dita:

A primeira necessidade do Brasil é crer em si próprio. Conhecendo a sua história, encarando de frente as acusações de inferioridade que se lhe fazem, convencendo-se da inanidade das profecias pessimistas com que o preconceito ou o ódio lhe tem medido a curva no futuro, terá ele a consciência de si próprio e poderá prosseguir na sua jornada. Não podemos consentir que o Brasil seja um eterno caluniado. Precisamos dar-lhe a consciência exata do que vale. Nem o delírio laudatório, nem o pessimismo negativo. Entre essas duas correntes há lugar para a crítica imparcial e serena. (Pereira, 1928, p. 14).

Finalizando seu artigo, deixava clara sua posição, dizendo o que segue abaixo:

Em suma: não acho inteira razão no ‘Retrato’, que admita a influência da luxúria se estenda, através de séculos, até hoje. Como fenômeno patológico tinha tempo de desaparecer ou de modificar-se para um estado de habito menos prejudicial ao indivíduo e, portanto ao organismo social. Os recalcamientos, que a civilização exige na atualidade, mais fortemente que outrora, pode ser, e é mesmo, causa de nevroses. Só assim se

pode admitir a tristeza atual, como 'reliques' neuropático em diversas gerações. Também a cobiça pode ter sido causas de estados melancólicos, consequentes às desilusões, das correrias fatigantes em busca de uma sombra. Um mundo de outros fatores converge para a produção da tristeza em certas esferas sociais. Cachaça, fumo, sífilis, anquilóstomos, malária, ausência de escolas, bastam, Santo Deus! Para tornar todo o mundo sorumbático. O livro de P. Prado culmina no Post Scriptum, que, como já disse é uma síntese perfeita do estado atual. Só existe, para consolo, a esperança de que tudo melhorará um dia. Isto é fase transitória. Amém (Rocha, 1929, p.3).

Retomando o artigo de 1928 no qual fala sobre a presença dos mitos na loucura, Franco da Rocha propõe uma aliança entre o médico e o literato conhecedor da cultura (o que talvez poderia equivaler a um antropólogo) para compreender o mundo dos mitos, das lendas, e do caráter psicológico de determinadas manifestações populares:

Aliado o médico observador a um literato de grande cultura, faria por certo obra de grande valor. O médico, para colher com fino tato o material da clínica; o outro para guiá-lo ao embrenhar-se na escura selva das lendas, dos mitos e suas origens. O momento é oportuno, hoje [1928], que o folclore está no tapete das salas acadêmicas, para se iniciar e levar a cabo tão interessante obra (Rocha, 1928b, p.35).

Assim, numa síntese da obra de Franco da Rocha, poder-se-ia dizer que ele:

[...] assume, pois, uma postura ambígua: se o meio sociocultural é situado explicitamente como um dado de relativização nas diagnoses da alienação mental, indiretamente abre-se a possibilidade de considerá-lo como um elemento propício ao surgimento e à proliferação da loucura. (Engel, 1998).

Essa idéia de proliferação da loucura é algo muito recorrente em Franco da Rocha, fato que justificaria seus estudos sobre movimentos religiosos (manifestação em multidões). Aliás, tal material seria usado como referência pelo próprio Nina Rodrigues. Em *Psicologia da Superstição* de 1922, Franco da Rocha explicava que:

Há épocas de recrudescência de tendências místicas, parece tratar de fato, de um fenômeno periódico das sociedades hu-

manas. Do mesmo modo há épocas de grandes ladroeiras de ensinamento, de decadência moral, que aparecem acompanhando certas revoluções sociais. As grandes crises mundiais, como esta que ora tivemos – a grande guerra – promovem esse estado de espírito que, de certo modo, assombra os homens, severo educador na rígida moral de outra época. (Rocha, 1922, p. 3).

Além disso, já em 1919 em outro artigo afirmava que:

Maçons, jesuítas, hipnotizadores, narcotizadores, sócios da mão negra, etc. todas essas entidades cercadas de mistério, que em certas épocas da história manifestaram poderosa atividade, ainda mais por se exercerem ocultamente, representam hoje preponderante papel na contextura dos delírios de perseguição de caráter crônico. O próprio demônio teve sua época, antes dessas entidades (Ibidem, p. 5).

Por outro lado, afirmava que com o desenvolvimento científico, muito dessa subjetividade poderia ser questionada, uma vez que a objetividade da ciência traria novas formas para explicar algumas sensações outrora concebidas como místicas. Segundo Franco da Rocha:

O caminhar da ciência vai também concorrendo com novos meios de ação para esses agentes hostis [pautados no misticismo]: os raios X, a eletricidade, o telégrafo sem fios, os vapores tóxicos etc. Tudo isso entra em tais casos como explicação necessária das sensações, alucinações e ilusões que atormentam os delirantes crônicos. (Rocha, 1922, p. 5).

É interessante perceber como ele faz uma análise do contexto – no caso, o desenvolvimento da ciência – relacionando tais fatos com a questão da loucura, na tentativa de ampliar as explicações possíveis, seja das causas, seja da cura. Assim o teria feito para pensar a manifestação da loucura nas mulheres, ao mesmo tempo em que a localizava na sociedade de sua época. Em *A demência paralítica em São Paulo*, de 1923⁵, embora muito rapidamente, Franco da Rocha falaria sobre a condição da mulher brasileira. Segundo ele:

⁵ Entre os fatores considerados para este estudo estavam a raça, a nacionalidade, o sexo e a profissão ocupada pelo paciente internado no Hospício.

[...] a mulher brasileira ainda permanece em situação social muito particular. Cá, como na Grécia, as mulheres são em geral caseiras, levam a vida calma, e não tomam parte da luta pela vida – o que as torna menos expostas à sífilis e outras causas adjuntas da paralisia geral. (Rocha. 1923, p. 12).

É possível perceber que sua descrição quanto ao aspecto geral do papel social feminino tem como propósito maior ver sua relação com a proliferação dos casos de sífilis, doença extremamente ligada à incidência de paralisia geral. A doença era majoritariamente encontrada entre os homens como mostrava sua pesquisa, indicando que o número de casos no sexo masculino chegava a ser treze vezes maior do que no sexo feminino, em um intervalo de 25 anos. Sem esconder o tom conservador de sua fala, Franco da Rocha se mostraria preocupado com o “progresso” do feminismo, naquilo que essa igualdade entre os gêneros poderia também nivelar as ocorrências de sífilis entre os sexos. Ele afirmava que:

E como o feminismo vai infelizmente fazendo grandes progressos no Brasil, é de esperar que, quando as brasileiras conseguirem nivelação social com os homens, não distinga a paralisia geral a diferença dos sexos para a escolha de suas vítimas (Rocha, 1923, p. 12).

Deve-se perceber que Franco da Rocha não estava de fato desatento aos processos sociais que ocorriam a sua volta, a exemplo do feminismo, que no Brasil teria sua expressão na semana de arte moderna no início da década de vinte do século passado. Acontecimentos mundiais como a Primeira guerra ou a Revolução Russa chegaram a ser tratados direta ou indiretamente em seus escritos. Franco da Rocha lançava mão desses conhecimentos para costurar seus estudos de psiquiatria com temas como a política. Em um artigo intitulado, *Esclerose e Bolchevismo* (1921a), busca falar sobre a questão da pobreza e da distribuição de renda, criticando aqueles que querem mudar o sistema por vias da revolução, mas não possuem capacidade para tal empreendimento, como teria, segundo ele, acontecido na Rússia no início do século XX. Fazendo uma analogia da organização do Estado com o corpo humano, tecia uma espécie de crítica às revoltas motivadas por aqueles que pretendiam assumir funções nessa organização, para as quais não estavam preparados, como os próprios tecidos conjuntivos assim o faziam no organismo do homem. Essa analogia

com aspectos do corpo humano é o que se vê nas primeiras obras sociológicas de Emile Durkheim, ricas na utilização de conceitos formados por analogias biológicas, tais como solidariedade orgânica, funções, corpo social, etc. O mesmo se poderia dizer do caminho adotado por Manoel Bomfim em sua interpretação marginal àquela mais presente, vinculada pelo vilipêndio das raças não brancas.

Na crítica ao socialismo Franco da Rocha continua fazendo alusão ao funcionamento do corpo humano para pensar a sociedade. Retoma a analogia, já mencionada neste trabalho, de que o operário ao desejar as vias da revolução poderia agir como o tecido conjuntivo que degenera o organismo assumindo funções para as quais não tem competência: *O operário é o suporte do organismo social, isso, porém, não quer dizer que ele saia do seu lugar para ir exercer funções que exigem outro preparo intelectual*” (Ibidem). De forma muito curiosa, Franco da Rocha, embora critique ferrenhamente o socialismo, condenando como natural a ocupação de funções diferentes na sociedade, propõe uma outra via para a igualdade que não pela revolução, mas pela desapropriação e redistribuição da renda feita pelo próprio governo. Dizia ele que:

O caminho do socialismo é outro; não é o aniquilamento da elite intelectual. A distribuição equitativa das fortunas por meio dos impostos seriamente estudados é a primeira medida que se impõe aos legisladores sensatos. Cincinato Braga lembrou timidamente [...] muitas das medidas legislativas que começaram a abrir caminho ao verdadeiro e sensato socialismo. Dissemos ‘timidamente’, porque ele não ousou enfrentar desassombradamente a opinião da burguesia nesse terreno. (Rocha, 1921a, p 4).

A natural existência de uma elite, e nesse caso, uma elite intelectual, era a mesma que se poderia ver entre alguns incipientes trabalhos da Sociologia da virada do século XIX, como de Willian Graham Sumner, em *Folkways*. Segundo ele:

Os Aristocratas são os que se distinguem e sua existência e consideração dirigem a ambição social. Este fato age naturalmente de maneira seletiva, estimulando o que é mais vantajoso e mais valorizado na sociedade em questão. (Sumner, 1950, p. 234).

Num trecho mais adiante, ficaria claro que, apesar das palavras duras de repúdio ao comportamento dos engajados politicamente no socialismo

(engajamento visto como a manifestação de uma patologia mental), Franco da Rocha não só insistiria na proposta apresentada por Cincinato Braga como justificaria a necessidade de medidas por parte do governo, admitindo, e também repudiando, a existência de uma exploração por parte de uma burguesia. Dessa forma, se por um lado Franco da Rocha deixava claro não ser socialista, pelo outro, a despeito de sua defesa de uma elite intelectual, mostrava-se crítico em relação exploração do operário:

Nada mais justo do que o lançamento de impostos especiais de solidariedade humana, para serem socorridos com esse dinheiro os proletários, cujo sangue foi sugado pelo ricoço que da sua industria retirou centenas ou milhares de contos de réis anualmente: dinheiro esse com que ele vive à tripa forra, chafurdado muitas vezes no vício, sem se lembrar da família do operário, que o ajudou a ganhar dinheiro, e que está muitas vezes comendo o pão que o diabo amassou. (Rocha, 1921a, p. 4).

Assim, é possível perceber que a patologia não estava apenas no comportamento daquele que propunha a revolução, mas naquele *que chafurdado muitas vezes no vício* (Ibidem, p.2) não se importava com o meio social. Supondo que seus leitores pudessem apontar como solução para o caso a simples delegação de tarefas para hospitais ou instituições de caridade, elaborou algumas considerações também em tom de crítica à sociedade paulista do início da década de 20, chamando a atenção à falta de políticas públicas de assistência⁶:

Há entre nós notável e lastimável deficiência de hospitais para os pobres, e de outras instituições, como por exemplo, as de proteção à infância, pois as que existem vivem a lutar com grandes dificuldades pecuniárias. É por demais sensível essa lacuna da pública administração. Indo mais longe em sua fala com tom de denuncia, lamenta existirem indivíduos em sua época vivendo graças a heranças, os quais nunca moveram sequer uma palha em benefício ao meio social em que vegetam [...] Não está aí evidente um defeito de nossa organização social (Rocha, 1921a, p. 4).

⁶ Seu projeto de fundação e administração do Hospital de Juquery contemplaria uma política de assistência social às famílias de pacientes internados, fato muito coerente com a posição adotada no artigo de Franco da Rocha.

Considerando-se o peso que o patrimonialismo, a propriedade privada e a noção de herança dada por tradição possuem na cultura brasileira, talvez seja possível perceber uma espécie de questionamento e crítica à sociedade feita por Franco da Rocha, reconhecendo tais aspectos como característicos de nosso arranjo social. Tanto que ele mesmo sabia que sua proposta de confisco de patrimônios para sanar a falta de verba para a construção de hospitais era delicada: *Faz-se mister acurado estudo, sem dúvida: não se cria uma lei dessa importância e alcance, escrevendo-a em cima da perna* (Ibidem, p.4). Ao mesmo tempo, a idéia de intervenção do Estado deveria ser limitada, pois o forte controle poderia ser ruim à lógica econômica da livre concorrência. Franco da Rocha afirmava que:

O estadismo levado ao extremo é uma grande desgraça que os teóricos implantaram na Rússia, onde ficou provado que é uma das causas da miséria. O Estado é absolutamente incapaz de dirigir indústrias e empresas rendosas; o regime do déficit crescente e da desordem aí está a nossa vista, por toda a parte, principalmente nos Estados Unidos, a mostrar essa incapacidade. As estradas de ferro são exemplos palpantes, prova exuberante do que acabamos de dizer.

Contudo, ao admitir tal papel do Estado, assume uma postura muito parecida a dos médicos defensores das reformas higienistas promovidas pelo governo, responsabilizando-o pelas mudanças necessárias para a sociedade. Esse pensamento seria muito importante na guinada quanto ao pessimismo em relação à raça, pois representava uma alternativa oposta às visões negativas. Segundo Hochman e Lima (1998, p.23):

A identificação da doença como o principal problema do país não o condenava à barbárie eterna, mas, ao contrário, apontava os instrumentos para sua superação: a ciência médica e as políticas públicas de saúde e saneamento (Hochman; Lima, 1998, p. 23).

Isso justificaria o posicionamento de Franco da Rocha enquanto médico, que, através do Projeto do Hospício do Juquery, propunha uma política de higienização da sociedade e tratamento do alienado. Alertava para a necessidade da construção de colônias agrícolas para o tratamento do doente mental. Alcançado este objetivo, através de seus artigos combateu, na sequência, aquilo que entendia por anacronismo do código penal em relação ao alienado, bem como criticou as ingerências por parte no governo federal

no tocante à administração e fiscalização dos hospícios. Declarou guerra contra as práticas sociais que seriam estigmatizadas como degenerativas, entre elas o consumo de álcool (Rocha, 1927), ao mesmo tempo em que fazia campanha por políticas eugenistas a exemplo do exame médico pré-matrimonial (Rocha, 1926). A ênfase no eugenismo era um aspecto muito compartilhado entre a classe médica, desejosa em *sanar* o Brasil pela implantação de políticas higienistas, como aponta Mota (2003, p.50):

As ações eugênicas, diante desses aspectos, deveriam ser vistas como intervenções que, mesmo respaldadas na ciência e no determinismo científico, possuíam um forte caráter nacionalista e por isso deveriam ser encaradas como um pilar sobre o qual se iniciaria a construção de um novo Brasil.

Nesse sentido, continuava seus estudos sobre formas de tratamento de maneira incessante, deparando-se nesta caminhada com a obra de Freud. Em 1920, Franco da Rocha publicaria o livro *O Pansexualismo na doutrina de Freud*, o qual, ao ser reeditado em 1930, passou a ser chamado *A doutrina de Freud*. Esses trabalhos, entre outros estudos que fizera acerca da obra freudiana, foram resultado de seu pioneirismo na divulgação dessa teoria. Essa aproximação de Freud talvez possa ser consequência das influências teóricas que recebera de Juliano Moreira (como se viu anteriormente em relação à teoria da degenerescência), uma vez que se atribui a esse médico a divulgação dessa teoria entre uma *elite médico-psiquiátrica da época* (Russo, 2002, p.53). Aceitar a teoria de Freud seria um passo para tentar compreender as moléstias mentais não necessariamente pela degeneração, mas sim pela soma das experiências e vivências do indivíduo. Se a teoria da degeneração era a base para se pensar o Brasil, com a psicanálise ampliaria-se tal leque.

Há trabalhos que afirmam que com a psicanálise acreditava-se na ampliação das *possibilidades de prevenir as doenças mentais e, mais ainda, as possibilidades de corrigir e modelar o futuro das novas gerações* (Pontes, 1999, p.59). Isso justificaria a recomendação do uso da psicanálise nos discursos pedagógicos nas obras de Arthur Ramos. Assim caracterizava-se uma certa consonância com os discursos favoráveis ao que se tem chamado de intervenção social (feita pela medicina), bem como com os interesses eugênicos de higiene mental: *Penetrado da realidade desses dados [da produção freudiana acerca da psicanálise], passou Franco da*

Rocha a ensinar a psicanálise e a salientar-lhe a importância, no reajustamento psicossocial do homem. (Briquet, 1944, p.18).

Algo que é bastante recorrente é a menção às dificuldades que Franco da Rocha encontrou no campo acadêmico paulista para a divulgação da psicanálise. Nesse trabalho de disseminação do pensamento freudiano, Franco da Rocha agregou outros nomes que se destacariam nesta empreitada como Durval Marcondes. Embora este último não tenha sido aluno de Franco da Rocha, juntou-se à ele para em 1927 fundarem em São Paulo a Sociedade Brasileira de Psicanálise. Um ano depois à esta iniciativa, lançavam a primeira edição da Revista Brasileira de Psicanálise.

Se a difusão da teoria psicanalítica muitas vezes é tributada àqueles que encabeçaram a Semana de Arte Moderna, é preciso que se diga que a aproximação entre Franco da Rocha e estes intelectuais parece ter existido. No Suplemento Cultural da APM de nº 39, publicado em outubro de 1989, Walter P. Guerra ao escrever sobre a vida de Mário de Andrade fala sobre sua incursão ao Hospício de Juquery, na tentativa de fazer uma experiência com alienados usando a música:

Para testar o que lera sobre o assunto [uso da música no tratamento psiquiátrico], o próprio Mário de Andrade promoveu uma sessão musical no Juqueri, que, segundo ele, ‘deu excelentes resultados’, conforme depoimentos de psiquiatras daquele estabelecimento (Guerra, 1989, p.4).

Independentemente da forma como se define seu papel como intelectual no início da psicanálise no Brasil, mais importante é tentar compreender de que forma essa preocupação com as influências recebidas ao longo da vivência do indivíduo – também do ponto de vista psicanalítico – seriam problematizadas com a idéia de predisposição biológica. Essa relação seria vista por Franco da Rocha como algo fundamental até mesmo para a compreensão da história mundial, já que ao propor uma *Filosofia da História* – título este de um artigo de 1922 – aceita a aplicação da medicina para a compreensão dos fatos históricos, buscando assim reconstruir a vida de grandes personalidades que, graças a suas condições mentais, teriam mudado os rumos da humanidade. Essa análise mais pormenorizada seria uma forma de se buscar as verdades implícitas, ocultas no transcorrer da história das sociedades, para além das análises superficiais que não captariam a essência dos acontecimen-

tos, uma vez que a história seria uma “mentira convencional”. Segundo Franco da Rocha:

Disfarça-se a miséria e os desejos de perene ardor sexual sob a forma de idéias ou de mimetismo espiritual, forma essa de defesa que a história comprova a cada passo. Tal mimetismo é uma aquisição, um progresso mesmo, que tem sido requisitado ainda mais pela política e pelas mentiras convencionais. A história seria também uma mentira convencional: “reduza-se a história à verdade e ela estará perdida, diz Voltaire” (Rocha, 1922 a, p.3).

Não se tratava de conhecer apenas a sucessão de fatos que teriam ocorrido, mas saber suas origens, o que os teria motivado. Se Franco da Rocha na explicação do comportamento psíquico soma as causas cerebrais e extracerebrais, o desenvolvimento de algumas áreas do conhecimento, como a sociologia, atreladas à medicina, seriam fundamentais para melhor compreender os meandros pelo quais teriam percorrido a história como fruto das escolhas dos homens daquele período histórico. Essas *novas ciências* preencheriam lacunas nas respostas existentes:

É inegável que ela [a história] obedece em sua evolução as leis naturais, e como tal é um capítulo da ciência que estuda as origens da animalidade. Dois modos haveria de considerar os fatos históricos: do ponto de vista ancestral, remotíssimo, e é aí que Darwin fornece maior número de elementos para a reconstrução da proto-história; sob o ponto de vista recente, é a biologia, a sociologia, a medicina que permitem preencher as lacunas... (Ibidem, p.3).

Logo seria interessante uma reflexão maior sobre a construção dos fatos históricos naquilo que significariam ser o resultado de ações de determinados indivíduos que se destacaram em suas épocas. Contudo, Franco da Rocha reivindicaria à psiquiatria uma posição privilegiada, pois seria preciso ter o conhecimento específico necessário para diferenciar personalidades doentes e sãs:

É mister, portanto, não confundir o gênio com o louco [...] Há muitos que não sabem apreciar bem uma diferença, porque são poucos os que sabem das relações de semelhança entre os estados psicológicos normais e os patológicos (Ibidem).

Da análise do suicídio à preocupação com uma reflexão sobre os fenômenos históricos, a conexão existente entre seus artigos é a permanente preocupação com a etiologia da loucura, suas manifestações individuais e coletivas, seja por disfunções biológicas, seja por desarranjos sociais. Intelectual que era, estava inteirado daquilo que se tinha de mais atual no meio científico, alinhando seu pensamento ao positivismo tão em voga. Na leitura de seu contexto social, tentava alinhar ciência e moralismo. Nas palavras de Pereira (2003, p.157):

E é de fato, inegável nesse autor o desejo de contribuir para uma organização social embasada na moral, na ordem e no progresso. Não seria fora de propósito afirmar que Franco da Rocha, a despeito de algumas divergências com determinados autores positivistas seus contemporâneos [...], era um ardoroso defensor dos princípios de Auguste Comte. Afinal, depositava na ciência moderna todas as suas esperanças em relação à solução para os problemas da humanidade.

Dessa forma, o fato de não ter produzido nenhuma obra específica sobre a sociedade brasileira (ou mesmo a paulista) não diminui a possibilidade de sua contribuição ao estudo da sociedade feita através dessa diversa produção. Nesse sentido, em paralelo ao estudo da loucura, ter-se-ia nas entrelinhas a expressão de sua opinião em relação à sociedade.

Qual a contribuição às Ciências Sociais?

Franco da Rocha contribui através de um trabalho que, embora evidentemente médico, lançou mão de um conhecimento da realidade social, elaborando descrições e explicações de seu tempo e, dessa forma, representando o que se pode entender como uma parte da institucionalização das ciências sociais por vias da interdisciplinaridade acadêmica. Isto é, por ser um médico psiquiatra que, não conformado apenas com as explicações de cunho organicista (dadas pelo determinismo biológico), voltou seu olhar ao cotidiano no qual estava inserido seu paciente.

Da mesma forma, como apuração ou resultado preliminar do que até aqui se viu, tem-se uma interconexão plausível entre as temáticas mais diversas tratadas em pelo menos quarenta anos de trabalhos publicados. Nesses trabalhos, constantemente são evocados conceitos e idéias como

psicologia social, reação das multidões, fenômeno social, normal e patológico, o papel da religiosidade, entre outros, todos muito conhecidos pela Sociologia. O autor está inserido numa época em que vários temas eram debatidos e vistos como primordiais para a compreensão do atraso nacional, isto é, do fadado fracasso do Brasil na virada do século. Como é sabido, teorias sobre a degeneração, sobre a mestiçagem, e uma possível inferioridade racial de grupos como os negros eram recorrentes nessas explicações acerca da identidade nacional – tanto positiva ou negativamente, como se vê em Nina Rodrigues (s/d), Afrânio Peixoto (1975), Arthur Ramos (1942) e Manoel Bonfim (1993), apenas para citar alguns. Contudo, segundo alguns autores, houve um momento de redenção quanto à condição do brasileiro, no sentido de reorientar o diagnóstico quanto à sua condição social, para além do determinismo biológico. Ele (o brasileiro) não era doente, mas estava doente, o que pressupunha a emergência de medidas profiláticas para literalmente construir e salvar uma nação.

Dentre os pontos negativos e criticados da sociedade brasileira estava um forte apelo à sensualidade e à sexualidade, o que pressupunha uma ineficácia ou inexistência de valores morais. Isto é, a luxúria, como apontava Paulo Prado (1928), reinava por aqui. Contudo, a psicanálise ganharia terreno para então propor um novo tratamento da nação. Seus pressupostos, dessa forma, se acomodariam *ao projeto mais amplo de construção da nação brasileira. E é justamente nesse aspecto que a problemática pansexualista ganha coloração local e, em parte, se diferencia do debate europeu* (Oliveira, 2002, p.138). Isso permite trazer a psicanálise à luz do pensamento social brasileiro, aproximação esta que pode ser fundamentada pela ação da intelectualidade na tentativa da construção de uma identidade nacional.

É Oliveira (2002, p.135) quem diz que:

a temática pansexualista encontra ecos na reflexão dos intelectuais brasileiros nos desejos de contribuir para a construção do Estado nacional. Vale lembrar, entre outras coisas, a importância atribuída à problemática sexual sobretudo nas campanhas higienistas, que sugerem um modelo de disciplinarização e controle das normas e práticas sociais.

Se outrora se acreditava que os males da nação tinham origem na degeneração dada pela raça, condenando o futuro de um Brasil pela miscigenação racial, Franco da Rocha, a seu modo tocara o contrapé da

identidade nacional vigente sob a luz de sua psiquiatria, isto é, da psicanálise. Assim, a teoria psicanalítica se torna uma saída alternativa a este discurso negativo, tanto quanto aquela apresentada pelos que acreditavam na *diluição* dos males das raças através processo de branqueamento. É Jane Russo (2002, p.55) quem afirma que:

A psicanálise, me parece, fornecia uma saída interessante para essa questão, que passa uma nova forma de encarar a sexualidade, o primitivismo e, por tabela, a educabilidade (e desenvolvimento) desse povo, viabilizando a possibilidade de um projeto civilizador à nação. Tem-se aí uma espécie de saída civilizadora para esse país mestiço: o primitivismo dos instintos, das paixões, o sensualismo excessivo das raças inferiores não são empecilhos insuperáveis para o progresso da nação.

Ainda segundo Russo (Ibidem, p.56), talvez a teoria psicanalítica tenha representado para determinados intelectuais do período uma das formas possíveis de escapar do estrito determinismo biológico, sem abrir mão da idéia de progresso e evolução. Dessa forma, se a compreensão médica das doenças desloca a atenção deste determinismo biológico para olhar outros fatores como o contexto no qual se insere o paciente, a medicina teria de lançar mão de uma metodologia presente também mais tarde nas Ciências Sociais, como aponta George Rosen (1980). Isso caracterizaria a medicina social nas mais diferentes instâncias, da higiene sanitária à mental. Mariza Correa (1998), ao analisar o posicionamento de Nina Rodrigues quanto a essa metodologia, descreve o que se enquadra perfeitamente ao trabalho de Franco da Rocha:

Não é por acaso, que antes de serem uma metodologia utilizada pelas ciências sociais, os estudos de caso, os levantamentos genealógicos e o método comparativo tenham sido procedimentos comuns do trabalho científico entre os médicos. No caso de Nina Rodrigues, apesar de sua ênfase na observação empírica, no registro cuidadoso do particular, era também numa análise estrutural da sociedade brasileira que ele estava interessado. Ele nunca perderia de vista a relação existente entre o exame de uma menina negra deflorada, a análise da cabeça decepada do Conselheiro ou o internamento de um “pródigo” e as leis gerais que desejava ver regendo a nossa sociedade. (Correa, 2003, p. 93).

Se não as mesmas, preocupações muito equivalentes se pode perceber através da leitura das obras de Franco da Rocha, seja do ponto de vista das temáticas, seja do ponto de vista do arcabouço científico (em relação ao método). É possível encontrar trabalhos de Franco da Rocha em que vários itens seriam considerados em sua análise da manifestação de determinada doença, como no caso da demência paralítica, em que considerava: raça (cor da pele), nacionalidade (dadas as diferenças culturais), profissão (natureza da atividade de trabalho), sexo, idade, estado civil. Contudo, se a metodologia empregada se assemelha, a grande diferença está no peso que o determinismo biológico ainda teria no discurso destes médicos, principalmente quando se compara as falas de Franco da Rocha e Nina Rodrigues. Mesmo que corroborando a defesa da degeneração como causa primeira de vários males da população, Franco da Rocha, ao que tudo indica, não teria descartado ao longo de sua produção a convicção da influência exercida pela própria sociedade na saúde do indivíduo, pois a conformação social (principalmente no ambiente urbano) criaria instituições, grupos de risco, ou “tentativas”, os quais atuariam como laboratório para o desenvolvimento das piores doenças possíveis, as quais estariam adormecidas no interior de um degenerado.

Assim, dentre as possíveis contribuições de Franco da Rocha pode-se citar a proposta de uma alternativa à limitação da teoria da degeneração trazendo à baila a Psicanálise (e o que isso representaria na análise das relações sociais dos indivíduos na organização social), o que pode-se considerar rudimentos de uma psicologia social. Além disso, a maneira corrente como assume pressupostos positivistas, presentes entre os primeiros trabalhos sociológicos no mundo todo, fazendo citações de nomes como Comte, Charles Darwin, Spencer, seria outra evidência do imbricamento entre ciências médicas e sociais em seus escritos.

Se a medicina contribuiu para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, é certo que a Psiquiatria seria um dos ramos que a representou neste processo, tendo na figura de Franco da Rocha um dos principais nomes nos estudos psiquiátricos na passagem do século XIX para o XX, bem como responsável pela modernização da assistência ao alienado mental.

Referências Bibliográficas

Almeida, FM. O Esboço de psiquiatria forense de Franco da Rocha. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. Vol. 11, nº 1, p. 137-150, mar. 2008.

- Barbosa, RM. Uma instituição modelar: o hospício do Juquery. *São Paulo em Perspectiva*, 6 (4): 92-103, out/dez 1992.
- Bomfim, M. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- Briquet, R. *Palestras e Conferências*. São Paulo: Ed. Atlas, 1944.
- Correa, M. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- Durkheim, E. *As Regras do Método Sociológico*. Coleção os Pensadores, São Paulo: Ed Abril, 1973.
- Engel, MG. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 3, p. 547-63, nov. 1998-fev. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100001>. Acessado em 04/01/10.
- Forguieri, YC. Resgatando a memória dos patronos: Francisco Franco da Rocha – Cadeira nº 01. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*. Acad. Paulista de Psicologia, São Paulo. Volume 25, nº 01, p. 22-33, jan-abr/2005.
- Guerra, W. Mário de Andrade e a Medicina. *Suplemento Cultura*. APM – Associação Paulista de Medicina, São Paulo. Nº 39, out/ 1989.
- Herschmann, M. et al. *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- Hochman, G.; Lima, Nísia T. Condenado pela Raça, absolvido pela Medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- Machado, R et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Mota, A. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- Oliveira, CLMV. Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexuais na Educação. *Revista Agora*, Vol. 05, nº01, p. 133-154, jan/jun 2002.
- Peixoto, A. *Clima e Saúde*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.
- Pereira, LM de F. Franco da Rocha e a teoria da degeneração. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. Vol. 06, nº 3, p. 154-163, set. 2003.
- Pereira, B. *O Brasil e a raça: conferência feita na Faculdade de Direito de São Paulo em 19/06/28*. São Paulo: Graphica Rossetti, 1928.

- Ponte, CF. da. *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública-Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
- Prado, P. *Retrato do Brasil* – Ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (Reunida), 1928. Disponível em <<http://www.eboo.ksbrasil.org/eLibris/pauloprado.html>>. Acessado em 23/09/2009.
- Ramos, A. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.
- Rocha, FF da. Suicídios na capital de São Paulo. *Gazeta Clínica de São Paulo*. São Paulo: Publicação Médica Paulista. Ano III, p.443-446.1905.
- Rocha, FF da. A fiscalização dos hospícios no Brasil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de Mai. 1907.
- Rocha, FF da. A assistência a Alienados no Estado de São Paulo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 03 de Abr.1908.
- Rocha, FF da. A velha e a nova escola penal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 de Fev.1909a.
- Rocha, FF da. O artigo 68 do código penal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de Set.1909b.
- Rocha, FF da. Assistência familiar aos insanos em São Paulo. *Revista Médica de São Paulo*. São Paulo: Ano XII, p. 341-342, 1909c.
- Rocha, FF da. Necrologia. *Revista Médica de São Paulo*. São Paulo: Ano XII, p. 434, 1909d.
- Rocha, FF da. O que é um paranóico?. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de Out. 1910a.
- Rocha, FF da. Que é um paranoico? *Revista Médica de São Paulo*. São Paulo: Ano XIII, s/n, pg. 364-367, [1910b.]
- Rocha, FF da. O Salvarsan na paralisia geral. *Revista Médica de São Paulo*. São Paulo: Ano XV, nº 02, pg. 21-23, jan. 1910c.
- Rocha, FF da. Os alienados perigosos e o código penal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 de Fev. 1911a.
- Rocha, FF da. Os alienados perigosos e o código penal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de Dez. 1911b.
- Rocha, FF da. Contribution à l'étude de la folie dans la race noire. *Revista Médica de São Paulo*. Ano XIV, p. 1911c.

- Rocha, FF da. Os alienados perigosos e o código penal. *Revista Médica de São Paulo*. São Paulo: Ano XIV, nº 23, p. 437-440, dez.1911d.
- Rocha, FF da. Assistência a alienados em São Paulo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 de Dez. 1912.
- Rocha, FF da. Alcoolismo e loucura. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 de Ago. 1918
- Rocha, FF da. Do delírio em geral. Preleção do curso de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina de São Paulo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de março de 1919.
- Rocha, FF da. Assistência a alienados. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de Ago. 1920a.
- Rocha, FF da. Psicologia do boato. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de Out. 1920b.
- Rocha, FF da. Assistência a alienados – solução encaminhada. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 de Nov. 1920c.
- Rocha, FF da. Mitos e Lendas na Loucura. *Gazeta Clínica de São Paulo*. São Paulo: Publicação Médica Paulista. Ano XVIII, nº 2, p.19-21. fev.1920d.
- Rocha, FF da. Esclerose e bolchevismo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de Jul. 1921a.
- Rocha, FF da. Loucos de todo o gênero no código civil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 de Nov. 1921b.
- Rocha, FF da. Filosofia da História. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de Jan. 1922a.
- Rocha, FF da. Psicologia da Superstição. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de Nov. 1922b.
- Rocha, FF da. Aleijados do Cérebro? *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de Out. 1924.
- Rocha, FF da. Asilos regionais. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 de Set. 1925.
- Rocha, FF da. O exame médico pré-matrimonial. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05 de Jan. 1926.
- Rocha, FF da. Combate ao Alcoolismo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 de Dez. 1927.
- Rocha, FF da. A psicologia de Freud. *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise. Vol.01, nº 01, p. 7-23, 1928a.

- Rocha, FF da. Os mitos e lendas na loucura. *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise. Vol.01, nº 01, p. 7-23, 1928b
- Rocha, FF da. Livro contra livro. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02 de Jan.1929.
- Rocha, FF da. Sobre a Psicanálise. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 de Fev. 1930 a.
- Rocha, FF da. *A doutrina de Freud*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1930 b.
- Rocha, FF da. No reinado da fraude. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de Jun. 1933.
- Rocha, FF da. Hospícios de São Paulo: Fragmentos de Psiquiatria. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. Ano VI, nº 3, p. 164-179, set. 2003.
- Rocha, FF da.; SILVA, ACP e. *A demência paralytica em São Paulo*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1923.
- Rodrigues, RN. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s/d.
- Rosen, G. *Da polícia médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- Russo, JA. A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX – Da vanguarda modernista à rádio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ. Rio de Janeiro. Ano 02, nº 01, p. 51-61, 1º Sem. 2002.
- Sem autor. Dr. Franco da Rocha: No hospital de alienados do Juquery. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de Abr. 1928.
- Sem autor. Dr. Franco da Rocha. *Revista de Medicina*. Ano VII, nº 24, Vol. IV, p. 64-69, mai. 1923.

Data de recebimento do artigo: 27/05/2010
Data de aprovação: 15/09/2010
Conflito de interesse: nenhum declarado.
Fonte de Financiamento: Nenhuma declarada.

A constituição de identidades médicas no Brasil pré-republicano: apontamentos sobre a clínica e a experimentação¹

The constitution of medical identities in Brazil pre-republican: notes on the clinical and trial

Luiz A. de Castro Santos²

Resumo. A construção da “identidade médica” no Brasil desde meados do Oito-centos é o foco do presente ensaio. Um elemento chave dos processos identitários é a tensa relação entre “imagens” profissionais, bem como as condições institucionais de sua produção, introjeção e projeção. Neste sentido, procurar-se-á relacionar as trajetórias pessoais e profissionais de dois médicos paulistas do século XIX, aos contextos históricos e processos sociopsicológicos que as constituíram.

Palavras-chave: Brasil: 2º. Reinado; Brasil: Primeira República; medicina clínica; experimentação; história da medicina.

Abstract. *The construction of medical identity “in Brazil since the mid-nineteenth century is the focus of this paper. A key element of identity processes is the tense relationship between “images” professionals as well as the institutional conditions of its production, introjection and projection. Thus, an attempt will be to relate the personal and professional trajectories of two doctors in São Paulo in the nineteenth century, the historical contexts and socio-psychological processes that constitute them.*

Keywords. *Brazil: 2. Reign; Brazil: First Republic, clinical medicine, experimental, history of medicine.*

¹ O presente texto é uma edição revista de uma comunicação proferida em Paris, no Institute Pasteur, durante o Seminário sobre “Les maladies parasitaires au Brésil, naissance d’une nosographie (1880-1935) », entre 3 e 5 de julho de 2005.

² Luiz Antonio de Castro Santos é Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Medicina Social). Endereço residencial: Condomínio Village Itaipava, Casa 19, Petrópolis, RJ, Cep 25745-070. Contato: lacs@ims.uerj.br

Introdução

Les plus structurées des professions: celles que ce mot seul, elliptique et solennel, designe dans la langue anglaise: (...) leur recrutement sévère, leur discipline intérieure, leur vieille tradition, et sans doute leur importance sociale (...). On pourrait traduire: professions ordonnées, signifiant par là que c'est dans un ordre qu'elles trouvent leur principe d'intégrité et de durée (Jean-René Tréanton, 1960, p. 73).

Biografias são irrelevantes se não forem situadas diante de questões maiores, relativas à sociedade de sua época. Duas biografias de médicos do século XIX – pai e filho, descendentes de antigos povoadores do Vale do Paraíba, em São Paulo – são aqui discutidas. Ao apresentá-las, busca-se discutir, em primeiro lugar, a relação entre a medicina clínica e a chamada “medicina experimental” ao longo do século e, em segundo lugar, o modo pelo qual “identidades médicas” eram forjadas pela inserção pessoal diante dos mundos da clínica e da ciência, no cenário do Brasil Império. A narrativa centra-se nos dois facultativos: na figura do pai, médico de grande clientela em todo o Vale; e em seu filho, médico positivista e chefe político de renome. Procurarei tomar uma posição de cautela diante de literatura recente, que contesta uma visão consagrada sobre a suposta *ruptura entre uma etapa pré-científica ou metafísica da medicina brasileira em relação a outra, científica, fundada (...) no método experimental* (Edler, 1996, p.290-291). Esta recente literatura, de excelente qualidade, tem indicado com precisão os problemas e equívocos no estabelecimento de linhas de rupturas muito fortes, que refletiriam linhagens historicamente opostas, sequenciais e irreconciliáveis: de um lado, os médicos *supostamente retóricos, anticientíficos, isto é, aqueles que rejeitavam as teses pastorianas; do outro, os verdadeiros luminares da medicina experimental, Oswaldo Cruz à frente* (ibid: p. 290). Em trabalhos inspirados, historiadores como Flavio Coelho Edler e Jaime Benchimol (1995) e antropólogos como Sérgio Carrara (1996), vêm procurando mostrar que a pesquisa experimental científica no país – expressa em contribuições acadêmicas efetivas e na participação ativa na comunidade das profissões imperiais – é mais antiga do que supõem autores que reforçam a metáfora da “ruptura”. Mais antiga, sem dúvida. Manifestações articuladas de modo sistêmico, dificilmente. O que proponho não é uma reviravolta conceitual ou interpretativa. Meu

argumento é na verdade bastante simples: é inegável a existência de manifestações claras de apego a novos padrões de cientificidade, a exemplo do famoso grupo “tropicalista” da Bahia em meados do século XIX, em oposição à ênfase nas doutrinas e na especulação, tanto no ensino como nas práticas médicas. Este será um ponto discutido em detalhe no presente ensaio. Trazer à tona tais manifestações seguramente precursoras tem sido uma inegável contribuição da recente historiografia. Do ponto de vista sociológico, entretanto, estão ausentes os processos de institucionalização das práticas e saberes de núcleos ou grupos, a constituição de redes de interação efetivas e duradouras, a propagação das idéias de homens de ciência renovadores – como o turbulento Domingos José Freire, retratado por Jaime Benchimol – por meio de *instituições* de ensino e de investigação científica. Em outras palavras, essas manifestações absolutamente pioneiras precisam “fazer sistema”, precisam constituir uma constelação ou configuração de instituições que desencadeiam processos, escolhas e ações e dão sentido àquelas manifestações. Essas configurações mais amplas não se deram tão cedo como defende a historiografia recente. Em texto importante, Luiz Otávio Ferreira (Ferreira, 1993), ao discutir *rumos e metamorfoses* da medicina clínica européia no século XIX, toca em dois pontos cruciais: menciona primeiramente *a reorganização radical da percepção médica* (minha ênfase, p. 46) – a isto me permito chamar a instauração de um sistema de saberes e práticas da medicina. A segunda noção refere-se aos *caminhos cruzados* da medicina da época (p. 45) – parece-me que deveríamos reter este aspecto, para entendermos o que se passava nas décadas finais do Império. Um entrecruzamento de saberes no campo clínico e no campo experimental não deve afastar a hipótese de que saberes que se cruzam e se fecundam todavia podem seguir caminhos ou configurações próprias. São “mundos de percepção médica” que, não obstante possam apresentar interfaces, mantêm-se, por longo tempo, confinados a contextos diversos e, por que não, até opostos. As rupturas podem não constituir a melhor metáfora para dar significado à diversidade histórica de contextos, mas é difícil rejeitar *in totum* a noção de descontinuidade, que sugere caminhos que se cruzam, mas logo se distanciam, em movimentos não lineares, refletindo a persistência de configurações distintas.

Ao discutir as trajetórias profissionais e pessoais de médicos pertencentes a duas gerações, no decorrer do século XIX no Brasil, procurarei postular a existência e a persistência da medicina clínica como **sistema**,

até pelo menos o início do período republicano. Nesse sentido, coloque-me em boa medida em sintonia com a literatura que tem recebido pesada crítica da historiografia recente. Viver no interior de um sistema de idéias e práticas dominantes significava, para um médico brasileiro do século XIX, referenciá-lo, e referenciá-las, no cotidiano dos “mundos da vida”. Mais ainda, esta inserção por assim dizer fenomenológica impunha limites à medicina clínica: ao menos até que condições objetivas, materiais e institucionais, permitissem resistências e fortes contestações, aqueles atores dificilmente poderiam orientar-se para a medicina experimental. Isto, em que pesem as interfaces entre os campos da medicina clínica e da experimental, reveladas pela literatura.

Identidades médicas em formação na periferia: o olhar da sociologia histórica

Desde que George Herbert Mead estudou *o eu social* e as interacionistas avançaram ainda além com a distinção entre *imagens do self*, um texto sobre a construção de identidades médicas deverá focalizar os padrões de auto-imagem profissional e política, as imagens *apresentadas* socialmente e as imagens *desejadas* por esses atores profissionais.

Discutir a formação de identidades médicas há cem anos ou mais no Brasil, com base nas conceituações sobre “identidade” é, em si mesma, uma tarefa difícil, que não se torna mais fácil se estiver em pauta “apenas” o engendramento de identidade entre um grupo distinto de profissionais, sejam eles médicos, enfermeiros, políticos ou advogados. A busca e o crescimento de identidade pessoal, de grupo ou coletiva, é um tema fascinante, mas traz a mesma dualidade de fascínio e estranheza que um conceito deve ter para um epistemólogo: ele poderá tentar apreender os significados e complexidades de um conceito, suas formas tortuosas e explícitas, mas nunca chegará realmente a apreendê-los inteiramente. Se falarmos de identidades humanas, certamente estamos tratando de um “conceito indemonstrável”, no modo como Immanuel Kant o trataria. No entanto, o raciocínio sociológico se aventura a conquistar o território dos fenômenos por meio de técnicas de explicação de seus fundamentos empíricos. Surpreenderia os leitores o fato de que os cientistas naturais também se envolvem com noções diferenciadoras de vetores e parasitas – isto é, com

suas “identidades”, suas fases de mutação, seus ciclos de vida? Embora seja também uma tarefa atraente, apreender e explicar a identidade de coletividades sociais, em sua mutação e permanência, não é uma tarefa de Sísifo menor para as Ciências Humanas.

Eça de Queiroz, gênio representativo de seu século, acreditava firmemente nos dogmas da Ciência. Entretanto, por que ele escolheu pôr sobre os ombros de João da Ega, seu celebrado personagem em *Os maias*, nada menos do que a carga de escrever um livro sobre as “Memórias de um átomo”, e descrever seu papel no desenvolvimento do Universo? Por que Ega se orgulharia dessa maravilhosa aventura em antropomorfismo e apreensão de identidades? Mas se Ega não se negaria a capturar a “vida íntima” de um átomo (ou talvez de um protozoário?), aceitaria arriscar uma definição de identidades de um grupo social?

E, no entanto, é preciso aventurar. Falar de identidades é, desde logo, levantar pistas sobre status, poder e riqueza. Suponhamos uma longa viagem com Eça, para o nosso lado do Atlântico, para encontrarmos o marido traído de Maria Eduarda da Maia. Ele era um brasileiro rico, um “brasileiro trigueiro”, um “rastaquera”, nas palavras do traidor, Carlos da Maia. Carlos era médico, formado em Coimbra. No Brasil, como em Portugal, uma família de posses e poder tinha à sua disposição – até hoje! – os melhores profissionais. De um lado, uma pequena elite de latifundiários e comerciantes e, de outro, uma minúscula elite profissional de médicos, que se diplomava em duas Faculdades de Medicina, no Rio de Janeiro e em Salvador. Médicos, naqueles tempos iniciais, certamente pertenciam a um pequeno grupo profissional. Mas de modo geral não constituíam uma elite patrimonial. Sua busca por identidade tinha um selo distinto, já que raramente compartilhavam do horizonte social e cultural da classe latifundiária ou da nobreza estamental brasileira. As plantações de café e de cana-de-açúcar proviam bases pessoais e de classe tão fortes para os herdeiros que tornavam sem sentido quaisquer “problemas” de identidade entre as jovens gerações de latifundiários e comerciantes. Mas tal não se dava com os médicos brasileiros dos séculos passados, que enfrentavam processos e escolhas difíceis de formação de identidade. Vejamos a seguir alguns indicadores de um terreno minado: identidades profissionais fraturadas ou esgarçadas, particularmente no ocaso do Império – que se distanciavam, no Brasil imperial, de identidades solidamente plantadas como as de um Barão de Torres Homem, médico da Imperial Câmara, professor

de Clínica Médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, *típico chefe de escola*, no dizer de Lycurgo Santos Filho (1991, p.133).

Historiadores que se debruçam sobre o tema da identidade nem sempre propõem definições objetivas do conceito, ao gosto dos sociólogos. Julyan G. Peard, uma historiadora da San Francisco State University, discutiu “identidades médicas” no Brasil, sem, no entanto, se preocupar em definir o conceito. Refiro-me especialmente a um artigo, publicado no *Hispanic American Historical Review* (Peard: 1997), intitulado “Tropical disorders and the forging of a Brazilian medical identity, 1860-1890”. Seu estudo focaliza os últimos quarenta anos do nosso muito peculiar regime monarquista, governado por um Imperador dedicado à ciência natural, esclarecido, que reinou sobre um enorme país com 4 milhões de escravos africanos e um punhado de nobres orgulhosos de suas doutrinas liberais (*sic*). O trabalho de Peard é um esforço importante no campo da história médica e antropológica. Foi em Salvador, revela a autora, a primeira capital do Brasil, que algumas dezenas de estudiosos “tropicalistas” mostraram os primeiros sinais de identidade profissional no campo da medicina social e da saúde pública. O fato de um pequeno grupo de médicos se dedicar à definição e ao estudo da história natural das “doenças tropicais” não é de pouca importância, porque sua própria existência na periferia do capitalismo do século XIX é, por si só, um fenômeno histórico intrigante. Voltarei a esse tema num momento. Antes, procurarei justamente sugerir alguns significados para a noção de “identidade”.

Primeiro, vou correr o risco de tomar de empréstimo um conceito das ciências naturais. Refiro-me à definição atual de “imunologia” nos dicionários médicos. De acordo com o *Dorland's Medical Dictionary*, 24ª edição, a imunologia é definida como *aquele ramo da ciência biomédica que trata das respostas do organismo a desafios antigênicos, o reconhecimento do self e do não self (the recognition of self and not self) (...)*. Algum sociólogo teria penetrado sorrateiramente na equipe editorial e colaborado com esta definição identitária sem ser notado? O fato é que a definição nos surpreende como muito próxima ao olhar da sociologia, pois basta substituímos as palavras relativas às “resposta do organismo a desafios antigênicos” por “respostas da ação humana a desafios situacionais”.

As ciências humanas devem ao filósofo norte-americano George Herbert Mead, nascido em 1863, o conceito, amplamente conhecido, de “social self”, que orientou diversas gerações de sociólogos de primeira linha

como C. Wright Mills e Hans Gerth. Esses dois sociólogos, um alemão, o outro, norte-americano, discutiram “imagens do eu”, um conceito que nos leva de volta ao sociologismo disfarçado do Dicionário de Dorland e às ideias de “eu e não eu”, do “self” e do “not self”. Para a ciência social, estamos diante de um conceito fundamentalmente situacional, baseado no dar e receber da interação social. Ao nos debruçarmos sobre as identidades e reciprocidades sociais, importa pouco contemplarmos as imagens “supostamente reais” que vestem, como máscaras, as identidades. Todos nós somos em parte o que achamos que somos, o que outros pensam que somos e o que achamos que os outros acham que somos. Mas uma das referências que orientam a ação pessoal é a “imagem desejada”, ou seja, o que *esperaríamos* que outros pensassem a nosso respeito. Esses espelhos e máscaras, para lembrar os pensamentos perspicazes do sociólogo Anselm Strauss, constituem os principais vetores de uma busca identitária (Strauss, 1992; Gerth e Wright Mills, 1973). Outra contribuição importante vem de Reinhard Bendix, o grande intelectual weberiano, de origem alemã, que também remete a Mead para sintetizar as principais dimensões do conceito. Cito:

Os sentimentos de [auto-estima pessoal e coletiva] não são definidos apenas pelas relações de uma pessoa com o processo de trabalho e o uso de suas faculdades nesse processo. São definidas (...) pela rede de suas interações com outras pessoas significativas para ele, na qual o papel ocupacional de uma pessoa é uma fonte importante de identidade, mas apenas uma entre muitas. (Bendix, 1956: XXXII; as palavras em itálico são minhas).

Em sua referência ao papel ocupacional, Bendix enfatiza inicialmente as bases *profissionais* da identidade, e depois cruza o território do trabalho para alcançar o território mais vasto da interação humana, como uma base para a identidade grupal. Desse modo, ele junta as lições de Max Weber sobre a situação de classe às de George Herbert Mead sobre o Eu social. A contribuição de Mead, desse modo, fica firmemente enraizada no conceito de *outras pessoas significativas*. Isso quer dizer, minha imagem “desejada” é, em grande parte, o produto das expectativas do papel que outros depositam em mim. Quem são essas “outras pessoas” tão significativas para a elaboração da minha auto-estima, ou para a elaboração de um sentimento profissional de pertença, ou ainda, um sentimento de fazer parte de uma identidade coletiva?

Recuperemos o cenário da Bahia dos tempos do Império e de seus festejados médicos “tropicalistas”, dedicados à pesquisa sobre epidemias tropicais e a reflexões sobre o atraso nacional. Era um pequeno grupo de projeção social no acanhado mundo da elite baiana, na capital de menos de 100.000 habitantes, em meados do século.³ Quais seriam as bases de prestígio e honra – as bases identitárias – de sua profissão ou, por outra, as bases profissionais de sua identidade pessoal? Nossos cientistas tropicais viam o mundo com lentes multifocais – ou melhor, bifocais – ajustadas para enquadrar o que estava acontecendo na corte do Rio de Janeiro⁴ e, talvez com um foco ainda mais preciso, ajustadas para a interação com seus pares na Alemanha, Grã Bretanha e França. É claro, havia um grupo que os tropicalistas desdenhavam e pediam a Deus que os tornasse seus “insignificant others” (para retomar o conceito interacionista): refiro-me, é claro aos seus pares da Faculdade de Medicina da Bahia. O historiador Donald B. Cooper, aliás, relatou a mesma aversão dos docentes da Faculdade de Medicina em relação ao círculo dos tropicalistas, criticados como *estrangeiros intrometidos* (Cooper, 1975, p.676). No círculo mais fechado dos tropicalistas, Julyan Peard destaca o doutor Otto Wucherer (1820-1875) como o personagem mais catalisador do grupo (Peard, 1997, p.4)⁵. Wucherer, descendente de alemães e portugueses, nasceu no mesmo ano que seu colega do grupo, o escocês John L. Paterson, e era mais velho seis anos do que o doutor Silva Lima, descendente de portugueses. Dos três conhecidos líderes tropicalistas, só Silva Lima se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1851. Wucherer se formou em Tubingen e Paterson em Aberdeen, os dois em 1841. Desse modo, esses três “estrangeiros intrometidos” praticavam a medicina desde os anos 1840 e 1850, em uma cidade tropical mais para sonolenta⁶, ganhando sua vida com a prática

³ Em 1872, Salvador era basicamente uma cidade “não branca” de 108.000 habitantes, em que os negros contavam quase 20% e os mulatos, 44% do total. Os dados são da historiadora Kátia M. de Queiroz Matoso, citados por Peard (Peard, 1997: 30). A porcentagem de “não brancos” era, provavelmente, muito maior, em razão das ambigüidades de auto-identificação racial na camada superior da sociedade.

⁴ E. Bradford Burns indica que a população da capital do país em meados do século pouco excedia “um quarto de milhão” (Burns, 1970, p.129).

⁵ Salvo indicação em contrário, nas páginas a seguir seguirei de perto a discussão de Peard em seu artigo HADR (Peard, 1997).

⁶ Peard comenta em sua tese de doutoramento: “apesar de um constante declínio econômico a partir de meados do século XIX, a cidade da Bahia permaneceu uma florescente cidade comercial durante

privada (Wucherer e Paterson estabeleceram uma clientela entre as comunidades estrangeiras, como também foi o caso, depois da virada do século, com nossos primeiros médicos italianos em São Paulo – cf. Salles e Castro Santos, 2001).

Wucherer é o nosso principal ator na trama, se aceitarmos a afirmação de Peard de que foi ele quem *elaborou a identidade do grupo, estabeleceu seu programa de pesquisas e o tornou visível na imprensa médica européia* (Peard, 1997, p.4). A autora designa um conjunto completo de atributos nessa afirmação concisa e, ao fazê-lo, cita um trabalho importante sobre a medicina tropical na Índia do século XIX, escrito pelo historiador Mark Harrison: para ele, um campo institucionalizado significa *uma disciplina dotada de seus próprios periódicos, instituições, qualificações e um discurso exclusivo* (citado em Peard, 1997: 2-3)⁷. No caso dos Tropicalistas, seus personagens centrais estabeleceram, de fato, um discurso de pesquisa experimental em saúde pública, fundaram um respeitado periódico médico – a *Gazeta Médica da Bahia* – e cooptaram um pequeno número de médicos bem qualificados para seu programa de pesquisa. Entretanto, como Peard e muitos outros autores notaram, *faltou aos Tropicalistas o estabelecimento de uma tradição duradoura em medicina tropical* (Peard, 1997, p.3). Não foi exclusivamente uma questão de números. Um pequeno número de iniciados não representava o obstáculo mais sério para o processo de institucionalização. Peard deveria ter enfatizado a ausência de um importante pré-requisito: a criação de uma instituição dedicada à pesquisa não estava entre as muitas realizações de Wucherer.

Devido à sua relação com o contexto social mais amplo, as instituições podem se beneficiar de um clima favorável ao que Ben-David uma vez chamou de *carreiras regulares na ciência* (Ben-David, 1960). Mas instituições jovens muitas vezes precisam passar por um processo de fermentação; precisam de espaço para respirar. O clima era rarefeito na provinciana Bahia. Não nos iludamos pela simples presença de cientistas “estrangeiros”: as condições de sua presença são elementos que merecem

toda a era imperial” (Peard, 1990, p.87). Esta afirmação sobre uma vida comercial “florescente” ou próspera deve ser reconsiderada, não apenas em razão do mencionado declínio econômico de Salvador, mas também em vista das limitações impostas por uma pequena população.

⁷ Mark Harrison, “Tropical Medicine in nineteenth century India”, *British Journal for the History of Science* 25 (1992): 299-318 (citado em Peard, 1997, p.2-3).

atenção. As comunidades alemã e britânica na capital eram responsáveis pela presença daqueles “estrangeiros intrometidos” entre os médicos baianos. Note-se ainda que o fluxo de imigração para a Bahia, por ser muito reduzido, não tinha impacto sobre a economia do estado ou sobre a economia nacional, como iriam ter os imigrantes europeus quarenta ou cinquenta anos mais tarde sobre as regiões cafeeiras de São Paulo. É verdade, como notou um arguto historiador, que as luzes de “civilização” se espalharam da Bahia por toda a região do nordeste nas últimas décadas daquele século (Hardman, 1988, p.71). Uma centelha dessas luzes brilhantes podia ser vista na Exposição de 1875 da Bahia, quanto “*tout le petit monde*” da Bahia e dos estados vizinhos “*allait à l’Expo*”⁸. Mas esses vestígios de animação estavam longe de serem duradouros. As condições econômicas desfavoráveis, tanto nos setores da agricultura como no setor têxtil, criavam poucas oportunidades para o progresso médico ou para as instituições médicas no estado.

Apenas no estado de São Paulo a força de trabalho sentiu o impacto da imigração europeia. São Paulo patrocinou o crescimento de uma profissão médica de descendentes de italianos desde as primeiras décadas do século XX (Teixeira, 1995; Salles e Castro Santos, 2001). Aqui, os imigrantes, junto com um meio econômico e cultural vigoroso, geraram instituições robustas de ciência e um modelo para o sistema nacional de saúde pública no Brasil. Essas condições estavam ausentes na Bahia. Na verdade, em termos marxistas muito rudes, não havia “condições objetivas” para o desenvolvimento de ciência biomédica na Bahia. Em São Paulo, o doutor Geraldo H. Paula Souza, durante muito tempo diretor do Serviço Sanitário, tinha uma forte aversão “aristocrática” pelo italiano nato Carini⁹, que dirigia o *Instituto Pasteur* em São Paulo. Não obstante, os dois profissionais falavam a mesma linguagem de ciência e saneamento, palavras-chaves no universo de instituições como Manguinhos, na capital

⁸ Hardman (1988: 71-78) faz uma discussão detalhada sobre as exposições europeias e norte-americanas entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A periferia copiava o modelo com alguma criatividade – o Brasil não era exceção – mas é tentador considerar Exposições “Industriais e Comerciais” como as da Bahia como um sinal ousado e ilusório de uma pequena elite de empresários.

⁹ Para Paula Souza, Carini não passava de um médico atrás de fortuna rápida (cf. carta de G.H. Paula Souza para W. Rose, do International Health Board, Fundação Rockefeller, 11 de agosto, 1921, “Faculdade File”, Volume II, Serie 305-A, Rockefeller Archive Center). Ver também Salles e Castro-Santos, 2001: 390.

federal. O Rio de Janeiro, a populosa metrópole nacional, podia muito bem passar sem o incentivo da imigração europeia. A evolução das instituições e serviços de saúde pública no Rio de Janeiro – além da geração da elite profissional no campo médico – era em grande parte uma criação do estado nacional. As instituições e as profissões no campo da medicina e da saúde, desse modo, faziam parte de um processo geral de criação da burocracia estatal na capital do país.

Duas gerações de médicos brasileiros do século XIX

Uma breve história familiar irá acentuar alguns aspectos da identidade profissional entre os médicos, em meados do século XIX, e ajudar a estabelecer alguns contrastes com os Tropicalistas da Bahia. São nossos atores pai e filho médicos, criados nas prósperas regiões cafeeiras do Vale do Paraíba, na província de São Paulo, e se formaram nas duas únicas Faculdades de Medicina existentes no Brasil naquela época, em Salvador e na capital do país. O nome do pai era José Manuel de Castro Santos (1822-1874). Quando se diplomou pela Faculdade de Medicina da Bahia, tinha 24 anos¹⁰ (Santos Filho, 1960, p.6). Sua biografia profissional é muito discreta. Do mesmo modo que as biografias de seus próprios colegas, acadêmicos de medicina, seus tempos na Bahia contrastavam com o culto ou cultivado “mundo social” dos Tropicalistas. A noção de mundo social, cunhada por Anselm Strauss (Strauss, 1992), acentua os múltiplos aspectos das biografias pessoais e a amplitude dos círculos sociais nos quais elas se inseriam. José Manuel saiu de sua cidade natal, Guaratinguetá, na província de São Paulo, para estudar medicina no Rio de Janeiro; mas, depois de morar alguns meses na Corte, dirigiu-se para Salvador, onde ele era um dos muito poucos “sulistas” a escolherem a escola baiana. De acordo com Santos Filho (*ibid*: 6), ele provavelmente foi mal sucedido em seus estudos no Rio de Janeiro e terminou por optar pela mudança para Salvador, em cuja Faculdade de Medicina matriculou-se em 1841. Neste ano, Otto Wucherer acabava de se diplomar em Tübingen. Peard enfatiza que, na época, a Alemanha estava desempenhando um *papel de liderança*

¹⁰ Desde meus tempos de estudante, devo aos conselhos, ensinamentos e publicações de Lycurgo Santos Filho, historiador da medicina brasileira, muito do que aprendi sobre a vida desses médicos paulistas.

em medicina experimental (Peard, 1990, p.36). Mesmo que o grupo tropicalista não viesse a atingir um grau de coesão e projeção senão nos anos de 1860, Wucherer e seus companheiros poderiam ter desempenhado um papel de modelo para a periferia baiana, desde 1843, quando Wucherer já residia em Salvador: ele representava um novo tipo de carreira na medicina, com uma ênfase em técnicas de laboratório, uma abordagem diferente sobre a etiologia das doenças, um interesse em enfermidades tropicais infligidas sobre uma população miserável.

Imaginem os padrões de sociabilidade de estudantes e profissionais de medicina no dia-a-dia da capital baiana. Independentemente das diferentes orientações daquele período na medicina baiana, o laboratório ou a abordagem clínica tradicional, podemos imaginar que José Manuel, Otto e seu jovem grupo tropicalista provavelmente compartilhavam as mesmas pensões e os mesmos restaurantes populares da “Cidade Baixa”; conversaram, dançaram e flertaram com as mesmas moças; possivelmente conheceram as mesmas prostitutas e adquiriram nas noites de Salvador suas primeiras febres tropicais... É difícil imaginar que José Manuel e seus colegas de medicina, ou qualquer jovem médico como Otto, pudessem criar padrões de comensalidade próprios ou exclusivos na pequena Salvador. Isto, quanto às fruições da vida diária ou aos padrões de sociabilidade. Isto não impedia que as orientações para a vida da “ciência” continuassem insuladas e segmentadas. Os jovens médicos como Wucherer e Paterson não conseguiram transmitir suas inovadoras práticas científicas, enquanto os métodos antigos resistiam a transformações, cultivados pelos membros do corpo da Faculdade de Medicina e aceitos sem crítica. Os temas das teses defendidas pela turma que se formava ao longo da última década do século revelam como estavam longe da “medicina de laboratório” ou dos interesses em saúde pública dos Tropicalistas: apenas dois, entre quase duzentos trabalhos enumerados por Peard, estavam intimamente afinados com pesquisa científica ou saúde pública. Um desses trabalhos, pelo formando em medicina José Manuel de Freitas, focalizava a “polícia médica” em Salvador (1852). Outra tese, de A.J. Santos, discutia o *regime sanitário* da época (1881) (Peard, 1990, p.402-407). A tese do próprio José Manuel de Castro Santos discutia o princípio vital da inteligência, associando-a ao *sistema frenológico* (Santos Filho, 1960, p.7-8). Além de ser completamente alheio aos temas relevantes à prática médica em sua província natal, onde a população rural – tanto a rica como a pobre – era

assolada por doenças tropicais, o trabalho de José Manuel era muito provavelmente um texto do tipo “corta e cola”, inspirado em algum luminar de Portugal ou da França. Não é de surpreender que o corpo docente da Faculdade de Medicina também fosse alheio aos interesses de pesquisas que atrairiam a atenção dos Tropicalistas nos anos seguintes.

Um aspecto se destaca claramente naquela época, ou seja, a distância entre o mundo dos estudantes de medicina e seus mestres, por um lado, e a visão científica de Wucherer e seu pequeno grupo, pelo outro. Com a passagem do tempo, Otto Wucherer e seus companheiros teriam de estabelecer um tipo de matriz de comunicação com os estudantes de medicina e o corpo docente que se estendesse além dos interesses mais para mundanos do último, especialmente seu louvor pela posição e a mobilidade social, além de sua busca pragmática por uma clientela que pagasse bem. Entretanto, os Tropicalistas não foram capazes de eliminar tais barreiras de comunicação, profundamente arraigadas, e não conseguiram conquistar muitos seguidores para seus novos princípios e práticas de medicina social. Com a possível exceção da capital federal do Rio de Janeiro, ser um médico bem sucedido no século XIX não exigia a extensa gama de conhecimentos compartilhados por Wucherer e os Tropicalistas. Na verdade, uma das questões centrais para os estudantes de medicina em Salvador era a ascensão social e o reconhecimento pela sociedade. Julyan Peard aborda essas questões, que denominamos as “imagens sociais desejadas” entre os estudantes e cita, a esse respeito, o historiador baiano Ordival Cassiano Gomes: “A medicina, pelo menos na Bahia, foi profissão de gente pobre, dos filhos de comerciantes sem grande cabedal ou mesmo para os filhos de operários, de pequenos burgueses” (...) ¹¹. O número de médicos mulatos já era grande na época, e a composição racial era reproduzida na Faculdade de Medicina. Um dos colegas da mesma geração de José Manuel, de nome Tiburtino Moreira Prates, escreveu sua “dissertação” em 1848, focalizada na suposta “identidade da espécie humana” (*sic*), mas na verdade interessada na composição racial dos baianos. Prates escreveu a respeito de seus colegas na Faculdade de Medicina:

¹¹ O Cassiano Nunes, *Manuel Vitorino Pereira, médico e cirurgião* (Livraria Agir, Rio de Janeiro, 1957, p. 29), citado em Peard, 1997, p.8.

*[...] mais de cem estudantes frequentam a Escola de Medicina desta cidade: a metade são incontestavelmente mulatos; dos outros sabemos que muitos são quintões (...); de outros ignoramos a genealogia; e assim os que são incontestavelmente da raça caucasiana pura (sic) não passam de vinte*¹².

Essas questões de raça e mobilidade social estavam intimamente correlacionadas, porque a última favorecia o “processo de embranquecimento” de um homem de “pele escura” e origens humildes. Não havia muito que um Tropicalista que tivesse estudado na Europa pudesse esperar desses “mundos sociais” tão limitados e modestos da medicina baiana, que diferiam da Escola de Direito, preferência da elite abastada.

A carreira profissional de José Manuel, na verdade, foi muito mais bem sucedida do que se podia esperar da descrição de Prates. Ao voltar à província de São Paulo, ele dedicou a vida inteira a uma próspera clientela particular no Vale do Paraíba. A não ser por algumas poucas ocasiões (uma das quais foi motivo de grandes festas, uma curta viagem a Paris e a Roma), José Manuel nunca saiu de sua província natal. Sua trajetória profissional foi facilitada pelo fato de ele pertencer, embora não inquestionavelmente, aqueles “da raça branca” (descendia, em linha direta, do bandeirante conhecido como Manuel *Preto*, o que por certo dizia algo de seu “branqueamento”). Mas sua carreira bem sucedida deveu-se especialmente ao seu ambiente social, como filho de um juiz almotacé e genro de um político destacado na região, deputado provincial e próspero fazendeiro de café (Santos Filho, 1989, p.8). Ele morreu em 1874, aparentemente de disenteria amebiana, uma enfermidade que Wucherer poderia muito bem ter diagnosticado, diferentemente dos mestres de José Manuel na faculdade baiana.

Lycurgo de Castro Santos (1853-1893), também nascido e criado na cidade de Guaratinguetá, era aluno da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro quando José Manuel morreu (Santos Filho, 1960, p8, 14, 18). Ao contrário do pai, cujo processo identitário fora marcada por um clima intelectual provinciano, e cuja “imagem desejada” era tão inadequada para empreendimentos científicos, o filho logo foi mergulhado em um ambiente cultural e intelectual diferente, em meio aos seus colegas na ca-

¹² Gilberto Freire menciona o dr. Prates em *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Editora Global, 14a. edição, 2003, pp. 763-764 (citado em Peard, 1997, p.30).

pital do país. Lycurgo se aproveitou dos novos horizontes científicos – na maior parte europeus e principalmente franceses – que podiam ser contemplados da capital do Brasil. É bastante difícil atribuir à Faculdade de Medicina da época um interesse real pela “medicina de laboratório” – a palavra-chave para Wucherer e seus colegas. Mesmo assim, as duas gerações – a de José Manuel e a de Lycurgo – estavam bastante afastadas em seus comprometimentos e aspirações profissionais. Eles se inseriam em mundos sociais diferentes. Os processos de socialização entre os estudantes de medicina no Rio de Janeiro envolveram Lycurgo desde bem cedo em seus anos de graduação (1870-1876). Suas redes sociais, ou seja, suas matrizes de comunicação interpessoais abriram novas possibilidades muito cedo em sua carreira na medicina. Sua coorte era bastante ativa na vida política da capital da nação e, como republicanos declarados, contrários ao regime monarquista e à escravatura, as duas instituições pareciam a eles estarem intimamente correlacionadas e tinham de ser depostas. O que atraía a jovem coorte de estudantes na Faculdade de Medicina era o Positivismo de Comte, embora Lycurgo e muitos colegas tomassem o partido de uma interpretação menos dogmática da filosofia comteana como uma ideologia geral de ciência e progresso, em vez de uma doutrina da “religião da humanidade” pregada por um grupo ortodoxo de positivistas (Castro Santos, 2003, p.251-263). A atração científica do positivismo não significava, para eles, um comprometimento com a medicina experimental ou a pesquisa médica. Era antes de tudo um investimento *intelectual ou filosófico* em favor do *método* científico e contra o espiritualismo. Nesse aspecto, Bacon era uma referência intelectual, levando a Comte e Stuart Mill. Esses autores, especialmente o filósofo francês, eram referências constantes nos artigos de Lycurgo na imprensa científica e diária de São Paulo e na corte. Sua dissertação na Faculdade de Medicina, defendida em 1876, tratava das *moléstias da medula alongada*. (Santos Filho, 1989, p.8). Logo, dentro um período bastante curto de vida, suas inclinações científicas e filosóficas revelariam um “homem de ciência”, embora – este é o ponto essencial – não um homem de ciência *aplicada*. Junto a colegas da Faculdade de Medicina, Lycurgo fundou dois (efêmeros) periódicos de medicina e era um colaborador profícuo. O filho de José Manuel, além disso, viajara para o estrangeiro. Mas, ao contrário da excursão de seu pai, a viagem do jovem médico ao exterior foi verdadeiramente uma experiência de aprendizado, durante dois anos. Aqui se impõe uma indagação:

por que não escolheu um estágio na Bahia, onde Lycurgo poderia buscar a orientação de colegas mais velhos, entre os discípulos de Wucherer? Mesmo que as luzes da Europa não brilhassem intensamente diante dos olhos de um jovem médico brasileiro, um obstáculo residia, como venho sugerindo, justamente na falta de institucionalização da ciência experimental na Bahia, que pudesse atrair médicos recém-formados nas regiões do sul do Brasil. Por outro lado, os interesses básicos de Wucherer e seus companheiros em doenças tropicais não estavam entre as prioridades de iniciação para Lycurgo e seus jovens colegas no Rio de Janeiro.

Durante dois anos na Europa, Lycurgo visitou centros médicos de dermatologia, em Viena, e de obstetrícia, em Paris. Essa experiência teria sido sua preparação, segundo seu biógrafo, para submeter-se a concurso para professor de Clínica Médica na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro (Santos Filho, 1989, p.11). Ainda assim, sua vilegiatura científica na Europa não constituiu, a rigor, uma verdadeira experiência de iniciação à pesquisa nos termos em que os Tropicalistas aconselhariam aos jovens médicos. Os comentários de Florian Znaniecki sobre a sociologia da ciência, particularmente sobre a carreira de um “especialista ativo”, são esclarecedores: *Quando um médico iniciante se subordina à orientação de uma autoridade famosa, (...) o que se busca não é teoria, mas um modelo para imitação prática* (Znaniecki, 1940, p.30-31).¹³ As carreiras na ciência médica entre os brasileiros do *fin de siècle* teriam de esperar um meio institucional mais favorável em seu próprio país, onde chefes de escola como Adolpho Lutz, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas apreciavam e estimulavam o trabalho de pesquisa, não a hábil imitação.

Lycurgo estava de volta ao Brasil em 1879. No interior paulista, envolveu-se com a clínica (foi, provavelmente, o primeiro obstetra a usar fórceps no Vale do Paraíba), mas logo se voltou para um papel ativo na vida política, tornando-se um membro proeminente no Partido Republicano e senador estadual. Preparando-se para postular uma docência na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Santos Filho, 1989, p.5-14), adoece gravemente. Os sintomas da doença não estavam suficientemente claros para o próprio médico ou para seus colegas. A tentativa de um diagnóstico corre-

¹³ “When a beginning medicine man subordinates himself to the guidance of a famous authority (...), when a young medieval artisan travels halfway across Europe to work and study under a renowned master of his craft, what is thought is not theory but a model for practical imitation” (Znaniecki, 1940, p30-31).

to exigiu nada menos do que dezessete consultas com outros profissionais renomados, que viajavam do Rio de Janeiro e de São Paulo até Guaratinguetá, desde o início de 1881, quando Lycurgo adoeceu. Entre os muitos especialistas que o atenderam, estava seu amigo Miranda Azevedo, que diagnosticou malária. O famoso líder positivista e republicano Pereira Barreto veio de São Paulo, discordou e decidiu que era tuberculose pulmonar. Finalmente, Lycurgo pediu o conselho de Júlio Rodrigues de Moura, também uma autoridade e um árbitro entre tantas opiniões. Moura confirmou a opinião inicial de Pereira Barreto. A enfermidade colocou um ponto final numa carreira promissora. Lycurgo ainda viveu doze anos, morando em seu chalé em Guaratinguetá e escrevendo sobre política para jornais de São Paulo, mas interrompeu sua carreira na medicina e na política militante.

A vida de Lycurgo fazia parte de uma rede social extensa de médicos, cujo teste principal era a capacidade de trazerem o melhor da medicina europeia para entender, diagnosticar e propor um “plano de ação” para o enfrentamento de uma enfermidade. No caso de Lycurgo, tivesse ou não o clima do Vale do Paraíba favorecido pulmões saudáveis, o clima profissional no interior do Estado de São Paulo produzia uma interação intensa entre os médicos, uma base conceitual comum para opiniões divergentes, quando em face de uma doença apresentando sintomas desconhecidos (Znaniacki, 1940, p.32); além disso, note-se que aos poucos se alteravam os “significant others” ou grupos de referência na ciência e na medicina. Ao contrário das origens de classes mais baixas dos estudantes de medicina na Bahia, os ex-colegas de Lycurgo no Rio de Janeiro pertenciam principalmente a famílias de classe média com formação profissional. Esses fatores foram fundamentais na construção de identidades médicas entre os jovens esculápios do sul do Brasil. Mesmo assim, trazer o melhor da medicina europeia não significava ainda estabelecer uma trilha independente para a pesquisa médica, como os Tropicalistas tentaram promover no nordeste e as primeiras gerações de Manguinhos e do Butantan iriam consolidar, no sul do país. O depoimento de Lycurgo, um dos redatores dos *Archivos de Medicina*, é revelador:

Quanto a nós [estudantes de medicina], contrista-nos a ideia de não podermos experimentalmente concorrer para evidenciar as ideias que abraçamos, pois falta-nos campo para investigações desta ordem. Quem há que ignore as contingências com que luta o estudante brasileiro? (Lycurgo de Castro Santos, 1874, citado por Santos Filho, 1989, p.9; o grifo é meu).

Considerações Finais

No presente ensaio, procurei definir alguns termos de uma equação complexa, que define, por sua vez, alguns elementos básicos da institucionalização da ciência. Esses elementos, a meu ver, faltaram aos tropicalistas na Bahia do século XIX. Além disso, sugeri o que podem ter sido os difíceis e tortuosos contextos de construção de identidades médicas em uma capital de província, naquela época. Mais uma vez, aqui me refiro ao que poderia ser denominada uma profunda fenda entre o self dos docentes e estudantes da Faculdade de Medicina e seus companheiros tropicalistas. A experiência posterior de Lycurgo na capital do país é claramente diferente da de seu pai em Salvador (mas, devo acrescentar, talvez não tão afastada se José Manuel tivesse se diplomado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em vez de em Salvador). As distinções de ambiente profissional e político contribuíram em grande parte para essas diferenças nas orientações culturais e científicas, inclusive a orientação médica em direção a modelos estrangeiros, bem como a capacidade de médicos locais desenvolverem práticas e especialidades a partir desses modelos. No entanto, antes dos tempos republicanos, que marcam um intenso processo de institucionalização da pesquisa científica no Rio de Janeiro e em São Paulo, é difícil sustentar uma hipótese de “mundo social” independente, centrado na pesquisa experimental, para Lycurgo e sua geração.

As condições para a consolidação de novas trilhas institucionais não se resumiam, por certo, à atração ou ao brilho das ciências e das exposições científicas europeias. A emergência de fatores ou condições materiais e políticas foi crucial, em particular quando ondas de imigrantes europeus foram trazidos para o sudeste brasileiro para substituir a mão-de-obra escrava. Os interesses nacionais se focalizaram na imigração como uma prioridade política e econômica. A necessidade de resgatar os portos da cidade e a população imigrante de epidemias devastadoras fez soar os sinos para o início da pesquisa médica e em saúde pública, bem como a sua intensa institucionalização, no Distrito Federal e no Estado, antes, Província de São Paulo.

O primeiro período republicano, em contraposição a outros períodos da história nacional, caracteriza-se por aproximar ou justapor as dimensões das “imagens” de identidade profissional – auto-imagem, imagem social ou imagem desejada – entre os cientistas médicos brasileiros. Ao contrário, ou-

tros períodos da história brasileira, como aqui se discutiu, testemunharam uma “colisão” quase permanente, ou o embate, entre essas dimensões identitárias. Antes de 1930, encontraremos os melhores exemplos de carreiras bem sucedidas como sanitaristas e, simultaneamente, como atores políticos importantes. Durante nenhum outro período da história brasileira, como nas primeiras décadas republicanas, aquelas “auto-imagens”, no processo de construção de identidades médicas estiveram tão próximas a identidades profissionais “desejadas” e efetivamente construídas. Entre os cientistas e sanitaristas que estreitaram seus vínculos a instituições de pesquisa logo consolidadas nas primeiras décadas da República, contam-se Adolpho Lutz (n. 1855), Belisário Pena (n. 1868), Oswaldo Cruz (n. 1872), Carlos Chagas (n. 1879) e Artur Neiva (n. 1880), exemplos de carreiras bem sucedidas, não apenas como cientistas e sanitaristas, mas também como importantes atores políticos – Cruz, Chagas e Belisário, à frente. À luz dos importantes papéis políticos e científicos que desempenharam no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, devo assinalar que, em grande parte, essa importância resultou do impacto simbólico das ideologias da reforma sanitária sobre a agenda política daquele período da história do Brasil (Castro Santos, 2003). Diversos autores têm se debruçado com atenção, em pesquisas exemplares, sobre as rivalidades e rixas, pessoais e grupais, em torno de Chagas e Neiva, como figuras públicas de seu tempo, ou sobre as lutas institucionais entre Manguinhos e Butantan (Benchimol e Teixeira, 1993). Devemos atentar também para o leito comum em que se desenvolviam – para além das querelas e disputas territoriais – os processos identitários entre os pesquisadores da época como um grupo *integrado* a um sistema comum de práticas e valores de ciência. Neste compasso, apareciam como “pessoas significativas” para as novas gerações de médicos neste país, independentemente, ou mesmo *em razão das* rivalidades existentes, que criavam uma energia própria pelos debates travados no novo campo que se firmava para a ciência experimental. Estamos falando, é claro, dos símbolos de afiliação – dos *affiliative symbols* de que tratava Robert K. Merton (Merton, 1973) ou da conhecida tríade formada pelos conceitos de campo, capital simbólico e habitus, discutida por Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2003).¹⁴

¹⁴ Maria Andréa Loyola faz interessantes comentários sobre o que chama “a tríade conceitual” de Pierre Bourdieu, em seu posfácio à entrevista que lhe foi concedida pelo sociólogo francês (em Bourdieu, 2002).

Cruz e Chagas, especialmente, eram nomes com grande impacto e capital simbólico na imprensa brasileira, uma circunstância tornada possível em grande parte por seu acesso fácil e direto aos presidentes brasileiros Rodrigues Alves (1902-1906) e Epitácio Pessoa (1919-1922), e, mais claramente, pelo fato da saúde pública se ter tornado uma das prioridades políticas no Brasil entre as elites, ansiosas por encontrar uma posição entre as “nações civilizadas” do mundo. Em boa parte, esses fatores políticos foram ainda mais salientes do que a economia, no contexto das políticas e ideologias de saneamento do país que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. O cenário da saúde pública revelou características bastante peculiares no Brasil, tanto em termos de sólida pesquisa médica como em políticas de saúde de amplo alcance, a exemplo do combate a endemias rurais. Como consequência de ideias de construção nacional e início do aparelhamento estatal em saúde pública, desenvolveu-se um “laboratório” de reforma e de germinação de ideologias de mudança que favoreceu duas gerações de sanitaristas e pesquisadores em medicina e saúde pública no primeiro período republicano do Brasil. O “Castelo” de Manguinhos, no Rio de Janeiro, o Butantan em São Paulo e, um pouco mais tarde, o Instituto de Higiene, também na capital paulista, foram centros de liderança na ciência aplicada, dentro do cenário mais ampla de modernização social e institucionalização da ciência que os Tropicalistas – com as limitações de seu tempo – teriam sonhado construir.

Referências Bibliográficas

- Benchimol, JL. Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, mar.-jun II (1) 1995, p.67-98.
- Benchimol, JL; Teixeira, LA. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993, p.225.
- Ben-David, J. Scientific productivity and academic organization in 19th century medicine. *American Sociological Review* 25, 1960, p.828-843.
- Bendix, R. *Work and authority in industry*. Berkeley: University of California Press, 1956, p.464.
- Bourdieu, P. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002, p.98.

- Burns, EB. *A history of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1970, p.544.
- Carrara, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p.327.
- Castro Santos, LA. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos*. Campinas, Edicamp, 2003, p.338.
- Cooper, DB. Brazil's long fight against epidemic diseases, 1849-1917, with special emphasis on yellow fever. *Bulletin of the New York Academy of Medicine* (51) 5 May 1975, p.672-96.
- Edler, FC. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. vol. III, n.o 2, jul.-out., 1996, p.284-299.
- Ferreira, LO. Das doutrinas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina da medicina no século XIX. *Revista da SBHC*, n. 10, 1993, p.43-52.
- Gerth, H; Wright Mills, C. *Caráter e Estrutura Social: A Psicologia das Instituições Sociais*. Tradução de Miguel Maillat. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1973, p.490.
- Hardman, FF. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Hucitec, 1988, p.291.
- Merton, RK. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973, p.605.
- Peard, JE. Tropical disorders and the forging of a Brazilian medical identity, 1860-1890. *Hispanic American Historical Review* v.77, n. 1, fev. 1997, p.1-44.
- Salles, MRR; Castro Santos, LA. Imigração e médicos italianos em São Paulo na Primeira República. *Estudos de Sociologia*. Vol. 6 (10) 2001, p.63-96.
- Santos Filho, LC. *História Geral da Medicina Brasileira*. Volume 2. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991, p.677.
- Santos Filho, LC. Médicos de Guaratinguetá no século XIX (Os Castro Santos – A Santa Casa). *Imprensa Médica*. Separata. Lisboa. Ano XXIV – agosto de 1960, p.24.
- Santos Filho, LC. Apresentação, em Lycurgo de Castro Santos, *Duas palavras sobre a filosofia positiva e o espiritualismo*. (1ª. edição, 1888). Campinas, Pontifícia Universidade Católica, 1989, p.90.

- Strauss, A. *La trame de la négociation : Sociologie qualitative et interactionnisme*. (Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger). Paris: L'Harmattan, 1992, p.320.
- Teixeira, LA. *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995, p.294.
- Tréanton, JR. Le concept de carrière., *Revue Française de Sociologie*, Paris, Vol. 1 (1) Janvier-Mars 1960, p.73-80.
- Znabiecki, F. *The social role of the man of knowledge*. New York: Columbia University Press, 1940, p.212.

Data de recebimento do artigo: 20/05/2010
Data de aprovação: 09/09/2010
Conflito de Interesse: Nenhum declarado.
Fontes de Financiamento: Nenhuma

Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) – Personagens, descobertas e produção bibliográfica

*Centenary of the foundation of the Rondon Commission (1907 – 2007)
– Character, Discoveries and bibliographic production*

Hitoshi Nomura¹

Resumo: O objetivo deste artigo é dar informações biográficas sobre Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), que foi indicado pelo Presidente da República do Brasil, Affonso Augusto Moreira Penna, em 1907, para organizar e conduzir a Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas, mais tarde conhecida como Comissão Rondon.

Essa Comissão, levantou muitos fatos novos sobre Etnografia, Geografia, Astronomia, Saneamento, Geologia, Mineralogia, Saúde Pública, Zoologia e Botânica dos Estados de Mato Grosso e Amazonas, devido ao próprio Rondon e seus colaboradores – Alípio de Miranda Ribeiro (zoólogo), Frederico Carlos Hoehne (botânico) e alguns outros pesquisadores, cujas biografias são também apontadas.

Palavras chaves: Comissão Rondon, relatórios médicos, pesquisa científica; Amazônia

Abstract: *The aim of this article is to give biographical information on Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), who was indicated by the President of the Republic of Brazil, Affonso Augusto de Moreira Penna, in 1907, to organize and conduct the Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas, later known as Comissão Rondon.*

Thanks to that Commission, many new facts on Ethnography, Geography, Astronomy, Sanitation, Geology, Mineralogy, Zoology and Botany of the States of Mato Grosso and Amazonas came to light, due to Rondon himself and his collaborators – Alípio de Miranda Ribeiro (zoologist), Frederico Carlos Hoehne (botanist) and few others, whose biographies are also shown.

Key-words: Rondon's Commission, medical reports, scientific research, Amazônia

¹ Professor Associado do Departamento de Zootecnia, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP. Contato: curimbata@hotmail.com

Introdução

Na virada do século XX o Brasil ainda era um imenso território inexplorado a ser integrado. Em 1907 o Presidente da República era Affonso Augusto de Moreira Penna, o qual entendia que as regiões norte e centro-oeste deveriam ser desbravadas, visto que o desenvolvimento do país vinha se processando somente na faixa litorânea, com algumas exceções como o interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nesse ano ele criou a Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas (ortografia da época), e foi escolhido para dirigi-la um oficial do Quinto Batalhão de Engenharia, o então Major Cândido Mariano da Silva Rondon (Figura 1), militar exemplar, descendente de índios e que já tinha participado de construção de outras linhas telegráficas, qualificado como a pessoa mais indicada para chefiar e organizar essa comissão. Conhecida como Comissão Rondon, estava subordinada aos Ministérios da Viação, Agricultura, Trabalho e da Guerra.

Rondon nasceu na localidade de Mimoso, perto de Cuiabá, MT, em 5 de maio de 1865 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 1958. Ele foi criado pelo seu tio paterno Manuel da Silva Rondon. Aos 16 anos de idade obteve, no Liceu de Cuiabá, o diploma de professor público. Ele se matriculou na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1883; em 1886 era alferes-aluno e, em 1889, concluiu o curso. Em 1890, obteve o grau de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais; nesse ano foi promovido a 2º tenente e, logo a seguir, a 1º. Foi então nomeado “Ajudante da Comissão de Linhas Telegraphicas de Cuyabá ao Araguaya”, que era chefiada pelo Coronel Gomes Carneiro. Em 1892 foi nomeado Chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, sendo encarregado da linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Em 1898 foi nomeado Auxiliar Técnico da Instrução Geral de Guerra no Rio de Janeiro. Em 1900 foi novamente para Mato Grosso, para chefiar a construção de uma linha telegráfica de Cuiabá a Corumbá, que concluiu em 1 de janeiro de 1904. De 1900 a 1906, participou da implantação de mais de 1800 km de linhas telegráficas, com 17 estações. Ele tinha muita experiência em construir linhas telegráficas, quando o Presidente Affonso Penna o convidou para dirigir a nova Comissão.

Em 1898 ele ingressou na Igreja da Religião da Humanidade, tendo desenvolvido a doutrina humanitária, consubstanciado no lema “Morrer,

se preciso for; matar nunca!” Esse era um dos seus princípios, havendo mais três (Ribeiro, 1959, p.88): segundo – respeito às tribos indígenas como povos independentes; terceiro – garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência; quarto – assegurar aos índios a proteção direta do Estado.

Relata Rondon, na página 10 de um relatório de 1907 (*apud* Hoehne, 1941, p.74):

... quando, em princípios de 1907, estando eu na Capital, por ter concluído a construção da linha telegraphica de Cuyabá a Bella Vista, com ramais para Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Coimbra e São Luiz de Cáceres, fui convidado, em Fevereiro, para uma conferencia com o Presidente da Republica, o Sr. Dr. Affonso Augusto de Moreira Penna.

Tratou S. Excia., demoradamente de assumptos que se prendiam à estabilidade do Território do Acre e, interpellando-me sobre os projectos referidos, pediu-me que externasse a minha opinião sobre o que deveria ser preferido. Declarei-me pelo projecto Behring.

Sem preâmbulo, encarregou-me S. Excia. de realizal-o. Ponderei-lhe que eu acabava de regressar dos confins do Brasil com a Bolívia, onde terminara serviços iniciados em 1890, a principio entre Cuyabá e o Araguaya, mas que, depois, se estenderam até aquela data, com uma única interrupção em 1899. Não obstante, disse-lhe, era soldado e que jamais tinha pedido e jamais recusado serviços; e, se a tal motivo V. Excia. julgava que o interesse do paiz exigia de mim este sacrificio, subordinava-me, positivamente, à ordem de acabava de receber.

O que essa Comissão realizou durante seus primeiros anos foi divulgado pelo auxiliar de Rondon, o Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães (1880?-1959), em 1941 e 1942. A Comissão – nucleada por um grupo de oficiais e praças do Exército Brasileiro – construiu 2270 km de linhas telegráficas, fez o levantamento de 50 mil km lineares de terras e de águas e conquistou dezenas de tribos indígenas. Doze rios até então desconhecidos foram mapeados. Um deles foi dedicado ao ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt. De 1907 a 1917 ela coletou 8837 plantas e 5667 animais.

Em 1910 foi fundado o Serviço de Proteção aos Índios, também dirigido por Rondon. De 1915 a 1919, quando coronel, Rondon fez o le-

vantamento da região de Mato Grosso, Goiás e Amazonas. Em 1919 foi promovido a General de Brigada. De 1927 a 1930 Rondon percorreu as fronteiras brasileiras, desde o norte até Santa Catarina. Em 1934 ele foi transferido para a reserva do Exército. Assim mesmo, logo depois contribuiu para a resolução de questões envolvendo os limites territoriais entre o Peru e a Colômbia.

Em 1939 Getúlio Vargas fundou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e ele foi designado seu presidente. Rondon galgou todos os postos da hierarquia militar e chegou a Marechal.

Em 1939 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística concedeu-lhe o título de “O civilizador do sertão”. A Sociedade Geográfica de New York concedeu-lhe o Prêmio Livingstone (1913-1914) após a Expedição Roosevelt-Rondon (1914). Esta expedição foi divulgada pelo próprio Roosevelt no livro *Through the Brazilian Wilderness*, de 1914, vertido para o português em 1944 com o título *Através dos Sertões do Brasil*.

Em 12 de novembro de 1942 o acervo da Comissão Rondon foi transferido para esse Conselho, subordinado ao Ministério da Agricultura.

Edgard de Roquette Pinto (1884-1954) estudou os índios Nhamiquaras e Parecis em 1912. Ele partiu para Mato Grosso no dia 22 de julho desse ano. Para este autor (1917, p.12), *Os índios da Serra do Norte, no Estado de Mato Grosso, representam, talvez, neste momento, a mais interessante população selvagem do mundo*. Em 1917 publicou uma obra importante que ele denominou de *Rondônia*, homenageando Rondon, abrangendo a região entre os rios Juruena e Madeira, que passou a ser território em 1943 e em 1956, transformado em Estado de Rondônia (antigo Território do Guaporé). Essa monumental obra encerra os seguintes capítulos: Histórico da descoberta de Mato Grosso – A Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas, do Rio de Janeiro a São Luís de Cáceres, e à Aldeia Queimada, Parecis e Nhamiquaras. Estes índios atacaram a expedição de Rondon no dia 22 de outubro de 1907 (Roquette-Pinto, 1917, p.28), mas ele não se feriu porque *A choupa de uma flecha, cuja ponta se cravara no solo arenoso, ali estava vibrando*. (Palavras de Rondon, *apud* Mello-Leitão, 1944, p.493, nota 25). Essa flecha está hoje no Museu Nacional sob nº 2.178. Roquette-Pinto trabalhou com Rondon, nas selvas, durante alguns meses de 1910, quando tinha apenas 26 anos de idade: *a poesia daquelas terras infiltrou-me o pensamento. Ouvir o mestre era escutar*

a voz chamadora do sertão. Sentir o rumorejo das florestas distantes. (Roquette-Pinto, 1917, p.32).

A cidade de Rondonópolis foi fundada em 1970 em Mato Grosso. No rio Sepotuba, afluente do Rio Paraguai, existe o Salto Rondon.

Na década de 1950 mantivemos correspondência com Rondon, que na ocasião nos enviou as publicações disponíveis da Comissão que ficou conhecida pelo seu nome. Em 5 de maio de 1955, ao completar 90 anos de idade, ele foi homenageado no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, contando com a presença do então governador de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, matogrossense como ele. Foi então que pudemos vê-lo pessoalmente, mas ele já estava cego, por causa da avançada catarata ou glaucoma.

Segundo a opinião de Rodolpho Garcia (1922, p.910), essa Comissão

[...] incorporou ao Brasil uma vasta porção de território nacional, que era brasileira, é verdade, mas com que não se contava, porque não se conhecia. Reconhecê-la, palmeá-la, medi-la, calcular-lhe as riquezas, pacificar suas gentes e chamá-las à civilização, tal tem sido o trabalho desses abnegados Bandeirantes modernos no far-west e nos sertões setentrionais do Brasil.

Registrou Darcy Ribeiro (1959, p.86) que a Comissão Rondon foi *uma grande empresa política e militar que se tornou, sob sua direção, o maior empreendimento científico e a maior cruzada humanística jamais testada no Brasil.*

Os componentes da Comissão Rondon descobriram muitas novidades nos terrenos da geografia, etnografia, geologia, botânica, zoologia e astronomia. Foram 104 os trabalhos publicados por essa Comissão (1909-1947) e mais 49 (1919-1944) em conexão com ela (Anônimo, 1950).

Pelo decreto nº 62.927, de 18-6-1968, foi criado o Projeto Rondon, destinado a promover estágios de serviços de estudantes universitários em áreas do território brasileiro carentes de recursos. Quando lecionávamos Piscicultura na ESALQ-USP lideramos um grupo de universitários de Agronomia para implantar essa atividade na cidade de Tietê, ESP, em 1982.

As conquistas da Comissão Rondon, conforme pode ser observado no Catálogo Geral das Publicações da Comissão, editada em 1950 (Figura 2) foram bastante relevantes e alcançaram os mais diversos ramos do conhecimento humano, conforme sumarizado abaixo:

Astronomia

Apesar de poucos trabalhos publicados sobre o tema, astronomia também obteve material e estudos com a Comissão Rondon.

A Publicação nº 3 mostra o Relatório do ajudante da Expedição, 1º Tenente João Salustiano Lyra (7 pp, 5 tabelas, Papelaria Macedo, Rio de Janeiro).

A Publicação nº 4 é o Relatório do Encarregado do Posto Astronômico de Cuiabá, 1º Tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira (16 pp. e 6 folhas com as Latitudes de Cuiabá): (Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1909).

O 1º Tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira apresentou o Relatório dos Trabalhos efetuados em 1910, contendo 144 páginas com tabelas de latitudes e longitudes: (Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1911). Publicação nº 44.

O 1º Tenente João Salustiano Lyra apresentou o *Relatório do Serviço Astronômico*: (Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 149 pp., 1916 – Publicação nº 32).

Botânica

Frederico Carlos Hoehne nasceu na cidade de Juiz de Fora, MG, em 1 e março de 1882 e faleceu na cidade de São Paulo, SP, em 16 de março de 1959. Desde criança ele gostava de orquídeas, plantas que eram cultivadas pelo seu pai. Era autodidata em botânica.

Em 6 de agosto de 1907 ele foi nomeado interinamente como jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O então secretário do Museu, Alípio de Miranda Ribeiro, tornou-se muito amigo dele. Ele o convidou para trabalhar na Comissão de Linhas Telegráficas, que depois passou a ser conhecida como Comissão Rondon. O major Rondon aceitou a sua indicação e sua nomeação foi publicada em 25 de maio de 1908 para atuar como ajudante de botânico, com salário de um conto de réis, uma fortuna na época. Nessa primeira fase ele ficou na Comissão até 1912, sendo que de 1913 a 1914 foi membro da Expedição Científica Roosevelt, retornando à Comissão Rondon, onde permaneceu até 1917.

Num relatório de 1951 do Instituto de Botânica, que Hoehne dirigiu de 1938 a 1950, se encontra todo o currículo desse botânico. Ele publicou 478 artigos em jornais e revistas, 4 livretos e artigos para crianças, 117

trabalhos monográficos técnicos e proferiu 54 palestras e conferências. Hoehne é o autor da maior parte dos volumes publicados sobre a série *Flora Brasílica*. Ele foi um dos pesquisadores que mais escreveram sobre plantas no Brasil, tendo sido botânico da Comissão Rondon, do Instituto Butantan, Museu Paulista, Instituto Biológico e Instituto de Botânica. Hoehne ilustrava de próprio punho as plantas que descreveu como novas. Hoje ele seria considerado “viciado em trabalho”.

Em 1929 ele já era um botânico consagrado e a Universidade de Göttingen, Alemanha, concedeu-lhe em 11 de julho desse ano o diploma de Doutor Honoris Causa de Filosofia.

Entre seus livros salientam-se: *Botânica e Agricultura no Brasil no século XVII* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, 410 pp.), *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1939, 324 pp., il.); *O Jardim Botânico de São Paulo* (em colaboração com Oswaldo Handro e Moysés Kuhlmann) (Departamento de Botânica, São Paulo, 1941, 656 pp., il.) e *Iconografia de Orchidáceas do Brasil* (Departamento de Botânica, São Paulo, 1949, 304 pp., il.).

Nos trabalhos da Comissão Rondon constam os seguintes trabalhos de sua autoria:

- Publicação nº 8 – *História Natural – Botânica – Parte I – Bromeliáceas – Pontederiáceas – Liliáceas – Amarilidáceas – Iridáceas – Orquidáceas* (71 pp., 1910);
- Publicação nº 9 – *História Natural – Botânica – Parte II – Leguminosas determinadas pelo Dr. H. Harms – Organização e tradução de F. C. Hoehne* (15 pp., 1912).
- Publicação nº 10 – *História Natural – Botânica – Parte III – Melastomáceas – Cucurbitáceas e Orquidáceas estudadas e determinadas pelo dr. Alfredo Cogniaux. Organizada e traduzida por F. C. Hoehne* (15 pp., 2 gravuras fora do texto, 1912).
- Publicação nº 11 – *História Natural – Botânica – Parte IV – Alismatáceas, Butomáceas, Hydrocaritáceas, Pontederiáceas, Orquidáceas e Ninfacáceas* (33 pp., 14 fotogravuras fora do texto, 1912).
- Publicação nº 12 – *História Natural – Botânica – Atlas – Parte I – Bromeliáceas, Pontederiáceas, Liliáceas, Aristoloquiáceas, Droseráceas e Passifloráceas* (60 fotogravuras e 1 p. de corrigenda, 1913).
- Publicação nº 28 – *Relatório dos Trabalhos de Botânica e viagens executadas durante os anos de 1908 e 1909* (54 pp., 1916).

- Publicação nº 38 – *História Natural – Botânica – Monografias das Asclepiadáceas Brasileiras – Relação e descrição das Asclepiadáceas brasileiras encontradas nos diversos Herbários do Brasil* (131 pp, 13 páginas de gravuras).
- Publicação nº 40 – *História Natural – Botânica – Parte V – Maicáceas, Xiridáceas, Comelináceas, Zingiberáceas, Canáceas, Marantáceas, Burmaniáceas, Orquidáceas, Aristoloquiáceas, Fitolacáceas, Nitagináceas, Passifloráceas e Onagráceas* (87 pp., 26 pp. de gravuras, 1915).
- Publicação nº 41 – *História Natural – Botânica – Parte IV – Adição para Alismatáceas e Butonáceas da parte IV. Triuridáceas, Palmeiras, Cyclantáceas, Rapatáceas, adição para Amaliridáceas das partes I e V e de Burmaniáceas da parte V, Proteáceas, Opiláceas, Olacáceas, Balanoforáceas, Alizoáceas, Cariofiláceas, adição para as Nineacáceas da parte IV, Ranunculáceas, Papaveráceas, Caparidáceas, Droceráceas, Oxalidáceas, Humiriáceas, Burseráceas, Meliáceas, Voquiseáceas, Ramnáceas, Vitáceas, Ochnáceas, Cariocaráceas, Bixáceas, Cochlospermáceas, Turneráceas, Loassáceas, Cactáceas, Halorragidáceas, Araliáceas, Umbellíferas, Ericáceas, Ebenáceas, Loganiáceas, Cactáceas, Halorragiáceas, Araliáceas, Centiáceas, Apocináceas, Hidrofiláceas, Pedaláceas, Campanuláceas e Maritináceas* (95 pp., 20 fotolitografias e 10 gravuras, 1916).
- Publicação nº 43 – Versão para o inglês da publicação nº 42.
- Publicação nº 45 – *História Natural – Botânica – Parte VIII – Leguminosas* (99 pp., 21 fotos, 8 desenhos).
- Publicação nº 47 – *História Natural – Botânica – Parte IX – Bromeliáceas e Orquidáceas* (44 pp., 6 fotogravuras e 12 desenhos, 1916).
- Publicação nº 51 – *Botânica – Relatório apresentado por F. C. Hoehne* (81 pp., 18 pp. de fotolitografias, 1914).
- Publicação nº 74 – *História Natural – Botânica – Parte XII – Contribuição ao conhecimento das Leguminosas de Rondônia (Aditamento para a parte VIII)* (28 pp., 15 pp. de litografias, 1922).
- Publicação nº 85 – *Fitofisionomia do Estado de Mato-Grosso e Ligeiras notas a respeito da sua flora* (104 pp., 26 fotogravuras, 1922).



Cândido Mariano da Silva Rondon, quando Tenente Coronel em 1911

Do material colhido durante a Comissão Rondon, Hoehne nomeou as seguintes espécies novas (Hoehne, 1951:120-136), descritas nas suas publicações:

Amarylidáceas – *Alstroemeria chapadensis* 1915.

Apocynáceas – *Echites ornata* 1915.

- **Araliáceas** – *Didymopanax simplicifolium* 1915).
- **Aristolochiáceas** – *Aristolochia droseroides* 1910.
- **Bromeliáceas** – *Billbergia leucantha* 1916, *Pitcairnia anomala* 1916.
- **Butomáceas** – *Hydrocleis oblongifolia* 1915.
- **Ebenáceas** – *Diospyrus mattogrossensis* 1915.
- **Iridáceas** – *Zygella mooreana* 1910, *Cassia dumalis* 1922, *Cassia juruensis* 1922, *Cassia kuhlmannii* 1922, *Cassia poetiroides* 1922, *Copaifera rondonii* 1922, *Macrolobium rondonianum* 1919, *Macrolobium urupaense* 1922, *Swartzia kuhlmannii* 1922, *Swarzia rariflora* 1922.
- **Leguminosas** Mimosoídeas – *Acacia incerta* 1919, *Calliandra kuhlmannii* 1919, *Calliandra rondoniana* 1919, *Inga arinensis* 1919, *Inga rondonii* 1922, *Mimosa calliandroides* 1922, *Mimosa rondoniana* 1922, *Mimosa scaberrima* 1922.
- **Leguminosas-Papilionadas** – *Arachis diogoi* 1919, *Arachis nambiquarae* 1922, *Camptosema bellatulum* 1919, *Canavalia cuspidigera* 1919, *Centrosema macranthum* 1919, *Centrosema tapirapoanense* 1922, *Dalbergia enneandra* 1919, *Desmodium jurunense* 1919, *Dioclea erecta* 1919.
- **Loasáceas** – *Mentzelia corumbaensis* 1915.
- **Malantáceas** – *Calathea saxicola* 1915.
- **Melastomáceas** – *Cranichis glabricaulis* 1910, *Cyrtopodium orophilum*, *Cyrtopodium paludicolum* 1912, *Epidendrum kuhlmannii* 1912, *Epistephium praestans* 1910, *Galeandra coxinnensis* 1912, *Habenaria acaricaensis* 1915, *Habenaria coxipoensis* 1912, *Habenaria juruenensis* 1915, *Habenaria liguliglossa* 1915, *Habenaria orchicalcar* 1915, *Habenaria polycarpa* 1915, *Houlletia juruenensis* 1910, *Notylia tapirapoanensis* 1910, *Physurus juruenensis* 1910, *Plectrophora calcarhamata* 1910, *Sobralia cataractarum* 1910, *Sobralia rondonii* 1910, *Vanilla ribeiroi* 1910.
- **Oxalidáceas** – *Oxalis corumbaensis* 1915.
- **Vitáceas** – *Cissus pedatifida* 1915.

Hoehne nomeou 58 espécies novas de plantas colhidas pela Comissão Rondon.

Os resultados botânicos coletados por essa Comissão podem ser consultados na publicação de Hoehne: *Índice bibliográfico das plantas colhidas pela Comissão Rondon, nos anos de 1908-1923*. Foram estudadas 190 famílias de plantas com 829 gêneros, 2291 espécies e 425 indeterminadas até 1950.

Outros botânicos colaboraram na identificação das espécies e merecem destaque:

1 – Alberto José de Sampaio – Ele nasceu na cidade de Campos, RJ, em 5 de fevereiro de 1881 e faleceu na mesma cidade em 30 de dezembro de 1946. Ele ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso porque prestou concurso para assistente de Botânica do Museu Nacional. Depois foi estudar medicina homeopática na Faculdade de Medicina do Instituto Hahnemann. Após esse curso foi estagiar na Europa, em 1912-1913. Em 1928 fez parte da Comissão Rondon na expedição à serra de Tumucumaque. Foi professor do Museu Nacional e chefe da Secção de Botânica. Lecionou botânica na Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal (1933-1935). Entre seus livros salientam-se *Phytogeographia do Brasil* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 284 pp., il., 1934), *Biogeographia Dynamica, a natureza e o homem no Brasil* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 337 pp., il., 1935) e *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 341 pp.).

A sua contribuição na Comissão Rondon está na publicação nº 33 – *História Natural – Botânica – Parte VII – Pteridophytas* (34 pp., V estampas, 1916) e na publicação nº 56 – *História Natural – Botânica – Parte X – Lauráceas de Mato-Grosso e duas novas espécies do Amazonas* (15 pp., 13 pp. fotolitografias).

2 – João Geraldo Kuhlmann – Ele nasceu na cidade de Blumenau, SC, em 2 de dezembro de 1882 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 23 de março de 1958. Era botânico autodidata e fez parte da Comissão Rondon de 1912 a 1914 e 1914-1915. Em maio de 1919 ele ingressou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que chegou a dirigir de 1944 a 1951. Sua contribuição na Comissão Rondon se encontra na publicação nº 67 – *Botânica – Parte XI – Leguminosas (1º fascículo)* (95 pp., il., 1922, 2ª. edição em 1948).

Hoehne descreveu 58 espécies novas e Sampaio descreveu duas. Esse total de 60 espécies vegetais é muito maior do que as que foram obtidas no tocante aos animais pela Comissão Rondon.

Etnografia

Rondon era interessado no estudo dos indígenas. Na publicação nº 2 – *História Natural – Etnografia – Índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara – Etnografia*, foi escrita por Rondon, contendo 56 páginas e 39 fotografuras fora do texto. A segunda edição foi revista pelo autor e publicada pela Imprensa Nacional em 1947. Além do vocabulário desses índios, Rondon tratou dos seus usos e costumes e as lendas do milho, da mandioca e da origem do homem.

Para divulgar os resultados da Expedição Roosevelt – Comissão de Linhas Telegráficas, Rondon realizou conferências nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915, as quais foram publicadas num volume de 261 páginas e 22 fotografuras (Rio de Janeiro, 1916 – Publicação nº 42).

Na Publicação nº 76, Rondon publicou o *Glossário Geral das tribos silvícolas do Estado de Mato-Grosso*, com a colaboração do doutorando João Barbosa de Faria (18?-14-7-1941). O Tomo I traz os vocabulários dos seguintes grupos e tribos: Pauaté (Tupi) – Nené, Tagnani, Tautelatê e Tadutê (grupos Nhambiquara) – Oiampi. Todas as tribos e grupos indígenas brasileiros foram relacionados em ordem alfabética, com plantas dos locais onde habitam. A 1ª. edição só foi publicada em 1948.

A Publicação nº 77 enfeixa o *Esboço Gramatical e Vocabulário da Língua dos Índios Borôro – algumas lendas e notas etnográficas da mesma tribo*, de autoria de Rondon, contando com a colaboração do doutorando e farmacêutico João Barbosa de Faria (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948, 209 pp.). Na introdução do livro há uma explicação do Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, informando que o etnógrafo Faria estudou os costumes, a gramática e o vocabulário dos índios bororos.

Luiz Bueno Horta Barbosa, diretor interino do Serviço de Proteção aos índios, preparou a Publicação nº 86 – *Comissão Rondon: pelo índio e pela sua proteção oficial*, contendo 72 pp. e 26 fotografuras (Rio de Janeiro, 1923, com 2ª. edição em 1947).

Tendo observado a cultura de alguns índios, o etnógrafo João Barbosa de Faria estudou A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e

Jamundá, como *Contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do baixo Amazonas* (1ª. edição publicada em 1945).

A Publicação nº 92 traz o Tomo II do *Glossário Geral das Tribos Silvícolas de Mato-Grosso e outras do Amazonas e do norte do Brasil*, assinada por Rondon e João Barbosa de Faria.

Humberto de Oliveira, secretário substituto do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, assinou a Publicação nº 94 – *Assuntos Indígenas*, enfeixando leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro (1ª. edição, 1947).

A Publicação nº 95, assinada por Antônio dos Santos Oliveira Júnior, encarregado do Material do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, trata de *Assuntos indígenas – Evolução da política indigenista brasileira*.

As publicações nºs 97 a 99 são álbuns fotográficos de índios do Brasil, com fotografias de índios e aspectos do sertão, colhidos em todos os trabalhos dirigidos por Rondon, desde 1890 até 1944.

O Conselho Nacional de Proteção aos índios editou *O Dia do Índio*, mostrando as comemorações realizadas em 1944 a 1945 (1ª. edição em 1946).

A Publicação nº 101 trata da Semana do Índio em 1946-1948, em duas partes: 1) Em defesa dos Brasilíndios, 1946, por Basílio de Magalhães (1874-1957) e 2) A influência do índio na linguagem brasileiro, por Nélson de Senna (1947).

O médico Othon Xavier de Brito Machado escreveu *Notas etnográficas e etnológicas e vocabulário dos índios Carajás* (Publicação nº 104, 1947).

Pelo exposto acima nota-se que Rondon colaborou na divulgação de vocabulários de várias tribos indígenas, permitindo que muitos estudiosos das cidades se interessassem pelas línguas indígenas.

Geografia

A Publicação nº 5 encerra o artigo do Capitão Manuel Theophilo da Costa Pinheiro, ajudante da Comissão: *Exploração do Rio Jaci-Paraná* (Papeleria Macedo, Rio de Janeiro, 82 pp, 8 pp. de tabelas, 1910). A 2ª. edição foi acrescida do *Diário da Expedição*, organizado pelo Tenente Amílcar Armando Botelho de Magalhães (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1949).

O 1º Tenente de Engenharia Emanuel Silvestre do Amarante escreveu o *Levantamento e Locação do Trecho compreendido entre os Rios Zolaháruiná (Buriti) e Juruena* (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 46 pp., 16 tabelas) (Publicação nº 6).

O 2º Tenente Antônio Pyrineus de Sousa (18?-1936), subalterno da Comissão, preparou *Um mapa do levantamento expedito do Rio Jaru, afluente do rio Gi-Paraná, completado com um trecho levantado pela Turma dirigida pessoalmente pelo Tenente Coronel Chefe da Comissão* (Rio de Janeiro, 1909), impresso em 3 cores (Publicação nº 25).

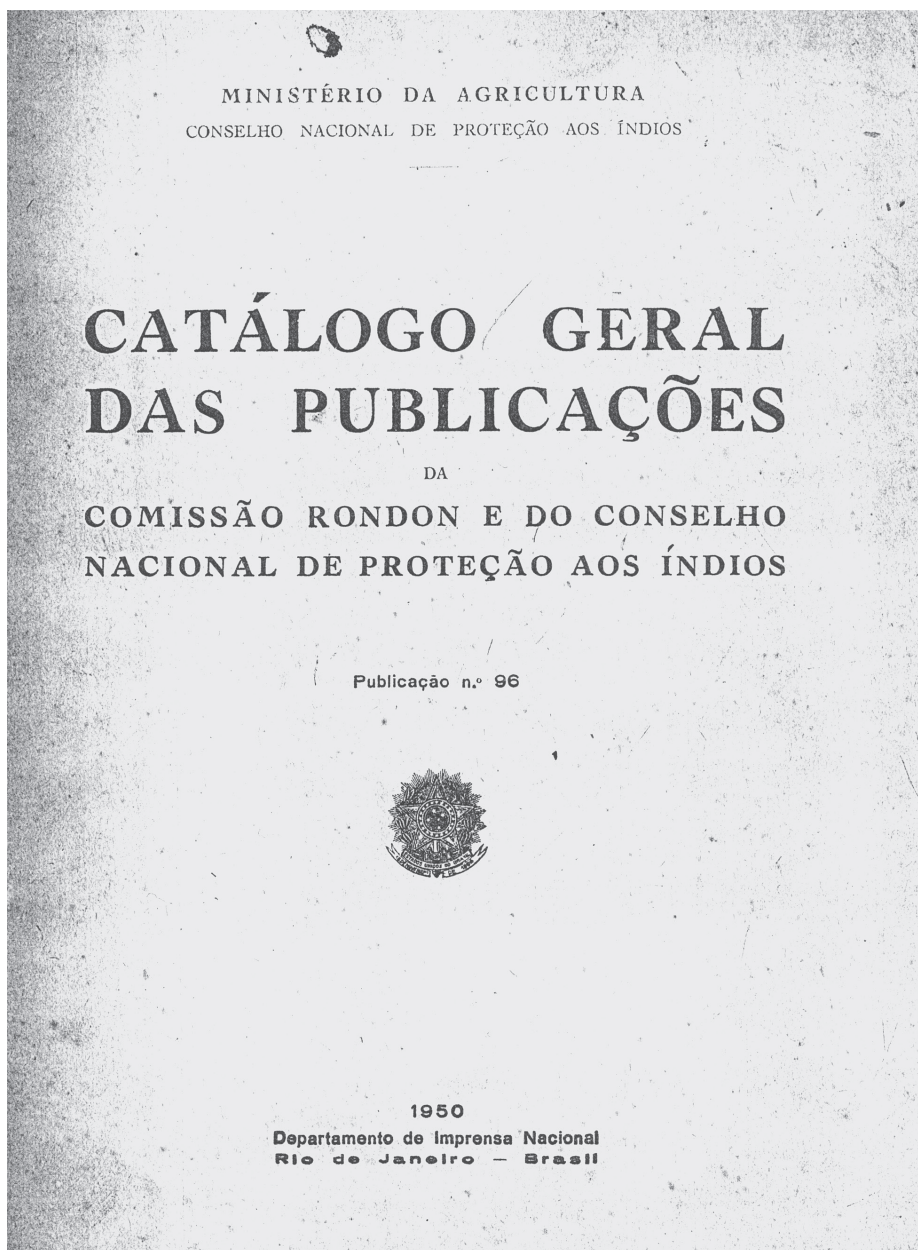
O Coronel Rondon apresentou um Relatório à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos. O 3º volume contém o relatório parcial correspondente aos anos de 1911 e 1912 (346 pp., 2 mapas: 1) com o *Levantamento Expedito do Rio Juruena, entre o passo da Linha Telegráfica e a foz do Rio São Manuel e dos Rios Cururu, Bararati e do Varadouro para o Sucundurizinho* feito pela Expedição a cargo do Capitão Manuel Théophilo da Costa Pinheiro, completado com um trecho da linha telegráfica mostrando os contribuintes da margem direita do Juruena (1912); 2) Linha tronco de Vilhena a José Bonifácio, contendo as explorações dos campos de Comemoração de Floriano aos campos de Maria de Molina e variante do Vale do Veado Preto – Publicação nº 26).

A Publicação nº 29 trata da *Exploração do Rio Iquê (1912-13) – Relatório* pelo 1º Tenente de Engenharia Júlio Caetano Horta Barbosa (Rio de Janeiro, 24 pp.).

O 1º Tenente Antônio Pyrineus de Sousa escreveu o relatório sobre a *Exploração do Rio Paranatinga e seu levantamento topográfico (1915-1916)* (Rio de Janeiro, 124 pp., 1916 – Publicação nº 34).

A Publicação nº 37 apresenta *Relatórios diversos – projetos, orçamentos, medições, observações meteorológicas* (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 216 pp.).

Rondon pronunciou uma série de conferências nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915, no Teatro Phenix do Rio de Janeiro, sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica (261 pp., 22 fotogravuras), com um esquema das Alterações cartográficas do noroeste de Mato Grosso, uma Carta de um trecho da Carta da Nova Lusitânia, de Silva Pontes, 1798 (1804?) e uma reprodução do esquema projetado durante a conferência do Coronel Rondon com o que se mostra que os trabalhos da Comissão, por ele dirigida, fecharam o circuito telegráfico



Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon (1950)

do Brasil, uma Carta do Noroeste de Mato Grosso de acordo com os trabalhos da Comissão Rondon, 1915. Reprodução do esquema projetado durante a conferência do Coronel Rondon e onde se vê o traçado da linha telegráfica, a estrada de automóveis e os principais rios descobertos ou explorados (Rio de Janeiro, 1916). Publicação nº 42 – uma versão em inglês foi apresentada na Publicação nº 43 (Rio de Janeiro, 1916).

A Publicação nº 48 é o relatório preparado pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão, sobre *Exploração e Levantamento dos rios Anari e Machadinho* (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 57 pp., 1 fotogravura, 1916, com 2ª. edição em 1945).

O 2º Tenente Octávio Félix Ferreira da Silva apresentou em 1911 o relatório sobre a *Exploração e Levantamento do rio Jamari* (27 pp., 32 fotogravuras), com uma página de perfis transversais dos rios Jamari e seus afluentes (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 1920). Publicação nº 57.

O Dr. Orozimbo Corrêa Netto publicou, nas Publicações nºs 61 e 62, o trabalho *Águas Termas de Mato Grosso* (1ª. parte: 84 pp.; 2ª. parte: 84 pp., 1919). A 2ª. edição, de 1946, abrangeu as duas partes num só volume.

O Capitão Manuel Théophile da Costa Pinheiro é o autor do relatório sobre a *Exploração do Rio Cautário* (Rio de Janeiro, 171 pp., 1920 – Publicação nº 66).

A Publicação nº 71 mostra as *Descargas dos rios do Brasil Central e Oeste (secções transversais de saltos, cachoeiras e passos; cálculo do potencial)* pelo Capitão ajudante Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-19?), encarregado da Secção de Desenho e Cartografia da Comissão. O mesmo capitão mostrou as *Tabelas de pressões e temperaturas, acompanhadas de uma carta isobárica do Brasil Central* (Publicação nº 73).

O Capitão ajudante Ramiro Noronha apresentou o relatório sobre a *Exploração e levantamento do Rio Culene* – Publicação nº 75).

A Publicação nº 90 relata a *Expedição ao Rio Ronuro*, pelo Capitão Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcelos, anexa aos relatórios do Capitão Luiz Thomas Reis sobre Serviços Antropológicos e Fotocinematográficos (1ª. edição em 1945).

Os trabalhos da Comissão Rondon mostram que 12 rios até então desconhecidos foram mapeados e um deles, o Rio da Dúvida, foi batizado como Rio Roosevelt, em homenagem ao ex-presidente norte-americano.

José Veríssimo da Costa Pereira (1955, p.376-378) resumiu um relatório que Rondon apresentou em julho de 1953, numa Assembléia Geral

reunida em Cuiabá pela Associação dos Geógrafos Brasileiros: “Em primeiro lugar, Rondon incorporou “ao patrimônio geográfico uma área de cerca de 200.000 km² até então virgem e com ela a representação gráfica e a descrição de grandes rios, novas serras e uma avultadíssima nomenclatura nova.” Esse fato constitui para Rondon “a maior contribuição geográfica brasileira resultante de um só empreendimento.” Além desses, apontam-se o levantamento do rio Paraguai e de todos os seus afluentes brasileiros; o levantamento da quase totalidade dos rios da bacia amazônica oriundos de Mato Grosso; a caracterização e levantamento, quase total, da linha separatriz das águas do Amazonas e do Prata; as novas conclusões sobre a posição da linha delimitando as matas e os campos no chapadão dos Parecis; o desenho de plantas, coloridas ou não, levado a efeito pelo serviço cartográfico da Comissão e a partir de 1922, plantas de que muitas foram publicadas e evidenciam o aspecto fitogeográfico característico da região anteriormente referida; a elaboração de duzentas publicações, dadas a lume até o ano de 1953, tratando, várias delas, dos aspectos técnico e científico dos trabalhos realizados e, enfim, a elaboração e publicação da “Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas”, contribuição que representa um esforço considerável de muitos anos e canseiras. A “Carta de Mato Grosso” constitui, por outro lado, a demonstração da capacidade técnica e científica, sobretudo nos domínios da cartografia, do atual General Jaguaribe de Matos, que nela apresentou modalidades novas de representação quanto ao desenho cartográfico. Para Rondon, a “Carta de Mato Grosso” representa “a mais alta expressão do esforço para concatenar em um só documento todo o manancial de estudos de Mato Grosso e das regiões circundantes, desde os meados do século XVIII até os nossos dias.” Ao acrescentar que ela foi “concluída, desenhada e impressa sob a responsabilidade imediata do Sr. General Jaguaribe de Matos”, deu de público uma demonstração de alto apreço e fez justiça a um dos seus companheiros de jornada.

“O esforço de Rondon no sentido de contribuir para o melhor conhecimento geográfico do Brasil, levou-o a atrair a cooperação de naturalistas e técnicos de renome, os quais muito fizeram para tornar tão grande a obra do imortal brasileiro. É justo destacar, dentre todos os colaboradores de Cândido Mariano da Silva Rondon, Manuel Teófilo da Costa Pinheiro, Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Emanuel Silvestre da Silva Amarante, João Salustiano de Lira, Antônio Pirineus de Sousa, Félix Fleuri de Sousa

Amorim, quanto aos trabalhos propriamente ditos da Comissão; Carlos Frederico Hoehne, que foi o botânico da mesma; Alípio de Miranda Ribeiro, Carlos Moreira, Adolfo Lutz e Adolfo Ducke, nas explorações que tanta luz trouxeram à zoogeografia do Brasil; Alberto Betim Pais Leme e Eusébio Paulo de Oliveira, nas pesquisas geológicas e mineralógicas; os irmãos Kuhlmann, botânicos de nomeada; e, finalmente, Roquette Pinto, que preciosas contribuições trouxe à geografia humana da região.”

Geologia e Mineralogia

O geólogo Carl Carnier preparou as *Observações Geológicas, Geográficas e Etnográficas sobre a viagem de exploração de Cuiabá à Serra do Norte, passando por São Luís de Cáceres* (Publicação nº 23), traduzido do alemão para o português pelo guarda-fio de 2ª. Classe João Brueggemann (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 1909, p.14).

A Publicação nº 24 apresenta Quatro mapas e História Natural, Mineralogia e Geologia: 1) Geologia de uma parte do Estado de Mato Grosso, impressa em diversas cores; 2). Caminhamento entre Pouso dos Macacos e Aldeia Queimada, no Estado de Mato Grosso; 3) Geologia da linha de Cáceres ao Rio Sangrador Grande; 4) Caminhamento entre Salto do Rio Sepotuba e Porto dos Bagres, no Estado de Mato Grosso.

Francisco Moritz, engenheiro de minas, apresentou os relatórios sobre *Exploração de terrenos auríferos dos campos de Comemoração de Floriano ao Rio Guaporé* (1912) e *da zona compreendida entre os rios Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno* (1913) (22 pp., 1916).

A Publicação nº 59 é de autoria do engenheiro de minas Euzébio Paulo e Oliveira (1882-1939) – *Geologia – 1 – Estudos feitos sobre amostras de rochas colhidas no sertão de Mato Grosso; 2 – monografia sobre o gesso (geologia econômica), ocorrências, explorações e usos* (Papellaria Macedo, Rio de Janeiro, 59 pp., 1915-1918).

Serviço Sanitário

O Dr. Joaquim Augusto Tanajura, médico da Expedição, escreveu sobre o serviço sanitário da expedição de 1909 (50 pp., Papellaria Macedo – Publicação nº 19).

A Publicação nº 20 mostra o Serviço Sanitário da Secção de Cáceres e Mato Grosso, escrito pelo 1º Tenente Médico Dr. Armando Calasans (31 pp., Papelaria Macedo, Rio de Janeiro).

O Capitão médico João Florentino Meira de Faria apresentou um relatório sobre a questão médico-sanitária da expedição e também da salubridade amazônica e ainda, sobre o esforço dos homens para superar os obstáculos naturais da floresta. (Publicação nº 32, Rio de Janeiro, 18 pp., 1916).

Zoologia

A figura de destaque na Comissão na área de zoologia foi Alípio de Miranda Ribeiro, que nasceu na cidade de Rio Preto, MG, em 21 de fevereiro de 1874, tendo falecido na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 8 de janeiro de 1939.

Alípio trabalhava no Museu Nacional quando o Major Rondon o convidou para se encarregar da parte zoológica da Comissão. Em 27 de julho de 1908 ele partiu para o sertão. Durante a expedição ele manteve um diário, que em parte foi publicado na revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro [5 (9):35-39; 5 (11):17-22; 5 (12):32-36, 1908] e parte na *Revista do Brasil*, São Paulo [(49):50-54, 1920 e (5):137-143, 1920)], sob o título *Ao redor e através do Brasil* e também em alemão *Eine Reise um und durch Brasilien* (somente a primeira parte – 2 (2):52-64, 1912). No primeiro capítulo desse diário escreve ele (Jurema, 1908:35): “Atravessar o Brasil fora sempre aspiração minha; eu o preferiria mesmo a qualquer digressão por terras mais antigas, em geral tão apreciadas pelos meus patrícios. Ver de perto as extensões enormes da minha pátria, estudar a sua Natureza, eis aí o que eu considerava uma necessidade para mim, que abracei o estudo da zoologia aplicada no Brasil.” O curioso é que os três primeiros capítulos foram assinados com o pseudônimo de Jurema, passando depois para o seu próprio nome.

Como zoólogo profissional Alípio dedicou-se ao estudo de anfíbios, répteis, aves, mamíferos e insetos e publicou uma série de artigos sobre Zoogeografia Brasileira na revista *O Campo*, do Rio de Janeiro (1937-1938). Ele é autor de um Esboço Geral da Fauna Brasileira (1922 – *Recenseamento do Brasil*, Rio de Janeiro, v1, p.231-275, 28 figs.) e do livro *Noções synthéticas*

de *Zoologia Brasília* (1924 – Cia. Melhoramentos de São Paulo, 141 pp., 54 figs.). A sua obra científica principal tem o título de *Fauna Brasiliense – Peixes*, publicada em vários volumes dos *Archivos do Museu Nacional* (volumes 14 p.25-212, 15 p.167-186, 16 p.1-504, 17 p.1-500).

As expedições de Rondon renderam a seguinte quantidade de animais para o acervo do Museu Nacional (MELLO-LEITÃO, 1944, v10, p.450):

- a) Expedição Rondon ao Madeira – 3600 espécimes
- b) Expedição 1910-1912 – 200 espécimes
- c) Expedição Rondon-Roosevelt – 408 espécimes
- d) Expedição 1914-1915 – 1459 espécimes

TOTAL – 5667 animais

O seu primeiro artigo na Comissão Rondon é a publicação nº 15 como Anexo nº 5 – *História Natural – Zoologia – Pimelodidae, Trachycoistidae, Ectopsidae, Bunocephalidae, Auchenipteridae e Hypophthalmidae* (13 pp., 1 gravura colorida e 1 fotogravura, fevereiro de 1914). Ele nomeou o *Pimelodidae* – *Nannoglanis hoehnei* 1914 – hoje *Phenacorhamdia hoehnei* (1914) Na publicação nº 16 estudou *Loricariidae, Callichthyidae, Doradidae* e *Trichomycteridae* (31 pp., 1 fotogravura e 1 página de errata, setembro de 1912). Ele nomeou os *Loricariidae*: *Ancistrus mattogrossensis* 1912, *Loricaria cacerensis* 1912 – hoje *Rhineloricaria cacerensis* (1912), *Loricaria hoehnei* 1912 – hoje *Rineloricaria hoehnei* (1912), *Plecostomus rondoni* 1912 (hoje *Hypostomus rondoni* 1912), *Plecostomus variostictus* 1912 (hoje *Hypostomus variostictus* (1912); *Callichthyidae*: *Corydoras virescens* 1912 (não consta no Catálogo de Fowler, 1951 nem no de Buckup *et al.*, 2007); *Decapogon urostriatum* 1911 – hoje *Dianema urostriatum* (1911); os *Doradidae*: *Doras libertatis* 1912 – hoje *Megalodoras libertatis* (1912), *Doras insculptus* 1912 – hoje *Anadoras insculptus* (1912); *Trichomycteridae*: *Gyrinurus batrachostoma* 1912 (hoje *Ochmacanthus batrachostoma* (1912), *Trichomycterus eichorniarum* 1912 – hoje *Ituglanis eichorniarum* (1912) *Paravandellia* 1912 e *Paravandellia oxypetera* 1912. A publicação nº 17 trata dos *Mamíferos – Cebidae, Hapalidae, Vespertilionidae, Emballonuridae, Phyllostomatidae; Felidae, Mustelidae, Canidae, Procyonidae, Tapiridae, Suidae, Cervidae, Sciuridae, Muridae, Octodontidae, Coenduidae, Dasyproctidae, Caviidae, Leporidae, Platanistidae, Bradypodidae, Myrmecophagidae, Dasypodidae, Didelphyidae* (49 pp., 25 fotogravuras e 3 páginas de apêndice). Ele nomeou o *Cebidae*: *Callicebus geoffroyi* 1914 (hoje sinônima de *Callicebus remulus* Thomas,

1908); o **Cervidae**: *Mazama rondoni* 1914; os **Muridae**: *Scapteromys gnambiquarae* 1914 e *Scapteromys modestus* 1914 (Vieira, 1955:419) colocou-as na família **Cricetidae** como espécies válidas; elas não constam da lista de Carvalho (**Cricetidae** – 1984:83) nem da de Fonseca *et al.*, (**Muridae** – 1996:27-30) – ambos os trabalhos não fornecem as sinonímias); os **Octodontidae**: *Ctenomys bicolor*, *Ctenomys rondoni* e *Proechimys leucomystax*, espécies não citadas em Carvalho (1984) e Fonseca *et al.* (1996).

A publicação nº 27 é o *Relatório dos trabalhos realizados durante o anno de 1908* (40 pp., 1916).

Em 1918 foi publicado o trabalho sobre *História Natural – Zoologia – Cichlidae* (16 estampas). Ele nomeou as seguintes espécies de **Cichlidae**: *Heterogramma rondoni* (hoje *Aequidens rondoni* 1918) e *Nannacara hoehnei* 1918 (hoje *Aequidens hoehnei*).

Em 1916 Alípio fez três conferências no Museu Nacional, publicadas sob nº 49: *A “Comissão Rondon” e o Museu Nacional* (60 pp., com 2ª. edição em 1945).

O ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919) quis conhecer Mato Grosso e ele foi acompanhado por Rondon. Sobre o assunto saiu a publicação nº 53 – *Expedição Científica Roosevelt-Rondon – História Natural – Zoologia – Resultados zoológicos da Expedição* (8 pp., 1914), escrita por Miranda Ribeiro. Roosevelt publicou o livro *Through the Brazilian Wilderness* em 1914, como assinalamos linhas acima. Em 2007 a jornalista norte-americana Candice Millard publicou o livro *O Rio da Dúvida* (Companhia de Letras, São Paulo, 416 pp., il.), contando a viagem de Roosevelt-Rondon.

Na publicação nº 58, Miranda Ribeiro continuou o estudo dos *Peixes (excluindo Characinidae)* (15 pp., 18 fotolitografias, 9 páginas fotolitográficas, 1920).

A parte sobre aves foi publicada sob nº 64: *História Natural – Zoologia – Psittacidae* (14 pp., 1920).

Sob nº 82 estava programada a divulgação do artigo sobre Zoogeografia, mas não foi publicado pela Comissão e, sim, mais tarde, na revista *O Campo* (1937-1938). Esse artigo tem o título geral de Considerações preliminares sobre zoogeografia brasileira, em oito capítulos: 1937 – 8 (84):20-23, 7 figs., abril; 8 (85): 45-49, 5 mapas, maio; 8 (87): 32-36, 2 mapas, 1 fig., julho; 8 (89): 54-59, 7 figs., setembro; 8 (91): 50-56, 2

mapas, 2 figs., novembro; 1938 – 9 (94): 49-54, 57, 4 mapas, 4 figs., fevereiro; 9 (95): 66-71, 1 mapa, 5 figs., março; 9 (96): 60-64, 9 figs., abril; 9 (97): 29-33, 4 figs., maio.

Miranda Ribeiro estudou Os veados do Brasil segundo as colleccções Rondon e de vários museus nacionais e estrangeiros no artigo publicado na *Revista do Museu Paulista*, v11, p.212-307, 25 estampas, 1 mapa, 1919.

Essas foram as contribuições de Miranda Ribeiro sobre o material zoológico coletado pela Comissão Rondon.

Outros materiais zoológicos foram estudados por vários zoólogos:

Carlos Moreira – Ele nasceu na cidade do Rio de Janeiro, D. F., em 7 de outubro de 1869 e faleceu na mesma cidade em 7 de abril de 1946. Ele foi admitido como ajudante de desenhista em 1888 no Museu Nacional, passando a preparador em 1889 e a naturalista-viajante em 1895, após concurso público. Moreira estudou peixes, crustáceos e insetos. Ele estudou os *Crustáceos coletados pela Comissão Rondon* (Publicação nº 13, 21 pp. 7 páginas de fotogravuras, setembro de 1913). Ele nomeou o Copepoda *Argulidae: Talaus ribeiroi* 1912 nas *Mém. Soc. Zool. France*, p. 147, 1912 e o Decapoda Brachyura *Trichodactylidae: Trichodactylus parvus* na mesma revista, p. 151, 1912. Em 1921 ele publicou o livro *Entomologia Agrícola Brasileira* (182 pp., 60 ests., 25 figs.).

Adolpho Lutz – Ele nasceu na cidade do Rio de Janeiro, D. F., em 18 de dezembro de 1879 e faleceu na mesma cidade em 6 de outubro de 1940. Adolpho era graduado em medicina pela Universidade de Berna (1879), Suíça. Lutz foi um dos mais completos e competentes estudiosos de doenças e sistemática de insetos, escorpiões, anfíbios, ou seja, pesquisou nos campos da medicina, protozoologia, bacteriologia, helmintologia, etc. Ele foi pioneiro no campo da Zoologia Médica. Quando saiu a lume a publicação nº 14 – *História Natural – Zoologia – Tabanídeos* (9 pp., 7 cromo-litografias) em 1912, ele já estava aposentado do Instituto Bacteriológico de São Paulo e trabalhava como pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, Rio e Janeiro. Nesse trabalho ele nomeou as seguintes espécies de **Tabanidae**: *Di cladocera unicolor*, *Erephopsis mattto-grossensis*, *Tabanus glandicolor* e *Tabanus paunicolor*. Todos os artigos científicos de Lutz estão sendo re-editados pela Editora FioCruz, RJ.

Hermann Friedrich Albrecht von Ihering – Ele nasceu na cidade de Kiel, em 9 de outubro de 1850 e faleceu na cidade de Büdingen, Alemanha, em 25 de fevereiro de 1930. Hermann era graduado em Medicina e

em Ciências Naturais pela Universidade de Leipzig (1869). Ele chegou ao Brasil em 1880, radicando-se no Rio Grande do Sul, onde praticou a medicina e ao mesmo tempo estudava animais, tendo sido contratado pelo Museu Nacional como naturalista-viajante. Em 1894 ele aceitou a diretoria do Museu Paulista (1894-1916) e foi editor da *Revista do Museu Paulista*, na qual publicou 4 artigos sobre malacologia, 4 sobre paleontologia, 7 sobre ornitologia, 2 sobre ofiologia, 8 sobre etnografia, 2 sobre carcinologia, 2 sobre ictiologia, 1 sobre entomologia, 1 sobre ecologia, 3 sobre viagens, 3 biografias e 1 bibliografia científica. Em outras revistas nacionais e estrangeiras ele publicou numerosos artigos, sendo um deles sobre a Biologia das abelhas melíferas do Brasil (1903) num periódico alemão, traduzido para o português em 1930 pelo seu filho Rodolpho von Ihering. Deve-se a ele e a seu filho a publicação do *Catálogo das Aves do Brasil* (1907). A sua obra principal é o livro *Geschichte der Atlantischen Ozeans* (*História do Oceano Atlântico*), publicado na Alemanha em 1927. Ele também editou os *Catálogos da Fauna Brasileira* e as *Notas Preliminares do Museu Paulista*.

A Comissão Rondon enviou-lhe o material coletado sobre moluscos, que ele estudou e constitui a publicação nº 22 – *História Natural – Zoologia – Moluscos* (14 pp., 3 estampas cromolitográficas, 1915). Ele nomeou as seguintes espécies: **Bulimulidae** – *Drymaeus nigrogularis ribeiroi* 1915 – hoje *Drymaeus ribeiroi* 1915; **Achatinidae** (hoje ambas as espécies estão na família **Bulimulidae**) – *Corona duckei*, *Corona ribeiroi*; **Ampullariidae** – *Ampullaria meta* 1915 – hoje *Pomacea meta* 1915; **Mycetopodidae** – *Fossula balzani mattogrossensis* 1910 – caiu na sinonímia de *Fossula fossiculifera* (Orbigny, 1835).

Adolpho Ducke – Ele nasceu na cidade de Trieste, então Território do Império Austro-Húngaro, em 27 de outubro de 1876, tendo falecido na cidade de Fortaleza, Ceará, em 5 de janeiro de 1959. Ainda jovem chegou em São Paulo e resolveu estudar himenópteros com Friese na Europa. Foi quando Emílio Goeldi o contratou para trabalhar como zoólogo auxiliar do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, iniciando suas atividades em 15 de junho de 1899. Dessa data até 1918 ele se dedicou exclusivamente ao estudo da sistemática de himenópteros. Por influência de Jacques Huber, ele passou a estudar exclusivamente as plantas a partir de 1918, abandonando a entomologia. É bem conhecido o seu Catálogo das vespas sociaes do Brasil (*Revista do Museu Paulista*, v10, p.313-374, 1918).

O material coletado pela Comissão Rondon no tocante à sua especialidade veio a lume como publicação nº 35 (*História Natural – Zoologia – Himenópteros*, 175 pp., 1916; 2ª. edição em 1945). Ele nomeou as seguintes espécies: *Aparatrigona impunctata* (1916), *Hypotrigona longitarsis* (1916), *Melipona bahiana* 1916, *Melipona crassipes tenuis* 1916, *Melipona impunctata* 1916, *Melipona longitarsis* 1916, *Melipona minima meridionalis* 1916, *Melipona mosquito variicolor* 1916, *Melipona ruficrus amazonensis* 1916, *Melipona scutellaris flavofasciata* 1916, *Melipona scutellaris paraensis* 1916.

Henrique de Beaurepaire Aragão – Ele nasceu na cidade de Niterói, RJ, em 21 de dezembro de 1879 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 25 de fevereiro de 1956. Ele formou-se em medicina em 1904 e foi trabalhar no Instituto de Manguinhos, onde organizou a Secção de Protozoologia. Aragão dirigiu esse Instituto de 1942 a 1949. Ele descreveu espécies novas de amebas, protozoários e ácaros.

A Comissão Rondon o encarregou de estudar os Ácaros coletados (*História Natural – Zoologia – Ixódidas*, 19 pp., 1916, publicação nº 36).

f) Afrânio Pompílio Bransford do Amaral – Ele nasceu na cidade de Belém, PA, em 1 de dezembro de 1894 e faleceu na cidade de São Paulo, SP, em 29 de novembro de 1982. Ele era graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1916).

Em março de 1917 mudou-se para São Paulo e passou a frequentar o Instituto Butantan, onde foi contratado como auxiliar médico em agosto desse ano. Em 1918 prestou concurso de títulos e foi promovido a assistente. De 1919 a 1914 foi assistente-chefe da Secção de Ofiologia e, em maio de 1920, passou a dirigir o Instituto em comissão, permanecendo até fins de 1921, quando foi estagiar nos Estados Unidos. De janeiro de outubro de 1925 foi assistente-chefe da Secção de Vertebrados do Museu Paulista. De outubro desse ano até março de 1928 fez cursos nas Faculdades de Filosofia, Medicina e de Higiene. Na Universidade de Harvard ele obteve o título de Doutor em Saúde Pública e Medicina Tropical em 1925 e organizou dirigiu o Antivenin Institute of America. Em abril de 1928 Afrânio passou a ser diretor efetivo do Instituto Butantan, mas por questões políticas foi afastado desse cargo em 6 de maio de 1938 e só conseguiu ser reintegrado em 27 de outubro de 1953, após 15 anos de lutas no judiciário. Ele descreveu muitas espécies novas de ofídios e vários livros, sendo o mais importante o de 1977 – *Serpentes do Brasil – Iconografia*

colorida – edição bilingüe – Edições Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 247 pp., 582 figs.

Os ofídios coletados pela Comissão foram estudados por Afrânio, constituindo a Publicação nº 84 – *História Natural – Zoologia – Ofídios de Mato-Grosso – Contribuição II para o conhecimento dos ofídios do Brasil* (29 pp., 1 página cromo-litográfica, 1925, com 2ª. edição em 1948 (43 pp., 1 estampa). Nesse trabalho ele nomeou as seguintes espécies: *Colubridae* – *Liophis longiventris*, *Apostolepis rondoni*; *Elapidae* – *Micrurus albicinctus*. A Contribuição I foi publicada em 1921 nos *Anexos das Memórias do Instituto de Butantan, S. Ofiologia*, pp. 35-79.

Othon Xavier de Brito Machado (Rio de Janeiro, DF, 1896-1951) – Era graduado em medicina, odontologia e farmácia. Foi livre-docente de Botânica aplicada à Farmácia, da Universidade do Brasil. Em 1945 ele era 1º Tenente-médico do Exército e foi naturalista-chefe de Equipe da Expedição à Mesopotâmia Araguaia-Xingu. Ele escreveu: *História Natural – Zoologia – Espongiários (Porifera)*. 4 pp., VII ests., 1947. (Publicação nº 102). Machado nomeou o Porifera: *Tubella mello-leitaoi*. Ele é autor dos livros: *Contribuição ao estudo das plantas medicinais do Brasil* (1943), *Os Carajás (Inan-Son-Uéra)* (Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 128 pp., il., 1947 e *Botânica – Plantas do Brasil Central – Contribuição ao conhecimento da flora do Brasil* (Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 49 pp., il., 1954). Ele escreveu vários artigos, entre eles *Nomes, na língua Carajá, de algumas plantas e animais do Brasil Central* (*Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v8, p.147-164, 1950).

Considerações Finais

Os membros da Comissão Rondon percorreram grandes distancias nos estados do Mato Grosso e na Amazônia e nesse trajeto entraram em contato com as mais variadas situações – barreiras físicas e geográficas, e ainda grupos indígenas, animais e plantas desconhecidos – enfim todo um mundo novo a descobrir, explorar e integrar.

Os trabalhos da Comissão Rondon mostram que 12 rios até então desconhecidos foram mapeados e um deles, o Rio da Dúvida, foi batizado como Rio Roosevelt, em homenagem ao ex-presidente norte-americano.

A Comissão que tinha como objetivo a expansão das linhas de telegrafo até os pontos mais longínquos da região noroeste do Brasil, acabou propiciando estudos científicos da região, com ênfase nas áreas de biologia, ofidiologia, geografia, antropologia, entre outras.

Dadas às endemias tropicais – malária, febre amarela, dengue – e outras moléstias presentes na Amazônia, os relatórios dos médicos que acompanhavam a Expedição constituíram também material importante para as pesquisas.

Referências

- Buckup, PA., Menezes, NA. & Ghazzi, MS. (edit.) – 2007 – *Catálogo das espécies de peixes de água doce do Brasil*. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Série Livros 23:1-195.
- Carvalho, CT. – 1984 – Lista nominal dos mamíferos brasileiros. *Boletim do Instituto Florestal*, 31-115.
- Fonseca, G., – et al –. *Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil* Conservation International & Fundação Biodiversitas, *Occasional Paper no. 4, April*, Washington, D. C. e Belo Horizonte, MG, 1996; 38 pp.
- Fowler, HW. Os peixes de água doce do Brasil. 3a. entrega. *Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo*, 1951, v.6 p.405-628.
- Garcia, R. Historia das Explorações Científicas (pp. 856-910). *Apud Dicionário Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil (Commemorativo do Primeiro Centenario da Independencia). Introdução Geral – Primeiro volume*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
- Hoehne, FC. Folhetim – Pelo interior e através do Brasil. *Revista dos Amigos da Flora Brasileira*, São Paulo, 1940, 1 (1), p.71-77, 3 figs.
- Hoehne, FC. Dados autobiográficos do botânico F. C. Hoehne até 31-12-1950. (pp. 63-156, il.) *apud Relatório Anual do Instituto de Botânica – ex-Departamento de Botânica do Estado, referente ao exercício de 1950, apresentado a Sua Excelência o Senhor Secretário da Agricultura, do Governo de Sua Excelência o Senhor Dr. Adhemar de Barros*. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951, 160 pp., il.
- Jurema (pseudônimo de ALÍPIO DE MIRANDA RIBEIRO). Ao redor e através do Brasil – I. *Kosmos*, Rio de Janeiro, 1908, v.5 (9) p.35-39.
- Magalhães, AAB. *Pelos Sertões do Brasil*. 2ª. edição. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941, 506 pp., il. (Brasiliense, vol. 195).

- Magalhães, AAB. *Impressões da Comissão Rondon*. 5ª. edição. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942, 446 pp. (Brasiliana, vol. 211).
- Mello-Leitão, C. História das Expedições Científicas no Brasil. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional – outubro de 1938*. Imprensa Nacional (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Rio de Janeiro, 1944, v.10 p.225-500.
- Ministério da Agricultura. *Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios*. Ministério da Agricultura, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950 (Publicação nº 96, 32 pp.).
- Pereira, JVC. A geografia no Brasil (pp. 315-412). *Apud* Fernando de Azevedo – *As Ciências no Brasil*. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1955, v.1, p.1-412, il.
- Ribeiro, D. Homens e Instituições: Cândido Mariano da Silva Rondon. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 1959, v.11 (2), p.85-88.
- Roosevelt, T. *Through the Brazilian Wilderness* – traduzido para o português em 1944 com o título *Através dos Sertões do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944, Brasiliana, vol. 232, 392 pp., il.
- Roquette-Pinto, E. Rondônia. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1917, v20 (XI-XV), p.1-252, il.

Data de recebimento do artigo :10.09.2009
Data de aprovação : 03.08.2010
Conflito de Interesses: Nenhum declarado
Fontes de Financiamento: Nenhuma

As relações Brasil-França na criação do Instituto Butantan¹

Relations between Brazil and France in creating the Institute Butantan

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo traçar uma relação entre as ciências produzidas no Brasil e as ciências produzidas na França, buscando compreender os sentidos da colonização do pensamento civilizatório francês a partir da Proclamação da República. Ainda busca identificar, a partir desse fato, a criação do Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo, mais tarde Instituto Butantan, de modo a buscar semelhanças e características com os principais produtores de ciência, dentre eles a França e o Instituto Pasteur. Tem como referencial teórico o livro de Caio Prado Júnior, “A formação do Brasil Contemporâneo”, onde a principal discussão abordada pelo autor coloca o sentido da colonização no Brasil na formação histórica do país até o que o autor chama de Brasil Contemporâneo que tem como ponto de partida a Proclamação da República, sem negar os acúmulos histórico-sociais que culminaram nessa data.

Palavras chave: Instituto Butantan; Instituto Pasteur; Colonização; Primeira República; Brasil-França

Abstract: This paper aims to draw a relationship between the sciences produced in Brazil and the sciences produced in France, seeking to understand the meanings of French civilization colonization of thought from the Proclamation of the Republic. Also seeks to identify, from this fact, the creation of the Institute Serumtherápico State of São Paulo, Institute Butantan later, in order to seek similarities and characteristics with the main producers of science, among them France and the Pasteur Institute. Its theoretical background of the book Caio Prado Júnior, “The Formation of Contemporary Brazil,” where the main argument raised by the author places the direction of colonization in Brazil in the historical formation of the country to what the author calls which is Contemporary Brazil

¹ Este trabalho foi apresentado no dia 4 de dezembro de 2009 na Sessão Especial da XI Reunião Científica Anual do Instituto Butantan – Pesquisa Científica e os Desafios em Saúde Pública.

² Auxiliar de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Laboratório de História da Ciência – Instituto Butantan – Contato: cesbd@butantan.gov.br

starting point of the Proclamation of the Republic, without denying the historical and social backlogs that culminated on that date.

Key-words: *Butantan Institute; Pasteur Institute; Colonization; First Republic; Brazil-France*

Introdução

A realização do Ano da França no Brasil é fruto de um acordo bilateral assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e o então presidente Jacques Chirac, em 25 de maio de 2006 (em reciprocidade ao ano do Brasil na França realizado em 2005). Esse acordo estabeleceu uma cooperação bilateral entre os países nos seguintes pontos: política, cultura, economia e, principalmente, alta tecnologia; estreitando laços em respeito aos valores democráticos, incluindo, direitos humanos, justiça social, promoção da paz e da segurança, proteção do meio ambiente e da diversidade cultural³.

A pesquisa teve como abordagem referencial-teórica o trabalho do historiador brasileiro Caio Prado Júnior⁴: Formação do Brasil Contemporâneo, que aborda os sentidos da colonização na formação do Brasil Contemporâneo. Sendo dividido em três eixos: colonização do pensamento brasileiro; relações entre indivíduos e relações institucionais. Prado aborda nessa obra a formação daquilo que era o Brasil contemporâneo a ele, início do século XX, refletindo sobre os sentidos da colonização brasileira e seus desdobramentos, em que aponta que o caráter liberal da colonização portuguesa aceitou desde o princípio influência de estrangeiros, comerciantes em solo brasileiro, tendo a economia do Brasil colônia voltada à exportação de gêneros tropicais, baseados nas grandes propriedades, nas monoculturas e na base escravista. Essas grandes propriedades foram

³ Itamaraty, Palácio do Planalto. Declaração conjunta dos presidentes da república do Brasil e França. Jacques Chirac e Luís Inácio Lula da Silva. Brasília, 25 de maio de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/sri/br-fr/arquivos/Declaracao_conjunta_Lula_e_Chirac_250506.pdf Acessado em 05 de agosto de 2009.

⁴ Caio Prado Junior (1907-90), paulistano, formou-se em Direito em 1928 pela Faculdade do Largo São Francisco, mais tarde USP – Universidade de São Paulo –, publicou diversas obras, dentre as principais: Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil. Em Formação do Brasil Contemporâneo, Caio Prado analisa o processo e sentido da colonização do Brasil até chegar no Brasil Contemporâneo, o Brasil republicano.

resultado do processo de ocupação do território, que concentrava terras e produção. A mineração e a pecuária também contribuíram para população brasileira adentrar no território brasileiro. As monoculturas foram substituídas ao longo dos séculos, porém esse esquema de grandes propriedades ainda permanece. Prado afirma ainda que a sociedade brasileira ficou marcada pela escravidão, processo que parecia ter desaparecido do ocidente desde a queda do Império Romano. Mais adiante o autor coloca que os grandes proprietários dos tempos coloniais se constituem na aristocracia do império e elite republicana.

Procurando marcos históricos nas relações Brasil-França

As grandes navegações no final do século XV, o Renascimento artístico da Europa Ocidental e o Mercantilismo podem ser apontados como o início das relações do Brasil com a França. A chegada dos europeus nas Américas, na busca por novos territórios, riquezas, comércios e culturas impulsionou a relação entre esses países europeus e suas colônias. Diversos foram os contatos entre brasileiros e franceses durante alguns séculos, porém um fato que influenciou não apenas o Brasil, mas todo o mundo ocidental, foi a Revolução Francesa, simbolizada pela data de 14 de julho de 1789, data da queda da Bastilha. Essa revolução foi marcada pelo lema: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A luta travada entre burgueses e aristocrata proporcionou ao final a Declaração dos Direitos dos homens⁵, que por sua vez influenciou a Declaração Universal dos Direitos dos homens, que foi adotada em 1948 pela ONU – Organização das Nações Unidas – após a II Guerra Mundial.

⁵ Inspirada na declaração da independência americana de 1776 e no espírito filosófico do século XVII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 marca o fim do Antigo Regime (absolutismos) e o início de uma nova era (republicanismos). Ela define como direitos "naturais e imprescritíveis" a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. A Declaração reconhece também a igualdade, especialmente perante a lei e a justiça. Por fim, reforça o princípio da separação entre os poderes. Embora a Revolução tenha, em seguida, renegado alguns de seus princípios e elaborado duas outras declarações dos direitos humanos em 1793 e 1795, foi o texto de 26 de agosto de 1789 que se tornou referência para as instituições francesas, principalmente as Constituições de 1852, 1946 e 1958. A Declaração de 1789 inspirou textos similares em numerosos países da Europa e da América Latina no século XIX. (Retirado: Consulado da França no Brasil. 0 14 de julho. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/14%20julho/14juillet.html> Acessado em: 05 de agosto de 2009.)

Esse século ficou conhecido como o Século das Luzes, caracterizado pelo racionalismo do pensamento. Crítico a aristocracia e aos poderes da igreja, e com sua implementação resultante da Revolução Francesa, um dos fatores mais relevantes e significativos até os dias de hoje foi a separação dos poderes políticos em: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Essa crença no poder da razão era dada a partir de modelos empíricos, da experimentação. E, é essa experimentação que começa a marcar um novo sentido para as ciências e a produção de conhecimentos. A ciência e tecnologia passaram a estar diretamente atreladas ao progresso, que era sinônimo de desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que o pensamento liberal e a ascensão das burguesias ao poder se deram após essa revolução, uma nova concepção de homem era dada, uma nova concepção de mundo do trabalho.

Chegada da Família Real

A corte portuguesa era muito influenciada pela corte francesa, principalmente nos quesitos, moda e etiqueta. Em 1808, a corte portuguesa se retirava da Europa com destino ao Brasil fugindo das tropas francesas, e sua chegada contribuiu para aquisição de costumes e de sua cultura pelos brasileiros.

Esse fato ocasionou mudanças na organização social do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, onde a família real se instalava. O primeiro fato foi a elevação do Brasil a Vice-reino de Portugal, o que lhe proporcionou a abertura dos portos para o comércio e troca de culturas e idéias com o resto do mundo. Pequenas elites foram se formando e o Brasil passava a depender cada vez mais comercialmente dos ingleses e culturalmente dos franceses.

Com o retorno da Corte para Portugal, o Brasil não voltou a ser a mesma colônia de antes. A história não volta, e a aquisição de novos costumes proporcionou aos brasileiros a vontade de alçar novos ares. Em 1816, Dom Pedro I trouxe o grupo que ficou conhecido como Missão Artística Francesa⁶, em 1822, foi criada a Academia Imperial de Belas

⁶ Liderada por por Joachim Lebreton, em 26 de março de 1816 aportaram no Rio de Janeiro artistas como Jean Baptiste Debret, Nicolas-Antonie Taunay, Felix Taunay, Sigismund Neukomm e outros. Essa Missão tinha como principal objetivo a criação de uma Escola Superior de Belas Artes, com métodos e disciplinas sistematizadas.

Artes⁷. A chegada desses artistas franceses, a criação da Academia Imperial de Belas Artes de Museus e Jardins Botânicos de certa forma institucionaliza as artes e as ciências no Brasil. Essa influência dos franceses pode ser vista como um dos aspectos do processo de colonização do pensamento brasileiro, argüido por Prado Jr.

Iluminismo e as idéias francesas no Brasil: A criação da República

Mesmo com as relações institucionais, muitas idéias francesas foram trazidas por jovens das elites que estudavam na França e depois retornavam. Dentre as idéias, a abolição da escravidão e a proclamação da república são as principais, algumas delas passando pela Maçonaria.

As obras francesas de jurisprudência, de anatomia, de cirurgia, encontravam-se nas mãos de alunos da Faculdade de Direito de Pernambuco ou de São Paulo, da escola de Medicina da Bahia ou do Rio de Janeiro. Não havendo em português livros de ciências ou filosofia, a única solução era recorrer-se aos livros franceses. (...) A língua francesa foi também o veículo de que se serviu o brasileiro para penetrar em outras culturas, como a inglesa ou alemã. Muitas obras de autores ingleses ou alemães chegaram até nós traduzidas para o francês. (Costa, 2000, p.292 e 299)

Essas idéias contribuíram na constituição de Partidos Republicanos no Brasil. A República era almejada pelas elites burguesas em ascensão, em contraposição a aristocracia reinante. Boa parte dessas idéias foi trazida pela Maçonaria, que se opunha às aristocracias pelo fato das mesmas impedirem um maior crescimento dessas elites burguesas; eram os ideais liberais ganhando corpo e alma no Brasil, camuflados por uma idéia de República que simbolizasse uma organização social e política mais racional, mais justa.

As elites cafeeiras de São Paulo começaram a se organizar politicamente em torno do Partido Republicano Paulista, cuja principal bandeira era o fim da escravidão. Em substituição à mão-de-obra escrava, o país, e em especial o estado de São Paulo, incentivou a vinda de imigrantes para

⁷ Fundada em agosto de 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios passou a ser chamada de Academia Imperial das Belas Artes em 1822, após a Independência do Brasil. Dentre os artistas brasileiros formados pelos franceses na Academia estão Manuel de Araujo Porto-alegre, José dos Reis Carvalho, Afonso Falcoz, Tito Alves de Brito e outros.

trabalhar nas lavouras e nas fábricas com o início da industrialização. Com essa mão-de-obra, assalariada, em oposição à escravidão, o início de uma industrialização e o fluxo de migração das pessoas do campo para as cidades, o Brasil foi se inserindo no sistema capitalista. O mesmo sistema que proporcionou a vinda dos imigrantes para o Brasil, após uma crise econômica na Europa e que gerou milhares de desempregados. É nesse cenário de inserção no mundo capitalista que a ciência passa a ganhar ares de progresso e institucionalizar-se no Brasil.

Vital Brazil e Albert Calmette: O Brasil-França nos indivíduos

Foi na Indochina, colônia francesa, que Albert Calmette (Figura 1) em 1891 iniciou suas pesquisas sobre venenos ofídicos e bactérias, provando que ambas eram capazes de produzir anticorpos no organismo. A produção de soro antiofídico era feita a partir do próprio veneno das serpentes. A espécie escolhida pelo cientista para ser estudada foi à *Naja tripudians*. Calmette trabalhava no Instituto Pasteur, fundado em 1888 em Saigon na Indochina. Em 1894 regressou à França e seguiu com seus estudos no Instituto Pasteur de Lille; orientado por outros cientistas, iniciou a produção do soro antiofídico. Calmette que acreditava seu soro ser universal e servir para o tratamento de qualquer mordedura de cobra. Porém após as pesquisas e trabalhos de Vital Brazil ficou comprovada a especificidade de cada soro, cada espécie de cobra possui toxinas que se diferenciam umas das outras, portanto eram necessários soros específicos feitos a partir dos venenos de cada espécie. (Figura 1)

Vital Brazil Mineiro da Campanha iniciou seus estudos dos ofídios em 1895 na cidade de Botucatu/SP, enquanto clinicava. De início pensava ser possível curar mordeduras de cobras por meio de extratos à base de plantas medicinais. Após conhecer os trabalhos de Calmette, passou a adotar as técnicas de soroterapia, porém constatou que o soro produzido com o veneno da *Naja* era ineficaz contra as mordeduras de cobras brasileiras. Foi então que começou a pesquisar o tratamento dessas mordeduras a partir do veneno das principais cobras brasileiras. Em 1897, já como ajudante do Instituto Bacteriológico de São Paulo, pode utilizar a estrutura dos laboratórios e constatar não só o sucesso no tratamento à base do soro produzido a partir desses venenos, como também a especificidade de cada um.

A descoberta da especificidade dos soros contra mordeduras de cobras pode ser considerada o grande marco nos trabalhos de Vital Brazil. (Figura 2)



Figura 1: Selo Francês comemorativo de 1948 em homenagem a Albert Calmette
Fonte: Acervo Histórico do Instituto Butantan



Figura 2: Nota de dez mil cruzeiros em homenagem a Vital Brazil
Fonte: Acervo Histórico do Instituto Butantan

Por meio dos estudos de Pasteur e de seu Instituto em Paris a medicina experimental começou a espalhar-se pelo mundo. A microbiologia ganhou importância no contexto científico mundial e a busca pela cura das doenças começou a migrar dos hospitais para os laboratórios. No Brasil, a repercussão da microbiologia ganhou notoriedade no final do século XIX com a criação de institutos de pesquisas liderados por cientistas recém regressos da Europa.

A criação do Instituto Butantan

O Instituto Butantan foi criado no ano de 1899, primeiramente como laboratório anexo do Instituto Bacteriológico de São Paulo, cujo diretor era Adolfo Lutz. Com a função de pesquisar e produzir soro antipestoso e combater a proliferação da peste bubônica no Porto de Santos. Vital Brazil, Oswaldo Cruz e Eduardo Chapot-Prevóst diagnosticaram a doença, sendo o Instituto Pasteur de Paris o único a produzir o soro para o tratamento da peste. Além de ser um produto caro, o que já dificultava a sua aquisição, não havia produção suficiente para a demanda mundial. A solução encontrada foi produzir tal medicamento no Brasil. Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, propôs ao governo paulista a criação desse laboratório e, o Presidente do Estado o incumbiu, junto de Adolfo Lutz e Vital Brazil, de escolher o local ideal para o laboratório. O local escolhido foi a fazenda Butantan por sua distância do centro de São Paulo, cerca de 9 km. Adolfo Lutz ficou responsável por sua organização, e Vital Brazil por iniciar os trabalhos. Apenas em 1901, 23 de fevereiro, pelo decreto nº 878-A, o laboratório ganhou autonomia e se tornou Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo (Figura 3), tendo como diretor Vital Brazil Mineiro da Campanha e como ajudante Abdon Petit Guimarães Carneiro. Apesar das instalações não serem apropriadas o processo de produção de soros continuou, primeiro o antipestoso e, depois os antipeçonhentos.

Para justificar investimentos em suas pesquisas, e sabendo da necessidade da produção de soros antiofídicos, Vital publicou muitos trabalhos, principalmente na Revista Médica de São Paulo, notas em jornais de grande circulação, além de realizar conferências, palestras e seminários. No início o sistema de permuta de cobras por soros, principalmente com agricultores e fazendeiros, permitiu a Vital Brazil adquirir matéria prima



Figura 3: Instituto Serumtherápico de São Paulo.
Fonte: Acervo Histórico do Instituto Butantan

para suas pesquisas, distribuir seus soros pelo estado e torná-lo conhecido. Aos poucos Vital conseguiu difundir a importância do combate ao ofidismo, ganhou prestígio nacional e internacional, colocou o Instituto Butantan como importante produtor de ciência.

Sentidos da Colonização

Segundo Dantes e Hambúrguer (1996b) os intercâmbios entre o Brasil e outros países sempre foram uma constante na história do país, porém os momentos históricos do Brasil e das demais nações eram distintos, os países viveram os mesmos períodos, porém em condições diferentes, século XVII, por exemplo, Brasil e França eram respectivamente colônias e colonizadores. Havia uma relação entre ambos, porém em desigualdade. Na França do final do século XIX houve grandes investimentos em políticas de intercâmbio; sendo esses investimentos dados pelo contexto: competitividade entre as nações européias e emergência do capitalismo.

De acordo com Petitjean (1996a) há um duplo movimento na produção de ciência nas antigas colônias. Primeiramente um movimento que parte da Europa, do interesse na difusão e expansão desse conhecimento científico. Porém esse movimento depende da recepção desses

valores pelas antigas colônias, sendo que essa variação de acordo com as condições culturais, intelectuais, sociais, econômicas e políticas. O segundo movimento é inverso, parte dessas antigas colônias e de seus interesses na formação científica local de uma nacionalidade. Esse segundo movimento permite perceber o papel de atores na construção dessa ciência independente.

Foi nesse contexto que a medicina experimental ganhou espaço institucional e político, o Instituto Pasteur passou a ser referência mundial de ciência, ciência por excelência. Essa institucionalização da medicina passou pelas competências de cientistas brasileiros, que em geral se formaram com base na literatura francesa. Dos quais, os mais conhecidos são Oswaldo Cruz e Adolfo Lutz.

A realidade histórico-social brasileira possibilitou um desenvolvimento científico e tecnológico aquém da dos países europeus. Era preciso construir um alicerce cultural no Brasil que valorizasse essa ciência e tecnologia para que o país se desenvolvesse, porém deveria ser um pensamento de longo prazo, diferente da maioria das políticas públicas da época, que buscavam sanar os problemas pontuais, sem investimentos em pesquisa básica.

Ciências no Brasil republicano

No início da República houve pouco investimento na produção de ciência básica, a maior parte buscava atender às demandas econômicas, voltadas à exportação.

Na cidade de São Paulo o número de habitantes aumentou de 31 mil para 239 mil, entre os anos de 1872 e 1900. Sendo que ocorreu o maior salto de 65 mil para 239 mil, de 1890 a 1900. Esse aumento populacional gerou problemas ao Governo paulista: epidemias e falta de trabalhadores qualificados para as indústrias e demais serviços urbanos. Investiu-se em saúde e educação públicas para que o desenvolvimento econômico do Estado continuasse, uma vez que uma população forte e educada se acreditava que geraria riqueza e manteria o progresso.

Em 1899 um surto de peste bubônica em Santos, a época maior porto de escoamento de café do país, fez com que o governo do Estado de São Paulo elaborasse por meio de políticas públicas um controle sanitário

dessa epidemia. Os comerciantes de Santos temiam que essas políticas de controle da peste atrapalhassem o comércio local, enquanto os grandes cafeicultores entendiam a necessidade de acabar com a peste para que a exportação continuasse. Um jogo de interesses aos quais os mais abastados venceram com ajuda dos cientistas que comprovaram o surto.

As idéias sanitaristas colocavam em debate o pensamento humanitário e o progresso. Eram necessários investimentos que cuidassem da saúde pública, para que a economia não entrasse em colapso. Porém os ideais científicos acreditavam se colocar desatrelados da política, como se a ciência fosse neutra. Porém para se produzir ciência são necessários investimentos, e esses são feitos por meio de determinações de sujeitos políticos. É preciso entender os cientistas como homens de seu tempo, sem cometer anacronismos.

A imagem de um país doente era prejudicial aos interesses políticos e econômicos. Foi a partir da atuação desses médicos “experimentais” que o preconceito contra o caboclo brasileiro começou a romper-se, e a mudar a idéia de que era a raça quem carregava a doença para as doenças causadas por micróbios e microorganismos. O melhor exemplo disso é o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, que em um primeiro momento era um caboclo indolente, hostil ao progresso; em um segundo momento, diagnosticado como doente e submetido a tratamento, e em um terceiro momento tornando-se rico após ter contato com as práticas médicas.

Foi no início do século XX que a ciência ganhou peso institucional, com sentido de racionalidade. As principais políticas públicas na área de saúde no Brasil no início desse século trabalhavam com a idéia de desconstruir e desmitificar a imagem de país doente. Esse caboclo, em estado pré-capitalista, não contribuía para o progresso da nação, foi preciso iniciar programas sociais para integrá-lo à lógica de mercado. O discurso sanitarista buscou modernizar a sociedade brasileira, porém precisava criar uma cultura que aceitasse essa modernização, sendo necessário uma intervenção social para implementar políticas de saúde.

A institucionalização da ciência experimental, tida “ciência por excelência”, serviu como base, como conhecimento instrumental para suporte do desenvolvimento econômico.

A criação de instituições buscou moldar valores, e trabalhar os conflitos entre ciência e sociedade. O conhecimento tornava-se viável quando demonstrava uma função social.

Pasteur trabalhava com “teatro de provas” (metodologia empírica, baseada em experiências de laboratório), o mesmo fez Vital Brazil no Instituto Butantan. *Uma instância científica, ou um campo científico, só se torna uma necessidade cultural quando adquire uma significância histórica, apropriada pelo esquema cultural.* (Sahlins apud Alves, 1996 p.73).

Ciência e Progresso: humanismo e desenvolvimento econômico

Como justificar investimentos na produção de ciência em um país extremamente agrícola e voltado para exportação? Vital Brazil talvez tenha encontrado a resposta ao menos para um de seus produtos:

No resto do Brazil nenhum passo tem sido dado no sentido de diffundir os conhecimentos úteis com relação a este importante assumpto. Entretanto, o nosso paiz “é essencialmente agrícola”, na phrase celebre de um notável estadista, e a agricultura paga o mais pesado tributo do ophidismo. Os effeitos maléficos desse tributo são pouco conhecidos, e não impressionam a opinião pública porque, de um lado, não possuímos estatisticas; de outro, se exercem quasi que exclusivamente sobre os obscuros trabalhadores agrícolas. Si attendermos, porém, aos únicos dados estatísticos que possuímos, que são os do Estado de São Paulo, e fizzermos d’eles uma base para avaliarmos aproximadamente o que se passa em todo o Brazil, chegaremos ao seguinte resultado:

Numero provável de mortes: 4.800 por anno

Numero provável de accidentes: 19.200 por anno

Considerando que a mór parte das victimas é constituída por indivíduos vigorosos em plena actividade productiva, e danto o valor médio de cinco contos pela vida de cada indivíduo, não poderemos avaliar os prejuízos materiaes causados pelo ophidismo em menos de 24 mil contos annuaes, em todo o paiz, isto para fallarmos nas vidas humanas, sem contarmos os prejuízos causados pelos accidentes nos animaes, os quaes devem ser colossaes.

Do exposto deprehender-se-á facilmente a necessidade de iniciar-se desde já – uma propaganda methodica no sentido de diffundir-se no Maximo os meios de combater-se esses accidentes, importando tal propaganda em obra eminentemente patriótica e humanitária. (Brazil, 2002, p.318)

Porém a discussão que deve ser colocada é: até que ponto a economia, e os interesses das elites são sobrepostos aos interesses gerais da nação? Será que sempre será preciso justificar a produção da ciência como algo que pode gerar mais lucro ou evitar prejuízos?

A institucionalização das ciências biomédicas requereu, assim, grande dose de perspicácia e habilidade política para assegurar a formação da massa crítica necessária à sua decolagem, para convencer os legisladores de sua utilidade, para obter o necessário apoio financeiro e conquistar sua legitimidade junto à opinião pública dos grandes centros urbanos. (Benchimol, 1990, p.8)

Butantan e Pasteur: O Brasil-França nas instituições

As descobertas de Pasteur proporcionaram ao homem os meios de romper o círculo infernal das doenças infecciosas. Suas descobertas influenciaram no modo de pensar as estruturas sociais: crianças vacinadas, leite fervido, tratamento de água e esgotos, feridas limpas, cabelos cortados, unhas aparadas, etc. Começou a institucionalização das práticas científicas como sinônimo de progresso.

O modelo francês do Instituto Pasteur se deu pelo consórcio entre pesquisa, produção e ensino, tripé ao qual seria agregado, a partir de 1898, o hospital, espaço terapêutico que consolidou o elo da microbiologia com a medicina humana.

O Instituto Butantan ao longo da sua história ora valorizou mais a produção, ora a pesquisa, isso variou de acordo com os atores políticos que por ele passaram, mas sempre baseado no tripé de Pasteur, que incluía também a difusão, que ora concordava com a produção, ora com a pesquisa, difundindo valores na sociedade. A criação do Instituto foi uma tradução desse modelo francês que precisou adequar-se a realidade histórico-social de São Paulo e do Brasil.

Eu tenho, ao mesmo tempo, duas convicções profundas: a primeira é de que a ciência não tem país; a segunda, em contradição com a primeira, é de que a ciência é a personificação direta da nação. A ciência não tem país porque o saber pertence a toda a humanidade. Mas, ao mesmo tempo, a ciência é a mais alta personificação da nação, porque a nação leva o mais longe os produtos do pensamento e da inteligência. (Pasteur apud: Petitjean, 1996a, p.30).

Com isso, mesmo a ciência sendo universal como o próprio Pasteur colocou, a detenção das tecnologias para produção de conhecimentos científicos não o é, logo as nações detentoras dessas ciências e tecnologias as utilizaram como um nova forma de colonização das nações.

Ciência & Tecnologia nos primeiros anos do Instituto Butantan

Em 1901 o Instituto contava com 1 diretor (também pesquisador), 1 ajudante, 1 administrador, 1 escriturário, 2 auxiliares, 7 serventes e 5 camaradas. Somente em 1904 (Figura 4) houve alteração no quadro de pessoal, foram contratados 1 cocheiro e mais 2 serventes. Depois, somente em 1909, Vital Brazil conseguiu um ajudante, porém, além do aumento na produção de soros antiopeçonhentos, teve início a produção de tuberculina e de estudos sobre soro antitetânico, o quadro de pessoal, principalmente de pesquisa permaneceu quase inalterado em 10 anos.

Somente a partir de 1910 (Figura 5) foram iniciadas as obras para construção de um novo prédio (hoje conhecido como prédio central, onde funciona a biblioteca e laboratórios), um laboratório e não uma cocheira adaptada.



Figura 4: Organograma de 1904.

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Butantan

AS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA NA CRIAÇÃO DO INSTITUTO BUTANTAN

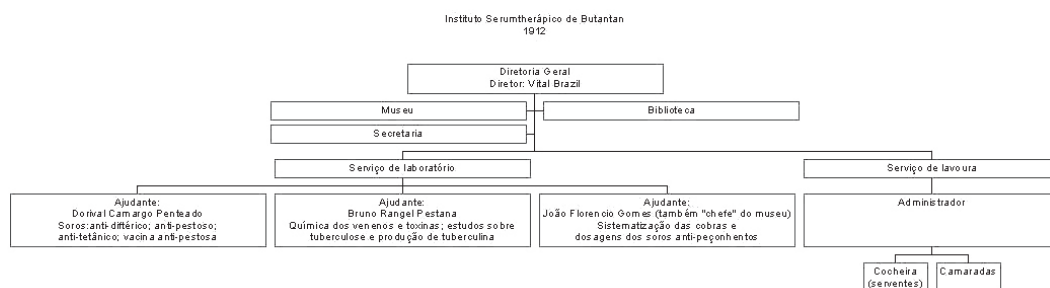


Figura 5: Organograma de 1912.

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Butantan

Defesa Contra o Ofidismo

Em 1911, Vital Brazil publica *Defesa Contra o Ofidismo* em 2 versões: português (vulgarização das idéias no país) e francês, institucionalização desse conhecimento. Esse livro pode ser considerado um marco nos trabalhos de Vital e a consolidação do Instituto Butantan como produtor de uma ciência específica sobre ofidismo. Porém o livro serviu como propaganda dos próprios serviços oferecidos pelo Instituto, uma vez que também foi direcionado ao público leigo para que as idéias fossem divulgadas. Foi através da vulgarização das técnicas de profilaxia e cura de mordeduras de cobras e do serviço de permuta de soros por cobras que aos poucos esse trabalho se tornou importante ao Serviço de Saúde do Estado de São Paulo.

I Guerra Mundial

Segundo Motoyama e Nagamini, as relações entre ciência e guerra são antigas. Porém só nos tempos modernos, principalmente após a I Guerra Mundial, é que essas relações entre C&T – Ciência e Tecnologia – e guerra ficaram mais nítidas, com as indústrias químicas e elétricas, o homem do século XX passou a viver em uma cultura cientifizada. Os chamados países de terceiro mundo também tiveram interesse em C&T, mesmo os segmentos sociais não tendo muita intimidade com o tema em função do seu passado, reconheciam o papel das C&T nas relações de dominação existente entre os países “adiantados” e “atrasados”. Porém esses países esbarraram em algumas dificuldades para implementação e investimentos em C&T, parte por incompetência das elites, parte pela falta de vontade

dos países detentores das tecnologias, que almejavam apenas explorar e dominar os demais países.

O findar do século XIX vinha acompanhado de alguns prenúncios de mudança. Isso era particularmente verdadeiro no campo da ciência e tecnologia (C&T). Cada vez mais ficava patente a importância de ambas no cenário econômico e militar. O advento de indústrias elétricas e químicas na segunda metade daquele século mostrava claramente o significado da C&T nesse aspecto. Não foi por acaso que Estados Unidos e Alemanha, detentores das maiores e melhores empresas nesses setores, se transformariam rapidamente nas mais poderosas potências da segunda metade do século XIX. (Motoyama & Nagamini, 1996, p.331).

Após a I Guerra Mundial o modelo francês de ciência começou a perder espaço na influência da ciência brasileira, e isso se deu em contraposição à ascensão do modelo norte-americano. Segundo Motoyama e Nagamini o sistema de cátedras francês engessava o desenvolvimento de sua ciência, pois era um modelo muito mais aplicado à docência do que à tecnologia industrial. Logo essa ascensão do capitalismo possibilitou uma maior produção de ciência e tecnologia, incluindo de guerra também:

Mais uma guerra sem razão, já são tantas as crianças com armas na mão, mas explicam novamente que a guerra gera empregos e aumenta a produção. Uma guerra sempre avança a tecnologia, mesmo sendo guerra santa, quente, morna ou fria. Prá que exportar comida? Se as armas dão mais lucros na exportação... (Renato Russo: A canção do senhor da guerra)

Instituto Butantan e as relações Brasil-França hoje

Atualmente a relação institucional entre os países tem como programa um acordo geral de cooperação científica e tecnológica assinado em 1967, revisto e renovado em 2003. No Instituto Butantan além das relações entre pesquisadores, enquanto indivíduos, também permanecem relações institucionais, como o acordo entre o Butantan e a Aventis-Pasteur para transferência de tecnologia da vacina contra influenza.

Quadro comparativo

Como exemplo da influência dos franceses no Brasil, em particular do Instituto Pasteur no Instituto Butantan seguem duas imagens das páginas eletrônicas de internet de ambos os sites: (Figuras 6-A e 6-B)

Apenas influência, plágio, reconhecimento ou colonização das práticas científicas?

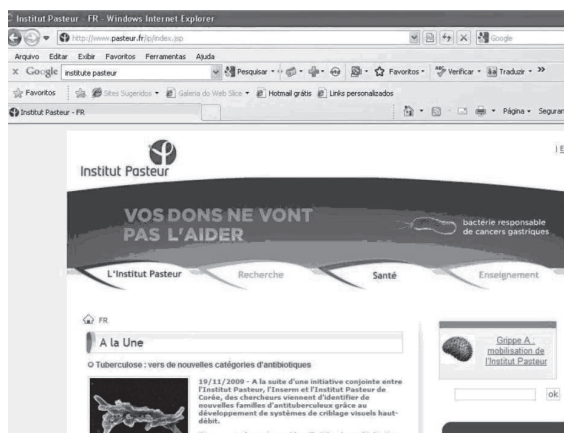


Figura 6-A: Sítio eletrônico do Instituto Pasteur

Fonte: www.pasteur.fr



Figura 6-B: Sítio eletrônico do Instituto Butantan

Fonte: www.butantan.gov.br

Considerações Finais

Percebe-se ao longo desse trabalho a importância da influência francesa no Brasil e do Instituto Pasteur no Instituto Butantan. Seja para bem, ou para mal, é inegável essa influência.

A pasteurização é um processo de tratamento térmico que elimina microorganismos garantindo uma maior validade para produtos. O termo é derivado do químico Louis Pasteur que criou o processo em 1864. Esse avanço científico melhorou a qualidade de vida dos humanos, permitindo, por exemplo, que produtos como o leite fosse transportado sem sofrer decomposição. Com essa frase, fica o reconhecimento por toda ciência francesa produzida por indivíduos em seus contextos histórico-sociais e de suas instituições.

Rousseau já demonstrava que, a despeito de todo o progresso das ciências e das conquistas alcançadas, ela não apresentou uma melhoria em termos do próprio homem, ao contrário, contribuiu para a decadência em nível dos costumes, valores e práticas: a origem de suas misérias é fruto do pretensão aperfeiçoamento humano. Embora os valores e práticas terem se aprimorado, não necessariamente isso significa uma melhora de vida. Em vez de impulsos morais verdadeiros, desenvolveram-se o poder, a ambição, a miséria. (Moroz & Rubano, 2004, p.336).

Fica como reflexão deste trabalho pensar que a história não é linear. Ela é dada pelas relações e conflitos sociais, históricos, culturais e políticos dos indivíduos e instituições ao longo do tempo. Que a história institucional passa pelas mãos dos indivíduos, assim como a carreira dos indivíduos passa pelas trajetórias históricas das instituições. Logo a produção de ciência em qualquer tempo histórico não é neutra, ela tem um sentido de ser produzida, pertencendo a um jogo de relações políticas que perpassam os mais diferentes interesses.

Referências Bibliográficas

Almeida M de. *República dos invisíveis: Emilio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2003. 370p.

- Alves IM da S. Modelo Politécnico, Produção dos Saberes e a formação do Campo Científico no Brasil. In: Dantes MAM (org.) et al. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996a. p.66-75
- Benchimol JL. Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1899-1937. In: Benchimol, JL (Coord.). *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1990. p.1-88.
- Brazil LV. *Vital Brazil: vida e obra 1865-1950*. Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001. 56p. (Discurso proferido na solenidade de comemoração do aniversário de 80 anos do Instituto Vital Brazil, 11 set. 2000).
- Brazil, V. A defesa contra o ophidismo. São Paulo: Pocai & Weiss. 152p. In: Pereira Neto A de F (org.). *Vital Brazil: obra científica completa*. Niterói (RJ): Instituto Vital Brazil, 2002. 1184p.
- Costa EV da. *Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX*. In: Revista de História / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, Nº 16 (1953), Nº 142 e 143, p.277-308, 2000.
- Dantes MAM. Os positivistas Brasileiros e as Ciências no Final do Século XIX. In: Dantes MAM (org.) et al. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Fapesp, 1996a. p.49-63
- Dantes MAM. & Hambúrguer AI. A ciência, os intercâmbios e a História da Ciência: Reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: Dantes MAM et al (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996b. p.15-23
- Fonseca F da. Instituto Butantã. Sua origem, desenvolvimento e contribuição ao progresso de São Paulo. In: *São Paulo em quatro séculos*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 2
- Moroz M & Rubano DR. Alterações na sociedade, efervescência nas idéias: a França do século XVIII. In: Andery MAPA (org.) et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 13 ed. Rio de Janeiro: Garamound; São Paulo: EDUC, 2004. p.327-340
- Motoyama S & Nagamini M. CNPq e CNRS: Duas Histórias numa perspectiva comparada. In: Dantes MAM et al (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Fapesp, 1996a. p.331-359

- Natalini G & Amaral JL do. *450 anos da história da medicina paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004
- Oliveira JL. *Cronologia do Instituto Butantan (1888-1981): 1ª parte 1888-1945*. Memória do Instituto Butantan. São Paulo, 1980
- Oliveira MLF de. *Balcão de Negócios*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Nº 15, Rio de Janeiro, 2006. p.68-72
- Oliveira SFJ. *Segredos e Mentiras*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Nº 15, Rio de Janeiro, 2006. p.82-85
- Petitjean P. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-brasileiras. In: Dantes MAM et al (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Fapesp, 1996a. p.25-39
- Petitjean P. Entre Ciência e Diplomacia: A organização da Influência Científica Francesa na América Latina, 1900-1940. In: Dantes MAM et al (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Fapesp, 1996b. p.89-120
- Prado Junior C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 390p.
- Santos LAC. *O pensamento sanitário na primeira república. Uma ideologia de construção de racionalidade*. Rio de Janeiro: Campus, 28(2), 1985 – p.193-210
- Stancik MA. *Os Jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República*. In: Publicações UEPG, Ciência Humanas, Ciências Sociais aplicadas, Linguagem, Letras e Artes. Nº 13 Ponta Grossa (PR), 2005. p.45-62
- Suppo H. *A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias*. In: Revista de História / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, Nº 142 e 143, p.309-346, 2000.
- Teixeira LA. Repensando a história do Instituto Butantan. In: *Espaços de ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001 – P.159-180
- Teixeira LA. *Instituto Butantan: visitando um período esquecido*. Rio de Janeiro: UERJ/UMS, 1993. (série Estudos em Saúde Coletiva; N.º 74)

Agradecimentos: Agradeço os colegas de trabalho do Laboratório de História da Ciência e do Museu Histórico do Instituto Butantan, em especial a Amanda Campos de Freitas e também a professora Dr^a. Maria Amélia M. Dantes pelas aulas de Historiografia das Ciências no Brasil do programa de pós-graduação em História Social da USP.

Data de recebimento do artigo: 07/06/2010
Data de aprovação: 09/09/2010
Conflito de Interesse – Nenhum declarado
Fontes de Financiamento – Nenhum declarado

“As vozes que ecoam: mulheres, ressentimentos e saúde mental”¹

The voices echo: women, resentment and mental health

Rachel Gouveia Passos²

Resumo: O presente trabalho visa analisar os sentimentos que moveram a participação social do familiar/cuidador da pessoa em sofrimento psíquico, dando destaque às mulheres como agentes de mobilização e organização no movimento da luta antimanicomial.

Palavras-chave: mulheres, loucura, Reforma Psiquiátrica, movimento da Luta Antimanicomial, Historia da Saúde Pública.

Abstract: *This paper aims to examine the feelings that moved social participation of the family – the person in caregiver psychological distress, focusing on women as agents of mobilization and organizations in the movement of anti-asylum.*

Key-words: *women, madness, Psychiatric Reform, Anti-Asylum Movement, History of Public Health*

Introdução

(...) Assim, em algumas conversas sucessivas, a questão dos elos entre memória e esse sentimento negativo e mal resolvido, motivador da inércia, mas também desencadeador de atitudes afirmativas, foi-se desdobrando em múltiplas direções: a das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais, sua afetividade e as práticas sociais; a da construção de identida-

¹ Produção teórica integrante da pesquisa da dissertação de mestrado.

² Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Italo Brasileiro; Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP – FIOCRUZ); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense; Militante do Movimento da Luta Antimanicomial. Endereço Profissional: Av. João Dias 2046 – Santo Amaro / São Paulo/SP; CEP: 04724-003. Contato: rachel.gouveia@gmail.com

des pessoais, de grupos e de nações, identidades densamente alimentadas, cultivadas e acalentadas por cargas afetivas; a da polissemia das palavras, seu uso abusivo, sua âncora cultural ou farol iluminador de modos de sentir diversos do nosso; a das construções intelectuais de ampla acolhida pelo público leitor, aprisionadoras do subversivo ato de divergir (Brescia-ni & Naxara, 2004, p.10).

Os ressentimentos estão ligados às manifestações de reivindicação expressas pelos indivíduos, ao longo de um dado processo de dominação, ou seja, para Ansart (2004, p.16), *o ressentimento seria resultado de um conflito, de uma ação conduzida*.

Ocorreu, na década de 80, o surgimento do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que, segundo Amarante (1995, p.52), objetiva *constituir-se em um espaço de luta não institucional, em um lócus de debate e encaminhamento de propostas de transformação da assistência psiquiátrica*. nasce a partir de reivindicações por melhores condições de tratamento dos usuários de saúde mental, condições adequadas de trabalho, enfim, vai ser reivindicada a transformação do modelo de assistência prestada a esse público.

Desta forma, o MTSM foi um dos primeiros movimentos em saúde *com participação popular, não sendo identificado como um movimento ou entidade da saúde, mas pela luta popular no campo da saúde mental* (Amarante, 1995, p.57). Foi durante o II Encontro em Trabalhadores de Saúde Mental que o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial se constituiu como um fórum, em que novos atores sociais foram incorporados às discussões dos trabalhadores.

Essa trajetória pode ser identificada por uma ruptura ocorrida no processo da reforma psiquiátrica brasileira, que deixa de ser restrito ao campo exclusivo, ou predominante, das transformações no campo técnico-assistencial, para alcançar uma dimensão mais global e complexa, isto é, para tornar-se um processo que ocorre, a um só tempo e articuladamente, nos campos técnico-assistencial, político-jurídico, teórico-conceitual e sociocultural (p. 75-76).

Têm-se incorporado, nesse momento, a participação na luta política os familiares, os usuários, os profissionais e outros ativistas de movimentos sociais pela cidadania e pelo direito à vida. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu em 1986, antecedendo o “Congresso de Bauru”, tornou-se um marco histórico da organização popular. A

partir desse fato, fortaleceu-se o envolvimento da sociedade civil para a construção de um Sistema Único de Saúde e a implantação da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Diante dessa realidade, iremos analisar os sentimentos que vão mover a participação social do familiar/cuidador, dando destaque às mulheres como agentes de mobilização e organização nesse movimento. Cabe apontar que, para Ansart (2004), os ressentimentos são criadores de valores, manifestando atitudes e condutas difíceis de serem compreendidas. Entretanto, de que forma tais sentimentos podem mobilizar as mulheres/cuidadoras para reivindicarem os direitos dos seus familiares? Ou será que esses ressentimentos podem proporcionar uma sensação dupla de responsabilidade e culpabilização, e, assim, movê-las para a participação política? Enfim, essas indagações permitirão o apontamento dos sentimentos que movem essas mulheres para o cuidado da pessoa em sofrimento psíquico.

Do privado para ao público: a medicina e a maternidade na redefinição do papel social das mulheres no início do século XX

Desde o final do século XIX, na sociedade brasileira, o papel das mulheres fortalece-se no cenário público. A maternidade ultrapassará o espaço doméstico e terá uma função pública, com caráter cívico. Nesse momento, as mulheres assumem uma responsabilidade com o desenvolvimento do país, já que a sua, agora, é com a Pátria e não mais só com o marido, ela teria filhos para garantir cidadãos.

Para Perrot (2001 p.15), as mulheres vão construir *uma nova representação de si mesmas, em particular, no mundo romanesco que domina seu círculo social*. Com isso, vão assumir, a partir do discurso médico, um novo modelo de maternidade, *configurando-se, através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna* (Freire, 2008, p.154).

Na década de 20, o sanitarismo finca suas raízes, constituindo-se como principal inspiração para as políticas públicas de saúde. No Brasil, no Rio de Janeiro, é fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel. *O objetivo inicial da instituição era o de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos*. (Costa, 2007,

p.45) Antes de criar a Liga, o psiquiatra funda uma escola de enfermagem³, onde serão formadas as monitoras de higiene mental.

A função da mulher sofria transformações nesse momento, sendo que, ao mesmo tempo em que iriam ter acesso a uma formação, aprenderiam a desempenhar funções que a ensinassem a maternar. Tanto que a escola de enfermagem é criada para que as mulheres possam ser monitoras dos médicos, cuidar dos doentes mentais, não fugindo ao caráter materno. Aos médicos era atribuída *a tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade, segundo a racionalidade científica* (Freire, 2008, p.160).

Um dos conflitos entre a maternidade tradicional e a científica era a questão do instinto e da técnica. Para os médicos, o instinto era insuficiente para o cuidado dos filhos, tornando-se necessária a educação da puericultura para as mulheres se habilitarem às regras da higiene. Assim, foi estratégica a inserção das mulheres no cuidado aos doentes, já que as mesmas não tinham acesso à educação acadêmica. Para Freire (2008, p.162), *muitas mulheres abraçaram a ideologia da maternidade científica, aproveitando-a como estratégia para elevar sua posição no âmbito doméstico e ingressar na esfera acadêmica.*

Às práticas costumeiras, passadas de geração em geração, foram aderindo outros significados, explicados pela linguagem técnica. A partir de agora, a mãe moderna fazia ciência:

[...] evidenciava-se um processo de medicalização negociada das práticas de criação dos filhos, que embora referida à pessoa do médico, contribuía para solidificar a redefinição – com valorização – da maternidade, elevando atos simples do cotidiano doméstico ao status de atividade científica (Freire, 2008, p. 64).

Apesar dessa redefinição do papel das mulheres em relação à maternidade, que se desloca do espaço privado e torna-se uma responsabilidade pública, vai ocorrer sutilmente a submissão higiênica dos sexos. A medicina afirma e estabelece padrões de saúde física e psíquica para garantir uma prole saudável, educada de acordo com os padrões culturais

³ A escola de enfermagem criada por Riedel, do qual foi diretor, era anexa da Colônia do Engenho de Dentro, conforme Costa (2007, p.45-53).

burgueses. Entretanto, esse padrão, definido pela medicina para as mulheres, irá limitá-las à esfera privada, já que as mesmas estariam à mercê de um colapso de nervos, se ultrapassassem os limites dos seus deveres de mulheres (Garcia, 1995, p.15).

Com isso, constituiu-se socialmente a ideia de que o feminino está sujeito à instabilidade psíquica mais do que o masculino. O saber psiquiátrico investia sobre a questão da mulher, buscando o controle da sexualidade por meio da padronização e difusão do modelo familiar, reforçada pelo pensamento higienista.

A crença médica na instabilidade dos nervos femininos fez da mulher um ser mais vulnerável aos distúrbios mentais do que o homem, e isto teve grandes consequências na política social. Esta era a grande razão alegada para tirar as mulheres dos empregos, negar-lhes direitos políticos e mantê-las sob controle masculino na família e no Estado (p. 57).

Cabe apontar que, para Hunt (2009, p.26-27), no final do século XVIII até o presente, *todos os indivíduos normais são igualmente capazes de viver juntos numa moralidade de autocontrole*. Isso envolve, de acordo com a autora, a capacidade de raciocinar e ter a independência de decidir por si mesmo. As mulheres não terão escolhas para adquirir conhecimento ou comprar sua liberdade. Suas escolhas deverão ser dadas de acordo com o que está colocado, senão, a mesma será passível de restrição e punição, já que está fora de sua razão.

A loucura é também um rótulo imposto pela sociedade à mulher que se atreve a se desviar ou a tentar escapar dos padrões estabelecidos, rótulo que aprisiona e oprime e é particularmente punitivo para quem tentou libertar-se da 'normalidade' (Garcia, 1996, p.54).

A redefinição da maternidade colocava-se em reformulação, entretanto, de acordo com Freire (2008), ao mesmo tempo em que aprisionava, também aumentava a participação e o poder feminino na sociedade. Naquele momento, estabelece-se um paradoxo: avançava-se nas conquistas de direitos, nas relações trabalhistas e nos papéis femininos, entretanto, produz-se um adoecimento naquelas que se ausentam e abnegam o papel de rainha e de "santa mãe" do lar.

Analogamente, o gênero feminino, na concepção dos parâmetros de sua normalidade, trazia em si a essência da loucura. Ao mesmo tempo

que à mulher era atribuído o controle do lar, dela também esperava-se a fragilidade, a vibratibilidade e a infantilidade, elementos inerentes a sua vitimização (Couto, 1994, p.5).

Mobilização e Ressentimentos: a loucura como pano de fundo e a luta das mulheres na saúde mental

No final da década de 70, o modelo hospitalocêntrico era a principal modalidade de atendimento e cuidados para a pessoa em sofrimento psíquico, e nesse período começam a surgir no Brasil questionamentos sobre esse tipo de tratamento. Nesse caminho, de acordo com Amarante (1995), acontecerá, em abril de 1978, o estopim do episódio do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, provocado pela “Crise do DINSAM” (Divisão Nacional de Saúde Mental).

Essa crise dispara-se após a denúncia de três médicos, residentes do antigo Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII), localizado no Rio de Janeiro. Nasce, a partir desse movimento, reuniões de diversos grupos interessados em transformar a saúde mental, reunindo, aí, sindicatos e outras formas de organizações da sociedade civil. Surge o MTSM, com o objetivo de um debate que possa proporcionar a transformação da assistência psiquiátrica.

O MTSM caracteriza-se por seu perfil não-cristalizado institucionalmente – sem a existência de estruturas institucionais solidificadas. A não – institucionalização faz parte de uma estratégia proposital: é uma resistência à institucionalização. Costuma ocorrer também nos movimentos populares de saúde, na medida em que a institucionalização é geralmente associada à perda de autonomia, à burocratização, ao encastelamento das lideranças e à instrumentalização utilitarista do movimento por parte dos poderes políticos locais ou da tecnocracia. (p. 57).

O auge do contexto reformista ocorre em 1986, em Brasília, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que inaugurou uma nova contextualização do processo de participação social, sendo aberta e consultiva, estimulando a inserção da sociedade civil. Reuniram-se em torno de quatro mil pessoas. Foi nela proposta a realização de conferências temáticas, ocorrendo já, em 1987, a I Conferência de Saúde Mental.

Com isso, têm-se incorporado a esse processo ações inovadoras: o surgimento de novos atores sociais no movimento da reforma psiquiá-

trica, que são os familiares e os usuários. São formadas, a partir desse processo, as associações com o objetivo de [...] aglutinar familiares e envolvê-los no tratamento, nos moldes das terapias de família ou grupos de auto-ajuda – a partir desse movimento, tinham outra atuação – participando efetivamente dos projetos de criação de novas práticas e modalidades de cuidado e atenção, e na luta política pela transformação do modelo hegemônico asilar (p. 81).

Para Vasconcelos (2008), a organização dos usuários e familiares significa a contribuição do processo de transformação e do próprio empoderamento⁴ desses sujeitos. Isso demonstra a importância das relações de proteção social existentes nas vinculações familiares e a necessidade do seu apontamento, já que tais organizações vão surgir para pressionar a implementação de políticas públicas.

Em saúde mental, entendo este conceito como uma perspectiva de fortalecimento do poder, participação e organização dos usuários e familiares no próprio âmbito da produção do cuidado em saúde mental, em serviços formais e em dispositivos autônomos de cuidado e suporte, bem como em estratégias de defesa de direitos, de mudança da cultura relativa à doença e saúde mental difusa na sociedade civil, de exercício do controle social no sistema de saúde, e de militância social e política mais ampla na sociedade e no Estado (Vasconcelos, 2008, p.60).

No entanto, observa-se nas organizações de familiares e usuários da luta antimanicomial a participação massiva de mulheres, que se mistura com os múltiplos papéis sociais conquistados, já que a loucura foi uma das formas de aprisionar e impedir o deslocamento do lugar social ocupado por elas. Nesse sentido, não serão somente as “cuidadoras” (mães, filhas, avós, tias e esposas) a atuarem no movimento, mas farão parte dessa luta as usuárias do serviço de saúde, as consideradas “loucas”.

A professora Suely Gomes Costa, em seu artigo “Proteção Social, Maternidade Transferida e Lutas pela Saúde Reprodutiva”, aponta a atualização da transferência das “desigualdades seculares nos acessos das mulheres

⁴ Vasconcelos (2009, p.59) em seus primeiros trabalhos defende o uso do conceito original inglês nos textos em português, para garantir o sentido e a força da expressão original, e porque as traduções usuais em português, como autonomização, aumento do poder, fortalecimento e empoderamento ou são parciais, como nas três primeiras, ou perdem força, como na última. Entretanto, foi percebendo que o uso do termo em inglês o torna inacessível exatamente para as pessoas a quem mais se destina: os indivíduos e os grupos sociais submetidos a processos de exclusão, opressão e discriminação.

a direitos sociais próprios das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas”. Uma das atualizações dessa maternidade transferida dá-se em relação ao cuidado da pessoa em sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização. Não só se sobrecarregam as mulheres que cuidam, mas se veem negligenciados os seus direitos civis, políticos, sociais e culturais, que apresentam algum transtorno mental.

Essa sobrecarga se dá com o processo de desmonte da lógica manicomial, que vai propor nova forma de cuidado para as pessoas em sofrimento psíquico, visando a liberdade, a integralidade, o cuidado, a cidadania e a singularidade. Entretanto, ocorre a ausência de investimento nos dispositivos de cuidado, que produzirão uma transferência da responsabilidade do trato para as famílias, gerando uma sobrecarga para as mulheres. Com essas condições impostas, *é necessário ‘inventar tradições’ de proteção social dentro dos significados extraídos dos modos de organização de defesa da vida coletiva* (Costa, 1995, p.130).

O movimento da luta antimanicomial torna-se uma das formas de organização e reinvenção das tradições de proteção. Nesse sentido, será recomposto *o aparato assistencial com as redes de solidariedade e os grupos de auto-ajuda, admitidos como capazes de definir e conduzir as ações de defesa dos interesses coletivos* (Ibidem). As redes de solidariedade, que se instituirão, não direcionarão os seus questionamentos para a sobrecarga das mulheres no cuidado da pessoa em sofrimento psíquico, mas se voltarão para as dores produzidas pelo padecimento que as permeia pelo adoecimento psíquico do ente querido ou do seu próprio, que as coloca como usuárias dos serviços de saúde mental.

Uma personagem precursora do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) é a Sra. Iracema Polidoro. Seu trabalho no movimento se dá a partir do sofrimento da sua tia, que fora internada em um hospital psiquiátrico e abandonada pelo marido. Entretanto, a própria Iracema já vivia a sua experiência como cuidadora, pois seu esposo apresentava um quadro grave de alcoolismo. Nisso tudo, observa-se a mesma busca pela liberdade de criar alternativas de transformação da realidade, que não será somente a sua. procurou transformar, contudo, os paradigmas da psiquiatria tradicional, operadas nas práticas cotidianas dos serviços e nas políticas públicas.

Franco da Rocha. Aquilo ali era horrível. Então comecei a participar das reuniões dos familiares e comecei a me revoltar com aquela forma que os guardas tratavam as pacientes e as guardetes, que usavam umas sai-

nhas curtinhas. E aqueles cassetetes, que para ele poder comer tinha que entrar numa fila e o guarda na ponta batendo. Você chegou a conhecer o refeitório? Era deprimente. Latas de óleo eram as canecas deles, ali botava o café, ali botava água. Aí, comecei a fazer aquela amizade. Quando eu comecei a participar das reuniões, era com a assistente social. Médico ninguém conhecia. Se conhecia, não tinha amizade, porque antigamente era assim. Você era o doutor e eu era a familiar, existia uma barreira. "A gente tem que mudar isso". Tinha vontade, mas não tinha idéia de como mudar. Tudo começou ali dentro do Franco da Rocha. Foi conversando com uma assistente social do Franco da Rocha, que eu falei: "Gente, o que podemos fazer?" Ela: "Puxa, Iracema... Você quer renovar a coisa e tem um grupo de técnicos que quer também, está tentando fazer essa reforma, você podia estar engajada, sentar e conversar". Foi quando eu conheci esse grupo de dentro da Colônia (Diaz, 2008, p.115).

Então era uma família. Eu tinha uma família dentro do Franco da Rocha. Quando elas me viam, todo mundo corria atrás de mim. Eu sempre cuidando dela, dos piolhos, porque piolho, ela pegava piolho escandalosamente. 'Eu estou com piolho'. Eu trazia remédio. E um belo dia eu fui domingo, ela falou: 'Ih, eu não estou bem.' Uma gripe forte que deu numa época. 'Ah, eu estou com uma gripe, estou com febre, estou com isso, estou com aquilo'. Aí eu catei lá um chá de... Por ali, arrumei umas folhas, fizemos um chá para ela, ela tomou e tal. Aí, liguei, aí a menina: 'Ih, a Jenice ainda está meio febril'. Eu falei: 'Puxa, tomou o chá...' Quando foi na terça-feira de manhã, aí recebo um telefonema para ir urgente na Colônia, que estava tendo um problema e eu tinha que estar lá. Aí, quando eu chego na Colônia, eu entro no portão vem uma paciente. Agarrou-me e chorou. Eu falei: 'O que houve?' 'A Jenice está morta em cima da cama'. Eu falei: 'Que é isso?!' Cheguei lá estava o corpo dela em cima da cama. E as pacientes, todas em volta. Quando eu entrei na enfermaria, eu vi aquele corpinho, que ela era baixinha, esticadinha assim, o rostinho de lado. Eu parei e a Mercedes virou para mim e falou assim: 'Ih, a Jenice morreu, o que vai ser da gente agora? Quem vai limpar, quem vai cuidar da gente? A Jenice morreu, Iracema'. Aquilo ficou gravado. Eu falei para ela: 'Olha, a minha bandeira vai continuar estuada. Enquanto eu tiver vida e força, você pode crer que eu vou estar lutando por vocês'. Cheguei perto da cama... Foi duro. Viu? (chorando) Mas uma perda que eu tive, e consegui. Fiz o enterro dela, saí dali, liguei para casa, avisei. As outras irmãs

nunca ligaram para ela. Nem vieram ao enterro. Sempre era eu. Fiz o enterro com poucas pessoas. Na hora do sepultamento eu falei: ‘Jenice, vou continuar na luta. Você não alcançou a mudança, mas outros alcançarão’. Enterrei minha tia, ela tem quatro anos de morta. Ela fez aniversário em 5 de fevereiro, morreu dia 10 de maio. E eu estou aí, na luta (p. 116).

Exemplos como o de Iracema nos mostram os diversos ressentimentos que irão mover as mulheres na luta antimanicomial. Para Ansart (2004, p.19), *é preciso primeiramente, atentar à diversidade das formas de ressentimentos e falar de ressentimentos no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal*. Ele vai envolver múltiplos sentimentos que irão estimular a participação dos sujeitos em movimentos de transformação da realidade, questionando o enrijecimento dos limites colocados aos indivíduos, constituídos social, histórica e politicamente.

Max Scheler assinala esta dinâmica do ressentimento como criadora de valores, ou seja, de finalidades sentidas como desejáveis pelos indivíduos e que eles buscam realizar. A questão essencial colocada, às vezes de difícil resposta, é a necessidade de compreender e explicar como ressentimento se manifesta, a quais comportamentos serve de fonte e que atitudes e condutas inspira, consciente ou inconscientemente (p. 19).

Os ressentimentos têm um lugar como mecanismo político, em que se manifestarão através das múltiplas ações de descontentamento. Segundo Ansart (p. 28), *as políticas sociais, pode-se dizer, são práticas que visam atenuar as indignações, visam impedir que os descontentamentos transformem-se em ressentimentos perigosos*. Entretanto, esses ressentimentos podem proporcionar sensações de luta e esperança para mudar a realidade constituída, promovendo *transformações associadas à modernidade, libertando o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas* (Hall, 2002, p.25).

A figura feminina sempre esteve vinculada à emoção, à sensibilidade, à infantilidade e a elementos inerentes à vitimização. Da mesma forma, estará associada ao controle da casa e vai responder pelo cuidado das crianças, dos adultos e dos doentes. Contudo, quando o sentimento de dor e perda alcança as mulheres, isso se transforma e move o papel simbólico, demarcado pelos atos singulares. Para Freitas (2002), durante a entrevista com as mães de Acari, esse processo vai aparecer, tendo prevalência à imagem das mães lutadoras.

O fato de essa produção ter dado tão certo tem a ver com as próprias histórias de vida, singulares, únicas, dessas mulheres, mas também

com a cultura, os *habitus*, nos quais foram educadas a sentir e a pensar. Retornando um pouco aos "clássicos", vemos que Marcel Mauss (1979) estudou o que chamou de "expressão obrigatória de sentimentos". O que vemos ser desenhado em nossos dias é uma "nova" forma de exprimir tais sentimentos, mas que é tão social quanto à primeira, a que se refere este autor. A novidade é que a luta passa a ser vista como uma manifestação da dor, como se fosse parte constitutiva dessa. Mas vale ressaltar que as mulheres permanecem como responsáveis por exprimir tais sentimentos, por chorar por seus filhos, uma vez que são mães; a "novidade" é que a luta aparece como uma forma de "chorar" e de velar pelos seus filhos e pela memória destes (p. 87).

Considerações Finais

Nas diversas modalidades de movimentos sociais, encontramos mulheres que lutarão pelas transformações societárias, buscando a cidadania dos grupos minoritários a que vão pertencer. Freitas (p. 99) aponta que as mulheres vão apresentar em suas lutas "novos elementos de exame da noção de cidadania", já que suas reivindicações se fazem a favor da vida. Os múltiplos sentimentos produzirão ações que moverão as identidades fixadas e predestinadas historicamente, permitindo a viabilização da cidadania e a transformação dos paradigmas psiquiátricos clássicos. Enfim, as mulheres já não lutarão em nome do filho, do esposo, do pai, da mãe ou de outros, mas em seus próprios nomes das suas dores, sairão para reivindicar a transformação societária.

Referências Bibliográficas

- Amarante, PDC (org.). *Loucos pela Vida: A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SNE / ENSP, 1995.
- Amarante, PDC. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.
- Ansart, P. História e Memória dos Ressentimentos. In: Bresciani, S. & NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*, edição. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.
- Bresciani, S. & Naxara, M. (orgs.). *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.

- Costa, JF. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.
- Costa, SG. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- Costa, SG. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 30/09/2009.
- Couto, RCCM. Eugenia, Loucura e Condição Feminina. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.90, agost. 1994, p.52-61. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/882.pdf>>. Acessado em 11/06/10.
- Diaz, FS. *Os Movimentos Sociais na Reforma Psiquiátrica: O 'Novo' na História da Psiquiatria do Brasil*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.
- Freire, MML. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos, e a construção da maternidade científica na década de 1920”. *Revista História, Ciências e Saúde*. Vol. 15 supl., Manguinhos, Rio de Janeiro, 2008.
- Freitas, RCS. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- Garcia, CC. *Ovelhas na Névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1995.
- Hunt, L. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. Tradução de R. Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Perrot, MF. A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: ensaio de historiografia. Niterói/RJ: *Revista Gênero*, v.2, n.1. 2º semestre de 2001.
- Touraine, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- Vasconcelos, EM. *Abordagens Psicossociais – Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental na ótica da Cultura e das Lutas Populares*. Vol.II. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

Data de recebimento do artigo : 02/06/2010
Data de aprovação : 02/09/2010
Conflito de Interesse : Nenhum declarado
Fonte do fomento : Nenhuma

Os caminhos públicos da odontologia paulista no início do século XX¹

The public ways of the state of São Paulo dentistry in the beginning of twentieth century

Luiz Vicente Souza Martino²

Carlos Botazzo³

Celso Zilbovicius⁴

Resumo: Este trabalho pretende examinar as relações da emergente odontologia paulista com os serviços públicos de saúde durante o primeiro quartel do século XX, considerando a profissão e o Serviço Sanitário de São Paulo, ambos logicamente em seu contexto, a cidade de São Paulo no início deste século. Para tanto, foram analisados documentos relativos à legislação dos serviços públicos e, mais especificamente, de saúde pública deste estado, de 1891 até 1925, bem como material da literatura odontológica da época. Um panorama histórico do cirurgião-dentista e da odontologia no estado foi traçado, observando a profissão e a área de atuação ao final do século XIX e primeiro quarto do século XX. O Serviço Sanitário também foi alvo de estudo, para que os principais atos e decretos estaduais relativos ao órgão fossem expostos. Houve, ainda, uma contextualização dos assuntos abordados com aspectos sociais, econômicos e políticos concernentes aos períodos históricos em questão.

Palavras-chave: história da odontologia, história do cirurgião-dentista, Serviço Sanitário do estado de São Paulo.

¹ Trabalho baseado em monografia de conclusão de curso de especialização de Odontologia em Saúde Coletiva com o título "O Cirurgião Dentista e o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo: uma revisão histórica" de Luiz Vicente Souza Martino, concluída em 2003.

² Cirurgião-dentista sanitarista, pesquisador do Instituto de Saúde SES-SP, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, FSP/USP. Contato: lmartino@isaude.sp.gov.br

³ Pesquisador científico, docente comissionado no Departamento de Odontologia Social/ FOU SP, Doutor em Saúde Coletiva. Contato: cbotazzo@hotmail.com

⁴ Professor do curso de especialização de Odontologia em Saúde Coletiva da FUNDECTO/ FOU SP, doutor em ciências odontológicas com área de concentração em odontologia social. Contato: mocel@uol.com.br

Abstract: *This paper intends to examine the relations of the emerging dental public health services during the first quarter of the twentieth century, considering the profession and the Health Service of São Paulo, both in its logical context, the city of São Paulo at the beginning of this century. Thus, we examined documents relating to legislation and public services, more specifically, the public health of this state from 1891 until 1925, as well as material from the dental literature of the time. A historical overview of dentists and dentistry in the state was traced by looking at the profession and area of expertise to the late nineteenth century and the first quarter of the twentieth century. The Health Service has also been the subject of study for which the principal acts and decrees relating to the state body were exposed. There was also a contextualization of the issues addressed with social, economic and policy pertaining to the historical periods in question.*

Key-words: *History of dentistry, history of the surgeon-dentist, Health Services of the State of São Paulo, History of Public Health.*

Introdução

Os eventos ocorridos no século XIX são fundamentais para a compreensão do século XX, além de iluminar o que ocorre nos dias de hoje. Aspectos relacionados à economia e divisão do trabalho, assim como fatos históricos importantes que influenciaram o destino dos países, como a chegada da corte portuguesa ao Brasil, por exemplo, fazem parte dos 1800. É um século ímpar para a formação social brasileira,

[...] não só pelas transformações que ocorrem nas relações de produção, modificando o conjunto das relações sociais próprias de nossa estrutura econômica e social de colônia, mas principalmente pelas conseqüentes alterações nas relações de poder político e pela constituição de um complexo aparelho de Estado Nacional. (Luz, 1982).

Em meio a mudanças no Estado brasileiro, há que se destacar um novo caráter de intervenção estatal quanto às ações de saúde que deixa de ser pontual e isolada para assumir, de forma característica e permanente, o que veio a ser a medicina social brasileira (Machado, 1978; Luz, 1982 e Telarolli Júnior, 1996). O Rio de Janeiro protagoniza o processo, que ocorrerá em São Paulo somente na década de 1880, com o desenvolvimento capitalista da economia paulista, *quando a cafeicultura e os pro-*

cessos que a acompanharam tornaram-se fundamentais para a sociedade brasileira. (Telarolli Júnior, 1996).

Em 1884, ainda no Império, Marcos de Oliveira Arruda foi nomeado o primeiro inspetor de higiene pública da província de São Paulo e em 1891 *a formulação da política de saúde começou com a organização do Serviço Sanitário* (Ribeiro, 1993). Esta instituição foi montada e estruturada durante os anos de 1891 e 1893, no início do federalismo republicano.

Quanto à história da medicina e de outras áreas afins, como a odontologia, o século XIX também é peculiar no caso brasileiro, já que a medicina funda-se institucionalmente no decorrer do mesmo (Luz, 1982). Este século torna-se também fecundo para a odontologia paulista e brasileira, pois *a regulamentação da profissão [...] foi institucionalizada em 1856, a partir de decreto que exigia um exame sumário para os que se dedicavam à prática* (Freitas, 2001), além do ano de 1884 ser marcado pela criação do primeiro curso de odontologia no Brasil junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Este é o cenário de um Brasil republicano e federalista, tendo São Paulo como exemplo de liderança firme para o país, com *um serviço de saúde pública bastante abrangente [...] estabelecido em 1892* (Love, 1982), ao tempo que a odontologia emerge entre nós já com características próprias.

Tendo em conta tais eventos, pretende-se com este trabalho examinar as relações da odontologia paulista com os serviços públicos de saúde durante o primeiro quartel do século XX, analisando a profissão e o Serviço Sanitário de São Paulo, ambos logicamente em seu contexto, a cidade de São Paulo no início do mesmo século.

Odontologia: A Clínica e a Profissão

Remeter-se a Lycurgo Santos Filho, em sua História Geral da Medicina Brasileira (1977), quando se pensa a história da odontologia brasileira, é quase obrigatório e de seu texto é retirada a afirmação de que *nos três primeiros séculos, a odontologia foi apanágio dos cirurgiões e dos barbeiros, sendo que alguns físicos e certos médicos europeus, ainda no século XIX, tratavam dos dentes* (Santos Filho, 1977). Porém, cabe aqui uma breve reflexão sobre o surgimento da clínica odontológica e da emergência da profissão, mesmo que a um primeiro exame ambos os assuntos possam parecer indissociáveis.

Quando se discute sobre clínica médica pensa-se num lugar de experiência constante e estável, onde há o profissional com visões e ações peculiares moldando e construindo uma profissão que hoje se apresenta como realidade (Foucault, 1987). A clínica odontológica nasce entre os séculos XVIII e XIX, ao abrigo da mesma formação discursiva que reorientou a organização da clínica médica, numa mudança de visão e classificação das doenças, passando da superfície para o interior dos corpos. Daí emerge uma teoria estomatológica no esteio do discurso médico que abriga a odontologia, que aos poucos e num longo processo político se desvincula das práticas médicas por se transformar em prática ligada profundamente ao tecnicismo que marca a profissão do cirurgião-dentista até os dias de hoje (Botazzo, 2000).

Ainda sobre esta clínica, constata-se que

[...] o conhecimento sobre bocas e dentes se constituiu antes e fora do âmbito da prática [dos] barbeiros e também que esta nova prática é uma biopolítica, e neste sentido inscreve-se no esforço geral de controle sobre a massa dos trabalhadores, embora esse ‘controle’ separado não se articule a nenhum imediato e explícito perigo à saúde pública (Botazzo, 1999; 2008).

Da clínica à profissão, encontra-se em Carvalho (2006) a afirmação de que *a odontologia desenvolveu-se como uma profissão autônoma e independente da medicina primeiramente nos Estados Unidos, em meados do século XIX* (Carvalho, 2006). Quando se examinam os modelos de profissão odontológica propostos pela autora, o que mais se aproxima do caso brasileiro é o americano que *representa autonomia técnica e independência da odontologia em relação à medicina* (Carvalho, 2006), que representou fortes influências para toda América Latina.

Ainda em Carvalho (2006), é essencial a idéia de como a odontologia chega ao século XIX e surge como profissão, já muito semelhante aos moldes atuais. A autora reconhece que no caso da odontologia americana *fatores externos específicos tiveram um papel fundamental na emergência da profissão, entre eles a transformação nos padrões de consumo do açúcar, determinando a disseminação da doença cárie dentária na sociedade e a expansão do mercado e serviços odontológicos* (Carvalho, 2006). E conclui, em relação ao assunto, que

[...]a conseqüente proliferação de grupos distintos de praticantes, qualificados e desqualificados na arte dental, competindo pelo mercado de serviços odontológicos evidenciam as disputas travadas em torno do estabelecimento de uma jurisdição sobre esse campo de trabalho e a emergência da odontologia como 'profissão moderna' (Carvalho, 2006).

A ponderação realizada acima é, a nosso ver, importante e contextual, pois aqui se defende que para certos assuntos ligados à história da odontologia há, ainda, uma certa previsibilidade, além de um *empobrecimento da análise*, pois no caso da odontologia há duas cristalizações marcantes, a saber, sua [suposta] origem a partir das práticas dos barbeiros e a reiteração do nome de Pierre Fauchard como o 'pai' da odontologia científica moderna (Botazzo, 1999).

Nestas situações torna-se claro o argumento de Luz (1982) quando defende que, por vezes, o *saber histórico se confunde com o mito histórico*, o cansado 'mito' que ainda resiste e confunde o pensar histórico (Luz, 1982). O que confirma a posição de que a história da odontologia seria um "quebra-cabeça sociológico" (Nettleton, 1998).

A Odontologia paulista

A busca pelas características da odontologia paulista do início do século XX deve ser contextualizada vis-à-vis a história da odontologia brasileira. No país, a arte dentária caracterizou-se, até o final do século XVIII, por sua indiferenciação e não institucionalização, enquanto especialidade médica ou campo de prática (Freitas, 2001; Warmling, 2009). No decorrer do século XVIII a estruturação do nível social relativo às práticas médicas concretiza-se com o clínico, geralmente com instrução formal em universidade européia num primeiro nível. A seguir, num segundo nível, estava o cirurgião normalmente formado por aprendizado direto com um clínico ou outro cirurgião mais experiente e habilitado por decreto, através do Cirurgião-mor.

De acordo com Pimenta (1998), *em 1810 foi instituído o Regimento do Físico-mor, que orientava os seus representantes no exercício de suas funções e ainda, segundo a autora, havia uma divisão de responsabilidades entre as práticas médicas relativas à prescrição e à fabricação de remédios, que eram da alçada do físico-mor, e as práticas médicas relacionadas às*

intervenções cirúrgicas, que eram da responsabilidade do cirurgião-mor (Pimenta, 1998). Já em 30 de agosto de 1828 foram extintos os cargos de provedor-mor, físico-mor e cirurgião-mor do Império, passando para as câmaras municipais as funções relativas à inspeção de saúde pública (Pimenta, 2004; Warmling, 2009).

No Brasil da primeira metade do século XIX, é interessante notar o desenvolvimento das artes de curar. Como já descrito, havia uma hierarquia nas práticas de cura distinguindo-se pela Fisicatura-mor, onde os *físicos* [médicos] eram os mais conceituados e os curandeiros os menos valorizados (Pimenta, 1998). *Os cirurgiões eram vistos como mais preparados que os sangradores e as parteiras, que exerceriam apenas uma parte de um conhecimento muito mais amplo, que era a arte da cirurgia* (Pimenta, 1998), estando inseridos também neste espaço os dentistas. Em setembro de 1820, o cirurgião-mor José Correia Picanço, num ofício endereçado aos vereadores do Senado da Câmara da Corte, ajuda a definir melhor o grupo social que praticava as artes de sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguessugas, e tirar dentes. Justificando a admissão de um preto escravo a exame, Picanço explicava as razões pelas quais os escravos deveriam ser aceitos no exercício das artes de sangrar e de tirar dentes. Dizendo não haver *suficiente número de sujeitos nelas peritos para socorrer à necessidade pública, julguei deveria mais atender a esta do que a qualquer outra consideração, e tanto mais porque as artes de que se trata têm mais de mecânicas do que de liberais* (Pimenta, 1998).

O trabalho de Pimenta (1998) traz a realidade da época, onde se pode notar uma medicina praticada para as elites, com médicos e cirurgiões formados e institucionalizados e a medicina do povo, com seus barbeiros, sangradores, parteiras, dentistas e curandeiros muitas vezes não oficializados e marginalizados pela sociedade, como escravos, forros, livres pobres e “mulheres”.

Quanto ao ensino odontológico, nota-se que, em 25 de outubro de 1884, houve a criação do primeiro curso de odontologia no Brasil junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, possuindo um *caráter eminentemente de profissão emergente, além de status inferior em relação à medicina* (Freitas, 2001; Warmling, 2009). Em São Paulo, a Academia de Medicina, Cirurgia e Pharmacia é criada pela lei nº 19 de 24 de novembro de 1891. Já em 6 de setembro de 1899, a lei nº 665 concede regalias à Escola Livre de Pharmacia da Capital, pois *condiciona o exercício da odon-*

tologia a prévio exame de habilitação na Escola de Farmácia da Capital e é regulamentada pelo Decreto 780, de 26-4-1900 (Vasconsellos, 1984).

Ainda pelo decreto nº 780 de 26 de abril de 1900, quando foi aprovado o regulamento da Escola Livre de Pharmacia de São Paulo, há a disposição de *que o ‘exame para dentistas’ deve versar sobre: ‘noções de anatomia, fisiologia e higiene da boca; noções de patologia e terapêutica dentária; e prótese dentária’ (Vasconcellos, 1984).* Em 1902, *O primeiro curso de odontologia de São Paulo começou a funcionar [...] na Escola Livre de Farmácia (Mott et al., 2008).* Houve uma rápida expansão do ensino da odontologia e

somente em São Paulo foram criadas, entre 1902 e 1924, dez escolas: duas na capital, a [...] EFOOSP [Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo] (1902) e a da Universidade Livre de São Paulo (1911), que funcionou até 1917; e oito em cidades do interior (Mott et al., 2008).

A odontologia paulista inicia o século XX permeada pela criação de associações, em 1904 a Associação Odontológica Paulista, que editou revista própria, e em 1906 a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (Mott et al., 2008). E para caracterizá-la é importante frisar que

[...] o reconhecimento oficial das escolas, o surgimento de associações de classe e a edição de revistas especializadas para a difusão do conhecimento, a defesa da profissão, a unificação de normas, atitudes e valores de conduta profissional, o auxílio mútuo, a luta contra os charlatães e as mudanças na legislação apontam para a constituição de um ethos profissional e para a conquista de um espaço de autonomia e legitimidade da profissão de dentista diante do Estado e da sociedade (Mott et al., 2008).

São Paulo e a Saúde Pública

A Constituição brasileira de 1891 com suas diretrizes e bases sobreviveu por toda a Primeira República e espelhou-se na Constituição americana que continha entre seus fundamentos o federalismo. A descentralização do poder deixando uma maior liberdade aos estados revelou-se trágica para alguns estados da Federação, sendo que poucos conseguiram desempenhar seu papel e um deles foi São Paulo.

Além disto, São Paulo passava por uma época importante em sua história e se dizia o carro-chefe dos estados brasileiros, sob os olhares ufanistas, paulistanistas e eugenistas abordados em Mota (2005). Com a força de trabalho que chegava para as lavouras de café, contando com os imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, o estado teve sua população aumentada acentuadamente, o que lhe trouxe vários problemas sanitários, na forma de epidemias e endemias. Decerto que aspectos econômicos e práticas sanitárias observadas na história brasileira constantemente estão vinculados, e os atos administrativos, em sua maior parte, sempre tiveram em vista o favorecimento do Estado e das classes dominantes. Evidentemente, a mão-de-obra do setor cafeeiro não poderia ser prejudicada pelas doenças reinantes.

Sendo, portanto, o maior produtor de café e por este estar em seu auge ao final do século XIX, São Paulo possuía uma situação privilegiada no que diz respeito aos aspectos econômicos e políticos. Tal conjuntura foi propícia para o surgimento do Serviço Sanitário, entre os anos de 1891 e 1892, no âmbito da recém-criada Secretaria do Interior que abrigava a saúde pública e a educação, e contribuiu para que este fosse pioneiro numa série de práticas sanitárias que objetivavam principalmente a manutenção da economia cafeeira (São Paulo, 1938).

E o serviço nasce na “era bacteriológica”, porém com características da antiga “teoria miasmática” presentes em suas práticas. Em contrapartida, a vacinação obrigatória, serviços de estatística, inspeção, fiscalização e polícia sanitária já estavam presentes desde a criação do órgão (Masca-renhas, 1949). Hochman (1998) afirma que durante a

Primeira República, a agenda sanitária precisou incorporar os temas da habitação popular, dos cuidados materno-infantis, da tuberculose e das doenças venéreas [e] nas reformas de seus serviços, São Paulo teve de responder à complexidade crescente da expansão da lavoura cafeeira para o oeste e, ao mesmo tempo, tratar de suas áreas decadentes e dos novos problemas sociais gerados pela urbanização e pela industrialização.

No período de 1898 a 1911, os serviços sanitários paulistas objetivaram sucesso na luta contra a peste bubônica e a febre amarela, em especial no controle sobre o porto de Santos e fronteiras estaduais (Hochman, 1998). Em 1911 ocorre uma das reformas que foram comuns ao serviço, promulgando-se o novo Código Sanitário (São Paulo, 1912). Ressalta-se

nesta reforma, a restrição dos serviços de saúde pública à capital, aperfeiçoamento das medidas de controle de epidemias, *coleta de estatísticas sanitárias e regulamentação de programas locais de saúde pública* (Love, 1982). Além disto, há a criação da Inspetoria Médica Escolar que em 1916 deixa de fazer parte do Serviço Sanitário, passando para a Diretoria Geral de Instrução Pública na Secretaria do Interior.

Dentro do primeiro quarto do século XX deram-se, também, as reformas de 1917 e 1925, com diferentes características. A reforma de 1917 estabeleceu novo Código Sanitário e trouxe modificações importantes, como a inclusão de um Código Sanitário Rural, além de um acordo com a Fundação Rockfeller que culminou com a criação do Instituto de Higiene, dando origem futuramente à Faculdade de Saúde Pública. A reforma de 1917 foi a última modificação significativa da fase bacteriológica.

Em 1925, acontece uma reforma na Secretaria do Interior e também outra reforma sanitária, a primeira reforma médico-sanitária, priorizando a educação e a criação de centros de saúde na capital e no interior (Merhy, 1992). Segundo Iyda (1994),

[...] é pelo Código Sanitário de 1918 e pela Reforma de 1925 que a Saúde Pública cria e impõe sua área de atuação e sua autoridade no aparelho estatal. E a partir de então, incorporará, além do controle das doenças transmissíveis, a higiene do trabalho, do alimento, do escolar, a lepra, a fiscalização domiciliar, da medicina e da farmácia.

Alguns tópicos da história paulista merecem trazidos à tona, além dos aspectos econômicos e políticos expostos até o momento. Ao início do século XX, em meio a uma verdadeira explosão demográfica provocada por migrações internas, mas principalmente a imigração, surge em São Paulo o embrião de um pólo industrial impulsionado pela economia cafeeira. No início da década de 1910 há um novo aumento do fluxo migratório e uma crise cambial. Entre 1914 e 1918, ocorre a Grande Guerra com reflexos diretos ou indiretos para todas as economias do mundo. Neste contexto de crise internacional é que, em São Paulo, ocorrem as greves operárias em 1917 a 1919, além da Revolução de 1924. Culturalmente, a cidade foi palco da Semana de Arte Moderna de 1922 que influenciou marcante e definitivamente a produção cultural e outras manifestações artísticas por todo Brasil. Seguramente, estes fatos produziram respostas

do Estado e da sociedade aos problemas surgidos e dentre estes estavam os problemas sanitários.

Deve-se fixar que Serviço Sanitário se baseou num modelo tecno-assistencial, que nada mais era que uma proposta de saúde pública articulada com forças sociais e políticas como qualquer serviço público constante da época (Merhy, 1992), além de ter um caráter de eventualidade nas tomadas de decisão, ou seja, a maioria de suas ações se estabeleceu quando os problemas a que se propunha resolver já haviam deixado seqüelas na população. Enfim, em relação à política de saúde paulista, vale dizer que produziu tensões, tanto entre estado e nível federal quanto entre estado e municípios, pois as relações de poder referentes às questões sanitárias foram o retrato do quadro político da Primeira República. O Serviço Sanitário permanece até a reforma sanitária de 1948, quando surge a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Para o Brasil, instituições como o Serviço Sanitário *que se encarregam da saúde coletiva – doenças da população – tenderão a ser [...] públicas, estatais [ou] Instituições Médicas de Saúde Pública [e] desde o final do Império, cada vez mais centralizadas no Estado Nacional* (Luz, 1979). Para a mesma autora, entretanto, *até a década de 20 não se observa uma clara definição de política de Saúde por parte do Estado* (Luz, 1979), a não ser para certas epidemias ou alguns surtos de uma ou outra enfermidade. Porém,

com a reforma Carlos Chagas (Decreto 15.003 de 1921), que oficializa e dá uma primeira organização às prioridades em atenção médica, torna-se possível a expansão estatal dos serviços de atenção médica e curativa” e “as C.A.P.s serão estatizadas em 1923 com a lei Elói Chaves, através da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (Luz, 1979).

A Odontologia paulista e o Serviço Público

Examinando a legislação relativa ao Serviço Sanitário, desde o momento de sua criação, entre os anos de 1891 e 1892 (São Paulo, 1897), o que se encontra, a princípio, no âmbito da odontologia e, conseqüentemente, do cirurgião-dentista é, já no ano de 1892, material relativo à fiscalização do exercício da arte dentária. Na realidade, este será o único material referente à profissão até 1931, quando surgem os primeiros car-

gos regulamentados no interior do serviço, como o de Inspetor Dentista na Inspetoria de Fiscalização de Medicina e Pharmacia e o de Inspetor Dentário na Inspetoria de Hygiene Escolar e Educação Sanitária com o decreto nº 4891 de 13 de fevereiro (Vasconcellos, 1984).

Na apuração da legislação referente ao período estudado foi possível constatar fatos importantes para a história do cirurgião-dentista e da odontologia paulista. Pertencendo o Serviço Sanitário à Secretaria do Interior, que concentrava os setores de educação e saúde do estado, a data do primeiro cargo oficial para cirurgião-dentista poderia ter sido antecipada, caso se pensasse em serviços de saúde pública realizados por esta secretaria. Isto é dito, porque com a reforma de 1911 foi criada a Inspeção Médico Escolar, através da lei 1310 de 30 de dezembro (São Paulo, 1912), que é remodelada em 1916 com a lei 1541, passando a ser subordinada à Diretoria Geral de Instrução Pública (Vasconcellos, 1984). É nesta Inspetoria que surge no ano de 1925, com o decreto nº 3858 de 11 de junho, um cargo de Inspetor Dentário (Vasconcellos, 1984).

Além disto, também em 1925, a legislação estabelece cargo de cirurgião-dentista para o Hospício de Juquery, (decreto nº 3869 de 3 de julho de 1925), porém este serviço encontrava-se na época vinculado diretamente à Secretaria do Interior e não ao Serviço Sanitário (Vasconcellos, 1984). E catorze anos antes, em 1911, é criado “o primeiro cargo de cirurgião-dentista na administração pública do estado de São Paulo, pela lei 1280 de 19 de dezembro, que reorganiza o serviço Sanitário da Força Pública”, na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública (Vasconcellos, 1984).

A Odontologia paulista no início do século XX

Os cuidados com a criança e *a preocupação com todas as fases da vida infantil foi uma característica do movimento pós melhorias sociais* (Rosen, 1994). Ao final do século XIX, algumas idéias em comum mobilizavam diversos setores da sociedade européia e americana. Dentre elas estavam a prevenção da tuberculose, redução dos riscos nas fábricas, diminuição da mortalidade infantil e a melhoria da saúde das crianças em idade escolar (Rosen, 1994). O século XX inicia-se e *o estabelecimento, em 1908, de uma Divisão de Higiene Infantil, no Departamento de Saú-*

de da Cidade de Nova York, é um marco na história do movimento pela saúde da criança (Rosen, 1994). A saúde da criança em idade escolar já havia sido alvo de desenvolvimento em alguns países, já no século XVIII, porém se consolida na Europa e Estados Unidos em final do século XIX e primeiras décadas do século XX (Rosen, 1994).

Quanto à “saúde dental”, seus cuidados iniciaram-se lentamente nos Estados Unidos e somente pela via da filantropia que houve o *estabelecimento, em 1910, da Enfermaria Dentária Forsyth, em Boston*, funcionando principalmente sob o aspecto da educação sanitária (Rosen, 1994). Entretanto, *a primeira clínica dental gratuita para crianças em todo mundo foi provavelmente fundada por volta de 1902 pelo Dr. Ernst Jessen, de Estrasburgo, Alemanha, que foi em grande parte assimilada pela Prefeitura* (Ring, 1998), guardando fortes semelhanças com os dispensários paulistas descritos a seguir, desde a iniciativa filantrópica até a assimilação pelo poder público, passando pelo atendimento odontológico prestado às crianças.

Em Mott et al. (2008) é dado que

Frederico Eyer, inspetor geral da Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar de São Paulo e grande defensor da prevenção e do tratamento dos dentes das crianças, afirmava que São Paulo teve um papel pioneiro nesse campo [e], em 1908, a Associação Odontológica Paulista nomeou uma comissão para inspecionar os dentes das crianças que freqüentavam escolas públicas na capita”.

A leitura de revistas odontológicas que circulavam no início do século XX, permite verificar que, em 29 de setembro de 1912, no Grupo Escolar Prudente de Moraes, houve a inauguração do primeiro Dispensário de Assistência Dentária Escolar de São Paulo, no interior de um estabelecimento público de ensino com atenção e assistência odontológica aos seus escolares (Revista Odontologica Brasileira, 1912).

Neste mesmo ano, apenas um ano depois da criação da Inspeção Médico Escolar, eram inaugurados mais dois Dispensários em São Paulo nos Grupos Escolares da Barra Funda e da Bela Vista (Revista Odontologica Brasileira, 1913). Os primeiros Dispensários foram instalados por iniciativa filantrópica da Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar, criada em 1912, sob os auspícios da Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas, quando da inauguração do primeiro Dispensário. Os subsídios financeiros, a princípio, foram da iniciativa particular, mas

em 6 de dezembro de 1913 a Câmara Municipal de São Paulo aprovava auxílio financeiro a esta associação através da lei nº 1758 (Revista Odontologica Brasileira, 1914).

Pouco antes da inauguração do primeiro dispensário, aparecem nas páginas deste mesmo periódico, em 1912, os sinais de que uma “Assistência Dentária Escolar” seria instalada na capital paulista. Vale lembrar que este dispensário seria inaugurado somente em setembro daquele ano. Como curiosidade, previa-se que os serviços clínicos seriam realizados exclusivamente por mulheres, pois *pela delicadeza do sexo, poderão aquellas senhoras dispensar maior carinho as creanças confiadas a seus cuidados de proffissionais e formar, com o pessoal docente feminino, uma só família escolar* (Revista Odontologica Brasileira, 1912). O acesso das mulheres às mais diversas profissões, certas vezes defronta-se com barreiras quase que intransponíveis, porém quanto à odontologia os documentos demonstram que seu trabalho tornava-se importante para o atendimento à criança (Mott et al., 2008).

O quadro que se apresentava era de que apesar do cirurgião-dentista ainda não estar presente nos serviços públicos de saúde de São Paulo, pois não fazia parte do quadro de funcionários do Serviço Sanitário, seus serviços, nos “grupos escolares”, já eram subsidiados pelo poder público desde 1913.

Considerações finais

A partir de um campo de práticas constituído entre os séculos XVIII e XIX, a odontologia funda-se institucionalmente nos 1900. A criação e o reconhecimento de escolas voltadas exclusivamente ao seu ensino (séculos XIX e XX), a emergência de associações de classe e revistas especializadas (século XX), o desenvolvimento de grupos de praticantes, qualificados ou não no exercício da arte dental, competindo pelo mercado de serviços odontológicos finda por legitimar a profissão em todas as instâncias. A odontologia paulista adentra o século XX como uma “profissão moderna”.

A presença deste profissional no serviço público paulista ocorre no esteio da assistência à criança e, principalmente, da assistência ao escolar, fato também observado na Europa e Estados Unidos ao final do século XIX. Ressalvas devem ser feitas ao primeiro cargo público paulista para dentista que ocorre na Força Pública do estado de São Paulo, em 1911, e

um mesmo cargo para o Hospício de Juquery, em 1925. Em 1925, todavia, surge um cargo de Inspetor Dentário na Inspetoria Médico Escolar.

Porém, são os Dispensários de Assistência Dentária Escolar que inauguram a assistência odontológica na cidade de São Paulo, no ano de 1912, de início sob o viés da filantropia e já em 1913 com auxílios públicos provindos da Prefeitura da cidade, pois são realizados aí atendimentos aos escolares e não somente inspeções e trabalhos de educação sanitária.

O fato do cirurgião dentista não fazer parte do quadro de funcionários dos serviços sanitários do estado de São Paulo, desde o início, pode estar ligado às características de ações eventuais e pontuais do Serviço Sanitário de São Paulo em seus primeiros anos e ao fato de ser a odontologia uma prática ligada profundamente ao tecnicismo e ao privatismo que marcam a profissão do cirurgião-dentista até os dias de hoje, além de sua ausência não produzir imediato e explícito perigo à saúde pública.

Todavia, não tardou para que as bocas fizessem parte dos corpos e do corpo de uma sociedade medicalizada e sob controle do Estado. Diante da situação atual da saúde bucal dos brasileiros e sob o olhar da medicina social, emerge aqui um questionamento: será a odontologia, como biopolítica, uma protagonista ou uma mera coadjuvante no cenário das políticas públicas de saúde no Brasil?

Referências Bibliográficas

- Botazzo, C. *Da arte dentária*. São Paulo, Hucitec/Fapesp. 2000
- Botazzo, C. A emergência da clínica odontológica. *Odontologia e Sociedade*. Vol. 1(1/2), pp. 5-13. 1999
- Botazzo, C. *A cárie dentária como fetiche*. In: Botazzo, Carlos e Oliveira, Maria Aparecida (Org.). *Atenção Básica no Sistema Único de Saúde: abordagem interdisciplinar para os serviços de saúde bucal*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica Ltda, 2008, p. 219-238.
- Carvalho, CL. A transformação no mercado de serviços odontológicos as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 55-76, jan.-mar. 2006.
- Foucault, M. *O nascimento da clínica*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1987
- Freitas, SFT. *História social da cárie dentária*. Bauru, Edusc. 2001

- Hochman, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs. 1998
- Iyda, M. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*. São Paulo, Unesp. 1994
- Love, JL. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982
- Luz, MT. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1982
- Luz, MT. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1979
- Machado, R et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1978
- Mascarenhas, R dos S. *Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo*. 1949. Tese de livre docência em técnica de saúde pública, São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública/USP. 1949
- Merhy, EE. *A saúde pública como política – um estudo de formuladores de política*. São Paulo, Hucitec. 1992
- Mota, A. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo, Edusp. 2005
- Mott, ML et al. ‘Moças e senhoras dentistas’: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, Supl., p.97-116, jun. 2008.
- Nettleton, S. Protecting a vulnerable margin: towards to an analysis of how the mouth came be separated from the body. *Sociology of Health and Illness*.1988; 10(2):156-169.
- Pimenta, TS. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11(1) (suplemento 1): 67-92, 2004.
- Pimenta, TS. Barbeiros– sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. V(2): 349-72, jul.-out. 1998.
- Revista Odontológica Brasileira, vol. 2(1), pp. 31-2. São Paulo. 1914
- Revista Odontológica Brasileira, vol. 1(3), pp. 341-50. São Paulo. 1913
- Revista Odontológica Brasileira, vol. 1(5), pp. 232-9. São Paulo. 1912
- Ribeiro, MAR. *História sem fim...inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista. 1993
- Ring, ME. *História da odontologia*. São Paulo, Editora Manole. 1998

- Rosen, G. Uma história da saúde pública. Rio de Janeiro, Hucitec/Unesp/Abrasco. 1994
- Santos Filho, L. *História geral da medicina brasileira – volume 1*. São Paulo, Hucitec/Edusp. 1977
- São Paulo. Lei nº 12, de 21 de Outubro de 1891. Organiza o Serviço Sanitário de Estado. *Colecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1889 – 1891*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Official (do Estado de São Paulo), pp. 233-4, 1938a
- São Paulo. Lei nº 1310, de 30 de Dezembro de 1911. Aprova o decreto nº 2141, de 14 de Novembro de 1911, expedido pelo Poder Executivo, reorganizando o Serviço Sanitário e o Regulamento... *Colecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1911*. São Paulo: Diario Official (do Estado de São Paulo), pp. 147-8, 1912
- São Paulo. Lei nº 43, de 18 de Julho de 1892. Organiza o Serviço Sanitário de Estado. *Colecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892*. São Paulo: Diario Official (do Estado de São Paulo), pp. 25-8, 1897
- Telarolli Junior, R. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista. 1996
- Vasconcellos, MCC. *Estudo dos serviços estaduais de odontologia de saúde pública do estado de São Paulo 1889-1980*. Tese de doutoramento em saúde pública, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública/USP. 1984
- Warmling, MC. *Da autonomia da boca: um estudo da constituição do ensino de odontologia no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de recebimento do artigo: 12/06/2010
Data de aprovação: 03/09/2010
Conflito de Interesse – Nenhum declarado
Fontes de Financiamento – Nenhuma.

Questões sobre o plano diretor para o complexo hospitalar do Juquery

Questions about the director plan for the hospital complex of Juquery

Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato¹

Resumo: O trabalho proposto trata do processo de criação de um Plano Diretor para o conjunto histórico edificado considerando a análise do desenvolvimento arquitetônico do antigo Asilo de Alienados do Juquery, tanto do ponto de vista estético quanto histórico. A finalidade é realizar uma leitura desse espaço tendo em vista as modificações em função das influências e dinâmicas sócio-urbanas ocorridas dentro do contexto da Macrometrópole paulistana, e assim preparando-o, por meio de novos usos para sua reinvenção como pólo indutor da transformação das cidades no Vale do Rio Juqueri, culminando em um uso novo para o espaço construído.

Palavras-chave: Juquery, Macrometrópole, Requalificação, Arquitetura da saúde, História da Saúde Pública.

Abstract: *This paper is about the process creation of a Management's Plan for Juquery historical buildings, considering the architectural development of the old Juquery asylum from esthetical and historical perspectives. The purpose is to describe this space with the intention of planning changes that can occur because social and city related demands in the context of São Paulo's Macrometropolis . The planning gives to Juquery new uses, transforming its buildings and making it a pole of the transformations of Juqueri Rivers Valley cities.*

Key-words: *Juquery, Macrometropolis, Requalification, Architecture health, Public Health history*

¹ Possui graduação em bacharelado em arquitetura e urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor universitário da Universidade Bandeirante de São Paulo e diretor técnico de serviço – Complexo Hospitalar do Juquery. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, patrimônio histórico, projeto, habitação e bem estar.

Introdução

Este artigo² visa expor as perspectivas desenvolvidas para a atualização do uso das terras do Complexo Hospitalar do Juquery com vistas ao futuro da Instituição. A iniciativa surgiu da necessidade emergencial de um eixo norteador para as atuais mudanças que estão ocorrendo dentro da Instituição, tanto no âmbito do atendimento quanto da gestão, caracterizadas pela alteração de sua estrutura, antes destinada à especialização em psiquiatria, agora se tornando mais afinada às especialidades médicas do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal alteração é importante para a modernização da Instituição, na medida em que o Juquery por muito tempo ficou estagnado, servindo nas últimas décadas de depósito de pessoas sem o atendimento médico adequado. A Instituição que ocupará o espaço existente deve superar as marcas do passado e tornar-se elemento físico capaz de lançar bases para essa transformação.

Breve história do Complexo

Do ponto de vista político/administrativo, a antiga fazenda do Juquery (Figuras 1 e 2), formada pelo mosaico de terrenos adquiridos pelo Dr. Franco da Rocha, encontra-se ainda hoje íntegra enquanto propriedade do Estado de São Paulo, porém dividida entre as seguintes secretarias: Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Justiça, Segurança Pública e assuntos penitenciários. Trata-se da maior área de propriedade do Estado nesse território, sendo central geograficamente, passível de se constituir em referência tanto de espaço público quanto de valorização social. O Plano Diretor serviu como um dos principais componentes para a criação de um mecanismo operacional único de gestão, respeitando as atribuições de cada um desses órgãos. Porém, antes de dar continuidade ao processo de formatação do Plano Diretor dar-se-á ênfase aos fundamentos históricos da Instituição.

Foi no século XIX que o hospício como uma Instituição total tornou-se prática na assistência aos alienados. As grandes instituições psiquiátricas, construídas em áreas afastadas dos centros urbanos, guardaram a

² Texto apresentado no III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios, dias 12, 13 e 14 de Maio de 2010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil



Figuras 1 e 2: Vistas do antigo Asilo de Alienados do Juquery (externa e interna). Imagens retiradas do catálogo do arquiteto Ramos de Azevedo.
(Fonte: Biblioteca Central da POLI-USP).

imagem do paciente psiquiátrico e seu estigma longe dos olhos da sociedade por um longo tempo. Com o Juquery não foi diferente. Quando fundado em 1898 pelo alienista Dr. Francisco Franco da Rocha, o foi devido ao contato deste médico com os autores da psiquiatria internacional³, transferindo o então superlotado⁴ hospício paulista que se encontrava encravado no centro urbano, para paragens próximas à cidade de São Paulo.

O projeto arquitetônico foi elaborado por Ramos de Azevedo. Ambos, médico e arquiteto, escolheram uma grande extensão de terras na região do vale do rio Juqueri, localizada próximo a Serra da Cantareira. O local foi definido pela sua “vocação para saúde”⁵ que historicamente a Serra já ostentava, além da proximidade com a cidade de Caieiras que, à época, continha as principais empresas fornecedoras de material de construção para a obra e pela facilidade de integração com a cidade de São Paulo devido ao sistema ferroviário existente. O Asilo de Alienados do Juquery foi iniciado pela construção da 1ª Colônia Psiquiátrica Masculina onde, através da atividade agrícola, a laborterapia teria efeito terapêutico sobre o doente mental.

Durante a administração do Dr. Franco da Rocha o asilo se expandiu, chegando a ter cinco colônias dispersas pela fazenda, além da consolidação do conjunto central, edificado conforme a experiência executada no Asilo de Saint Anne, em Paris⁶. Sob ela também foi desenvolvido o sistema de tutoramento chamado “nutrício”, onde famílias da região recebiam uma ajuda de custo do Estado para receber e tratar pacientes que apresentassem alto grau de sociabilidade e capacidade de trabalhar no campo.

³ Os principais médicos que influenciaram o alienista paulista os seguintes psiquiatras: Kraepelin, Morel, Magnan, Marie, Voisin (Annales Médico-Psychologiques), Maudsley (psiquiatria inglesa da degenerescência) e Lombroso (escola penal).

⁴ No ano de 1852 foi adaptado em um casarão no centro da cidade, mais precisamente à Rua São João, o Hospício Provisório de Alienados de São Paulo, onde funcionou de forma precária até 1864, quando o aumento da demanda fez com que o Hospício fosse mudado para um antigo seminário na região da Tabatinguera (Várzea do Carmo).

⁵ A Serra da Cantareira no início do século XX com a fundação da Companhia Cantareira de águas e esgotos com a implementação do *tramway* de acesso, se tornou o primeiro parque natural da cidade de São Paulo com o intuito da preservação das nascentes de água que abasteciam a cidade. A visitação nos finais de semana gerou nos paulistanos a identificação do lugar em espaço de lazer e boa qualidade de vida. Depois da instalação do Asilo de Alienados do Juquery, houveram as fundações de três importantes hospitais na região: Leprosário de Guapira em 1904 (atual Hospital São Luis Gonzaga), o Leprosário de Gopoúva em 1931 (atual Hospital Padre Bento) e o Hospital de Tuberculosos do Mandaqui em 1938, ambos com caráter segregacionista como o Juquery.

⁶ Para a comparação entre o Asilo Psiquiátrico do Juquery e o Asilo de Saint Anne em Paris, ver PIZZOLATO 2008.

Sucedeu-lhe o Dr. Pacheco e Silva, que subscrevia a compreensão da doença mental como problema social antecedente à crise do indivíduo e não apenas quando se manifesta posteriormente, o que se tornou a tônica do tratamento psiquiátrico. Em sua gestão, o Dr. Pacheco e Silva deu grande impulso às pesquisas científicas, pois ampliou, completou, renovou e criou serviços e setores novos no Hospital do Juquery. Dentro de suas convicções médicas, convidou, em 1924, o anátomo-patologista russo Constantino Tretiakoff para trabalhar no Juquery na direção do mesmo Laboratório que desenvolveu o trabalho de análise e quantificação da “anatomia da loucura” dos doentes do Juquery, através do estudo de seus órgãos e ossos, formando rico acervo de peças anatômicas. Outro fato importante em sua gestão foi a mudança de nomenclatura de Asilo de Alienados para Hospital Psiquiátrico, em 1925. A essa mudança vem atrelada a ampliação considerável do espaço físico. Com Pacheco e Silva o Juquery atingirá a configuração de sua implantação conhecida até hoje.

Ainda que a trajetória da Instituição tenha apontado momentos de mudança de cultura e do sistema de tratamento, a superlotação se tornou um ponto de fragilidade nas gestões dos diretores do local. Segundo Lancman (1999, p.178), a política institucional ligada cada vez mais à transformação das reivindicações sociais em internações psiquiátricas ampliou a prática de confinamento dos marginalizados e mendigos devido à industrialização crescente da região metropolitana de São Paulo a partir da década de 40. Isso levou à manutenção de tratamentos antiquados que tornaram crônica a situação dos doentes mentais, determinando um espaço amorfo e indiferenciado onde não importava mais o tipo de doença adquirida.

Nesse quadro de superlotação, deu-se em 1965 o pico de 14.393 internos, fruto da situação acima indicada⁷. A partir da década 70, e intensificada nos últimos anos, a Secretaria de Estado da Saúde alterou sua política, incentivando a desinternação gradativa dos pacientes. Essas no-

⁷ É bastante complicado definir um número de lotação inicial para o Complexo Hospitalar do Juquery, pois a implantação física do mesmo cresceu muito durante as décadas. Podemos retomar o raciocínio inicial do Dr. Franco da Rocha e Ramos de Azevedo, onde foi caracterizado o perfil do asilo: pela análise do médico psiquiatra a lotação ideal seria a de 1000 pacientes internados no Juquery. Após ultrapassado esse número seria necessário a criação de novos asilos em outras regiões. Já no memorial descritivo do arquiteto a definição da população ficou da seguinte maneira: oito pavilhões com capacidade de 80 pacientes cada, mais dois prédios de isolamento com 11 celas cada, além da 1ª Colônia Masculina com lotação de 80 pacientes, totalizando 742 pacientes no momento da inauguração do serviço. Para mais informações ver SILVA 1995 e PIZZOLATO, 2008.

vas diretrizes previram a descentralização do Juquery e a transferência de pacientes para as redes privada e pública.

Com a infra-estrutura urbana de uma pequena cidade adquirida ao longo do tempo, o Complexo Hospitalar gerou uma dependência sócio-política por parte da cidade de Franco da Rocha, afinal o município foi criado a partir da fundação da Instituição e por muito tempo a maioria de seus cidadãos eram funcionários públicos do hospital. O Juquery é de grande importância na medida em que controla os remanescentes das terras habitáveis. Esse espólio tornou-se, ao longo do tempo, um ponto crucial nas disputas político-institucionais da região.

Porém, as áreas do Juquery foram ocupadas sem um planejamento global, provocando perdas consideráveis para a estruturação de um novo uso mais condizente com a vocação do local. Os principais terrenos foram doados para a instalação de unidades habitacionais de abrangência duvidosa nos municípios de Franco da Rocha e Caieiras, mas a maior contribuição de terras do Juquery foi para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a conseqüente criação do Parque Estadual do Juquery, ocupando mais de dois terços da fazenda original.

Outra conseqüência direta da falta de planejamento foi a permissão do Hospital para que a prefeitura retirasse, de forma predatória, grande número de cascalho de suas terras para serem usados em obras de aterro e criação de vias públicas, o que acarretou na erosão em um dos morrotes que compõem a paisagem “juqueriana”, desmontando-o, provocando o assoreamento de grande parte do rio Juqueri e colocando em risco o aterro da estrada de ferro nos períodos de chuva.

Em 1987 a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano) desenvolveu uma análise de viabilidade de novos usos para a região, considerando o retrato dessa complexa paisagem de convivência e interdependência da Cidade e do Complexo. Tal análise veio a reboque de grandes mudanças ocorridas naquele período: a intervenção administrativa do Juqueri realizada desde 1984 por conta das péssimas condições de tratamento e a vontade política de esvaziá-lo com vistas ao fechamento da Instituição. A comissão da EMPLASA diagnosticou que a qualidade das terras que compunham a área da proposta não era propícia para atividades de agricultura e que as áreas edificadas tinham a potencialidade de receber uma implantação habitacional. Indicava-se também a necessidade da proteção das matas e dos mananciais que circundavam a antiga

fazenda do Juquery (efeito direto dessa premissa foi a criação do Parque Estadual do Juqueri, em 1993). Além das questões internas de impacto local, a EMPLASA (Lancman 1999, p. 178) alertava que o eixo formado entre Campinas e São Paulo seria um vértice de grande conurbação urbana, causando em várias cidades a união de seus territórios.

Pelo exposto, pode-se concluir que a presença de um passado importante para a ciência médica brasileira foi sobrepujada pela situação de abandono imposta ao longo das últimas décadas. Para a superação desse problema, foi desenvolvido um Plano Diretor que se caracteriza por ser um desdobramento mais crítico do estudo da EMPLASA, priorizando a ocupação na área remanescente com um contexto regional maior como, por exemplo, a cidade-região ou área metropolizada.

O Plano Diretor

O Plano Diretor foi adotado na Instituição para nortear as necessidades físicas do serviço de saúde e balizar as possíveis transferências de terra para a implantação de novos usos, já que se verificou que as atividades ligadas ao tratamento de saúde para a região poderiam ser acondicionadas em quatro novas diretrizes: construção de um novo prédio com função hospitalar, recuperação das construções da antiga 1ª Colônia Feminina para um Hospital de Retaguarda, a criação de um Memorial da Saúde no conjunto do antigo asilo central e implantação da vila terapêutica na área da 1ª Colônia Psiquiátrica, atualmente conhecida como Azevedo Soares.

Atualmente, a população de internos representa um número de pouco menos de trezentos leitos. A nova política de saúde implantada propõe o investimento em assistência extra-hospitalar, com a criação de ambulatórios especializados, hospitais-dia e estamos às vésperas da inauguração de um serviço conhecido como CAISM – Centro de Atenção Integral a Saúde Mental – que implementará a aplicação, que já vem sendo realizada a pelo menos 12 anos, na humanização e conseqüente des-hospitalização de crônicos internos.

Para a formatação do Plano Diretor⁸, foram realizadas várias reuniões entre o grupo de estudos liderado pelo Prof. Sylvio Barros Sa-

⁸ O Plano Diretor de usos do Complexo Hospitalar do Juquery foi apresentado no segundo semestre de 2006 e introduziu um raciocínio novo para a transição da ocupação que atualmente é meramente de serviços de saúde para um novo panorama da implantação de múltiplo-uso, no caso, uma instituição de educação.

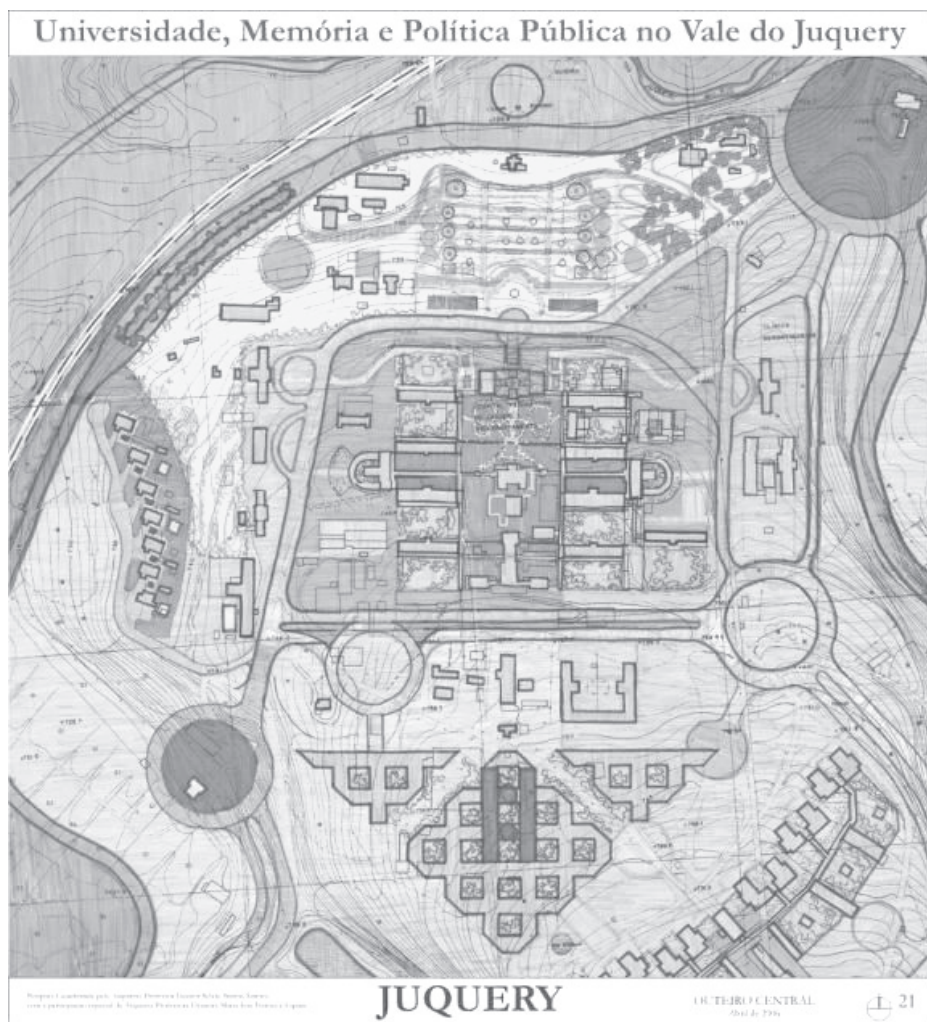


Figura 3: Desenho do plano diretor do CHJ com a implantação do novo hospital (em preto). Equipe prof. Sylvio Sawaya

waya e a Administração do Complexo com vistas a propor um Juquery que poderá não apenas inserir novos serviços de saúde em sua gama de atividades, mas também proporcionar a instalação de um espaço de ensino de nível superior ampliando, assim, a atuação na população próxima e garantindo a valorização das potencialidades sócio-econômicas na região.

Como citado, a análise realizada indicou que a Metrópole Expandida de São Paulo contém grandes áreas intensamente urbanizadas e em adiantado estágio de conurbação, associadas a áreas com grande valor natural que aparentemente estão protegidas tanto pelo frágil desinteresse econômico das empresas de produção de papel quanto por leis de proteção ambiental. O Centro geográfico deste quadrilátero foi apontado na Fazenda do Estado, no Juquery, e equivale a uma hora de viagem em relação aos pontos mais distantes definidos pelo grupo de pesquisa, que são Santos, Campinas, Sorocaba e São José dos Campos.

Assim, o Vale do Juqueri é a base a sul do triângulo norte da Metrópole Expandida, contendo as expressivas áreas de replantio das indústrias de papel e o Parque Estadual do Juqueri, e está sobre o impacto de fortes vetores de urbanização canalizados para a região impulsionados pela implantação do Rodoanel. Havendo o reforço de novas estradas no sistema rodoviário regional existente, atualmente formando uma retícula norte-sul, essas estradas criariam a implementação da malha leste-oeste, conferindo, assim, uma acessibilidade equivalente para todo território, conferindo à Fazenda do Juquery caráter articulador.

Mais precisamente, essa nova estrada ligaria as rodovias Castelo Branco e Dutra através do trecho Araçariguama a Bom Jesus dos Perdões, implantado ao norte do Vale do Juquery, substituindo o alardeado trecho norte do Rodoanel. Sobre a passagem dessa nova estrada sobre Franco da Rocha, tal situação criará uma inversão na dinâmica de crescimento da cidade – um novo centro urbano, localizado na acrópole de um dos montes que formam a região da estação de Baltazar Fidélis⁹, que redistribuirá o vetor de crescimento urbano, valorizando a divisa municipal com Francisco Morato, garantindo uma melhor urbanização, pois esta deverá ser planejada em concordância com o terreno existente.

⁹ Também conhecida como “paradinha”.

Vale ressaltar também a importância do antigo sistema ferroviário norte-sul, hoje de uso misto, e que com a conclusão do férreo-anel sul poderá se transformar em metrô de superfície para o transporte regional de passageiros. Esta iniciativa exercerá papel importante na organização da região, pois defendemos que o sistema todo deverá ter seu começo na cidade de Santos e partir em direção à Campinas, tornando as viagens de passageiros mais rápidas e eficientes. Deverá ser cogitada, também, a ligação férrea leste-oeste, ainda sem traçado definido, mas que faz parte da recuperação do trem como principal transporte territorial. Não se pode deixar de apontar, porém, que a acessibilidade viária é parte de um conjunto maior de elementos relativo aos fluxos sócio-econômicos, à implantação de uma nova infra-estrutura urbana mais condizente com nossa realidade, às dinâmicas de comunicação e à estruturação do uso do solo. Tais características que gerem a análise são consequência da compreensão de que a metrópole expandida não é apenas um quadro de referência onde se situa o Vale do Juqueri, mas um organismo dinâmico que requer atenção a suas características inerentes.

Nas reuniões ocorridas durante o desenvolvimento do Plano Diretor do Complexo ficou claro que a área da Instituição, bem como as construções nela existentes, tem sido objeto de solicitações das mais diversas. Se atendidas, fariam do local uma série de lotes díspares sem organização geral. Isto posto, toda essa situação obrigou uma distribuição ordenada das áreas dentro de uma visão coordenada das ações que ali se desenvolveriam. Assim, passa-se a descrever brevemente os principais itens que norteiam a realização deste Plano Diretor e que servirão como base para a transformação do antigo Asilo de Alienados do Juquery em referência para a Saúde regional.

Valorização do Complexo de Juquery como referência para a saúde regional, novas construções e reabilitação: Hospital de Clínicas Regional, Memorial do Tratamento Psiquiátrico e Referência, Centro de Cultura Infantil e Universidade

Como já foi mencionado, foram propostas novas construções e a reabilitação de edificações como detalharemos a seguir. O Hospital de Clí-

nicas Regional¹⁰ receberá e ampliará as atividades médicas atuais, aliando a elas projetos de pesquisa. Com capacidade revisada, o novo hospital seguirá a tônica dos hospitais de tutela mista: estadual e terceirizada (Organização Social de Saúde – OSS), garantindo o atendimento mais apropriado aos anseios da população do entorno. A nova ala psiquiátrica, que consideramos como o novo Juquery, estará constituída pela reinterpretação do tratamento realizado no Complexo Hospitalar através do assentamento de conjunto de vilas terapêuticas¹¹.

O Memorial do Tratamento Psiquiátrico e de Referência, a ser instalado nos edifícios históricos localizados na área central junto à Biblioteca Central, preservará a história da saúde mental, o respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento educacional da base social com participação da população. Esse memorial reabilitará o principal conjunto construído do Juquery, que não foi edificado de uma só vez. Ele apresenta nas laterais leste e oeste edificações construídas posteriormente à implantação de Ramos de Azevedo e que poderão ter usos transformados. Na cota mais elevada ao sul, a implantação do novo Hospital criará um enquadramento do conjunto histórico, enquanto nas cotas mais baixas os caminhos de pedestres nas laterais serão recuperados criando um grande espaço para a educação das crianças. As casas que configuravam a vila médica situadas à noroeste, serão transformadas em uma hospedaria para oitenta leitos, voltados para dar suporte aos vários núcleos de atividades a serem implantados na área.

Ainda no Hospital Central, na área plana do campo de futebol, propõe-se um auditório de múltiplo uso com o intuito de abrigar demandas, tanto das atividades implantadas no nosso estudo quanto da população próxima. Os espaços públicos e jardins localizados na área do antigo Hospital Central serão recuperados de forma abrangente e peças-chave para a requalificação de seus edifícios envoltórios.

As áreas de várzea terão toda a gama de utilização de âmbito social, como recreação, laser e educação da população do entorno. A gestão das

¹⁰ O hospital de clínicas encontra-se em finalização de sua obra e está previsto de entrar em funcionamento entre o final de 2010 e o começo de 2011. Optou-se em não abordar tal construção nesse artigo, pois o mesmo merece desenvolvimento de texto específico sobre o mesmo.

¹¹ Conforme a Portaria GM 106/2001 do Ministério da Saúde, o Serviço de Residência Terapêutica é definido como “Moradia ou casa inserida, preferencialmente, na comunidade destinada a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção social”.

áreas manterá íntegra a fazenda Juquery de tal forma que as questões centrais de saúde, meio ambiente e vida social possam ser tratadas de maneira una, providenciando-se as transições necessárias entre as atividades de forma a preservar e desenvolver os objetivos últimos das mesmas.

A instalação de uma FATEC no momento inicial e a posterior implantação de uma Universidade, que será estabelecida nas cotas mais altas no relevo do terreno, exercerá uma força catalisadora de todo o arranjo a ser feito, criando e re-propondo a importância do Juquery tanto localmente quanto regionalmente, constituindo, assim, nova referência na metrópole (ver imagens 6 e 7).

A dinâmica dos acessos a esta área sofrerá uma nova interpretação: passarão a ser leste-oeste, substituindo os acessos anteriores com orientação norte-sul, procurando criar um lugar aprazível e tranquilo de convivência e reflexão. O conceito principal dessa reordenação espacial dos acessos vem ao encontro da transformação proposta pelo trabalho – enquanto o caminho original era ascendente e opressor (o paciente acessava por meio de escadaria com a nítida sensação de inferioridade) a nova proposta aproveita-se do espaço plano existente entre os prédios localizados na mediatriz da implantação original, realizando a distribuição mais equitativa no percurso.

É de consenso que as edificações implantadas no Juquery no decorrer de um século, especialmente aquelas dos primeiros cinquenta anos, possuem um grande valor arquitetônico formado tanto por conjunto edificado quanto por edifícios isolados, na medida em que todos funcionaram como “arquetipo físico” das demandas médicas originadas em tempos distintos, com a contribuição inicial de Ramos de Azevedo, seguida da produção realizada no próprio local por seu serviço de engenharia orientado pelo Eng. Ralph Pompeo de Camargo, que reinterpreta, quase sempre sem perder a qualidade, as referências iniciais, criando um conjunto muitas vezes difícil de desmembrar pelo modo com que a unidade arquitetônica passa a se apresentar.

As referências arquitetônicas são parte de um acervo maior (Museu Osório César de arte realizada por pacientes, Museu do Cérebro formado por peças anatômicas, entre outros) no que se diz respeito à vivência, tanto de funcionários quanto de pacientes. O importante é considerar que a reinterpretação do patrimônio se faz sempre a partir de uma proposta de recuperação pressuposta do espaço, incorporando em um exercício

mimético o que foi sem, no entanto, repeti-lo como uma tipologia de carimbo. O exercício equivocado dessa empreita acarretará em uma solução simplória, retirando de seus vestígios a fruição maior de seus ritmos, de suas proporções, das relações entre seus espaços abertos e fechados que, mesmo superadas as funções originais, sensibilizam e conferem unidade ao conjunto (Sawaya 2006).

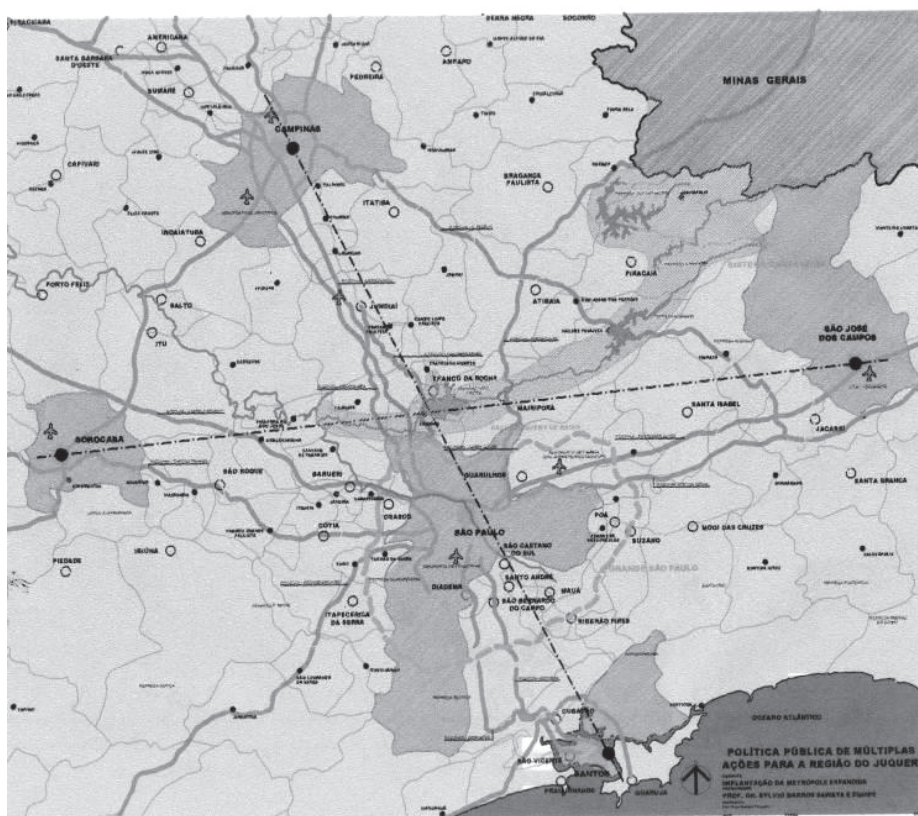


Figura 4: Sistema viário existente na Macro-metrópole de São Paulo e que passa pelo Vale do Rio Juqueri (desenho do autor deste artigo e parte constitutiva do material utilizado pelo grupo de pesquisa da FAU-USP)

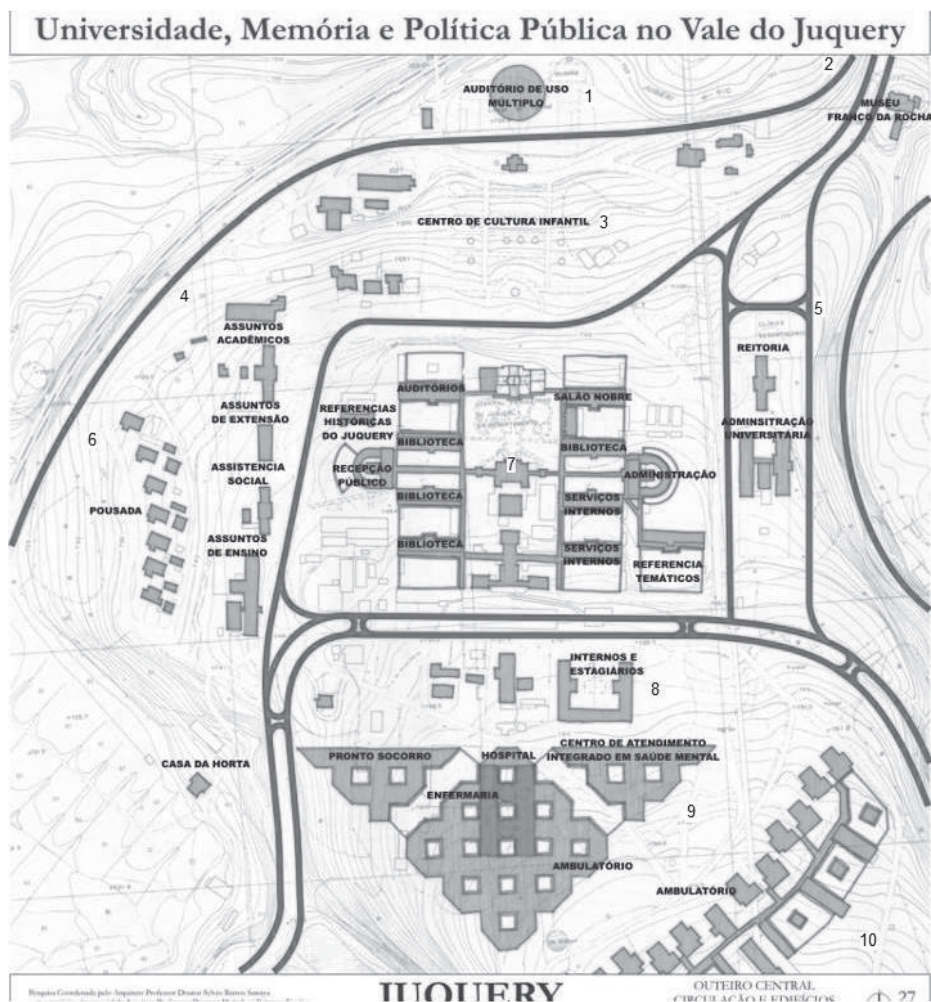


Figura 5: Desenho do plano diretor do CHJ com a destinação do conjunto histórico edificado (desenho da equipe do prof. Sylvio Sawaya)

LEGENDA:

- Auditório de uso múltiplo;
- Museu Dr. Franco da Rocha;
- Centro de Cultura Infantil;
- Edifícios de apoio institucional;
- Edifícios de apoio institucional;
- Pousada de estudantes/professores;
- Edifícios das salas de aulas;
- CAISM;
- Hospital Regional de Franco da Rocha;
- Hospital de Retaguarda.

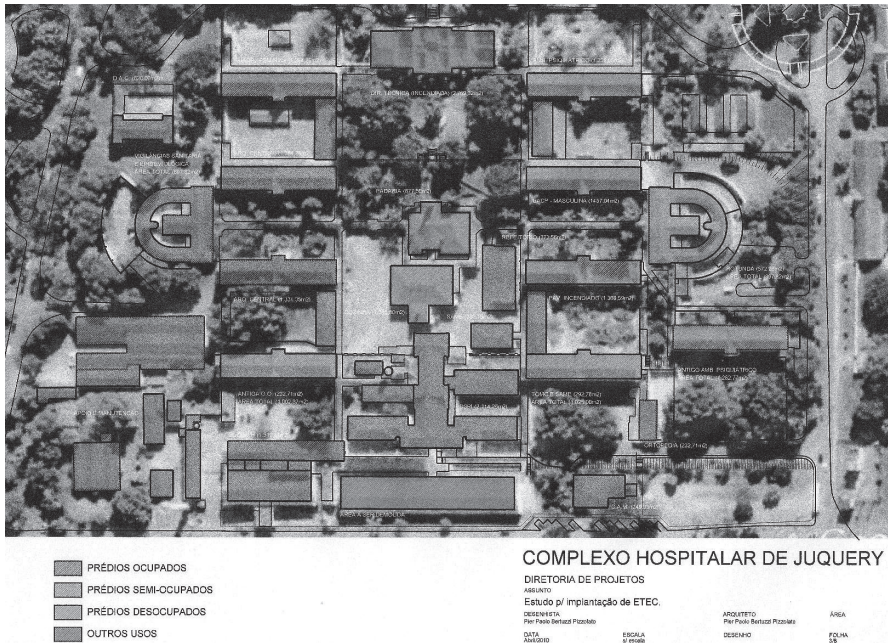


Figura 6: Desenho da situação atual dos usos dos edifícios históricos do “Hospital Central”, como é conhecido a área projetada por Ramos de Azevedo (fotomontagem do autor deste artigo).

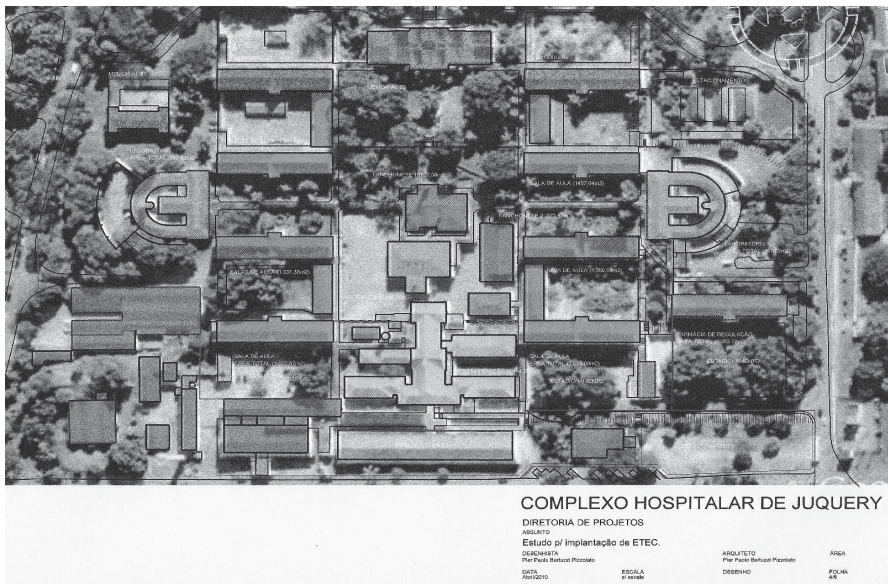


Figura 7: A mesma área da imagem acima, já com a proposta de destinação de cada área para possível implantação de FATEC (fotomontagem do autor deste artigo).

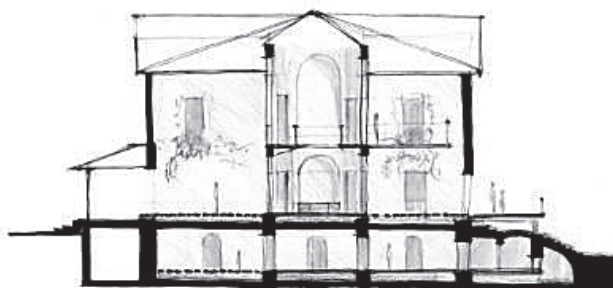
Para finalizar os exemplos escolhidos para esse artigo¹², convém considerar um exemplo de recuperação que representa a proposta para a recuperação do conjunto edificado. Com o incêndio ocorrido no prédio administrativo em dezembro de 2005 surgiu a intenção de projetar um Memorial para garantir que a perda de tal prédio não fosse esquecida. O impacto da proposta associado à necessidade de superação das perdas havidas obrigou a pensar a destinação de todos os edifícios componentes do conjunto. Surgiu, também, a questão da recuperação do local. Das maneiras diversas de se propor tal intervenção, a mais imediata seria a de se criar uma réplica, reconstruindo-o através das fotos e levantamentos arquitetônicos realizados previamente. A opção mais adequada, no entanto, é a de se fazer uma homenagem. Baseado em uma leitura quase emocional da biblioteca perdida pelo fogo, propõe-se o ressurgimento da mesma através de uma visão contemporânea, ocupando dois dos pavilhões existentes, e, aos poucos, se redistribuindo nos outros edifícios de forma ordenada e continua, formando um Centro de Referência, salas de aula e biblioteca da FATEC proposta, ocupando, assim, os oito pavilhões existentes. A infra-estrutura técnica ocuparia o pavimento inferior semi-enterrado, os térreos dos quatro pavilhões abertos ao público abrigariam os espaços comuns de exposição, informação, venda, encontro e restauração. Dois pavilhões abrigariam os serviços internos fundamentais à organização e operação do acervo. Os livros depositados para o acesso público nos andares intermediários com grande pé direito têm, acima, grandes salões de consulta e leitura, com seu volume ampliado pela retirada dos forros horizontais, deixando à mostra a estrutura da cobertura. Dos dois pavilhões restantes, um seria destinado para dois auditórios com foyer central abaixo e o outro para um salão nobre de atos e eventos. As duas rotundas seriam transformadas em “portais” da circulação central leste-oeste proposta, uma destinada ao acolhimento do público, outra à administração. Os pavilhões externos (5º Pavilhão Feminino e Pavilhão para menores alienados) tratarão da experiência Juquery, recriando ambientes através do uso dos objetos de várias épocas e o outro contendo o acervo documental completo.

¹² Para esse artigo foram escolhidas algumas propostas de intervenção que foram contempladas no plano diretor do Complexo que já apresentam estágio avançado de desenvolvimento em detrimento aos outros pontos também relacionados, mas que ainda não foram iniciados.

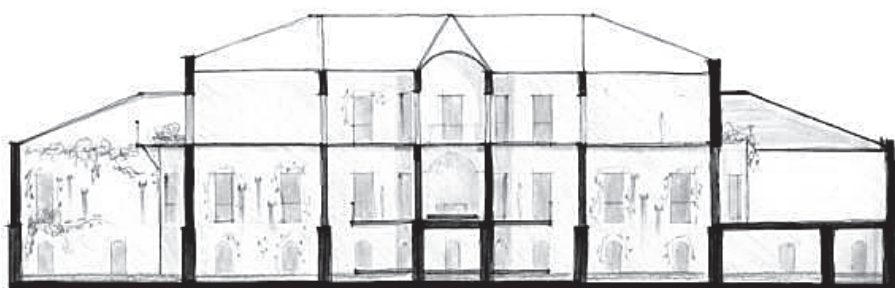
Ainda sobre o Memorial, após garantir a recuperação das paredes que se mantiveram em pé após o incêndio, para o que se propõe não se realizar qualquer alteração no que foi deixado pelo incidente. Não haveria cobertura em vários cômodos, pois se criaria um jardim interno. O espaço definido pela alvenaria ainda existente seria o elemento básico para se criar um local de registro de todos que ali vieram e passaram.

Propõe-se também que as ruínas sejam cobertas pela vegetação, onde um jardim vertical daria continuidade aos jardins aquáticos dos pisos e permitiria a recuperação da forma, vazada, da cobertura existente através de um carramanchão. Haveria iluminação, tanto externa quanto interna, permitindo o uso do Memorial em todos os horários – iluminação essa a ser pensada de forma a valorizar o conjunto e promover a criação de ambientes de recolhimento e quietude. Nas salas escolhidas e passarelas formadas pela nova circulação ficariam referências a cada paciente que foi internado no Asilo, afinal foi consenso do trabalho acreditar que a maior perda ocorrida durante o incêndio foram os dados documentais dos pacientes (muitos que tiveram sua vida totalmente apagada, já que viveram grande parte de suas vidas na Instituição). O hall central, com a pedra fraturada do antigo pedestal, comporia um novo monumento que se abriria em quatro direções opostas duas a duas, permitindo os equipamentos novos e justapostos que desempenham toda a comunicação vertical e estruturam a circulação nos vários níveis e dão apoio às demandas dos usuários.

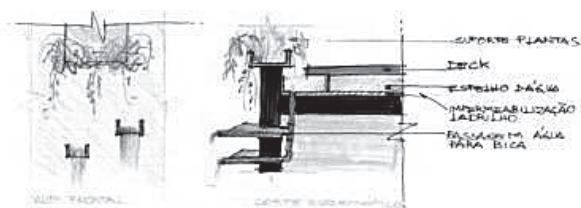
Universidade, Memória e Política Pública no Vale do Juquery



CORTE BB



CORTE AA



DETALHE

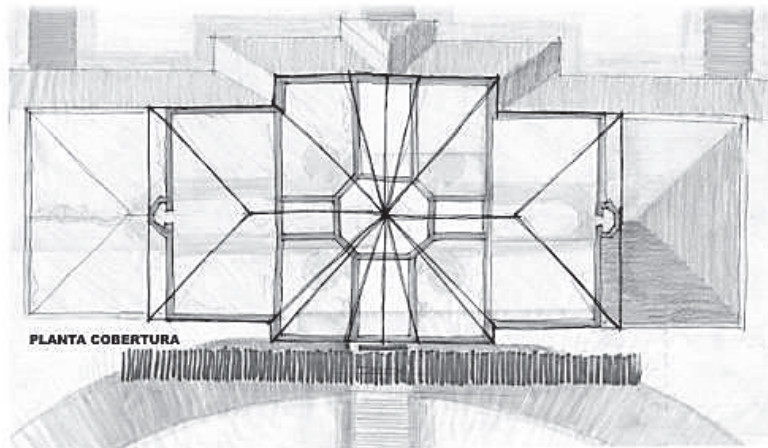
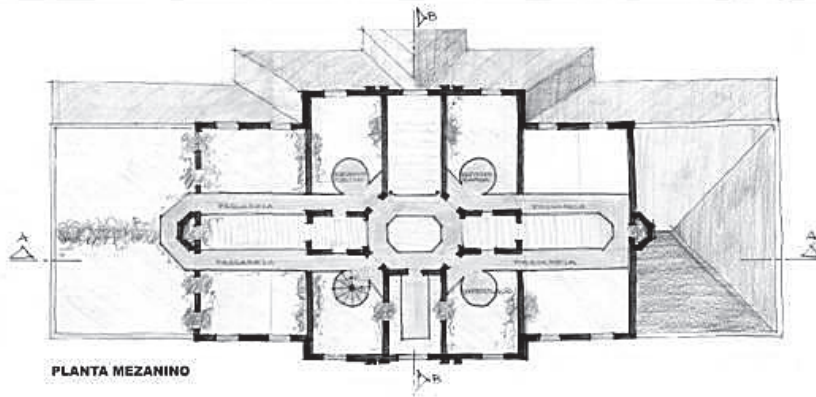
Projeto desenvolvido pelo Arquiteto Profissional Manoel de Jesus Soares Rangel
1998 e participação especial do Arquiteto Profissional Manoel de Jesus Soares Rangel

JUQUERY

MEMORIAL III
Até 2008

33

Universidade, Memória e Política Pública no Vale do Juquery



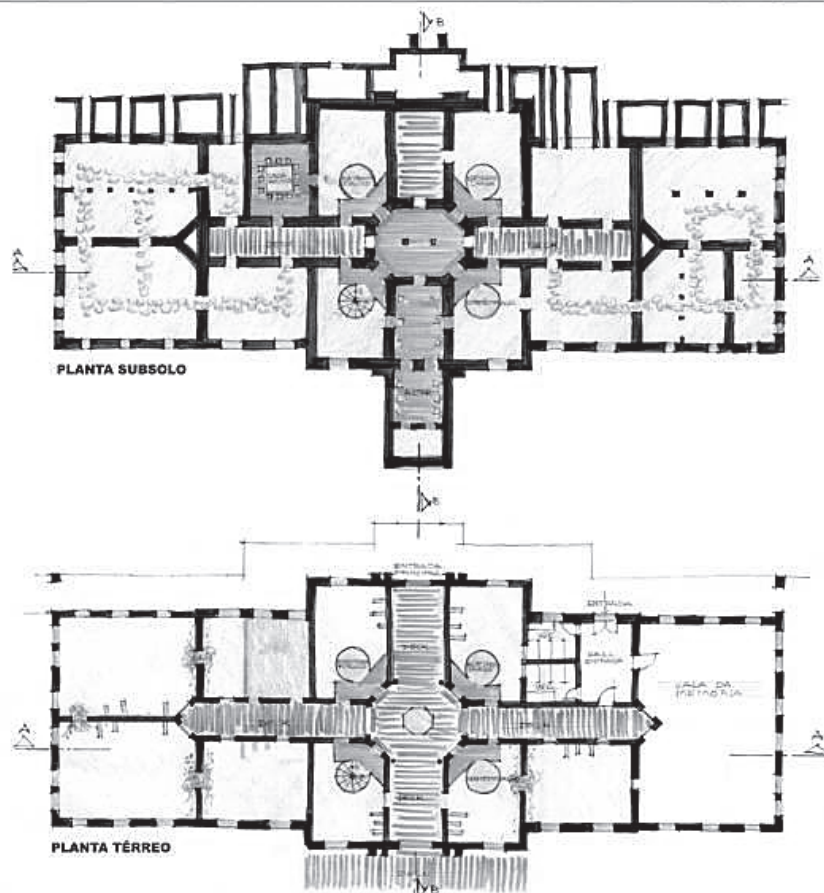
Projeto desenvolvido pelo Arquiteto Francisco Manoel de Jesus Reis
com a participação especial do Arquiteto Profissional Dr. Marcos José de Jesus Reis

JUQUERY

MEMORIAL II
Até 4 de 2006

31

Universidade, Memória e Política Pública no Vale do Juquery



Projeto fundado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

JUQUERY

MEMORIAL 1
Aval. de 2006

29

Figuras 08, 09 e 10 – Desenhos realizados pela equipe da FAU coordenada pelo Prof. Sylvio Sawaya para o estudo de recuperação e transformação do espaço do antigo prédio da administração.

Conclusão

A tarefa de desenvolver um plano diretor condizente com a demanda, que conseguisse aliar os vários elementos envolvidos (desde a dimensão regional até a doméstica) demonstrou-se durante o processo uma tarefa bastante complexa. A localização das terras do Complexo Hospitalar do Juquery permitiu que aflorasse dentro dos trabalhos a questão do papel regional do local, já que Juquery, em seus primórdios, teve capacidade de catalisar grandes transformações para a região.

A bacia do rio Juqueri, principalmente na região do hospital, não recebeu nenhum aporte de desenvolvimento antes da vinda do Dr. Franco da Rocha. Apesar da instalação da malha ferroviária na região, a mesma também não trouxe grandes investimentos antes da criação do asilo. Isto posto, reconhecemos a importância da Instituição no começo do século XX para que as cidades do entorno pudessem se desenvolver, afinal, o grande investimento público derivou da criação desse espaço de tratamento, tratamento segregacionista, é verdade, mas em seu primeiro momento extremamente avançado para a época e deu sua contribuição para o desenvolvimento da metrópole paulistana.

Após décadas de definhamento e de desvirtualização do tratamento psiquiátrico, o Juquery tornou-se um elemento indesejado na paisagem da metrópole, principalmente para a cidade de Franco da Rocha, que sempre tratou o território da Instituição como algo alheio ao município. Mas pudemos perceber durante os trabalhos, e que esse artigo tenta sintetizar, que o Complexo Hospitalar deveria ser resgatado e reproposto como ponto fulcral de revitalização. Devemos destacar que os projetos aqui levantados são importantes, para representar a dimensão do Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, MCW de. Estudo de Tombamento dos Hospitais do Juqueri (conjunto arquitetônico acervo documental e área verde existente) em Franco da Rocha. N°. 21740/81. CONDEPHAAT, 1986.
- Carvalho, MCW de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Artistas Brasileiros 14).
- Cunha, MCP. *O Espelho do Mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

- Fraletti, P. *66º Aniversário da Fundação do Juqueri*. Arquivos do Departamento de Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo, 1966.
- Fraletti, P. *Juquery: Passado, Presente, Futuro*. Arquivo Saúde Mental do Estado de São Paulo XLVI, 1, 1987: 156-177.
- Lancman, S. *Loucura e espaço urbano: Franco da Rocha e o asylo de Juqueri*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Te Corá Editora, 1999.
- Marques, VRB. *Eugenia da Disciplina: o discurso médico-pedagógico nos anos 20*. Campinas: Faculdade de Educação, 1992.
- Mazzoco, MID.; Santos, CR. dos. *De Santos a Jundiaí: nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2005.
- Pacheco e Silva, AC. *A Assistência a Psicopatas no Estado de São Paulo: Breve resenha dos trabalhos realizados durante o período de 1923 a 1937*. São Paulo, Oficinas Gráficas de Assistência a Psicopatas Juqueri, 1945.
- Pessotti, I. *O Século dos Manicômios*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- Pizzolato, PPB. *O Juquery: sua implantação, projeto arquitetônico e diretrizes para uma nova intervenção*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.
- Rocha, F. da. *Hospício de São Paulo. Estatística*. Apontamentos. 7º Folheto da Série, São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1900.
- Rocha, F. da. *Asilo-Colônia de Alienados de Juquery, Su Organización y Ventajas*. Buenos Aires: Revista Nacional, 1902.
- Rocha, F. da. *Assistência Familiar aos Insanos em São Paulo*. Relatório do Quarto Congresso Médico Latino-Americano. Rio de Janeiro, 1909.
- Sato, CN. *A Paisagem e o projeto no Vale do Juqueri em Franco da Rocha*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.
- Sawaya, SB. *Rumo a noroeste: A fazenda Juqueri*. A Construção 35, 2005.
- Sawaya, SB. *Universidade, Memória e Política no Vale do Juquery*. Projeto de Pesquisa, São Paulo, 2006. (Mimeo)
- Silva, IR da. *Franco da Rocha nas terras de Juquery: um Hospício, uma cidade*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

Data de recebimento do artigo: 12/06/2010
 Data de aprovação do artigo: 02/09/2010
 Conflito de Interesses: Nenhum declarado.
 Fontes de financiamento: Nenhuma declarada

“Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna

“Too small, too little”. The child and the death in Modern Age

Claudia Pancino¹

Lygia Silveria²

Resumo: No antigo regime, pelo menos até o final do século XIX, na mentalidade ocidental existia a consciência e a aceitação da elevadíssima mortalidade infantil. Testemunha disso são fontes literárias, autobiográficas, imagéticas (quadros, esculturas) e materiais (monumentos funerários, etc.). Outras fontes perpetuam práticas populares e fábulas, que “falam” da necessidade de consolo “social.” Crenças e rituais (ressurreição temporária, rituais do batismo e dos funerais) tiveram uma função de consolo, em vista, acima de tudo, da salvação da alma do recém-nascido; outros costumes como o retrato das crianças mortas, tiveram como objetivo da memória e de inserção da vida breve de criança na genealogia familiar. A partir do século XIX a morte de crianças fica cada vez mais insuportável.

Palavras-Chave: Infância, História, Mortalidade, Fontes para pesquisa (pouco usuais), Mentalidade

Resumo: *In antico regime, e fino almeno al XIX secolo, nella mentalità occidentale esisteva la consapevolezza, e l'accettazione, dell'elevatissima mortalità infantile. Lo testimoniano fonti letterarie, autobiografiche, fonti visive (quadri, sculture), e materiali (monumenti funebri, ecc.). Altre fonti tramandano usanze popolari, e fiabe, che “parlano” della necessità di consolazione “sociale”. Credenze e riti (resurrezione temporanea, ritualità del battesimo e dei funerali) hanno avuto una funzione consolatoria, in vista soprattutto della salvezza dell'anima del neonato; altre usanze, come il ritratto dei bambini morti, quella di ricordo e di inserimento della breve vita del bambino nella genealogia familiare. Dal XIX secolo la morte di bambini diventa sempre più insopportabile*

¹ Professora de História Social da Universidade de Bolonha (Itália)

² Tradutora Professora Assistente do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Parole Chiave: Infanzia, Storia, Mortalità, Fonti inconsuete [unusual], Mentalità

Abstract: In the ancient regime, until the end of the XIX century, in the western mentality there were the conscience and the acceptance of the elevated childhood mortality. Literary sources testify it, autobiographic, visual sources (pictures, sculptures), and material (funeral monuments, etc.). Other sources hand down popular customs and fables, which “speak” of the necessity of “social” consolation. Beliefs and rites (temporary resurrection, baptism ritual and funerals) had a consolatory function, and above all as regard the salvation of the soul of the child in the family’s genealogy. From the XIX century and on, the death of children became more and more unbearable.

Key-words: Childhood, History, Mortality, New sources for research, Mentality.

“Pequeno demais, pouco demais” A criança e a morte na idade moderna

No outono do ano de 1589, quando no gueto de Praga grassava a grande mortandade de crianças, dois bufões miseráveis e encarquilhados (...) passaram por Belesgasse (...) Quando lá chegaram e viram, a sua esquerda, o muro do cemitério, Jäckele-Narr parou e indicou a porta do sapateiro Gerson Chalel.

Seguramente, Blütenlein, a filha do sapateiro, ainda está acordada, disse ele. Quero tocar para ela a canção “Tenho só seis anos, meu coração é feliz”; assim ela sairá e começará a dançar pela rua (...) Depois pegou o violino que carregava às costas e começou a tocar.

Mas, por mais que tocasse, a filhinha do sapateiro não queria aparecer. Jäckele-Narr largou o violino e pôs-se a pensar. Então, atravessou a rua e olhou pela janela aberta do quarto. Estava escuro e vazio, mas do quartinho vinha um clarão e Jäckele-Narr viu o sapateiro e a mulher, sentados, um em frente ao outro em banquinhos baixos, cantando a oração dos mortos pela sua menina que haviam sepultado no dia anterior.

Ela morreu, disse Jäckele-Narr. E assim, o sapateiro despençou do céu para a dura terra. Eu não tenho nada, mas daria tudo para que ainda estivesse viva. Era tão pequena, mas para mim, quando eu a olhava, era como se o mundo estivesse nos seus olhos. Tinha cinco anos e agora deve mastigar a terra fria.

Quando a morte vai ao mercado, compra de tudo – resmungou Köppel-Bä. Nada para ela é pequeno demais, pouco demais (Leo Perutz, *Di notte sotto il ponte di pietra – À noite sob a ponte de pedra*). 1953

A história da infância é uma história triste. Falar de mortalidade e morte infantil no passado, na situação atual dos estudos, é premissa necessária para qualquer aprofundamento sobre o cotidiano da vida das crianças ou sobre o conceito de infância nos séculos passados³. Isso porque a vida das crianças, pelo menos até os dez anos de idade, mas particularmente, nos primeiríssimos anos de vida, era uma condição efêmera que podia cessar de uma hora para outra⁴.

A “leitura” de uma “fonte material”, um capitel sobre uma coluna, servirá como exemplo introdutório.

No pórtico da fachada frontal Piazzetta, do Palácio Ducal de Veneza, o décimo terceiro capitel é indicado nos textos, como *La vita amorosa e coniugale* (*A vida amorosa e conjugal*)⁵. Aí é representada uma seqüência de oito “cenas”, entre as folhas de acanto, que contam o que pode ser interpretado como a história de uma família. (Figura 1)

Na primeira cena, vê-se um jovem que conversa com uma moça à janela, tendo uma mão no coração e a outra apontada para ela. Ela sorri e mantém uma das mãos apoiadas no beiral e a outra sob o seio: é o encontro no qual os dois jovens se olharam e se falaram. Na cena seguinte, os dois estão lado a lado, conversando e é ela agora que tem a mão no coração: é o namoro. Segue-se então o que parece ser a troca de um anel (de mão direita para a mão direita), enquanto a moça põe a esquerda

³ Nota da tradutora: Frente aos novos conhecimentos e à incorporação da criança no quadro de proteção social, lembramos que a terminologia mortalidade infantil e/ou na infância está presente no decorrer deste texto e deve ser atualizada. Assim, vale lembrar que o termo mortalidade infantil refere-se à mortalidade de crianças de até um ano de idade. Por outro modo, mortalidade na infância refere-se à mortalidade de crianças até cinco anos de idade, incluindo a faixa etária dos menores de um ano. Como veremos em vista de serem citados documentos antigos, muitas vezes quando se fala em mortalidade da ou na infância não há uma especificação de faixas etárias.

⁴ Para a definição, na História, de “infância” é essencial a síntese de Ottavia Niccoli: O. Niccoli, *I nomi dell'infanzia*, in Ead., *Il seme della violenza. Putti, fanciulli e mammoli nell'Italia tra Cinque e Seicento*, Roma-Bari, Laterza, 1995, p. 3-19. Nestas páginas usaremos o termo “infância” na acepção usual.

⁵ A. Manno, *Il poema del tempo. Capitelli del Palazzo ducale di Venezia: storia e iconografia*, (com a contribuição de G. Romanelli e G. Tigler), Venezia, Canal & stamperia editrice, 1999, p.94-97.



Figura 1: La vita amorosa e coniugale, capitello (capital), Venezia, Palazzo ducale

sobre a cabeça dele, sobre os cabelos que ela também usa soltos por cima dos ombros: é o compromisso. Nas imagens sucessivas vê-se o abraço que firma o pacto de amor (passados os séculos, os dois parecem ainda sorrir). Depois, são vistos na cama ratificando o contrato conjugal: face a face no travesseiro estreito, os ombros nus saindo dos lençóis. Ele usa uma touca nos cabelos cacheados que chegam até as orelhas, a mão direita, por entre os cabelos dela, acaricia-lhe o pescoço. Na cena sucessiva, os dois já são pais, sentados um em frente ao outro, segurando cada um com uma das mãos, um recém-nascido enfaixado firmemente da cabeça aos pés. Segue-se uma imagem de estrutura similar à precedente, na qual pai e mãe, com ambas as mãos, seguram um menino que evidentemente ainda não anda, com os cabelos encaracolados soltos e uma veste abotoada até a cintura. (Figura 2)

Na cena seguinte, e última, os pais, lado a lado, velam o filho morto deitado diante deles, já maiorzinho, os cabelos mais bastos e longos. Um ou dois anos? Difícil dizer.

Ao mostrar essa série de imagens a numerosos estudantes de um curso universitário sobre a história da família, após a projeção da última imagem ouviu-se um “oooh” de susto.



13/7



13/8



Figura 2: La vita amorosa e coniugale, capitello (capital), Venezia, Palazzo ducale

Certo, não se sabe desde quando e por quem, aquela seqüência de cenas marmóreas, delicioso exemplo de fonte visual⁶, foi chamada de *A Vida Amorosa e Conjugal*. Entretanto, sabemos que até há dois ou três séculos, um novo núcleo familiar podia facilmente ter “destino” semelhante. À primeira gravidez seguia-se o longo período do aleitamento, no qual o neonato ou o lactente tinha grande possibilidade de não sobreviver. Com a morte eventual do primogênito, muitas vezes o casal não tinha outros filhos, pelo fato de a mulher ter ficado quase completamente estéril devido ao aleitamento⁷.

Antecipando a conclusão destas linhas, outra pintura, mais um testemunho. Trata-se de uma obra de Luigi Nono, que já nos anos setenta do século dezenove, representa a *Sepoltura di un bambino (Funeral de um Menino)* (Figura 3). Além da tristeza da cena, é comovente a composição da pequena multidão ao redor da cova. Vêem-se muitas crianças, mais precisamente sete adultos e oito crianças⁸.

Não só – e isso dizem a historiografia e as fontes, sobretudo as demográficas – a mortalidade infantil era, ainda em 1877, elevadíssima e era “normal” que as crianças morressem; mas em uma sociedade marcada pela alta taxa de mortalidade infantil, as próprias crianças não eram mantidas alheias ao fato de que a morte as espreitava.

Nas próximas páginas, farei referência à fábula dos irmãos Grimm (entre 1785-1863) *La camicina del morto (A roupinha do morto)*. A citação não terá referências bibliográficas precisas, uma vez que eu a tirei de um pequeno volume que conservo desde minha infância, que pertencera a uma tia; com o passar dos anos, o livro perdeu algumas páginas dentre as quais a primeira com o título e demais dados. A história me angustiava, no entanto

⁶ P. Burke, *Testimoni oculari. Il significato storico delle immagini*, Roma, Carocci, 2002.

⁷ Em relação à mortalidade infantil e época pré-estatística na Itália e na Europa, é ótima a síntese de A. Pasi *Contare gli uomini. Fonti, metodi, temi di demografia storica*, Milano, Led, 1992, p. 121-125. Vasta é a bibliografia sobre o assunto, vejamos pelo menos: P. M. Boulanger-D. Tabutin (sous la direction de), *La mortalité des enfants dans le monde et dans l'histoire*, Liège, Ordina, 1980; L. Del Panta-R. Rettaroli, *Introduzione alla demografia storica*, Roma-Bari, Laterza, 1994, as páginas 62-66 e 116-120 e a rica bibliografia citada. Para uma análise histórico-social do fenômeno demográfico cfr., J. L. Flandrin, *L'atteggiamento nei confronti del bambino piccolo e i comportamenti sessuali. Strutture antiche ed evoluzione*, in *Il sesso e l'Occidente: l'evoluzione del comportamento e degli atteggiamenti*, Milano, Mondadori, 1983 (1981), p. 154-222. A respeito do vínculo aleitamento-fertilidade, cfr., C. A. Corsini, *Breastfeeding, fertility and infant mortality: lessons from the archives of the Florence Spedale degli Innocenti*, in S. Matthews Grieco-C.A. Corsini, *Historical perspectives on breastfeeding*, Firenze, UNICEF international child development centre, 1991.

⁸ L. Nono, *Sepoltura di un bambino*, 1876-1877, Collezione Nono, Venezia.



Figura 3: Luigi Nono, Sepultura di un bambino, 1876-77, Collezione Nono, Venezia

esse tipo de leitura nos era proposto. Sem fazer uma pesquisa nesse sentido, acredito que, nas seleções contemporâneas de fábulas clássicas para crianças, *A roupinha do morto*, como outras de conteúdo similar, tenha desaparecido.

O objetivo das reflexões que seguem é apontar indícios da mortalidade infantil nos séculos da Idade Moderna em seu contexto de história das sociedades e das mentalidades desse período, quando a morte pairava iminente como a espada de Demócles, sobre cada criança que nascia e crescia, o que não podia deixar de determinar em relação à infância, atitudes e comportamentos individuais e sociais profundamente diferentes dos que nos são familiares.

No passado, o conceito social de infância era, de fato, determinado pela consciência um tanto fatalista de que uma criança podia estar presente um dia e no dia seguinte não mais⁹. Tal conceito, nada tem a ver com a “criança preciosa” das sociedades ocidentais desenvolvidas dos dias de hoje: a criança pequena, geralmente, valia muito pouco. Assim, são absolutamente anti-históricas as lembranças nostálgicas de usos e rituais de um passado no qual jamais gostaríamos de que nossos filhos tivessem nascido. Ser criança significava estar atado a um fio e representar um papel social absolutamente inconsistente. Um estudo importante, de Francesco Corridore (1906), sobre a população do Estado Pontifício entre a metade do século XVII e início do século XX, apresenta dados do censo da população levantados a pedido do papa Alexandre VII, em 1656, com a particularidade de que faltam registros relativos à faixa etária entre 0 e 3 anos. Por que contabilizá-los se não se sabia se essas crianças se tornariam adultas? Se não se sabia se no amanhã estariam ainda no mundo¹⁰.

Quando se percorrem as fontes em busca de registros relativos às mortes e à mortalidade infantil, são inúmeras e ilimitadas as possibilidades de localizar documentos. Entretanto, às vezes, o olhar especializado de muitos estudos tende a obscurecer o contexto em que o dado estava originalmente inserido. Por trás dos números de certos estudos histórico-demográficos, por exemplo, os estudantes nem sempre conseguem ler de imediato o mover-se das relações, dos afetos, dos comportamentos, nas sociedades que desapareceram (muito mesmo valores e investimentos sociais).

Métodos didáticos “brutais” podem ser utilizados para iniciar os estudantes universitários na história da infância, procedimento esse que lhes trará consciência, mesmo que, por vezes, os choquem.

O primeiro convite pode ser a visita à parte mais antiga de um cemitério, observar os muitos túmulos de crianças e anotar a data de nascimen-

9 Também Gélis: “Para os contemporâneos, a situação era certamente perigosa, mas ela estava na ordem da natureza. Um recém-nascido deveria morrer? Será que seria vontade de Deus (...). Que uma criança morresse no dia do nascimento era banal. Certamente, a resignação não era cômoda, mas a vida continuava. Aliás, tínhamos escolha? Era preciso pensar nos irmãos e irmãs que tinham necessidade de ajuda no trabalho do campo que não esperava. No ano seguinte a criança era substituída, ‘refeita’. E para que tudo voltasse à ordem, dava-se ao recém nascido o nome do inocente desaparecido prematuramente” (J. Gélis, *Les enfants des limbes. Mort-nées et parents dans l'Europe chrétienne*, Paris, Aubert, 2006, p.18)

¹⁰ F. Corridore, *La popolazione dello Stato Romano 1656-1901*, Loescher, 1906, p.13-15. Em tempo, a referência me foi dada pelo saudoso Lucio Gambi.

to e de morte inscrita em cada um deles. Constatar e descrever eventuais fotografias e epígrafes completará o "exercício". O docente apontará para os estudantes que as fotos dos recém-nascidos muitas vezes foram tiradas quando já estavam mortos¹¹.

Menos impactante emotivamente, mas igualmente eficaz, pela precisão da informação, pode ser o confronto com as fontes demográficas. A simples leitura de um livro de registro paroquial de falecimentos, anterior ao século XX – e ainda mais se precedente ao século XIX – será bastante instrutiva. De fato, não se encontrará nos registros, uma listagem de "velhinhos" que morreram, mas, sobretudo, de pessoas jovens e muitas crianças. Ainda mais "eficaz" será o confronto entre registros de batismos (nascimentos) e de enterros (mortos) em um determinado período de tempo. Um número elevado (para nós, impressionante) de nomes constantes do primeiro registro, será encontrado, par a par no segundo, à distância de alguns anos, meses, dias (senão horas)¹².

"A mãe semeia, a morte leva", dizia-se em Veneza¹³. "Quem tem um não tem nenhum"¹⁴, recitava um provérbio francês, que retrata o dado demográfico de uma mortalidade infantil ao redor de quase 50% entre 0 e 10 anos e nos recorda que, para ter um filho, os camponeses do século XVIII (na Itália também no século XIX), deviam colocar no mundo, dois. Os provérbios, como este último, além de ser sugestivos de comportamento demográfico (ou mesmo sexual-matrimonial), dizem, muito, de crianças mortas, assim como as fábulas, rituais e crenças.

¹¹ F. Loux, *Le corps dans la société traditionnelle*, Paris, Berger-Levrault, 1979, p.60-62

¹² Na pesquisa mais recente que pude ver sobre o assunto, a análise do *liber sepulorum* dos anos 1590-1610 de uma paróquia rural da região de Pádua, de um milhar de almas, apresenta uma mortalidade na faixa dos 10 anos, de 42% assim subdividida: 13% dos mortos com menos de um ano, 3% entre 1 e 2 anos, 14% entre 2 e 5, 12% entre 5 e 10. Outros 16% de mortos tem entre 10 e 20 anos. L. Golinelli, *I registri parrocchiali di Cantalupo Selice in età moderna. Libri dei battesimi e delle sepolture della parrocchia di Cantalupo a Imola tra XVI e XVII secolo*, tese de doutorado em História Social, Facoltà di Lettere e Filosofia, Corso di laurea in Storia, Università degli Studi di Bologna, rel. C. Pancino, 2008-2009, pp. 31-35. Deve-se adiantar que a mortalidade imediatamente após o nascimento é sub-valorizada nos registros paroquiais, não sendo anotadas as mortes de crianças que morreram antes do batismo (cfr., Del Panta-Rettaroli, *Introduzione alla demografia storica*, cit., p.63).

¹³ "La mare semena, la morte tol su". Cit. In C. Pancino-D. Pilon, *La nascita nelle tradizioni popolari dell'Ottocento*, In *Nascere a Venezia: dalla Serenissima alla prima guerra mondiale*, Torino, Gruppo editoriale Forma, 1985, p.128

¹⁴ F. Loux, *Le jeune enfant et son corps dans la médecine traditionnelle*, Paris, Flammarion, 1978, p.251-259.

Se testemunhos provenientes do mundo popular podem ser considerados como indícios de uma atitude de aceitação inevitável do destino, às vezes revelam mensagens de consolo para as mães e as famílias.

O conto dos irmãos Grimm, *La camicina del morto* (A Roupinha do morto) narra uma mãe, inconsolável com a morte do filho pequeno, até que o vê em sonho:

(...) veio uma noite, vestido com sua roupinha de morto, com a pequena guirlanda fúnebre nos cabelos. Sentou-se aos pés do leito e suplicou à mãe – Mamãe, seu pranto não me deixa dormir no meu caixão. Não me deixa dormir porque minha roupinha está sempre molhada com suas lágrimas. Com essas palavras a mãe, incrédula, esmoreceu, mas chorou mais ainda. Na noite seguinte, o menino retornou, segurando uma pequena vela e de novo suplicou: – Veja, mamãe, minha roupinha logo estará enxuta e eu poderei dormir tranquilamente em minha cova. Desde então a mãe se voltou ao Senhor e suportou sua pena sem chorar. E o menino não apareceu mais e dormiu para sempre em sua pequena cova.

No decorrer dos séculos, muitas crenças e práticas religiosas (orações, batismos e “ressurreições”) assumiram a função social de consolo: bastaria a análise de apenas uma pequena parte dessas práticas para avaliar a incongruência e as lacunas do debate historiográfico que, no final dos anos setenta do século XX, pôs em dúvida a existência do “amor materno” na população feminina do passado¹⁵. Certamente fazia parte, na sucessão de eventos cotidianos, a rápida alternância entre os nascimentos e mortes em uma família e em uma comunidade e as formas de dor e de luto e suas manifestações só podiam ser profundamente diversas das nossas. Como sempre, na história dos sentimentos, os historiadores enfrentam mil dificuldades de leitura: sobretudo nas áreas em que os testemunhos são escassos, o risco de interpretar segundo nossos parâmetros sentimentais é muito grande.

Os testemunhos de “indiferença” pelo escasso valor da “coisa” perdida foram ilustrados pelos historiadores. O caso mais notável é aquele dos diários dos mercadores florentinos do Renascimento, que anotavam simultaneamente o nascimento de um filho e a morte de um outro, jun-

¹⁵ E. Badinter, *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel*, Paris, Flammarion, 1980.

to aos ganhos e despesas. Outro testemunho apontado nesta bibliografia refere-se a mães mais ou menos miseráveis, que não piscavam os olhos frente à morte de um filho no enésimo parto; teriam mais comida para dividir entre os outros filhos e facilmente em um ano poderiam “substituir” o lactente morto. É conhecido o testemunho de um pai célebre, Michel de Montaigne, que escrevia: “perdi dois ou três filhos, mas quando ainda estavam com as nutrizes, se não sem tristeza, mas sem desespero”¹⁶.

Em 1981, Jean-Louis Flandrin escreveu:

*Por fim, em uma sociedade na qual a morte reduzia pela metade as crianças, em menor número junto a alguns e muito mais junto a outros, a resignação era uma necessidade psicológica. Era expressa da mesma maneira tanto pelos médicos quanto pelos eclesiásticos, como pelos pais de família que tinham um diário: “Deus nos deu e Deus nos tirou”. Pode considerar-se essa idéia como eminentemente religiosa; mas não se pode esconder que favorecia um certo fatalismo, diante da procriação e diante da morte do filho, fatalismo que não é particularmente característico da religião cristã. É a impotência de lutar contra a morte e o desconhecimento dos mecanismos da reprodução que tingiam de fatalismo a religião daquele tempo.*¹⁷

Podemos também pensar que, segundo a mentalidade da época, pelo menos em alguns grupos sociais, a criança tenha demorado a ser considerada “pessoa”, antes de ter demonstrado capacidade de sobreviver.¹⁸

Ao mesmo tempo, ao lado da manifestação de indiferença diante da morte de um recém-nascido, ou de uma criança, são encontrados numerosos testemunhos, desde a Antiguidade, que contam o quanto a morte de uma criança sempre foi, para muitos pais, a trágica morte de uma criança.

¹⁶ Cit. in Flandrin, *L'atteggiamento nei confronti del bambino piccolo e i comportamenti sessuali*, cit. p.232.

¹⁷ Flandrin, *L'atteggiamento nei confronti del bambino piccolo e i comportamenti sessuali*, cit. p.186. Mais adiante: “Ainda assim, os provérbios do período (...) sugerem que esta tranquilidade de espírito diante da morte dos lactentes era habitual: *di figlio piccolo, piccolo lutto* (...) (do filho pequeno, pouco luto) . Por outro lado, a morte dos lactentes era tão frequente que era preciso aceitá-la para conservar o próprio equilíbrio mental: para cada mil nascidos vivos, duzentos ou trezentos morriam antes de um ano, na França setentrional, e somente a metade dos filhos chegava aos vinte anos. Até o século XX, os provérbios conservaram a recordação desta hecatombe: *Quem vê uma criança, vê o nada...*” (Ibidem, p.232-233).

¹⁸ A respeito do conceito de pessoa, relativamente à formação do ser humano, cfr., A. Prosperi, *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*, Torino, Einaudi, 2005, in part. le p.285-299.

Lembramos, a título de exemplo, passagens poéticas famosas, como o epigrama de Marziale¹⁹ para a pequena Erotion²⁰; como fontes materiais, citamos primeiramente os ex-votos, sem esquecer outros tipos de “documentos”. Escavações arqueológicas recentes em Riva del Garda (região do Trentino-Alto Adige) trouxeram à luz uma área de cemitério dedicada exclusivamente a crianças. Trata-se de sepulcros infantis da alta Idade Média, descobertos em um mesmo espaço do cemitério que remontam aos séculos VII e VIII e que provavelmente foram erigidos ao redor de uma antiga igreja. Das 14 tumbas recuperadas em recentes escavações, verificou-se que 12 eram de crianças, evidentemente sepultadas em uma parte do cemitério a elas reservada²¹. Essas descobertas, hoje expostas no museu de Riva Del Garda, falam de rituais, luto, atenção à morte de crianças em uma época muito distante. Sabe-se como era comum a presença de “cemitérios de crianças” dentro dos cemitérios cristãos, sobretudo nos italianos.

A literatura contemporânea não se esqueceu daquele tempo não tão longínquo em que, nascimento e morte, infância e morte, eram territórios muito próximos e as pessoas pequenas e grandes moviam-se como peças de um jogo repleto de “desafios impotentes”.

*Elisif trouxe ao mundo uma pequena nascida morta, violácea e
com a cabeça virada para trás. Assim que se espalhou a notícia,*

¹⁹ Nota da revisora. Marco Valerio Marziale nasceu na Espanha, região da atual Catalunha, então sob o domínio romano, por volta do ano 40 d.C. Em Terrara recebeu a formação inicial em gramática e retórica. Mudou-se para Roma em 64, onde se tornou escritor.

²⁰ “Oh pai Frontone, oh mãe Flaccilla, recomendo a vós esta menina, minha boquinha e minha delícia, para que a pequena Erotion não trema de terror diante das sombras negras das monstruosas gargantas dos cães do inferno. Teria completado apenas o seu sexto inverno, se vivesse pelo menos outros seis dias. Em companhia de protetores assim velhos, brinque descuidada e pronuncie meu nome com sua boca balbuciante. Não cubra seus ossos delicados um torrão duro, e não seja pesada ó terra: ela de fato não o foi para você” (V, 34). “A menina cuja voz era para mim mais doce que o canto de um velho cisne, que era mais terna que uma cordeira do Galeso falantino, e mais delicada que uma conchinha do pântano Lucrino, à qual não terias preferido as pérolas eritréias, nem a presa do javali, a fera indiana, agora amansada, nem a neve recém-caída, nem ao lírio imaculado que com a sua cabeleira dominava o pêlo das ovelhas béticas, os cabelos emaranhados dos Germanos e o esplendor do ouro, que da boquinha emanava o perfume dos roseirais de Pesto e do primeiro mel dos favos áticos e dos pedacinhos de âmbar arrancados das mãos, em cujo confronto era feio o pavão, sem graça o esquilo e o pássaro comum, a fênix, Erotion, está ainda morna sobre a pira intacta, que a dura lei do mais cruel destino me tirou no sexto ano, ainda não completo, meu amor, minha alegria e minha distração(…)” (V 37). Marco Valerio Marziale, *Epigrammi*, sob curadoria de Giuseppe Norcio, Torino, UTET, 1980, p.356-359.

²¹ Museo Riva del Garda, *Vita brevis. Un sepolcreto infantile altomedievale dai recenti scavi a Riva del Garda*, pieghevole, s. i. t.

*todos entraram em sua casa em silêncio. Porque, pentecostal ou não, Elisif era uma deles e haviam lhe desejado o melhor depois daquela longa batalha. Assumiram os cuidados dos sete que ainda estavam vivos (...). Na manhã em que Toprstein transpôs a soleira trazendo a pequena caixa de madeira que servia de caixão, todas as mulheres e as crianças que podiam, o seguiram em cortejo. Todos estavam calados. Nem um salmo foi entoado antes que o pastor comesse. Em pé, ao lado de um monte de terra gelada, tendo nos pés sapatos pretos muito leves, cantou a primeira estrofe completamente só. Depois, foi como se as mulheres se sacudissem repentinamente, entoando uma nênia submissa, que soava mais como um desafio impotente contra uma força superior, maior que elas*²².

Como o nascimento, a morte requisita a presença de figuras femininas. E, como na pintura de Luigi Nono, as crianças também acompanhavam os funerais de crianças.

Uma aceitação do destino, desconhecida para nós, uma relação mais tranqüila e familiar entre o mundo dos vivos e o dos mortos, fazia com que as crianças mortas permanecessem na rede dos afetos familiares. Voltando ao universo mental católico, um testemunho literário significativo vem da personagem Nunzia que na obra, *Isola di Arturo* (*A Ilha de Arturo*), de Elsa Morante, preocupa-se em como reconhecer e encontrar no além os seus numerosos "irmãos e irmãs que morreram, uns ao nascer e outros quando usavam faixa".

Mas infelizmente a vontade de Deus havia sido que a maioria daqueles numerosos nascidos, antes mesmo de terem aprendido a andar na terra, voassem para o céu... Por sorte nenhum deles partiu sem o Santo Batismo e, aliás, ela pôs-se a dizer-me de cada um o nome de batismo, um a um. Havia um Gennaro, dois Peppinos, um Salvatore, uma Aurora, um Ciccillo e uma Cristianella. Enfim o rosto era vagamente incerto.

*Se eu penso nisso – disse ela – nesses irmãos, tenho dúvidas de não saber reconhecê-los um dia: lembro-me deles como se fossem todos iguais, com a mesma cara!... Mas se sabe que lá no Paraíso a gente se reconhece sem ao menos dizer o nome, o parentesco estará escrito na testa.*²³

²² Herbjörg Wassmo, *La veranda cieca*, Iperborea 1989 (ed. or. 1981), p.108-109

²³ Elsa Morante, *L'isola di Arturo*, Torino, Einaudi, 1957, p.109.

Mesmo fora do mundo católico, a familiaridade com os mortos ainda crianças não devia ser diferente, visto que minha avó, quando eu a acompanhava ao cemitério israelita para honrar os túmulos dos parentes mortos, ia também visitar o dos irmãozinhos. Lembro-me de Leone, um estranho tio-avô, de três anos...

Voltando à católica Nunzia, dizia ela a propósito dos irmãozinhos “felizmente nenhum deles havia partido sem o Santo Batismo”.

Naquele contexto de perigo iminente de que, sobretudo as crianças recém-nascidas não sobrevivessem, insere-se a grande preocupação do mundo católico, de que as crianças recebessem o sacramento do Batismo e salvassem ao menos a alma. No mundo menos piedoso dos protestantes, previa-se que determinadas orações dos pais podiam garantir a salvação da alma das crianças mortas sem o batismo: o severo mundo católico não oferecia tais possibilidades ²⁴.

Nos últimos anos alguns estudos importantes foram dedicados à história do batismo, situando o tema entre o debate teológico, comportamentos sociais, tradições populares e preocupações familiares²⁵. Sem remontar muito no tempo, a crença no Limbo acompanhou a fé no além da população católica, nas diferentes regiões e camadas sociais. (Figura 4) Quanto às crianças mortas sem batismo, estas se tornariam almas errantes, confinadas naquele lugar penoso – não se sabia se caracterizado ou não pelo sofrimento físico – final e recentemente “abolido” por decreto papal²⁶.

O aspecto “consolador” do sacramento do batismo das crianças constituiu o motivo de muitas “variações” locais da ritualidade a isso relacionada. A importância da cerimônia e do ritual do batismo, a nível social, varia segundo os locais e ao longo das mudanças históricas e sociais, mas nos séculos do passado está, sem dúvida, relacionada ao flagelo da elevadíssima mortalidade infantil. Como não havia certeza da sobrevivência física do recém-nascido, assegurar-lhe a vida eterna via sacramento era, mais do que um dever religioso, uma tranquilida-

²⁴ B. Duden, J. Schlumbohm, P. Veit ed., *Geschichte des Ungeborenen. Zur Erfahrungs- und Wissenschaftsgeschichte der Schwangerschaft, XVII-XX Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.

²⁵ Refiro-me em particular a Prosperi, *Dare l'anima*, cit., In part. le p.150-217, e a Gélis, *Les enfants des limbes*, cit.

²⁶ Só recentemente o papa Bento XVI aprovou um documento da Commissione. teologica internazionale que considera o limbo uma pura hipótese teológica (20 de abril de 2007).



Figura 4: Limbo dei bambini, affresco, chiesa di San Bernardino a Triora (Imperia, Italia).

de para as famílias e para a comunidade e podia tornar-se um grande consolo para o desafortunado caso de a criança morrer – o que não era improvável.

A eventualidade do perigo de morte do recém-nascido e a possibilidade, popularmente conhecida, de que os leigos pudessem batizar, levou à prática do batismo “*sub condicione*”, não raro na sociedade do passado, sobretudo no caso de real ou presumido “perigo de morte”. Nesses casos, se a criança sobrevivesse, o batismo seria repetido posteriormente pelo sacerdote com cerimônia na igreja em um ritual que levava em consideração a possibilidade de uma criança já ter sido batizada.

Portanto, as crianças eram batizadas o mais rápido possível, sendo ministrados batismos por leigos sempre que se deduzia que o recém-nascido estava com a vida em perigo. Tal fato teve como consequência, por séculos, comentários feitos por historiadores dessa área de estudo sobre o controle das mulheres que assistiam as parturientes. Sendo comum que as parteiras fossem as pessoas que reconheciam as condições (real ou presumida) do recém-nascido e não havendo vínculos de consangüinidade, cabia-lhes batizar também “*sub condicione*”.

As hierarquias eclesiásticas começaram, por esse motivo (de modo capilar na Europa católica desde o início do século XVII), a determinar uma catequese sobre o sacramento para analfabetas, ligada a um controle, não só moral sobre as mulheres que assistiam o parto²⁷. Por outro lado, a própria preocupação de garantir o Paraíso quando não se conseguia assegurar a vida nesta terra, fazia com que as crianças fossem levadas à pia batismal nos primeiros dois ou três dias de vida. Tal hábito encontrava-se difundido em todos os locais e tenderá a desaparecer somente – e não por acaso – no século XX. É necessário recordar que as paróquias com pia batismal, as chamadas “*pieves*” quando no interior, situavam-se frequentemente distante dos pequenos centros habitados. Exatamente porque atendiam a vastas áreas rurais com baixa densidade populacional. Era o medo de a criança morrer antes do batismo e a crença nas almas errantes das crianças que apressavam o ritual (e em caso de morte do recém-nascido a parteira que havia assistido o parto, podia ser detida e julgada de ter deixado morrer uma criança sem batismo).

²⁷ C. Pancino, *Il bambino e l'acqua sporca. Storia dell'assistenza al parto dalle mammane alle ostetriche (secoli XVI-XIX)*, Milano, Angeli, 1984.

Quando, na segunda metade do século XVIII, a sensibilidade dos Iluministas contagiou também os notáveis e doutos da província italiana, percebeu-se que a prática destinada a salvar a todo custo a alma do recém-nascido, não raramente colocava a vida da criança em perigo: um médico veronês nos anos setenta do século XVIII indicava, entre as causas das “numerosas mortes de crianças”, aquilo que se havia tornado um costume desvairado, tendo ele “visto na prática morrerem muitas crianças nascidas na estação fria e que eram levadas à Fonte Sagrada”²⁸. Cem anos mais tarde um outro médico, Cesare Musatti, voltava ao assunto em um panfleto sobre²⁹ a perigosa saída precoce dos recém-nascidos:

*Eu não direi para não batizades os vossos filhos; mas somente quero que para batizá-los, não os façais morrer e é procurar sua morte levá-los à igreja no inverno, enquanto tem poucos dias de vida, mesmo sendo sãos, mesmo sendo robustos.*³⁰

Um objeto que se encontra no Museu de arte e de tradições populares de Tolmezzo (Friuli Venezia-Giulia) e que é apresentado “como liteira” de crianças para serem levadas à pia batismal, é uma fonte ambígua da história do batismo³¹ ou da mortalidade infantil. É de pensar que os recém-nascidos fossem transportados em braços quentes para salvar a alma e que aquela liteira de madeira decorada fosse a macabra testemunha de um veículo para a última viagem ao campo santo de quem não conseguira sobreviver.

Em muitas tradições, as almas vagantes dos pequenos mortos sem o batismo permaneciam como presenças inquietas e travessas e eram pequenos espíritos, fogos fátuos, duendes dos bosques ou das margens dos riachos.

Na verdade, nos preceitos católicos, somente o batismo podia dar a paz aos pequenos mortos. Um ritual de ressurreição, o *répit*³², permitia que se retirasse o recém-nascido do outro mundo pelo tempo necessá-

²⁸ G. V. Zeviani, *Su le numerose morti dei bambini. Dissertazione accademica*, Verona, stamperia Moroni, 1775, p.50.

²⁹ C. Musatti, *Occhio ai bambini*, Milano, Fratelli Treves, 1876. Cesare Musatti (1845-1930), avô e homônimo do famoso psicanalista foi médico em Veneza, empenhado na difusão da “consciência higiênica” no país, no exercício “moderno” da profissão, na promoção de institutos e de novas formas de assistência sanitária, no estudo e na difusão da nova consciência sanitária. Foi autor de numerosos artigos e sábio conferencista junto ao Ateneo vêneto.

³⁰ Nessa época a Itália unificada acrescentava o Município, para o registro anagráfico.

³¹ Museu Carnico Gortani, <http://www.museocarnico.it/sito/>. Agradeço a Umberto Mazzone pela referência.

³² *Répit*: respiro, respiração.

rio para o batismo ser realizado. Os santuários para o *répit* eram muito difundidos e na maioria das vezes a memória se perdeu completamente junto às populações dessas regiões nos dias de hoje. Essa prática, assim como os santuários, amplamente estudados na França, estavam presentes também na região alpina do Vale d' Aosta ao Trentino³³. “Em sua visita pastoral a Issogne, monsenhor Ferragatta proibiu o batismo de crianças *avortons ne donnant aucun signe de vie* (fetos que não dão qualquer sinal de vida). Assim também em Valpelline, o monsenhor de Palme em 1820 proíbe *d'apporter les enfants morts a l' autel de Saint François Xavier pour obtenir un miracle par lequel on ait quelque signe de vie en eux*” (levar as crianças ao altar de São Francisco Xavier para obter um milagre pelo qual se perceba algum sinal de vida). Abuso similar existia também em Challant-Saint Anselme, em Valtournanche e em Courmayeur”³⁴.

A pequena igreja de Santo André em Terlago, perto de Trento, como revelado por Adriano Prosperi, foi no século XVIII, meta de tristes peregrinações e local de especial devoção. Ali, a Madona de Terlago, por meio de “práticas” de algumas mulheres, ressuscitava os pequenos mortos que, colocados “no chão em frente ao altazinho”, voltavam à vida por alguns instantes e assim eram batizados. “Muitos são trazidos”, disse uma testemunha que lá chegou a pé, vindo da região de Vicenza, com o filhinho morto, em 1642.

E no Trentino, já há muitos anos, Cláudio Donati, entre outros historiadores, foi o primeiro a falar dos “santuários de *répit*”³⁵. O “milagre” da ressurreição temporária podia acontecer também seguindo as instruções “caseiras” do padre Diodato da Cuneo, que em 1760 convidava as parteiras a tentar reanimar os recém-nascidos mortos para poder batizá-los:

*E finalmente se lhe for assoprado um hálito quente na boca e com o cheiro de alho da boca da parteira, logo se verá uma mudança de cor; em seguida virá o calor com a pulsação sensível, a respiração e possivelmente terá vida ou pelo menos alguns sinais de vida*³⁶.

³³ Falam sobre o assunto numerosos documentos citados por: C. Corrain-P. L. Zampini, *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi diocesani italiani*, Bologna, Forni, 1970.

³⁴ Ibidem, p.376.

³⁵ C. Donati, *Ecclesiastici e laici nel Trentino del settecento (1748-1763)*, Roma, Istituto storico italiano per l'età moderna e contemporanea, 1975, p. 97.

³⁶ Diodato da Cuneo, *Notizie fisico-storico-morali conducenti alla salvezza de' bambini non nati, abortivi e proietti*, Venezia Niccoló Pezzana, 1760, p.211.

A fé na ressurreição temporária oferecia a possibilidade de superar a angústia e o sentimento de culpa da família atingida pela morte de um recém-nascido; tratava-se de uma reação psicológica e social "no que diz respeito à doutrina teológica abstrata e cruel, da qual derivavam somente condenações sem apelo"³⁷. Com o

*"milagre do répit a criança, já morta, podia enfim ser batizada: graças ao répit, o batismo, que permite a sepultura em terra santa 'com os outros', concede uma realidade à criança. Introduce a criança, ou melhor, a reintroduz na genealogia familiar, após uma breve passagem pelo mundo dos mortos (...) um ser humano que retoma seu lugar, reencontra seu papel na longa história da família."*³⁸

De fato,

*"aquele ser frágilimo era, para o cristianismo, habitado por uma alma imortal. E aquela alma se o corpo não sobrevivesse, era capturada pela sorte incerta, de uma potencialidade ainda não resolvida, ficando confinada entre o mundo dos vivos e o dos mortos, em uma condição liminar de pequeno espírito malvado e travesso"*³⁹.

A situação pouco tranqüila do limbo justifica plenamente a pressa em levar os recém-nascidos à fonte sagrada mesmo em condições climáticas desfavoráveis.

Com a difusão da fotografia, os túmulos das crianças mortas têm com frequência, na lápide, imagens dos pequenos mortos e, muitas vezes, como já foi dito, trata-se exatamente de imagens macabras de crianças já mortas. Choca saber que também os camponeses pobres se obrigassem a despesas com o fotógrafo, quando a fotografia se presta a tornar-se testemunho de uma vida brevíssima, mas mesmo assim inserida no sulco da descendência familiar.

Antes do advento da fotografia, a pintura podia oferecer o conforto de uma efígie. Isso ocorria na corte, como é o caso do afresco da Rocca

³⁷ S. Cavazza, *La doppia morte: resurrezione e battesimo in un rito del Seicento*, in "Quaderni Storici" 50, XVII, 2, 1982, p.566.

³⁸ Gélis, *Les enfants des Limbes*, cit., p.133-134 (tradução da autora).

³⁹ A. Prosperi, *Scienza e immaginazione teologica nel Seicento: il battesimo e le origini dell'individuo*, in "Quaderni Storici", 100, 1999, p.176.



Figura 5: Parmigianino, Bimbi abbracciati, Rocca San Vitale, Fontanellato (Parma, Italia)

Sanvitale de Fontenellato, onde o Parmigianino (1503-1540) imortaliza-va, no detalhe do *Bimbi abbracciati* (Crianças Abraçadas), o filho morto apenas nascido, de Paola e Giangaleazzo Sanvitale. (Figura 5) Das duas crianças abraçadas reconhece-se o Sanvitale porque tem nas mãos um ramo de oliveira e no pescoço um colar de granadas como era típico nas representações pictóricas de recém-nascidos mortos⁴⁰.

A pintura flamenga também retrata crianças mortas de famílias bur-guesas e até mesmo as de trabalhadores. Pouco mais de um século de- pois do afresco italiano *Bimbi Abbracciati*, serão pintadas duas telas entre 1645 e 1650: *A child of the Honigh family on its deathbed* (Criança da Família Honigh no leito de morte)⁴¹ e *Boy on his deathbed* (Menino no leito de morte)⁴². (Figuras 6 e 7)

⁴⁰ Francesco Mazzola chamado Parmigianino (1503-1540), *Bimbi abbracciati*, saleta de Diana e Atte- one, parede Sul (part.). Agradeço a Anna Parma pela referência.

⁴¹ Anônimo, c. 1650, Mauritshuis, l'Aia.

⁴² Bartholomeus van der Helst, 1645, Museugoud A, Gouda



Figura 6: Anônimo, *A child of the Honigh family on its deathbed*, c. 1650, Muritshuis, The Hague

Nota-se a diferença de situação econômica entre as famílias dos pequenos mortos retratados: em um as vestes e o lençolzinho são de tecido fino, ornados de rendas; no outro, vê-se somente o branco brilhante das vestes e lençóis. Ambas as crianças repousam em leitos de palha.

Enquanto o pequeno Sanvitale foi pintado como se estivesse vivo, os dois pequenos holandeses são retratados em seu leito, com os olhos fechados, na palidez da morte: “uma coisa é certa, os pais dessas crianças mortas desejavam conservar a memória do filho para a eternidade”⁴³.

⁴³ *In the Mauritshuis, Children*, [catálogo], Royal Picture Gallery Mauritshuis, The Hague, s.i.d., [2008], p.60. A propósito da pintura *A child of the Honigh family on its deathbed*, a lista do catálogo afirma: “Este tipo de retrato confirma que a perda de uma criança era também lamentada no século XVII. Embora a taxa de mortalidade infantil fosse alarmantemente alta e muitas crianças não vivessem além de seu primeiro ano de vida, a perda de um recém-nascido deve ter sido, apesar de tudo, um evento emocional. A fé conferia às pessoas um grande conforto e força em face de sua desgraça; uma criança morta ia naturalmente para o céu, afastada de uma vida de pecados na terra. Numerosos documentos revelam



Figura 7: Bartholomeus van der Helst, Boy on his deathbed ,1645, Gouda Museum, Gouda

Reaparece a dúvida, insoluta, sobre qual a fronteira, social e individual, entre a dor e a indiferença, tratando-se aqui de elaborados testemunhos de luto. As variáveis individuais, familiares, de condição social e de patrimônio ou simplesmente de possibilidades econômicas – mais do que pobreza e miséria – com aquela lenta transformação da mentalidade que pouco a pouco tornará menos inevitável a morte de uma criança, só podiam combinar-se de forma diferente, segundo o contexto e conforme o caso.

Assim escreviam, em 1978, os autores de *Entrer dans la vie, naissances et enfances dans la France traditionnelle* (*Entrar na Vida: nascimento*

ainada a profunda experiência trágica dos pais em lidar – no tempo e de novo – com a perda de uma criança querida. Somente pais com dinheiro tinham condições de encomendar o retrato pintado dos filhos mortos. Muita gente podia somente preservar a imagem de sua criança perdida em suas memórias” (ibidem). Sobre o assunto, Gélis afirma: “Contrariamente a uma idéia difundida nos dias de hoje, os pais guardam a lembrança desses inocentes, porque todos seus filhos fazem parte para sempre da família; compatibilidade deste mundo e compatibilidade do outro se somam no parentesco, mortos e vivos reunidos em uma humanidade tocante” (Gélis, *Les enfants des limbes*, cit., p.19-20).

e infância na França Tradicional) a propósito dos testemunhos recolhidos pelos franceses no século XVI:

Quando uma criança morre em família (à diferença das crianças mortas em asilos dos expostos), tem-se mais testemunhos sobre a dor dos pais; os do século XVI são geralmente muito breves, mas isso não indica indiferença: as pessoas do século XVI não confiam seus sentimentos por escrito e o seu modo de expressar dor é diferente do nosso; a morte da criança é colocada no grande ciclo familiar entre nascimentos, matrimônios e colheitas⁴⁴.

Documentos eclesiásticos da Idade Moderna, escritos em um contexto de difusão de conhecimento e cristianização – se não de repressão – de práticas pré-cristãs ou mágicas nas dioceses italianas, trazem à luz traços de costumes fúnebres para os mortos ainda crianças, depois esquecidos. O costume de coroar as crianças mortas com guirlandas é encontrado em diversas regiões, sendo tolerado em uma diocese da península e proibido em outra. Na Sardenha “é lícito espalhar flores e folhas sobre o corpo das crianças mortas”⁴⁵. Além das flores, muitas vezes trançadas em “coroas” costumava-se colocar no pequeno caixão cordões com nós (cujo valor apotropaico nas crenças mágico-religiosas é conhecido)⁴⁶.

Um sínodo realizado em Ferrara no início do século XV fala sobre o assunto, mas não proíbe o costume. Ainda hoje, em ocasiões de mortes infantis encontram-se documentados bailes fúnebres: não eram raros os reencontros de convivas em ocasiões fúnebres; o baile fúnebre parece reservado para a morte de crianças, conforme testemunha um documento proveniente da diocese de Rimini, datado de 1742:

Além disso, atente-se para que, em volta dos cadáveres de crianças, não se celebrem vigílias ulteriores que, nesta cidade e

⁴⁴ J. Gélis, M. Laget, M. F. Morel, *Entrer dans la vie. Naissances et enfances dans la France traditionnelle*, Paris, Gallimard, 1978, p.193. O texto continua com a citação: “10 outubro 1539 (...) na colheita daquele ano estava em retiro com minha família em Sellières para fazer a colheita, e a minha filha (de quatro meses e meio) entregou a alma a Deus, perto de meia noite. Havia tido febre, assim acontecera com o meu segundo filho Jean, referido primeiramente. E daquela colheita se fez tanto vinho que...” (*Livre de raison de la famille Froissard-Broissia*), tradução da autora.

⁴⁵ Trata-se dos sínodos de Ferrara (1637 e 1736), Cremona (1679), Bosa (1665) (Corrain– Zampini, *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi*, cit., p.54, 65, 312).

⁴⁶ Nota da revisora. O apotropismo, do grego apotrópaios, que afasta os males + ismo é todo o conjunto de rituais, símbolos, deuses, mitos que afastam a desgraça, a doença, ou qualquer outro tipo de malefícios.

*arredores, foram difundidas segundo um mau hábito com a introdução de vela e cantos, ou patuscadas, ou ainda com outras formas de celebração absolutamente estranhas à honestidade e piedade cristãs.*⁴⁷

E não se deve crer que se tratasse de alegria verdadeira – dão a entender Cleto Corrain e Pier Luigi Zampini, aos quais se deve a descoberta dos documentos – sugerida pelo pretexto do nascimento de um anjinho. As analogias etnográficas fazem pensar em intenção de exorcismo; com uma alegria ostensiva (da qual se queria que o interessado participasse) pretende-se aplacar-lhe a alma revoltada pela privação de certos bens importantes da vida⁴⁸.

Também em outros lugares, em tempos mais recentes, como nas tradições de algumas regiões da França, os funerais de crianças apresentam rituais especiais “que testemunham uma ternura particular”. Enterrados em áreas especiais do cemitério, o rosto coberto ou circundado por flores e com o caixãozinho aberto até o último momento, os pequenos mortos eram espargidos por flores durante o cortejo: “se a morte está sempre presente ao redor de uma criança, se é familiar”, citando a expressão de Ariès, isso não significa que seja vivida com indiferença. Ao contrário, um ritual particular deixa à dor a possibilidade de manifestar-se⁴⁹. Assim pelo menos deve ter sido para muitos pais.

É conhecido o drama daquele famoso pai cujo filho morto e depois enterrado na “terra nua” estendera a mão a uma “romã verde”: enterrados no esquecimento, os filhos de pais tanto ou mais famosos (e muitos desconhecidos) que, em grande número, viram morrer não um mas um depois do outro os próprios filhos. Investigando as páginas de autobiografias e biografias, o quadro é desconcertante. Para citar apenas um exemplo: o célebre sábio do século XVI, Ulisse Aldrovandi, não teve filhos com a primeira e jovem mulher, que morreu antes de havê-los gerado. A segunda esposa, Francesca, deu à luz primeiro a um menino, que morreu aos dois meses de idade, e depois uma menina, que viveu seis meses. Aldrovandi teve um filho de outra mulher, do qual muito se orgulhava, e que se tornaria um rapaz “bom conhecedor das letras

⁴⁷ *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi*, p.312

⁴⁸ *Ibidem*, p.56.

⁴⁹ Loux, *Le jeune enfant et son corps*, cit., p.258. Sobre o assunto ver p.256-259.

humanas e de princípios das letras gregas", que, no entanto morreu aos dezoito anos⁵⁰.

O célebre Rembrandt (Leida 1606– Amsterdam 1669), oitavo filho de um moleiro e de uma padeira, aos 28 anos, no auge da fama, casou-se com a prima de um rico comerciante de arte. Entre 1636 e 1643, morreram seus três filhos e a esposa, esta não muito tempo depois do nascimento do último filho, Titus, que será durante vinte anos seu único filho, mas em 1663 Titus morreu, no mesmo ano em que morreu a segunda companheira do pintor⁵¹.

Seria possível olhar os fatos seja do ponto de vista da jovem esposa que, em oito anos, dá à luz quatro filhos, dos quais três morrem antes de completar dez anos e poucos meses após o parto do último filho, morre também. Ou sob o ponto de vista do pai, Rembrandt, que além de sepultar em poucos anos a esposa e três filhos pequenos, dos quatro filhos vê sobreviver apenas um que, embora tenha alcançado a idade adulta, não sobrevive ao pai e morre aos vinte anos.

Outros pais perderam mais de quatro filhos. Se do luto dos pais freqüentemente restaram alguns documentos, das mães restam outros tipos de fontes, como já se viu:

Uma mãe estava sentada ao lado do filho, estava muito triste e temia que morresse. Estava tão pálido, com os olhinhos fechados, respirava com dificuldade e de vez em quando dava um suspiro, arquejante, quase um gemido; a mãe o olhava então com o coração ainda mais dolorido. Bateram à porta e entrou um pobre velho envolto em um grande cobertor. O velho tremia de frio (...), a mãe, foi colocar cerveja no fogão, para que, aquecida, pudesse aquecer o velho, enquanto ele embalava o menino. Depois, sentou-se a seu lado, olhou o menino doente que respirava cansado e levantou-lhe uma das mãozinhas. "Acha que vou perdê-lo" perguntou. "O Senhor não quererá tirá-lo de mim".

O velho, que era a morte em pessoa, fez um aceno muito estranho que poderia significar sim ou não. A mãe baixou o olhar e

⁵⁰ *La vita d'Ulisse Aldrovandi cominciando dalla sua natività sin' a l'età di 64 anni vivendo ancora*, R. Simili (a cura de), *Il teatro della natura di Ulisse Aldrovandi*, Bologna, Compositori, 2004, p.129-143

⁵¹ J. Van Loon, *Vita di Rembrandt van Rijn*, Maser, Amadeus, 1990; R. Rini, <http://cronologia.leonardo.it/storia/biografie/rembran.htm>

as lágrimas escorreram pelo seu rosto; a cabeça pesou-lhe; durante três dias e três noites não havia fechado os olhos, e então adormeceu, mas por poucos instantes; depois se sobressaltou com um arrepio de frio. “O que aconteceu?” exclamou olhando para todos os lados. O velho tinha ido embora e o menino também havia desaparecido; o velho o havia levado consigo. De um canto chegava o tique-taque do relógio, e depois o grande pêndulo rolou pelo chão, bum! E o relógio também parou.

A pobre mãe precipitou-se para fora da casa chamando por seu filho.

*Lá fora, na neve, estava uma senhora com um longo vestido negro que lhe disse. “A morte esteve em sua casa, eu a vi saindo às pressas com seu menino; vai mais rápida que o vento e nunca traz de volta o que pegou.”*⁵²

A “moral” da tristíssima fábula de Andersen convidava a aceitar a vontade de Deus, com fé e resignação, sugerindo mesmo que o destino do menino poderia ser pior do que morrer, sendo a alternativa ter uma vida de “dor e miséria, horror e infelicidade”.

Duas coisas mudaram profundamente desde o tempo e a fábula de Andersen: a primeira, antes de mais nada, as taxas de mortalidade infantil e, em segundo lugar, a aceitação da morte que atinge crianças.

O flagelo inimaginável da mortalidade infantil do passado passa pela pintura, literatura e por amplos setores da história, onde, porém as mortes de crianças são muitas vezes intencionalmente omitidas. A história da feitiçaria e da caça às bruxas nutriram-se de material folclórico acumulado em torno das que seriam hoje inaceitáveis perdas de filhos pequenos. Relendo qualquer interrogatório de mulheres acusadas de feitiçaria – disponível como objeto de estudos históricos – as acusações de assassinato de recém-nascidos ou de crianças pequenas podem ser vistas sob esta ótica como exemplos, além de serem muito numerosas. Dentre as várias acusações feitas a Gostanza da Libbiano, em 1591: segundo uma “testemunha” teria feito morrer “um belo menino com cerca de dez meses, gordo e cheio de frescor. A mulher, de fato o teria “estragado” e “enfeitiçado”. Em sua confissão (antes da retratação), Gostanza “disse

⁵² . H. Ch. Andersen, *Storia di una madre*, in Id., *Racconti e fiabe*, a cura de Ervino Pocar, Torino, UTET, 1945 (1935), p.136-142.

que havia feito um feitiço para uma menina de um ano, filha da senhora Lisabetta (...) e assim tal menina morreu em menos de um mês”; confessou igualmente também ter feito um feitiço a uma menina de uma viúva chamada Piera (...) que morreu em menos de um mês”. Em uma outra confissão, emerge um “episódio” no qual, devido a algum imprevisto, a morte não ocorreu. À pergunta do inquisidor que indaga como o mal não chegou a um “bom final”, ela respondeu:

(...) que o diabo (...) me faz entrar nos quartos e nas casas, mesmo se trancadas, pelas entradas de ventilação, pelas fendas das janelas e pelas portas, por onde quer, e assim o fez na noite acima citada, em que entrou em forma de gata para fazer o feitiço a tal menina (...) entrou como uma gata no quarto para enfeitiçar a tal menina (...) porque o inimigo quer esse sangue.

Interrogada sobre o modo como tira o sangue dessas crianças, disse que suga o umbigo e assim vem o sangue como o vinho de um barril (...). Interrogada se morreram todas as crianças às quais ela havia sugado o sangue, disse que aquelas das quais não se suga de forma correta e se não se suga muito, não morrem, mas aquelas das quais se tira muito, morrem e não há remédio algum ⁵³.

A “bruxa” conta outros episódios de crianças mortas porque lhes haviam sugado o sangue e no interrogatório aparece o testemunho de um outro tipo de morte, a das crianças cujas gargantas as bruxas apertavam:

Cammillo tinha um filhinho que poderia ter dez meses (...) e aquele menino tinha dor de garganta. E eu, que tinha ido vê-lo, encontrei-o ao leito e lá estava uma grande multidão de gente que o olhava e a mãe chorava e me encostei no leito e coloquei a mão em sua garganta aberta, comprimi e apertei um pouco e à noite ele morreu... ⁵⁴

⁵³ M. Lombardi et al., *Gostanza la strega di San Miniato. Processo a una guaritrice nella Toscana medicea*, a cura de Franco Cardini com um pós-fácio de Adriano Prosperi, Roma-Bari, Laterza, 1989, p.138 (cfr também p.186-188).

⁵⁴ Ibidem.

Pouco depois Gostanza alude ao fato de, no entanto, outras crianças “terem morrido de dor de garganta naquele ano”⁵⁵. Não é difícil, para um observador contemporâneo, verificar que, por trás daquelas mortes a que as pessoas “assistiam” e que as mães pranteavam (mortes das quais eram acusadas as pobres curandeiras), estava o terrível crupe, a difteria faríngea.

Não apenas nos séculos XVI e XVII⁵⁶, anos de processos inquisitoriais, pensava-se que as bruxas enfeitiçassem os pequenos. Ao contrário, até em tempos muito recentes, pensava-se que as bruxas pudessem ameaçar a vida das crianças. Como, por exemplo, em Veneza, até o século passado, uma criança “amuada” era uma criança “com a smara”. Um século antes sabia-se que a Smara, com o “S” maiúsculo, era uma bruxa que se dedicava a enfeitiçar os recém-nascidos. Nas tradições venetas a respeito do parto, existe a preocupação de não abrir as janelas e de fechar bem as correntes de ar no quarto da puérpera, para que as bruxas não entrem para roubar a vida do recém-nascido. Atenções similares são muito difundidas, com variações locais, desde a Úmbria de Zeno Zanetti ⁵⁷ à Córsega onde “existem bruxas que entram nas casas pelo buraco da fechadura e sugam o sangue das crianças (como algumas almas dos mortos), de onde o uso apotropaico dos amuletos, dos talismãs”⁵⁸.

É de espantar que as crianças fossem consideradas presas fáceis de bruxas, espíritos maléficos e que, portanto fossem metodicamente protegidas por amuletos, talismãs, pedras preciosas, medalhas de coral?

Os amuletos podiam também fornecer indícios, como no caso do coral: se, no pescoço da criança, ele perdesse a cor, era sinal de que a criança estava adoecendo.

As tradições populares recolhidas no século XIX falam de sinais premonitórios de morte, muitas vezes de causas pressupostas, apontando sempre para a possibilidade de que uma criança não sobrevivesse. Assim, em Veneza, acreditava-se que se um lactente mudasse muito de nutriz (“bebia muitos leites”) seu sangue se estragaria e dificilmente sobrevive-

⁵⁵ Ibidem, p.187-188.

⁵⁶ Para um estudo recente sobre processos inquisitórios contra mulheres acusadas de práticas mágicas e heréticas reenvio a U. Mazzone-C. Pancino (à cura de), *Sortilegi amorosi, materassi a nolo e pignattini: processi inquisitoriali del XVII secolo fra Bologna e il Salento*, Roma, Carocci, 2008, e á bibliografia. relativa.

⁵⁷ Z. Zanetti, *La medicina delle nostre donne*, Foligno, Ediclio, 1978 (1891).

⁵⁸ Cit. in Corrain- Zampini, *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi*, cit., p. 326

ria. Pensava-se que estavam predestinadas a morrer as crianças nascidas “de oito meses” (segundo a crença proveniente de tempos antigos), bem como aquelas que nasciam com dentes. Mas também aquelas cujos dentes nasciam muito cedo e as que tinham primeiramente os dentes superiores, equivalendo a construir-se mal “os alicerces de uma casa”. Não sobreviveriam as crianças cujo “cérebro se fecha cedo” e nem mesmo aquelas muito boas, porque se eram muito boas “Deus as leva consigo”. Também se “muito gordas e cheias de humores” ou se pesavam “muito” não teriam vida longa. E enfim: *Quando as crianças olham para o alto, olham para seus anjos e seguramente morrem; e se querem sempre andar no chão é sinal que amam a terra e morrem*⁵⁹.

Podemos pensar que, se essas e outras crenças do mesmo tipo eram verdadeiramente muito difundidas, serviam também para preparar-se à eventualidade da morte da criança.

Como conclusão destas reflexões, farei referência a dois autores que se dedicaram à mortalidade infantil e que, embora não sejam tão importantes, assinalaram cada um com sua “pequena obra” uma etapa significativa na história da morte e da mortalidade infantil. De um deles já se falou, é o médico veronês Gian Verardo Zeviani, autor em 1775, do texto *Su le numerosi morti dei bambini* (Sobre as numerosas mortes de criança), cuja “mensagem” mais importante é que aquelas mortes começavam a pesar e deviam ser combatidas. Parte da consideração:

*(...) que em grande parte os homens morrem na infância e não é algo de que se possa duvidar; os numerosos funerais de crianças, as relações das parteiras, as famílias bem estabelecidas, empobrecidas e extintas em poucos anos, demonstram-no evidentemente*⁶⁰

Enumera naquela época uma série precisa e arguta de possíveis causas de tantas mortes de crianças e, assim como se começava a fazer, apresenta dados estatísticos relativos a Verona, mas também a Paris, Londres, Viena, Berlim. Geralmente, sustenta ele “aos onze anos de idade o número de nascidos está diminuído pela metade” (a hipótese não se afasta dos estudos mais recentes sobre a demografia histórica). Zeviani tenta tirar os médicos do torpor, convidando-os a utilizar bem sua arte: “Os próprios

⁵⁹ D. G. Bernoni, *Tradizioni popolari veneziane di medicina*, cit., Venezia, Filippi, 1968, (1878), p. 33.

⁶⁰ Zeviani, *Su le numerose morti dei bambini*, cit., p.6.

médicos, enquanto se ocupam, com sua arte, de prolongar um pouco uma vida já cansada e decrépita, descuidam de conservar a das crianças, que está ainda para ser vivida, para elas e para a República”⁶¹.

Se Zeviani se preocupava muito em salvar vidas, outros não se conformavam que se perdessem almas. O conde Monaldo Leopardi, pai de Giacomo Leopardi, escreveu um pequeno livro que não lhe foi permitido publicar nem no seu, nem em qualquer outro dos antigos estados italianos: em 1839 aparecem em Lugano as suas *Considerazioni sullo stato dei bambini morti senza battesimo* (*Considerações sobre a situação das crianças mortas sem Batismo*). O texto foi escrito trinta anos após a morte, no útero, de dois fetos a termo, do sexo feminino. Falando da esposa, assim anotou em seu diário: *Adelaide abortou outras duas filhas, uma em 22 de janeiro de 1806 e a outra em 21 de outubro 1808, mas Deus não quis que recebessem o Santo Batismo, tendo morrido ambas alguns dias após o aborto...*

Trinta anos depois Monaldo ainda não encontrara a paz por causa daquelas almas supostamente vagantes e chegou a conclusões diversas dos ensinamentos teológicos tradicionais. Não aceita a invenção do Limbo que, alega ele, repugna à razão e, conquanto não acredite nas “Madonas que choram”, no que se refere tanto às suas filhas mortas, quanto a todas as crianças mortas sem batismo, “não vê por qual razão não se possa e não se deva crer que Deus providenciará de modo extraordinário e milagroso” a garantia de sua paz e alegria eternas⁶².

Em 7 de janeiro de 2010, um título na segunda página do quotidiano *La Repubblica*: “A má assistência à saúde provoca tragédia em hospital. Dois recém-nascidos mortos na mesma enfermaria” nos causa justamente horror. Não só pelo local da morte.

Antes não era assim, não se ficava horrorizado diante da morte de uma criança, principalmente se muito pequena.

A indagação sobre a mortalidade infantil e sobre a efetiva quantidade de mortes de crianças é uma questão que foi deixada como pano

⁶¹ Ibidem, p.5.

⁶² [M. Leopardi] *Considerazioni sullo stato dei bambini morti senza battesimo*, Lugano, da tip. Veladini, 1939.

de fundo neste texto, enquanto se procurou mostrar um mundo no qual se sabia que as crianças morriam facilmente por motivos muito diversos, sobretudo porque, dizia-se, definhavam pouco a pouco, ou ficavam doentes e não superavam a doença, e esse "destino" era de algum modo aceito com resignação e com o consolo dado pela religião.

No século XIX, começa a diminuir a mortalidade infantil na Europa, em alguns lugares mais que em outros (a Itália, também neste particular, está atrasada). Na família, a criança passará a ser considerada pouco a pouco mais importante, o batismo será celebrado alguns dias após o nascimento. Será preciso ainda um século para que melhores condições comecem a tornar a morte de uma criança cada vez mais excepcional, e insuportável.

É necessário ainda recordar que até o fim do século XIX a Pediatria não existe, nem na literatura médica italiana algo que se assemelhe a uma produção científica pediátrica especializada, como também era escassa em geral, a atenção médica à infância⁶³. Não só não existiam os pediatras, como muitas vezes as crianças doentes não eram tratadas pelo médico, que achava não ser de sua competência ocupar-se de crianças pequenas; estas eram comumente tratadas pelas donas de casa ou pelas parteiras. Grosso modo, o motivo pelo qual, com poucas exceções, os médicos não se ocupavam das crianças, era justamente porque tratavam de seres humanos, enquanto as crianças não haviam ainda demonstrado saber sobreviver e assim, encontravam-se em um estado de humanidade incompleta, de "meia humanidade". Tais considerações levam-nos, de um lado, à definição de infância, do período clássico ao início da Idade Moderna, como "grupo limítrofe" e, de outro, àquele antigo papel infantil (não dissociado da definição agora recordada) de intermediação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos⁶⁴, do qual a festa da Befana, comemorada ainda nos dias de hoje, é um traço residual⁶⁵.

⁶³ A. Pasi, *Infanzia e medicina. Dalle "rozze femmine" al "medico dei bambini"*, In M. L. Betri-A. Pastore, *Avvocati, medici, ingegneri. Alle origini delle professioni moderne (secoli XVI-XIX)*, Bologna, CLUEB, 1997, p.117-127.

⁶⁴ O. Niccoli (a cura de), *Infanzie. Funzioni di un gruppo liminale dal mondo classico all'età moderna*, Firenze, Ponte alle Grazie, 1993. Se vê em parte, O. Niccoli, *Infanzia, terra di frontiera*, pp. 9-20, e A. Benvenuti, *Il culto degli innocenti nell'immaginario medievale*, p.113-143. Cfr. também, Corrain-Zampini, *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi*, cit., passim.

⁶⁵ Nota da tradutora: Em relação à celebração da Epifania (6 de janeiro, festa dos Reis Magos, presentes para o menino Jesus) há um costume em algumas regiões da Itália, de presentear as crianças. A palavra Epifania deu origem à palavra Befana, a bruxa que na véspera da Epifania, traz presentes para os pequenos, desde que se comportem. .

Há alguns séculos, as crianças deixavam para os espíritos vagantes dos mortos, na noite dedicada a eles (a Epifania), uma mesa preparada e com presentes. Aos poucos, foram trocados os papéis e um ser de outro mundo é que traz os presentes para os pequenos⁶⁶. Mas afinal também “as nossas crianças”, com esperança de vida além dos oitenta anos⁶⁷ fazem realmente parte do mesmo mundo dos adultos?

As crianças não são como nós. São seres diversos, impene-tráveis, inalcançáveis. Não vivem em nosso mundo, mas em mundo que perdemos e não encontraremos mais. Nós não nos lembramos da infância: Somos forçados a imaginá-la. Nós a procuramos em vão debaixo de uma coberta de poeira ofuscante e encontramos alguns pedacinhos gastos daquilo que pensávamos que fosse. E, no entanto, os habitantes da-quele mundo estão no meio de nós, como aborígenes, como antigos cretenses, como estranhos que vivem protegidos na sua cápsula temporal⁶⁸.

⁶⁶ Cfr., C. Pancino, Halloween made in USA?, In *il Giornale di Massa*, XI, 2005; Corrain-Zampini, *Documenti etnografici e folkloristici nei sinodi*, cit., passim. Ver também, W. Cesana, 'M' come morte. Il senso della morte e del lutto nei bambini di montagna attraverso tradizioni locali, letture e scritture infantili (tra la fine dell'Ottocento e la prima metà del Novecento), In *"Studi tanatologici – Thanatological Studies"*, 4, 2008, p.87-117.

⁶⁷ Não é, obviamente, sempre assim. Mesmo limitando-se somente à mortalidade neonatal, as diferenças entre presente (nos países desenvolvidos do ocidente) e passado, são similares? Àquelas entre o norte e o sul do mundo de hoje. “Uma criança nascida em um dos países menos desenvolvidos tem 14 vezes mais possibilidade de morrer durante os primeiros 28 dias de vida, comparada a uma criança nascida em um país industrializado. Os 10 países com as taxas mais altas de mortalidade neonatal (nos primeiros 28 dias de vida) são Libéria (66 mortos por 1000 nativos), Costa do Marfim (64), Iraque (63), Afeganistão (60), Serra Leoa (56), Angola (54), Mali (54), Paquistão (53), República Centro-africana (52) e Lesotho (52). Cinco países (Liberia, Afeganistão, Serra Leoa, Angola e Mali) entre os dez com as mais altas taxas de mortalidade neonatal estão também na classificação dos dez países com a maior taxa de mortalidade materna ou risco de mortalidade materna no decorrer da vida. Nos países industrializados, a taxa de mortalidade neonatal em 2004 era somente de 3 por 1000 nativos. A taxa de mortalidade neonatal global diminuiu em um quarto entre 1980 e 2000, uma redução muito mais lenta em relação à redução da taxa de mortalidade abaixo de 5 anos que diminuiu em um terço. Quase 40% das mortes abaixo de 5 anos se verificam nos primeiros 28 dias de vida, três quartos nos primeiros sete dias. Do mesmo modo que as mortes maternas, quase todas (98% em 2004) as mortes neonatais se verificam nos países de baixa ou média renda”. *Speciale Rapporto UNICEF 2009 – Dati sulla mortalità materna e neonatale* (<http://www.unicef.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/5105>).

⁶⁸ Penelope Lively, *Incontro in Egitto*, Parma, Guanda, 2005, p.46-47.

Referências Bibliográficas

- Badinter, E. *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel*, Paris, Flammarion, 1980.
- Burke, P. *Testimoni oculari. Il significato storico delle immagini*, Roma, Carocci, 2002.
- Cavazza, S. *La doppia morte: resurrezione e battesimo in un rito del Seicento*, in "Quaderni Storici" 50, XVII, 2, 1982.
- Corridore, F. *La popolazione dello Stato Romano 1656-1901*, Loescher, 1906.
- Cuneo, D. *Notizie fisico-storico-morali conducenti alla salvezza de' bambini non nati, abortivi e proietti*, Venezia Niccoló Pezzana, 1760.
- Donati, C. *Ecclesiastici e laici nel Trentino del settecento (1748-1763)*, Roma, Istituto storico italiano per l'età moderna e contemporanea, 1975.
- Duden, B.; Schlumbohm, J.; Veit, P. ed. *Geschichte des Ungeborenen. Zur Erfahrungsgeschichte und Wissenschaftsgeschichte der Schwangerschaft, XVII-XX Jahrhundert*, Gottingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.
- Gélis, J. *Les enfants des limbes. Mort-nées et parents dans l'Europe chrétienne*, Paris, Aubert, 2006.
- Lombardi, M. et al., *Gostanza la strega di San Miniato. Processo a una guaritrice nella Toscana medicea*, a cura de Franco Cardini com um pós-fácio de Adriano Prosperi, Roma-Bari, Laterza, 1989.
- Loux, F. *Le corps dans la société traditionnelle*, Paris, Berger-Levrault, 1979.
- Loux, F. *Le jeune enfant et son corps dans la médecine traditionnelle*, Paris, Flammarion, 1978.
- Manno, A. *Il poema del tempo. Capitelli del Palazzo ducale di Venezia: storia e iconografia*, Venezia, Canal & stamperia editrice, 1999.
- Morante, E. *L'isola di Arturo*, Torino, Einaudi, 1957.
- Nono, L. *Sepoltura di un bambino, 1876-1877*, Collezione Nono, Venezia.
- Pancino, C. *Il bambino e l'acqua sporca. Storia dell'assistenza al parto dalle mammane alle ostetriche (secoli XVI-XIX)*, Milano, Angeli, 1984.
- Prosperi, A. *Scienza e immaginazione teologica nel Seicento: il battesimo e le origini dell'individuo*, In "Quaderni Storici", 1999.
- Zanetti, Z. *La medicina delle nostre donne*, Foligno, Ediclio, 1978 (1891).
- Zeviani, GV. *Su le numerose morti dei bambini. Dissertazione accademica*, Verona, Stamperia Moroni, 1775.
- Wassmo, H. *La veranda cieca*, Iperborea 1989 (ed. or. 1981).

Data de recebimento do artigo: 20/05/2010
Data de aprovação: 31/08/2010
Conflito de Interesse: Nenhum declarado
Fontes de Financiamento: Nenhum declarado

Sobre a História da Ciência na USP

Entrevista com Shozo Motoyama¹

Fale um pouco sobre sua trajetória profissional e a aproximação e interesse pela história da ciência

Tenho uma trajetória um quanto tanto diferente da maioria das pessoas da minha área. Eu sempre quis ser físico ou astrônomo, desde a minha juventude... Tem uma história muito curiosa. Eu estava ainda no 3º ano científico e fui perguntar para o professor de matemática, que era um dos mais próximos da parte de astronomia, se valia a pena ser astrônomo. Era um professor que veio da Bahia, baixinho, muito competente, mas que vamos dizer assim, tinha certa dose de humor e também de ironia. Ele me olhou e disse assim: “Shozo, você quer ser astrônomo? Astrônomo é como ser poeta. Você é que escolhe!”. [Risos] Ou seja, ele simplesmente me dizia que astrônomo, pelo menos naquela época, nos anos 50, já nos fins dos anos 50, era uma profissão, ou melhor, não era uma profissão regulamentada. Depois disso que eu resolvi que seria físico. Pelo menos o físico era uma profissão reconhecida. Mas em 78, veio para o Instituto de Física teórica um grande físico japonês chamado *Mitsuo Taketani*, que hoje é reconhecido internacionalmente como um dos grandes participantes da Teoria de Méson², que é uma teoria que fez muito sucesso principalmente nos anos 50. Ele era, além de físico, filósofo e historiador de ciên-

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1971), pós-doutorado pela University Of Tokyo (1975) e pós-doutorado pela Waseda University (1975). Atualmente é Professor Titular – FFLCH/USP da Universidade de São Paulo, Membro da Comissão Executiva dos 70 anos USP da Universidade de São Paulo, Membro do Conselho Curador Museu de Ciências da Universidade de São Paulo, Membro Conselho Curador Memória do Saber da Fundação Patrimônio Histórico de Energia e Saneamento, Membro Conselho Consultivo Memória do Saber do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Presidente do Centro de Estudos Nipo Brasileiro, Membro Fundo Bunka de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, Membro Titular da Cadeira nº15 da Academia Paulista de História, Membro do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, membro do Conselho Superior de Estudos Avançados/Fiesp, Membro do Conselho Tecnológico do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. É referencia na área de História, em especial na História das Ciências. Esta entrevista para o Caderno de História da Ciência do professor Shozo Motayama, precursor da área de história das ciências na USP, foi realizada por Nelson Ibañez e Maria Cristina da Costa Marques em 21/10/2010 no Centro Interunidade de História da Ciência da Universidade de São Paulo.

² Teoria das forças nucleares, desenvolvida em 1934 na Universidade de Kioto no Japão, por Hideki Yukkawa, que devido a essa descoberta recebeu em 1948 o Premio Nobel de Física.

cia, e o meu pai era matemático. Então, quando o Taketani veio ao Brasil, eles tiveram uma série de contatos e o Taketani presenteou o meu pai com uma série de livros, principalmente sobre filosofia e história da ciência.

Foi uma das motivações...

Sim, foi uma das motivações. Embora eu sempre gostasse também de história, eu tinha um certo sucesso na parte da matemática e da física, talvez porque o meu pai era matemático e tinha uma biblioteca enorme sobre física e matemática, embora em japonês. Foi bom para mim porque eu não esqueci a língua japonesa, como a maioria das pessoas da minha geração, porque eu continuei lendo. Bom, aí então eu entrei na física. Acabei me tornando o último assistente do Prof. Mário Schenberg, que era um grande nome na época da física teórica. Mas foi exatamente naquele período em que estava havendo toda aquela... Primeiro, que estávamos no governo militar e, em segundo lugar, havia toda uma movimentação de estudantes – movimento estudantil que estourou em 68 de uma forma internacional. E o Prof. Schenberg, como vocês sabem, era uma pessoa de uma posição política bem marcante, era de esquerda. Em 64, logo que o regime militar se instalou, ele foi preso. Mas depois, por pressões internacionais, ele voltou à USP e eu o aproveitei nesse momento.

Eu sempre gostei da física também, estava muito entusiasmado para trabalhar nessa área, mas o Prof. Schenberg foi cassado em 68 pelo AI-5 e eu fiquei “órfão de pai”. [Risos] E também porque eu tinha tido uma participação muito grande, embora sempre no nível da universidade, no movimento estudantil, junto com o Prof. Schenberg, eu estava numa situação não muito boa. Fui contratado para o recém formado Instituto de Física, mas a minha situação no Instituto de Física era um tanto, por assim dizer, periclitante, uma vez que o grupo era contra o Prof. Mário Schenberg. Eu estava pensando inclusive em ir para o exterior, mas recebi uma oferta muito interessante e muito curiosa, embora bem explicável, do Prof. Eurípedes Simões de Paula. Este era uma pessoa extremamente importante no Departamento de História e também na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Foi quatro vezes diretor, além de ter sido vice-reitor e, no ano em que ele era um candidato para ser reitor, em 76, ele acabou falecendo vítima de um acidente. Ele era uma pessoa espetacular. O Schenberg também era uma pessoa espetacular. Eu aprendi muito com eles.

Fazendo um parêntese, só para nos situar, você terminou o curso de Física em que ano?

Eu terminei o curso de física em 1967.

Então, em 1964, você pegou ainda o movimento estudantil? Na ditadura você era estudante ainda, não é?

Isso.

Aí, em 1967...

É, aí eu continuei ainda como pós-graduando, mas no sistema antigo de doutoramento.

Qual foi a influência mais marcante do Prof. Schenberg? Vamos falar do Schenberg e depois do Eurípides, duas personalidades que você citou.

O Prof. Schenberg era uma personalidade carismática, era uma pessoa com uma inteligência muito viva e um conhecimento muito grande, mas ele também era um pouco fora dos professores da física. Talvez fosse por isso que ele me escolheu. [Risos] Não sei se um professor padrão me escolheria. Mas então eu tive esse contato e tive a sorte de ser monitor dele ainda como aluno, recebendo uma bolsa do CNPq. Ao mesmo tempo ele começou a me orientar. Só que tinha um problema: ele era notívago, ou seja, ele ia dormir lá para as 7 horas da manhã e acordava às 5 horas da tarde. Eu estava fazendo o curso, mas também dava aula à noite, numa escola aqui próxima, de matemática. Então eu tinha aula o dia inteiro, depois eu ia dar aula das 7h30 até as 11 horas, então não tinha, vamos dizer assim, um tempo conveniente para a gente conversar, mas como ele era meu orientador, a gente tinha que se conversar. Mas no fim eu acabava indo uma, duas vezes por semana na casa dele, às 11h30 da noite e fazia força para pegar o último ônibus que vinha para cá para a Cidade Universitária, porque eu morava aqui no CRUSP. Era muito difícil. No fim, geralmente, eu acabava perdendo o ônibus e ficava então até umas 4h30, 5h00 horas, quando tinha o primeiro ônibus para cá. Isso é uma coisa muito curiosa. Ele nunca reclamou sobre isso. E, veja, ele era na época chefe de Departamento, uma pessoa muito importante, que tinha relações com o CNPq, com o governo e estava produzindo bastante. Eu,

como Pesquisador Sênior [Risos], entendo bem como é que era isso, mas ele recebia o estudante jovem, ainda praticamente incapaz de discutir as questões que ele estava pesquisando, em torno de 11h30, e ficava quase cinco horas conversando comigo, e nunca dizendo: “Olha, eu tenho que fazer isso, eu tenho que fazer aquilo, etc.”. E a outra coisa muito interessante é que diretamente sobre a física ele não falava muito. Ele só dizia: “Olha, Shozo, você tem que estudar esses livros”. E me dava uma bibliografia. Depois ele conversava sobre história, conversava sobre filosofia, conversava sobre toda a idéia da física em geral. Eu aprendi muito com isso. Se fosse ficar em cima da tese que eu estava tentando fazer, acho que não ia aprender tanto. Mas aí eu aprendi, vamos dizer assim, a sua filosofia, a forma como ele encarava o problema, etc. E também uma coisa muito importante que eu aprendi com ele é a confiança que ele tinha do seu trabalho. Eu me lembro bem. Ele era um grande matemático também, fazia teorias muito bonitas, principalmente, de um lado, com a Teoria da Relatividade, que ele estava generalizando, mas tentando ver com a mecânica clássica. Realmente era um mundo muito maravilhoso, porque ele falava nessas dimensões, não eram 3 dimensões, eram várias dimensões. Mas eu, como físico ainda iniciante, pensava assim: será que essa teoria que ele está colocando, teoricamente, na lógica é muito bonita, mas física precisa ser demonstrada, ter experiência, e experiência desse tipo de teoria não vai ter tão logo – naquela ousadia de jovem. Evidentemente, hoje eu não conseguiria fazer uma pergunta dessa. Eu falei para ele: “Professor, eu acho muito bonita essa teoria, mas com os recursos técnicos que nós temos, nós não podemos fazer essa experiência. Só daqui a uns 50, 100 anos”. Ele deu uma risadinha e disse: “Olha, não tem problema nenhum. Eu espero”. [Risos] E aí então eu vi que ele acreditava naquela crítica que eu estava fazendo. Foi uma convivência muito agradável. De vez em quando se falava em arte, porque ele era um grande crítico de arte também. Às vezes ele recebia alguns artistas, também nesse horário, [risos] e eu participava. Participava não, ouvia a conversa deles, e isso foi uma grande lição de vida, mais do que propriamente uma lição para ser um físico. Acho que mais tentar formar exatamente essa visão que a gente tem que ter da vida. Foi uma experiência muito boa. Ele sempre foi uma pessoa que deu muita liberdade para os seus assistentes, e mesmo para as pessoas que trabalhavam com ele, porque ele não cerceava simplesmente, ele confiava na pessoa para ele fazer as coisas. A pessoa ia lá e falava:

“Professor, tem esses problemas, como é que eu vou fazer?” Ele dava as explicações, mas nunca entrava nos detalhes. Eu então aprendi bastante com esse posicionamento dele, que eu acho que foi muito bom, num certo sentido para o grupo dele, mas não também tinha sido tão produtivo. Ele tinha vários assistentes. Na verdade ele tinha dois assistentes, que eram o Prof. Rocha Barros e eu. Os outros eram pessoas que estavam no entorno, ou eram professores contratados para outras funções. As pessoas ficavam muito livres e, no fim, acabavam não produzindo tanto. Num mundo quantitativo como hoje isso seria um desastre, não é? Eu me lembro bem. Tinha o Prof. Rocha Barros e um outro professor, chamado Normando. O Prof. Rocha Barros foi um aluno brilhante. Ele conhecia muito e imitava o Prof. Schenberg. Então, nas conversas com os amigos, lá nas rodas de bar, ele falava: “Eu não vou publicar qualquer coisa, eu vou só publicar trabalho que vai dar prêmio Nobel ou então um trabalho que não fique abaixo do Prof. Schenberg.” Resultado: na vida toda, e ele faleceu cedo infelizmente, ele publicou apenas dois trabalhos de física, e que não são muito considerados. Mas eu acho que essa postura do Prof. Schenberg é uma postura que, de um lado acredita nas pessoas, e, em segundo lugar, não cerceia a criatividade e originalidade das pessoas. Mas depende muito, evidentemente, do esforço que a pessoa faz.

E o Prof. Eurípides?

Eu fui, vamos dizer assim, convidado por uma razão até estrutural em relação à universidade, que é uma coisa muito interessante. Com a reforma universitária houve uma separação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Lá estavam todas as ciências exatas e naturais, e todos esses departamentos tinham problemas, principalmente de financiamento, porque ficavam confinados a uma única unidade. Tinha muito mais unidade...

Não havia tanta separação das unidades...

É, exato. E, com isso, o Prof. Eurípides, que sempre foi humanista, estava muito preocupado. Ele disse: “Puxa vida, mas a gente tem conversas muito importantes, interessantes na congregação e temos um ambiente muito bom justamente porque tem o pessoal das exatas e o pessoal das humanidades. Com a separação, vai haver um divórcio completo, principalmente porque geograficamente [as unidades] ficavam muito longe.

Precisa encontrar uma espécie de elo entre as duas áreas e a história da ciência é uma dessas coisas que pode fazer isso”. Como eu tive sempre esse interesse pela história da ciência, principalmente a história da física em função do Prof. Takani, além das matérias, disciplinas normais da física, eu também dava um curso sobre História das Ciências Físicas, junto com o professor japonês que estava naquele momento. O professor Eurípides sabia disso, e então ele me chamou e falou: “Olha, você não quer se transferir aqui para o Departamento e desenvolver essa nova área?” Bom, o convite era um convite bastante tentador. Eu, formado em física, estava começando na Física e, evidentemente, era um jovem muito ambicioso. Fiquei com muita dúvida sobre isso, mesmo porque tinha um convite para um instituto de física no Japão. Fiquei algumas semanas na dúvida, mas, por motivos particulares, eu não queria sair do Brasil. Então eu falei: “Bom, acho que vale a pena”. E aceitei. Isso foi um escândalo no Instituto de Física. [Risos] “Como é que você, que é físico, vai...?” E também um escândalo aqui. “Como é que um físico vai vir aqui?” Até hoje eles acham que eu não sou historiador, acham que eu sou físico. E o pior que os físicos acham que eu sou historiador, que eu não sou físico. Então eu não sou nada. [Risos] Mas realmente foi uma coisa extremamente interessante e que foi muito bom para mim, primeiro porque o Prof. Eurípides tinha um estilo muito parecido com o do Prof. Schenberg, em termos de orientação. Ele não era aquele orientador que fica no pé, dizendo: “Tem que fazer assim. Tem que fazer aquilo”. A única coisa que ele pediu para mim foi assim: “Qual a tese que você está fazendo?” / “Eu estou trabalhando sobre fundamentos da mecânica quântica”. Ele falou assim: “Fundamentos da mecânica quântica? Mas isso não tem nada a ver com a história agora!” [Risos] Como é que eu vou te orientar numa coisa dessas? Você não tem um assunto interessante da história da ciência que possa ser desenvolvido aqui?”. E eu gosto, sempre gostei de vários cientistas físicos, um deles era Galileu. Aí eu falei: “bom, professor, eu posso trabalhar sobre Galileu.” Ele era um medievalista que tem trabalhos muito interessantes e eu acho que, na verdade, ele não foi muito bem avaliado nesse aspecto. E ele foi buscar alguns temas que não eram, vamos dizer assim, temas que estavam em moda na época. Então ele sempre, aqui no Departamento, passou como um grande administrador, um grande político universitário, mas como historiador ele nunca foi muito considerado não sei como é que é o... Mas era um olhar assim... Então isso foi muito bom para mim.

Ele escolheu o tema e falou: “bom, Galileu eu entendo um pouco, você pode fazer.” Mas ele nunca falou sobre a tese! [Risos] Só no dia em que eu falei: “olha, professor, a tese está aqui”. “Vamos defender. Qual a banca que nós podemos fazer?” E aí eu falei: “Não, mas tem tal professor nos Estados Unidos, outro no Japão, outro na Europa.” Ele falou: “Não. Nós não temos dinheiro para trazer ninguém. Tem que ser daqui mesmo.” De qualquer forma, nesse sentido foi uma coisa relativamente fácil para mim. Ele era uma pessoa muito ética e, ao mesmo tempo, uma pessoa que tinha uma visão muito ampla, até ecumênica. Ele começou uma série de áreas e Departamentos daqui, na Faculdade de Filosofia, que não teriam se não fosse ele. Uma das coisas é as Línguas Orientais, por exemplo a língua japonesa ensinada. Isso também recebeu muitas críticas: “Por que precisaria ter uma coisa dessas?” Mas parece que hoje está se vendo a importância dessas coisas. Ele fez uma série de coisas muito importantes. Era uma pessoa extremamente confiável. Se ele dava a sua palavra, a gente podia confiar – o que nem sempre acontece nesse meio, não é? Enquanto ele esteve vivo, ele me apoiou em tudo. Então eu tive várias vantagens, vamos dizer, até do ponto de vista crítico, porque como disse, eu nunca fui um terrorista, mas também não era muito bem visto pelo regime [militar]. Como o Prof. Eurípides era uma pessoa mais de direita, embora eu ache que ele seja mais do centro, mas tinha um prestígio muito grande entre os militares porque ele foi da FAB, esteve na Itália, etc... Eu também nunca tive problemas com o regime político. A minha trajetória foi muito curiosa. De um lado estive *sob o guarda-chuva* de um grande nome da esquerda. Depois estive *sob o guarda-chuva* de um grande nome, não digo da direita, mas quase da direita. E aí eu também aprendi que na verdade o que é muito importante na pessoa não é tanto a questão ideológica. É claro que a ideologia faz com que a gente aja de uma determinada forma, mas acho que é o caráter da pessoa que é muito importante. Então eu já vi muita gente que se diz da esquerda, mas que nunca trabalhou para a sociedade, principalmente para o pessoal lá de baixo. E eu já vi pessoas da direita que trabalham com esse tipo de coisas e de uma maneira assim, muito rigorosa, que tem fé no que estão fazendo. Essa dialética de dois opostos foi muito boa para mim porque, embora pela minha formação e minha origem também humilde, evidentemente a minha simpatia sempre foi pela esquerda, mas eu vi que a esquerda, sem nenhum qualificativo, não é muito confiável. Então, nesse sentido, o Prof. Eurípides realmente

foi um grande marco. Para mim foi um preceptor, no sentido de mostrar que as coisas não podem ser vistas apenas por um determinado ângulo. É preciso que a gente veja de uma forma global, e acima de tudo tem que ter caráter. É claro que para fazer a carreira universitária não precisa ter caráter [risos], mas como pessoa tem que ter.

Você fez a tese do Galileu. Era mestrado ou doutorado?

Doutorado, porque eu fiz no sistema antigo, que já pulava para o doutorado. Até mestrado nem existia naquela época, porque era o sistema francês ou alemão o que tinha aqui.

Tinha a grande tese, não é?

É. E que só teria, na verdade, no fim da carreira. E por isso a grande maioria não estava interessada em fazer a tese. Mas já com a reforma universitária, de 68-69, isso mudou. Ficou o sistema norte-americano e, com isso, o doutoramento é o início da carreira. Então, nesse sentido, houve uma resolução Estadual, nem sei se foi Federal também, que no sistema antigo de doutoramento direto, só valeria até o fim de 72, até 31 de dezembro de 1972. E como tinha havido uma expansão universitária muito grande durante o regime militar – acho que foi a grande qualidade do regime militar, que tem uma série de problemas que nós sabemos – eles deram muita importância para o ensino superior e, principalmente, na expansão, embora essa expansão seja passível de muitas críticas. Mas nós fomos beneficiados com essa expansão, nós dessa geração que se formou nos anos 60. Houve então uma corrida. Tinha muita gente jovem que tinha entrado e eles queriam, evidentemente, fazer o doutoramento até o fim de 72. E eu, para não pegar esse congestionamento, resolvi fazer em 71. Não foi muito produtivo porque deu uma série de problemas, mas, enfim, foram coisas que se passaram. Eu só queria, nesse momento, até para vocês entenderem como é que as coisas vão se desenrolar depois, é que, curiosamente no Instituto de Física ou no antigo Departamento de Física havia certo entusiasmo pelo estudo da história da ciência, a história da física, em particular. Eu então sempre fui cercado pelos meus colegas mais novos, estudantes que estavam chegando para fazer história da física e depois história da ciência. E eu sempre trabalhei em grupos, quer dizer, sempre em torno de mim tinha um grupo de 15, 20 pessoas, na maioria

jovem, mas tinham pessoas de mais idade, etc. Então toda a minha trajetória, mesmo até hoje, foi marcada por esse convívio com pessoas que estavam interessadas na área, primeiro em história da física, depois em história da ciência e depois em história da tecnologia. Esse grupo se formou e se desfez várias vezes. Porque uma andorinha só não faz verão. Eu sabia que realmente tinha que brigar pela institucionalização dessa área, mesmo porque tem dois fenômenos muito interessantes ainda ligados ao Instituto de Física; num primeiro momento eu continuei, mesmo estando aqui na História, dando aula na física. Em 72, juntamente com esse grupo que estava em torno da minha pessoa, nós resolvemos dar, além do curso oficial sobre História da Física, um curso optativo sobre História da Ciência. E, para surpresa nossa, foi o curso que encheu. Acho que nunca no Instituto de Física teve tantos alunos para um determinado curso. Teve 500 e tantos alunos matriculados. A gente, então, subdividiu em turmas, e esse pessoal que já estava no nosso grupo, se encarregou de dar o curso também. Só que tinha que dar o curso, não era um curso tão simples e a gente tinha poucos monitores. Então eu fui falar com o diretor da Física da época e tive uma grande decepção. Era um diretor que até tinha interesse em história da física, mas provavelmente ele estava com problemas de verbas, etc. e eu fui lá e reivindiquei: “Professor, eu estou precisando demais de mais alguns monitores, pelo menos meia dúzia. Era melhor que tivéssemos dez.” Ele olhou para mim e falou assim: “Olha, Sr. Shozo, isso aí é um problema que você resolve muito simplesmente: você vai ao primeiro dia, dá uma aula péssima que na segunda aula já diminuiu para 250. Depois de um mês você está com uns 50 alunos, que é um número já razoável, não é?” Eu fiquei tão chateado e tão bravo, que falei: “Professor, tudo bem. Esse curso eu vou dar porque já começou, mas depois não quero mais saber”. E, de fato, eu nunca mais dei curso nenhum no Instituto de Física. Isso foi uma coisa chocante. Mas eu me dou muito bem hoje. Foi só um caso. Outro caso, só para ver como é que era entendida a história da ciência, foi que apesar desse interesse, para a grande maioria dos físicos, a história da ciência era qualquer coisa assim sem importância e a história também era uma coisa assim comemorativa, não tinha nenhum valor. Eu me lembro que eu encontrei com um colega meu – isso foi em 75, por aí, depois que eu voltei do estágio no Japão, que eu fiz em 74 e 75, estudando um pouco de física e um pouco de história da ciência – e ele me falou: “Ah, eu ouvi dizer que você foi lá para o Japão. Você já deixou

aquela bobagem de fazer história?” [Risos] Isso então me chocou. De um lado tinha todo esse interesse dos jovens, mas para os físicos mesmo parece que essa era uma área que não tinha muita importância. Era isso que eu estava querendo colocar ainda nessa parte.

Interessante. Você estava falando da institucionalização da disciplina no curso.

Certo.

Você já deu o preâmbulo. Agora, como é que realmente se cria uma disciplina, ou se cria uma área? Têm uma produção, linhas. Como é que isso vai se consolidar? Nós estamos na década de 70, não é?

É. Na década de 70, na verdade eu estava me formando. Fiz o meu doutoramento, fiz o pós-doutorado no Japão, fiz a livre-docência mais ou menos rapidamente, e isso gerou um pouco de ciúmes aqui no Departamento. Mas eu estava muito interessado na minha formação e também, evidentemente, muito ligado com a Física. Então eu estava mais interessado na história da ciência em geral, nas grandes teorias científicas, etc. Ora, eu continuo achando até hoje que é uma coisa importante, mas a minha vida teve depois uma mudança pelo conhecimento de três professores (grandes nomes aqui dentro da USP): um foi o Prof. Simão Mathias, da Química; outro foi o Prof. Milton Vargas, da Escola Politécnica; outro foi o Prof. Brito da Cunha, do Instituto de Biociências. Principalmente o Prof. Mathias, ele, depois que se aposentou em 1975, veio para o Departamento de História, para fazer História da Química. Depois que eu voltei do Japão, a gente tinha conversas, vamos dizer assim, platônicas ou pitagóricas ou acadêmicas [risos], à tardinha, no corredor do Instituto de Química. Eram tardes muito gostosas que a gente conversava sobre a disciplina, sobre as áreas, e também sobre outras coisas – sobre a Universidade, etc. Eu aprendi muito com o Prof. Mathias, que tinha um perfil diferente dos dois professores que eu citei antes. Era muito interessante. Ele também era uma pessoa muito carismática. Ele foi um grande nome em termos da reforma universitária aqui da USP. Foi um grande dirigente da SBPC. Tanto é que foi Presidente de Honra da SBPC. Era uma pessoa bastante erudita também, e então a gente trocava uma série de idéias e era muito bom para mim. Ele me convenceu. Depois um pouco o Brito da Cunha, que tinha um outro estilo. O Brito da Cunha estava muito mais interessado em filo-

sofia da ciência e achava isso muito importante. Ele dizia: “Eu converso com os meus alunos da disciplina de Biociências e eles não sabem nada de lógica, têm um raciocínio completamente maluco! Então tem que ensinar filosofia da ciência.” Ele me estimulou muito. O Milton Vargas começou a participar das nossas reuniões e nos deu uma série de linhas da parte da história da tecnologia. O Milton Vargas também é uma pessoa muito interessante e curiosa. Ele dizia: “Eu tenho duas personalidades. De dia eu sou engenheiro e de noite eu sou poeta” [Risos]. Ele trabalhava com crítica literária e gostava muito de Filosofia. Esse tipo de pessoas foi muito estimulante para a minha formação. Os três, principalmente o Prof. Mathias, fizeram com que eu mudasse a minha área principal de pesquisa. Ele me convenceu que era muito melhor fazer história das ciências no Brasil. Porque num primeiro momento, para um jovem muito ambicioso, não parecia ser um campo muito promissor, e realmente não tinha nenhum Prêmio Nobel, não tinha nenhuma teoria famosa que estava sendo discutida. Mas ele disse: “Olha, tem muita coisa aqui extremamente importante, interessante, que só não teve esse reconhecimento mundial porque a gente está num país subdesenvolvido e porque o pessoal dos países chamados desenvolvidos não dá muita atenção à gente”. Depois também ele usou um argumento bonito, mas prático. Ele disse: “Aqui você tem todos os documentos que você quer, que precise. E não tem o problema de língua; você não precisa saber latim, não precisa saber grego”. E de fato eu tinha. Isso um pouquinho mais tarde, fim de 70. Em 79, 80, eu fiz uma viagem relativamente de estudos, nos Estados Unidos e na Europa, e vi que realmente em termos de documentação, de arquivos, da organização, tudo a gente estava ‘lá embaixo’. Não dava para concorrer, não é? Por exemplo, eu estava muito interessado no século XV, XVI e principalmente XVII. Mas eu fui para Cambridge e Oxford, lá nos corredores da universidade estão todos os livros; não é nem na biblioteca, estão nos corredores. Eu falei: “Bom, não dá para concorrer”. E acabei sendo convencido, por essas três pessoas, mas mais pelo Prof. Mathias e pelo Prof. Vargas, da importância de estudar a história da ciência e tecnologia no Brasil. Acho que isso foi realmente uma coisa excelente. Para mim facilitou a minha carreira, embora como uma pessoa muito convencida da sua... não capacidade, mas acreditando que tinha capacidade, eu acredito que teria me saído bem também na outra área, mas com um pouco mais de dificuldade. O que foi importante é ter descoberto um mundo novo e muito fascinante

nessa área e também com uma série de vamos dizer assim, coisas que deveriam ser ressaltadas e mostradas ao público. Primeiro acabar com essa história de que o brasileiro não tem aptidão para fazer ciência ou técnica. A gente, estudando história do Brasil, vê que isso é uma mentira deslavada, que não sem quem vendeu e muitos de nós compramos. Isso foi uma coisa... Mas o mais importante de tudo isso é que a gente vê que houve atividades científicas. Do ponto de vista social mais amplo, como é que a falta de ciência e tecnologia no Brasil está relacionada com a questão do subdesenvolvimento do país, durante... Esse foi um campo extremamente interessante que acho que nós começamos a desenvolver. Eu não estou dizendo que ciência e tecnologia são os únicos fatores e nem os mais importantes para que o país ficasse subdesenvolvido. Evidentemente, o sistema colonial, o fato de a gente ser uma colônia de Portugal tem um papel fundamental nesse processo. Mas é muito importante também o porquê que não teve... É claro que isso está ligado com o sistema colonial da época, mas concretamente como é que essas coisas ocorreram aqui? Então eu venho explorando este tema há bastante tempo, mas não como eu gostaria, por uma coisa muito curiosa. A partir mais ou menos de 90 para cá – são quase 20 anos – quando eu teria mais condições para tentar realmente aprofundar essas questões e estou tentando ainda, do que é desenvolvimento, o que é subdesenvolvimento, qual o papel da ciência e tecnologia, como é que é tudo isso num primeiro momento, colonial, depois do Brasil independente, nos tempos atuais de globalização. É um tema muito... Não só atual, como fascinante, pelo menos para mim. Só que eu tenho feito muito ultimamente, nesses vinte anos, história institucional – de instituições – porque eu tenho recebido ofertas ou encomendas para fazer esse tipo de trabalho e a grande maioria, evidentemente, está dentro, vamos dizer assim, da corrente maior que eu estou interessado. Estudar, por exemplo, o Paula Souza é estudar a questão da técnica, da tecnologia no Brasil; estudar a questão da FAPESP é estudar a história da política científica e tecnológica no Brasil; estudar a questão da USP engloba tudo isso, e assim por diante. Mas, fazer um trabalho sério institucional, de instituições é uma coisa que requer muito trabalho. Isso tem me consumido bastante e aquilo que eu gostaria de fazer seria uma coisa um pouco mais leve, leve no sentido de não ficar apenas numa instituição, tem sido, entre aspas, prejudicado. Mas eu acho que tudo isso, se eu conseguir viver um pouco mais, ainda vai ser possível. [Risos]

Uma pergunta e uma observação também. Você falou agora: “Vou me dedicar a uma construção mais teórica, mais da questão do desenvolvimento”. O momento da Universidade não encontra eco e você também não encontra pares para esse trabalho? Porque, veja, uma coisa é uma empreitada de... Você vai acumulando, vai criando condições para discutir isso. Agora, tem que ter pares também.

Sem dúvida. Não, sem dúvida.

A universidade entra num campo um pouco mais fragmentado de reflexão. E a gente tem discutido um pouco isso...

Claro, claro. Então, veja, por isso talvez eu tenho que falar sobre duas coisas que fizemos ao longo desse processo. Primeiro, nós criamos a Sociedade Brasileira de História da Ciência, em 1983. Isso porque justamente a gente estava querendo que tivesse uma comunidade, entre outras coisas, que se preocupasse com esse tipo de assunto e de uma forma muito mais geral, não especificamente sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, etc. E eu via isso, como eu disse, com muita preocupação, uma vez que eu vi vários grupos em torno da minha pessoa se desfazer em função da falta de perspectiva profissional. Então eu pensei nessa sociedade e tive uma ajuda muito grande do Prof. Mathias e do Prof. Milton Vargas também. Já o Prof. Brito da Cunha estava muito interessado em ser reitor, então eu não pude contar tanto com a ajuda dele, em institucionalizar a área no sentido de torná-la uma área que tivesse um campo de trabalho. Num primeiro momento estávamos pensando em professores do 2º grau em diante para ensinar ciências, coisas desse tipo. E depois também pensar numa forma de mostrar a importância dessa área para toda a sociedade – sociedade em geral – e convencer, principalmente os nossos pares. Como disse, a Física, a disciplina, não tinha tanta... Hoje não, hoje eu acho que tem um reconhecimento, pelo menos. Isso é uma coisa também muito curiosa, porque profissionalmente, aqui na USP e provavelmente no Brasil todo, as primeiras pessoas que viveram só disso foram a Profa. Maria Amélia Dantes, que vocês devem conhecer, e eu, que viemos para cá e começamos a fazer somente história da ciência, ou fazer história da ciência profissionalmente. Depois disso foi muito difícil a gente conseguir abrir a área. Faltou, vamos dizer assim, esse convencimento suficiente para que a gente pudesse fazer essa ligação, esse elo com as outras áreas, e mesmo

dentro das Humanas, que eu descobri que era muito mais difícil. Além da minha capacidade de convencimento [risos], tinha que haver uma colaboração bastante grande entre todos. Mas eu acho que isso não foi culpa apenas do próprio Departamento, dos próprios pares. A característica da própria comunidade científica que mudou; não só se fragmentou muito, mas também ficou uma coisa cuja avaliação é quantitativa. Quer dizer, antes você ser um professor universitário significava você estar garantido para o resto da vida – podia pensar, podia trabalhar com sossego, com calma. Mas isso foi nos bons tempos, porque depois, se você não publicasse... E isso, aliás, é a característica do sistema americano, embora ele tenha umas brechas que são muito importantes. Isso realmente dificulta uma área integradora como a nossa, e nós achamos que a Sociedade Brasileira de História da Ciência poderia ser esse elemento. Nós trabalhamos para isso, trouxemos grandes nomes para fazer parte da diretoria. Como eu era a pessoa mais conhecida na época, apesar de ser jovem, eles achavam que eu ia brigar pela presidência. Mas eu achei que para ser uma sociedade respeitada tinha que ter grandes nomes da comunidade científica. Colocamos o Prof. Mathias como presidente, trouxemos três vice-presidentes de peso: Carlos Chagas Filho, lá do Rio, o Francisco Iglésias, lá de Minas, e o Milton Vargas, aqui da Escola Politécnica. E eu trabalhei mais como secretário [risos], carregando o piano. Nós ficamos durante três gestões. Foi um período muito gostoso, muito produtivo, em que as pessoas trabalhavam muito, sem muitas reivindicações. Só que quando começa a ser reconhecida, começam a aparecer pessoas ambiciosas que querem... Acho isso até muito bom, contanto que seja feito de uma forma ética, pensando realmente nos objetivos da sociedade. Quer dizer, o fato de ter pessoas que não têm as mesmas idéias é muito bom, do ponto de vista mais amplo. E o fato de ter grupos interessados na sociedade significa que a nossa área tinha o suficiente para ter pessoas interessadas e, ao mesmo tempo, alguma coisa que as pessoas achavam que valesse a pena dirigir. Então eu até fiquei muito contente, apesar de que as pessoas não pensaram assim, de ter havido uma mudança na diretoria. O nosso grupo então perdeu... Você vê que, na verdade, nós não perdemos na eleição, perdemos no ‘tapetão’, mas isso não tem importância! [Risos] Nem acho que vale a pena falar sobre isso. A verdade é que minha tese sempre foi essa: de que tem que ter alternância de poder. Se não tiver alternância de poder, a coisa fica estagnada, de um lado, e de outro lado começa a ter os donos da área, o que é muito

ruim para o desenvolvimento e para o progresso da área. A minha única tristeza e crítica em relação à Sociedade Brasileira de História da Ciência, que aparentemente está retomando algumas linhas que nós colocamos, é que eles perderam essa visão de institucionalização e fortalecimento da área, pela qual nós tínhamos lutado. Certamente, para o Prof. Mathias não tinha nenhuma importância ser presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência, se ele era presidente de honra da SBPC. O Prof. Milton Vargas era presidente da Associação Internacional de Mecânica dos Solos, então, para ele... O Carlos Chagas Filho nem precisamos falar, o Francisco Iglésias. Eles colaboraram, realmente vieram para ajudar. Então, a minha tristeza e a minha crítica em relação à história da Sociedade foram que as pessoas individualizaram demais e instrumentalizaram a Sociedade para os seus grupos e a Sociedade perdeu aquele elenco. E também, vamos ser muito francos aqui, posso ser contestado, mas aí podemos discutir... Acho que a Sociedade Brasileira de História da Ciência perdeu aquele status que ela tinha nos seus primeiros anos. Nos primeiros anos, apesar de uma série de dificuldades que nós tivemos, até conseguimos fazer um Programa Nacional de História da Ciência e Tecnologia dentro do CNPq, que infelizmente se perdeu depois que nós saímos.

Não há financiamento, não há linhas de financiamento?

É. Era um programa só dirigido para a área de ciência e tecnologia, e que tinha uma verba razoável dentro das condições do CNPq. Então não digo mágoa, mas é uma tristeza que eu tenho, uma vez que... Eu fico contente em ver que a Sociedade continua viva ainda, mas fico triste em saber que essa questão da institucionalização, depois de quase trinta anos de existência, não foi para frente. É uma coisa lamentável. Tem professor historiador de Ciência? Não tem. A história da ciência oficialmente tem aulas no 2º grau? Não tem. Tem algum programa específico sobre isso? Não tem. Ou seja,...

As universidades não adotaram, não existe formação de gente, não existe carreira, não existe...

Formação até que tem e principalmente nesse sentido... Embora seja mais na área de ciências da saúde, então um pouco mais dirigido. Por exemplo, o que a Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz – está fazendo é uma

coisa muito importante, como também o Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan. Acho isso um grande avanço. Mas a sociedade não tem nada a ver com isso. Outro momento foi justamente a formação desse Centro, o Centro da História da Ciência, em 88.

É um centro chamado de Interunidade.

É Centro Interunidade de História da Ciência, que vai mudar rapidamente agora, esperamos que ainda na gestão do nosso atual reitor, o Prof. Grandino Rodas. Então tudo vem mais ou menos dessa idéia que a gente tem da institucionalização e da ampliação da área. Nós tínhamos trabalhado... Como disse, eu sempre tive grupos ligados a mim, e sempre são grupos de 15 a 20 pessoas, das quais 5 ou 6 são pessoas já de idade, bem conhecidas, que estão porque gostam, mas a maior parte são pessoas jovens. Nós falhamos e eu, principalmente no sentido de não conseguir criar mais vagas para aumentar o grupo aqui. É verdade que hoje o grupo tem mais três pessoas, duas das quais fizeram doutorado comigo e uma delas da Profa. Maria Amélia. Então são pessoas relativamente bem formadas, vamos dizer assim. Mas é muito pouco para aquilo que nós estamos querendo. E por que nós pensamos no Centro Interunidade? Na verdade inicialmente nós tínhamos pensado Instituto de História da Ciência e da Tecnologia... Mas nós sempre trabalhamos como núcleo, e esse núcleo na verdade teve muita repercussão porque nós fizemos parte daquele Projeto de Formação de Pessoas para Institutos de Política de Ciência e Tecnologia da UNESCO, que foi implementado aqui através do CNPq. Nosso núcleo foi escolhido como um dos cinco ou seis, agora não me recordo exatamente o número de grupos que fariam parte desse Projeto e nós recebemos não um financiamento muito grande, mas um bom financiamento para nossas atividades. E, em termos de pesquisa, tivemos um bom retorno, um bom investimento financeiro para fazer as coisas. Nós pensamos que tinha chegado o momento de ter um instituto de história da ciência e tecnologia. Fomos falar com o Prof. Goldenberg, que era o Reitor na época, e ele nos acolheu muito bem, primeiro porque era o Prof. Mathias, segundo porque o Secretário de Planejamento... Bom, eu não vou falar! [Risos] Fique talvez embaraçoso para o Prof. Goldenberg. Mas ele nos acolheu bem: “Vamos fazer.” E ele tinha interesse sobre história da ciência, naquela época ainda sobre história da física, embora eu estivesse já

trabalhando na área, vamos dizer assim, ambiental. Ele falou: “Então vamos fazer”. Só que olhando a estrutura da época, antiga ainda, fazer um instituto só de pesquisa, e talvez até de pós-graduação, mas sem graduação não era possível, não tinha um instituto... Tinha o Instituto de Estudos Brasileiros, tinha o instituto IEA – Instituto de Estudos Avançados – que tinha o nome de Instituto, mas não era bem um Instituto e eles eram também uma espécie de centro Interunidades. A Assessoria Administrativa falou: “Tem essa estrutura”. É isso que nós queríamos e fizemos. Mas, curiosamente, eu não sei se é sorte ou azar, sempre acontecem coisas inesperadas nesse processo. Então nós fomos criados em 88. Em 89 mudou o estatuto da USP e nós ficamos numa situação muito complicada, porque como Centro Interunidade a gente tinha uma verba própria, tinha uma estrutura burocrática etc... Mas a gestão que estava entrando na reitoria estava querendo implementar núcleos de pesquisa, que era uma estrutura mais flexível, mas também menos estruturada dentro da Universidade. A gente já tinha trabalhado assim e não estávamos interessados. Nós brigamos e conseguimos fazer com que o Centro Interunidade, no nosso caso, fosse mantido como um dispositivo transitório do estatuto. Foi uma grande vitória, num certo sentido, porque também não tinha cabimento fazer o que o IEB, que é o Instituto de Estudos Brasileiros, fez, porque existia uma história. A gente, como Centro, não tinha história nenhuma, tinha acabado de ser criado. Nós conseguimos sobreviver, mas surgiu o problema financeiro. A reitoria dizia: “Olha...” Porque a condição para que o Centro sobrevivesse era ter uma manifestação das congregações das unidades que faziam parte do Centro dizendo que queria manter. E as unidades fizeram, mas acho que eles fizeram pensando que a estrutura seria a mesma e a reitoria continuava dando as verbas necessárias – a USP, não a reitoria. E a reitoria entendeu ao contrário: já que as unidades estavam interessadas, cada uma desse uma parte. [Risos] O Centro sobreviveu. Mas as unidades sempre estão com pouco dinheiro... Recursos restritos, não é? A única forma que a gente conseguiu, foi pendurar na reitoria. A reitoria, evidentemente, nos apoiou nas verbas burocráticas, etc... E eu não tenho nenhuma queixa com relação a isso, mas para expandir e para fazer um edifício próprio, para fazer com que houvesse mais pessoas trabalhando, e como um Centro precisaria ter não só pesquisadores, precisaríamos ter restauradores, arquivistas, bibliotecários, etc. Isso a reitoria não queria dar. Na verdade não era só a reitoria, estava mais pendurado

no gabinete. Então nós vivemos praticamente esses 20 anos à custa do gabinete, da reitoria, e eu não posso me queixar. Tudo o que nós pedimos, nós conseguimos, mas não com facilidade, não é? O importante, que era ter essa estrutura, nós não conseguimos e também a expansão nós não conseguimos. Existe uma razão relativamente simples para que isso acontecesse. Fazer política universitária é uma coisa que exige tempo integral. Não adianta a gente dizer que pode fazer, sendo pesquisador de um lado e político universitário do outro. Pode até ser, mas é difícil e nem sempre os resultados são muito bons. E eu tinha optado, desde a época de estudante, que eu ia ser pesquisador. Eu gosto de ser pesquisador, eu gosto de conhecer. É isso que eu quero. Porque também, até por uma questão assim, vamos dizer, acidental, mas eu tenho uma certa facilidade para organizar as coisas. Então desde que eu era aluno, principalmente em função do movimento estudantil que estava lá, eu organizei muita coisa. E também aqui no CRUSP eu ocupei posições da diretoria. Só que isso também consumia muito tempo e os meus amigos estudantes de física falavam: “Você quer ser administrador e político ou você quer ser pesquisador?” Eu pensei bastante e acabei falando: “Então vou largar essa parte”. Evidentemente, o movimento estudantil não era uma coisa que eu podia largar, mas as outras coisas eu larguei e nunca mais eu quis me intrometer na parte administrativa, na parte política. Isso fez com que o Centro pudesse fazer uma série de trabalhos. Eu acho que nós podemos nos orgulhar dos resultados, pelo menos pelas demandas que surgem... Acho que nós não fomos tão mal sucedidos. Do ponto de vista da expansão do Centro ou da transformação do Centro numa coisa um pouco mais ampla, de um instituto especializado, isso sempre deu alguns problemas exatamente por falta de tempo, no meu caso, embora tenham coisas muito curiosas também. Uns seis anos atrás, eu tinha todas as condições para transformar esse Centro num instituto. Isso por uma razão muito simples: muitos dos meus amigos, pela sua idade, pela sua atuação política e mesmo científica estavam na direção de várias unidades. Ou seja, eu tinha uns 70% de votos lá no Conselho Universitário. Primeiro eu conversei com eles, todos foram muito simpáticos: “Não, se não for uma coisa que vai consumir muita verba, a gente topa, não tem problema nenhum”. Eu vim aqui no nosso conselho aqui do Centro e a reação foi muito curiosa: “Nós não queremos”. E a argumentação foi até muito entendível: “Olha nós estamos aqui trabalhando muito bem...”, e realmente em termos de pesquisa,

de realização de eventos, estava correndo tudo *a mil maravilhas*. E mais do que isso, o que era importante é que a gente se dava bem. Formou-se um grupo de uma dúzia de pessoas, mais ou menos, não dos pesquisadores, mas de pessoas que faziam parte do conselho, e falaram assim: “Olha, se você transformar isso numa coisa grande, vão surgir aventureiros que vão querer e aí toda essa unidade, esse ambiente vai se quebrar”. Bom, eu não fiquei muito satisfeito com isso. Eu tinha tido um trabalho enorme de conversar com uma série de pessoas, não só com os diretores, mas com os representantes das congregações e também com os pró-reitores. Mas eu era apenas um executivo, tinha que executar o que o conselho deliberativo então definia e deixei de lado.

Isso há seis anos, você diz?

Isso seis a oito anos atrás. Talvez um pouco mais. É no período do Professor Adolpho José Melfi, que foi Reitor da Universidade de São Paulo de 2001 até 2005. Depois nós tivemos a Professora Sueli Vilela Sampaio, [reitora de 2005 até 2009] e estamos agora... É, há 6, 7 anos. Depois, há uns 3 anos, o próprio conselho achou que era melhor, mas aí as coisas não andaram como a gente gostaria. Agora eu tenho a impressão de que nós estamos conseguindo adquirir novamente uma possibilidade bastante real de transformarmos num instituto especializado. Isso primeiro porque dessa vez estamos tendo apoio do reitor e, evidentemente, dentro da Universidade apoio do reitor é fundamental. Não é 100%, mas é fundamental. E a gente encontrou algumas formas de tentar adequar. Quer dizer, não é criar um novo instituto, mas verificar o que é que tem que ser mudado no nosso estatuto para poder se transformar nisso. Eu estou muito animado. E nós temos hoje um conselho muito mais jovem do que nós tínhamos e que está muito interessado no desenvolvimento da área. Então eu acho que dessa vez nós vamos conseguir.

Shozo, você já traçou mais ou menos uma retrospectiva da área. Eu fiz recentemente um rápido levantamento, para distribuição da nossa revista, dos centros que estudam história da ciência no Brasil. Os núcleos do CNPq, que tem esse grupo chamado de História da Ciência, ou algo ligado à área. Claro que há uma concentração nessa região Sudeste. Como é que você vê a progressão dessa área? Essa área é uma área multiprofissional.

Não é uma área que depende só de historiadores, mas é uma área que envolve vários profissionais. Como é que o crescimento desses núcleos e dessas iniciativas dá uma outra conformação para essa área? Você falou da Sociedade Brasileira de História da Ciência. A Sociedade vem caminhando. Você falou de projetos da área da saúde, como Manguinhos, por exemplo. Mas do ponto de vista das universidades públicas, como é que é esse processo? Você tem algum contato? Há alguma possibilidade de influenciar? Como você vê este cenário?

Na verdade eu fico muito contente em ver que essa área cresceu. Já vendo 40 anos atrás, a gente cavando muito rapidamente, não pensa que é, mas a gente fica... Hoje o panorama é muito alentador. É um panorama muito interessante, e muito interessante de diversas maneiras. Primeiro por que tem historiadores que já estão muito interessados nisso, tem pessoas formadas em história que se especializaram na área da ciência e tecnologia. Eu tenho duas outras pessoas que fizeram doutorado comigo, que continuam trabalhando, formados em história aqui e foram meus alunos na graduação... e eu vejo que o interesse aumentou muito. Até agora eu poderia dizer que muitos dos que eram conhecidos como historiadores de ciência ou tecnologia, eram pessoas que não tinham uma formação profissional da área. Quer dizer, eram pessoas que não fizeram o curso de história ou de história da ciência. Eram pessoas que, trabalhando em cada uma das suas áreas, começaram a se interessar pelo assunto, são autodidatas em geral, ou então foram fazer alguns cursos no exterior. Eu acho que o panorama hoje é muito promissor, nesse sentido. Mas eu, pessoalmente, acho que já dei a minha contribuição do ponto de vista mais amplo, institucional. Eu perdi... perdi não, ganhei, mas de certa forma investi muito tempo nessa parte institucional e muitos dos meus projetos individuais ficaram esperando o tempo propício. Evidentemente eu não me arrependo nem um pouco disso porque, por mais que os meus críticos possam me criticar, duas coisas eles não podem me tirar. Fui eu quem começou essa área, não adianta querer dizer que não foi. Em segundo lugar, eu fundei a Sociedade. E, terceiro, evidentemente com a ajuda de muitas pessoas, nós conseguimos expandir a área. Isso me prejudicou um pouco, inclusive a minha carreira. Eu virei Livre-Docente com 36 anos e me tornei Professor Adjunto, no sistema antigo, com 40 anos. Eu poderia ter sido com 42 ou 43, Professor Titular e eu fui Professor Titular com 49,

porque eu não me engajei, vamos dizer assim, nessa política individual de tentar conseguir isso. Mas também é muito curioso quando eu vejo como às vezes a gente está ao sabor das coisas acidentais, num certo sentido, mas que está dentro de um determinado curso, porque eu virei Titular não porque eu reivindiquei, foi porque o Departamento, quando ganhou dois cargos de Professor Titular, disse que um deles ia ser de História da Ciência. Eu não fiz nenhuma reivindicação, foi coisa decidida pelo Conselho do Departamento. Então eu, pessoalmente, não posso reclamar nada do Departamento. Eu reclamo do ponto de vista institucional, mas pessoalmente não tenho o que reclamar. Não significa que eu não tenha crítica dentro do Departamento. Como todo o Departamento sempre me apoiou, eu não tenho nenhuma queixa nesse sentido. Mas eu, então, num certo sentido... Porque eu sempre pensei de uma forma um pouco mais ampla, do ponto de vista institucional, e me prejudiquei individualmente. Então eu acho que agora chegou o momento... Quer dizer, o fato de eu ter sido um jovem ambicioso não morreu ainda. Agora eu virei um velho ambicioso [risos] nesse contexto. Tem alguns trabalhos que eu tenho que levar à diante. Por exemplo, eu fiz uma Livre Docência que, modéstia a parte, acho que é muito original e que tem um modelo novo de analisar as questões, que é um modelo sobre desenvolvimento científico e tecnológico que pode ser utilizado como método até para fazer história da ciência. Mas eu nunca pude aperfeiçoar e desenvolver o modelo porque não dava tempo, e eu quero ver se eu faço.

Essa é uma linha que o senhor está retomando. Sai um pouco das amarras institucionais e está começando a desenvolver.

É.

A sua tese é sobre isso, não é? Você tem inclusive até um artigo que li sobre isso. O modelo...

Aquele artigo é na verdade, a introdução da minha Livre Docência. Eu tenho bastante orgulho disso, mas acho que não fiz propaganda desse modelo, não trabalhei nele, embora tenha sempre usado. E acho que, até por uma questão de ambição intelectual, eu gostaria de fazer um trabalho um pouco mais aprofundado, etc. Por outro lado, como disse, essa questão do desenvolvimento, ou seja, de sociedade subdesenvolvida, mas

também o desenvolvimento das sociedades humanas como um todo, porque só crescimento econômico para mim não significa desenvolvimento é um assunto muito importante, que tem várias pessoas interessadas e que eu gostaria de aprofundar, mas tudo isso demanda tempo. E tem muitas pessoas hoje capacitadas, com muito mais tino político que podem levar avante todas essas questões mais amplas da política institucional da área. Então eu estou deixando para eles. [Risos]

Hoje o país está vivendo realmente várias inflexões. Uma delas é essa questão do desenvolvimento, quer dizer, da gente ter uma outra perspectiva para a reflexão sobre desenvolvimento, e aí realmente está sendo colocada a questão mais opinativa. Como é que você vê a organização da área de ciência e tecnologia nos diferentes momentos? Você fez trabalho sobre o CNPq, você discutiu política de ciência e tecnologia. O seu livro *Prelúdio* é um livro muito citado e é um livro que realmente organiza um pouco o pensamento das políticas de ciência e tecnologia. Como é que você sente hoje a política de ciência e tecnologia? Você acha que está bem orientada? Como é que isso está refletindo na questão do Brasil hoje?

É, eu acho que nós temos um avanço muito grande e eu me lembro a época que eu era estudante que essa posição de desenvolvimento era muito discutida. Aliás, o Brasil foi muito discutido nos anos 50 e 60, tinham pessoas e trabalhos muito interessantes e, depois, dos 70 em diante, teve uma queda não inteiramente, mas uma queda bastante grande. Até por uma questão de repressão militar, etc., que não deixava que as pessoas realmente pudessem trabalhar mais livremente. Mas eu fui uma pessoa muito influenciada por esse ambiente. Depois eu senti essa queda muito grande e vejo hoje renascendo esse tipo de idéias e pensamentos, que eu acho muito importante, embora a gente não tenha ainda grandes pensamentos e idéias adaptadas ao nosso novo tempo, que é o tempo de globalização, bem ou mal a gente está vivendo isso, e que tem características muito diferentes de 50 e 60. Tanto é que o Brasil já é quase uma grande potência. Pelo menos parece. [Risos] Não tenho certeza, mas espero que seja. Mas a situação hoje, para um cientista social, é uma coisa fantástica porque tem então toda uma possibilidade que está se abrindo de horizontes novos, de assuntos novos, etc., que tem que ser discutidos muito seriamente. O que eu vejo como um grande avanço no Brasil é que hoje política científica e

tecnológica é quase levada a sério, porque antigamente, fora os cientistas mesmos, não tenho certeza se os nossos políticos e a nossa própria sociedade dava tanta importância à política científica e tecnológica. Hoje se dá. E os cientistas também... Se de um lado se perdeu aquela aura de gênio e de pessoas que não estão engajadas com determinado grupo social, eles, no entanto, são considerados como pessoas confiáveis. Tanto é que até a propaganda hoje, para vender um produto nem sempre confiável, usa a imagem da ciência e do cientista. Eu acho que o Brasil, nesse sentido, está indo bem. Não digo que a política científica e tecnológica no Brasil esteja realmente num bom patamar, mas a direção me parece boa, embora existam algumas questões bastante complicadas nesse processo. Porque hoje, por exemplo, se fala ciência, tecnologia e inovação. Inovação é uma coisa importante, sem dúvida nenhuma, mas se a gente só pensar na inovação, eu acho que não vamos ter realmente um avanço, principalmente do ponto de vista social. Quer dizer, o que é inovação e por que você fala na inovação? Porque isso seria para criar riqueza. Mas criar riqueza e continuar com todas essas desigualdades... Acho que não é necessário, não é? O Bill Gates tem tanto dinheiro que ele já está doando para algumas... E está convencendo os ricos a doarem para entidades filantrópicas. É uma coisa boa, mas a gente sabe que não vai atingir todo esse número enorme de famintos e famigerados que existem no mundo todo. Eu tenho a impressão que [a inovação] está sendo ‘pegada’ de uma forma um pouco restrita demais. Mas, comparado com o passado, não há dúvidas. Nós estamos...

Essa questão da inovação você vê como um aspecto importante, mas você está vendo que está se dando muita ênfase nessa questão, e que aí está ligada muito mais a aspectos econômicos...

É. Na verdade, até se esquece um pouco o que é ciência, a ciência da cultura. Não é apenas a... É a forma de fazer as coisas, de ver o mundo. É uma coisa... E isso não é muito... O que interessa é o resultado. É verdade. E, veja, isso faz com que, primeiro, os que estão agora fazendo, estão em alguns órgãos da administração científica e tecnológica e são pessoas que, num certo sentido, estão se profissionalizando, no bom sentido. Não porque fez um curso depois, mas... Então eu tomo como exemplo o Prof. Brito Cruz, atual Diretor Científico da FAPESP, que é um bom físico e foi uma das pessoas que mais fez propaganda da questão da inovação, da necessidade de transformar

conhecimento em riqueza. Mas hoje eu vejo que ele está também... Eu falo: “Não, tudo bem. Isso é importante, mas também precisamos pensar na ciência básica, na ciência fundamental, porque a origem de tudo está aí”.

De um lado nós temos o Brito Cruz, e tem então todo um grupo de assessores da área científica, etc., e o próprio Ministro de Ciência e Tecnologia é um físico, não é? Pode ser que um médico, um biólogo, um historiador, diga que tenha um imperialismo dos físicos [risos], o que, aliás, muita gente fala brincando. Por exemplo, na FAPESP, muitas vezes, embora isso não seja verdade... Se lembrar quem foram os diretores científicos, a gente vai ver que não tiveram tantos físicos. Primeiro foi o Professor Warwick Estevam Kerr, que é um biólogo, depois veio um pessoal lá de Botucatu, que é o Prof. Willian Saad Hossne, que é médico, depois veio o Alberto Carvalho da Silva, que é médico. Aí veio o Prof. Oscar Sala, que é físico e que posteriormente foi substituído novamente pelo Prof. Willian Saad Hossne, que é médico. Então a gente está vendo que não é bem assim. Mas, aparentemente, as pessoas...

A ciência está com a física. A física é a ciência.

[Risos]

E política também.

Mas, do ponto de vista... Comparativamente, eu acho que a política científica e tecnológica está bem. As Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia são um bom exemplo para fazer uma amarração das coisas existentes e pensar as políticas futuras. Então eu vejo com muita alegria nesse sentido. Mas, por outro lado, como vocês vêm, eu não sou muito otimista, nem muito pessimista, mas bastante contestador, eu vejo alguns problemas em relação à política científica e tecnológica e até nessa brincadeira de físicos acho que aparece isso. Sou da opinião daqueles que dizem que a ciência se tornou uma coisa tão importante que não pode ficar só com os cientistas, eu acho que tem que ser uma coisa da sociedade e que essa política que nós estamos pensando para a política científica e tecnológica é uma coisa que até agora era até justificável. Na medida em que nós estávamos por baixo, tínhamos que lutar para ser reconhecido. Mas agora que estamos, em tese, reconhecidos, é preciso que essa política realmente seja uma política para a sociedade, não seja apenas uma política para a comunidade científica. Nesse sentido eu acho

que nós temos que pensar e não sei se é um passo grande um passo a mais, um salto a mais em questão da política científica e tecnológica, o que não é muito fácil. Se a educação científica fosse uma coisa muito eficiente, para toda a sociedade, as pessoas da sociedade poderiam falar com muita propriedade sobre a ciência ou sobre tecnologia. Mas, como essa educação não é muito boa, a visão que a maioria das pessoas tem é distorcida, ou para o lado muito bom, ou para o lado muito ruim. Como é que vai fazer uma política científica salutar, boa, nesse ambiente? Mas isso é um desafio muito bom, muito interessante que a gente tem que enfrentar. Outra coisa é que eu vejo um pouco... Até quase uma volta ao 'escolasticismo', naquilo que tem de bom e naquilo que tem de ruim, ou seja, a gente está muito fechado, vamos dizer assim, para as idéias novas, para as inovações, não só as tecnológicas, mas no sentido de pensamento, porque tudo isso é monitorado pela comunidade científica e a comunidade científica, em geral, é conservadora, o que é bom, eu não sou contra isso. Eu acho que não é qualquer idéia, não é qualquer aventura que a gente pode se lançar, mas sempre tem idéias muito interessantes que as pessoas da época, por mais inteligentes que sejam não conseguem ver. Tem muitos exemplos na história da ciência. Tem o caso do Marx, só para citar, para não entrar nas outras áreas, que poderia ser muito mais polêmico, dependendo a que grupo ou facção você pertença. Mas se o Marx tivesse submetido o projeto para a FAPESP seria certamente negado. [Risos] Tem, por exemplo, um caso de um grande algebrista dinamarquês do século XIX, que morreu muito cedo com 27 anos, que tem um trabalho espetacular dentro do campo da álgebra, chamado Niels Henrik Abel, que fez o trabalho e apresentou para a academia, foi até para Paris para os grandes matemáticos franceses verem, mas ninguém deu bola para ele. Porém cem anos depois era a teoria dele que dominava. Então tem que ter o... Claro, tem que ser uma fatia pequena, mas tem que deixar uma válvula para que essas idéias revolucionárias, diferentes, possam emergir. E eu não vejo isso no sistema atual.

Tem que publicar, ter uma linha de editorial, ter uma linha de projetos da FAPESP. Tudo isso, se aquilo não estiver alinhado, não entra. É difícil passar. Isso que você estava falando, é uma política indutora, que não permite um pouco de brecha para pensamentos inovadores.

É, é exatamente isso. Falta um pouco de flexibilidade, um pouco mais de confiar nas pessoas, embora muitas vezes realmente a gente confie de-

mais e leve na cabeça, não é? [Risos] Mas, de qualquer forma, em termos de princípios isso é muito importante. Não é nenhuma crítica específica à FAPESP, mesmo porque eu não posso também ter queixa à FAPESP porque sou até muito valorizado dentro da FAPESP, mas eu vejo, em termos de princípios, algumas coisas, eu acho que independente do fato da gente estar bem, tem que ser pensadas. E para que a FAPESP realmente melhore, fique muito melhor, tem que pensar nessas coisas. Não sei, não sei. Acho que em termos de política está muito mais avançada a etapa que nós estamos vivendo. E também, em termos de estudo, vai começar realmente a ter, pelo fato de agora termos cientistas, pessoas que se formaram na pós-graduação, um *boom* de pesquisas. Evidentemente, para que isso aconteça, tem que ter um financiamento e o financiamento não precisa ser tão grande. Eu estou muito otimista nesse sentido. Acho que nós temos condições realmente de fazer uma ciência e tecnologia boa. Não estou chamando de ciência e tecnologia do primeiro mundo, porque eu acho que já é ciência e tecnologia do primeiro mundo. Acho que nós podemos fazer uma ciência muito mais paradigmática, muito mais interessante, mais importante, adaptada ao tempo que nós estamos vivendo. Na verdade, como você diz, é uma opinião. É uma coisa opinativa. Mas, dentro daquilo que eu vejo e pela experiência que eu vivi durante todo esse tempo, e também pelo fato de ser historiador e não simplesmente um historiador de apenas uma determinada etapa e de um determinado assunto... É verdade que por isso mesmo eu não tenho um conhecimento tão profundo em algumas áreas. Isso me faz acreditar, porque ninguém tem o dom de prever o futuro que estamos numa fase boa para um avanço, para saltar para um estágio mais avançado.

Como é que você vê, dentro desse contexto, a possibilidade desses institutos de fora da universidade (não são universidade), serem locais de pesquisa e reflexão? Quais papéis teriam, por exemplo, institutos de pesquisa dessa área pública, dentro desse contexto da política? Isso é uma pergunta. Depois, se você puder acrescentar, que trabalho seu, do ponto de vista da sua perspectiva, te deu mais satisfação e hoje é um trabalho que você referencia. Teve algum trabalho que você falasse: “Puxa, esse trabalho realmente me deu muita satisfação”

Veja, eu acho que os institutos de pesquisa têm uma função muito importante, que não... Evidentemente se identificam com o da universi-

dade. A universidade tem um papel extremamente importante na formação de pessoas e de fazer pesquisa de todos os tipos, independente da demanda daquele momento, da demanda social que está surgindo num determinado momento, ou mesmo durante um período longo, porque é onde se pensa nas idéias, se pensa em coisas novas, se faz coisas novas. Mas, para mim, essas duas coisas, embora digam que a universidade é um tripé, a pesquisa e a docência são importantíssimas e são do mesmo nível. E eu não sou... Apesar de que nunca me dediquei tanto à parte da docência, eu diria que as duas funções são igualmente importantes. Não é a pesquisa mais importante, como até agora a universidade entendeu, porque para você galgar a carreira na universidade, você tem que ter pesquisa. Quase exclusivamente baseado na pesquisa que você vai poder chegar a Professor Titular aqui. Então eu acho que a função da universidade é bastante clara, nesse sentido. Os institutos de pesquisa têm, na verdade, objetivos mais claros. Não é uma coisa pensando só no futuro. O futuro da universidade pode ser um futuro daqui a dois anos, com a formação de pessoas, pode ser um futuro daqui a quinze anos, pode ser um futuro daqui a cem anos, porque todo aquele seu trabalho, toda aquela sua formação de pessoas é então uma coisa importante para a sociedade, tanto para o lado bom como para o lado ruim, depende de como é que é essa formação e como são essas pesquisas. Agora, os institutos de pesquisa são extremamente importantes, do meu ponto de vista, basta observar isso na própria história. O Instituto Butantan surgiu no fim do século XIX e teve toda a trajetória, que teve também seus altos e baixos, mas o papel que o Instituto teve, um papel social que o Instituto teve é um papel social completo, importante em cada momento histórico vivido. Nesse sentido, eu acho importante... Por exemplo, o Instituto Butantan ligado à saúde, ou o Oswaldo Cruz ligado à saúde, têm que enfrentar os problemas específicos daquele momento. Tinha que se debelar algumas pestes existentes no começo do século, o instituto tinha que resolver isso. À medida que o tempo vai avançando, o instituto tem que se adaptar também às necessidades da sociedade e, para isso, ele precisa fazer ciência, porque se não fizer isso ele não vai conseguir acompanhar esses problemas. Mas, socialmente, o instituto de pesquisa é tão importante quanto a universidade. E não digo mais, mesmo porque eu sou universitário! [Risos]. Os objetivos até imediatos, eu acho que nesse caso o instituto é mais importante. Tem um surto de meningite, tem um surto de H14. Como é que é? [Risos] (H1N1.) São

coisas que precisam ser resolvidas naquele momento. E o pesquisador da universidade pode até eventualmente estar trabalhando com esse assunto, mas ele não é um especialista, ou não está focado naquilo. Isso demora muito mais que um instituto de pesquisa. E também, se mandarem [o pesquisador] fazer vacina também não vai fazer. [Risos] Então, nesse sentido, os institutos são importantes. E resgatar aquele espírito inicial que tínhamos nos institutos, não apenas a visão do governo, que era muito mais pragmática, mas as pessoas que faziam parte dos institutos tirar parênteses, eu acho que é fundamental. Só que a situação hoje é muito diferente. Tem que se adaptar a essas características. Aliás, eu fiquei espantado com a posição do Prof. Isaias Raw a essa questão.

Ciência básica e ciência aplicada.

É. Ao falar que o importante no Butantan é só fazer vacina, lembrou-me do Ademar de Barros. [Risos] Ademar de Barros é entendível, não é? Ele está fazendo política, tem que falar disso. Mas o Isaias Raw? Afinal ele é um grande nome na área científica. Isso foi um grande desserviço para... Mas eu acho isso extremamente importante e acho que o instituto de pesquisa tem que ser mantido dentro desse espírito e tem que ter, por outro lado, toda essa flexibilidade de poder se adaptar ao momento. E, para isso, tem que fazer pesquisa tem que ter os seus arquivos tem que preservar sua memória, etc... Não sei se isso vai ser possível, mas parece que o Instituto Butantan está no bom caminho. Espero que o Prof. Isaias Raw não atrapalhe tanto. [Risos] E o Instituto Oswaldo Cruz também está fazendo bem isso e eu acho isso muito bom. Quanto aos trabalhos que você perguntou que eu gosto, eu vou confessar: no momento que eu estou fazendo o trabalho, eu acho que fiz o melhor trabalho do mundo. Passado cinco ou seis anos, vou reler meu trabalho, acho que é uma porcaria! [Risos] Mas eu gosto muito do trabalho que eu fiz para a FAPESP, sobre a história da política científica da FAPESP, que eu acho que consegui colocar bem o contexto, e os meus colaboradores também. Evidentemente, cada um é diferente, mas... Eu gosto muito também do *Prelúdio*, embora seja... É quase um manual. Não é um manual porque não está colocado de uma forma tão didática. Mas eu acho que é uma síntese bastante interessante de tudo aquilo que nós fizemos até agora. Do ponto de vista também das pesquisas iniciais, essa minha Livre-Docência

analisando a ciência da mecânica, século XVI e XVII, junto com o novo modelo que coloquei, é um trabalho que também me dá muita satisfação, mas que eu acho que está muito incompleto ainda. Mas é sempre assim. Eu faço o trabalho, fico muito entusiasmado, acho que isso é muito bom, a gente se engaja no trabalho. Só que é ruim porque, do outro lado, a gente não percebe os defeitos. [Risos] Mas, felizmente, eu acredito... Não estou dizendo que é, eu acredito que as virtudes sempre foram maiores dos que os defeitos. Enfim, tem vários trabalhos que eu fiz, alguns que eu não gostei muito, não tanto pelo resultado, mas pelo processo que eu vivi dentro desse contexto. Eu diria que eu não tenho nada a reclamar porque eu sempre vivi como eu quis e sempre tentei fazer o melhor que eu podia. O melhor ainda é que eu sempre achei que eu fiz. Se eu fiz mesmo, eu não sei, mas sempre achei. [Risos]

Professor, eu deixo esse final de entrevista para o senhor, caso queira fazer algum comentário. Agradeço muito. Acho que isso é uma contribuição para o nosso Caderno.

É, provavelmente já falei demais, não é?

Nós aprendemos muito aqui. Ficamos curiosos, professor, o senhor tocou na questão do avanço da política científica no Brasil, que está no caminho. Como que o senhor vê a questão de circulação de idéias do conhecimento científico nesse momento internacional, na globalização. A ciência produzida aqui no Brasil, como é que ela chega lá? Está sendo valorizada?

Essa é uma pergunta muito interessante. De fato, se a gente olhar como é que a nossa produção está sendo entendida no exterior, eu diria que ela está sendo mal entendida ou subentendida, mesmo na área de ciências exatas, mas muito mais na área de ciências humanas. Tem essa questão da língua, que é muito importante e, infelizmente, escrevendo em português, acho que só nós, o pessoal de Portugal um pouco e alguns países africanos... Então, nesse sentido, a circulação nossa é muito ruim. Mas eu acho que está melhorando também até em função desse avanço na tecnologia da informática, da tecnologia da informação e que é possível acessar. Ao mesmo tempo nós estamos vendo que, ainda que escrevendo mal, estamos usando o inglês para nos expressar. Nesse sentido, acho que vamos ser ainda muito mais conhecidos. Espero que sejamos. Mas, para

isso, temos que deixar um pouco... Infelizmente, ainda existe um pouco essa visão meio colonialista, vamos dizer assim, dos modismos, de achar sempre que as melhores idéias vem da Europa, vem dos Estados Unidos. E é importante ter confiança daquilo que nós estamos fazendo. Não se intimidar, porque nós estamos num país ainda sem uma tradição cultural muito grande. Não temos Prêmio Nobel, nem de literatura. Portugal já teve, não é? Mas isso não significa nada. Acho que se o trabalho é bom... A gente tem que ter, primeiro, confiança em si mesmo; se não tiver, não adianta. É que nem um esporte. Se você não achar que é bom, por mais qualidades que você tenha, você nunca vai vencer no esporte. Eu acho que na cultura também é assim. Eu acho que nós temos uma série de experiências interessantes, por exemplo na área da saúde, que eu acho que é uma coisa que nós temos que dar muito mais importância nas experiências que nós vivemos, embora tenha muitas críticas dos próprios historiadores em relação à política de saúde que foi adotada, etc. Mas eu acho que essa questão ainda não está muito bem analisada. Mas eu vejo com muita satisfação que, por exemplo, no Instituto Butantan e não estou dizendo isso porque vocês estão na minha frente, é uma convicção que eu tenho... E eu não tenho nenhuma relação com o pessoal do Instituto Oswaldo Cruz, nem acho que a maior parte do trabalho deles seja tão boa assim, mas acho que eles estão fazendo um trabalho muito interessante. Vocês também estão começando um trabalho importante que, evidentemente, vai depender muito do esforço, acho que vocês estão fazendo coisas muito interessantes. Só o fato de publicarem essa revista, e de uma forma periódica, é uma grande vitória num país como o nosso. E eu espero que daqui a dez anos eu não precise falar um país como o “nosso”. Mas, realmente, essa questão da circulação de idéias é um problema muito sério que a gente tem que pensar, porque não é apenas uma questão de língua, é uma questão de poder. E se você achar que o país que está lá em cima vai nos ajudar, não vai! Porque eles querem manter, evidentemente, o domínio. Mas é uma coisa extremamente importante. Por isso que eu digo: “Mesmo um país como o Japão, que tem uma historiografia muito rica, a maioria das pessoas do ocidente não conhece”. Nós, aqui na História, nem temos uma disciplina chamada História do Japão, não é? Então eu acho que isso é uma coisa extremamente importante que nós temos que pensar. Eu, por exemplo, gostaria muito de conhecer a história da Hungria. Mas onde eu vou conhecer? Hoje, com a internet, alguma coisa eu consigo. E

a Polônia? Têm tantos poloneses aqui no Brasil, até muito bem sucedido, de vários pontos de vista, inclusive acadêmico. E o que nós conhecemos da história da Polônia, a não ser o nosso grande amigo que foi líder sindical? Então, realmente, essa questão das idéias... Tem tantas idéias boas, trabalho interessante, em todas as áreas, desde as áreas dita das ciências duras, até as humanidades e nós temos muitas que, no entanto, estão desconhecidas, justamente porque falta essa... Mas a internet, de uma certa forma, democratizou isso, ainda que de uma forma superficial, mas acho que estamos mudando. Estamos mudando e espero que daqui a dez anos, eu esteja vivo e se vocês estiverem interessados num outro depoimento, talvez a gente tenha uma visão...

Melhor ?

Não. Eu já tenho uma visão bastante otimista. Aliás, até bem otimista. Vendo o Brasil que eu vi há 40, 50 anos atrás e hoje, eu acredito realmente numa mudança nos próximos 10 a 20 anos bastante marcantes. Isso se não houver, vamos dizer assim, um “estouro”, o fim do mundo, porque dentro da capacidade tecnológica que a gente tem isso não é nenhuma alternativa... De ficção científica. E vendo como os homens são muito ambiciosos, etc., e a forma como muitas vezes eles trabalham... Estou deixando as mulheres de fora! [Risos] Embora não deva deixar. Mas eu fico também preocupado nesse sentido, de ver a violência no Oriente Médio, numa parte da Ásia, e mesmo aqui na América Latina, o narcotráfico e a força que as máfias têm em toda a parte do mundo, etc... Isso já é um problema, e se a gente não resolver logo, vai se tornar uma coisa terrível. Mas eu acho que, se nós conseguirmos fazer uma sociedade desenvolvida capaz de se sustentar, e que não tenha muita miséria, eu acho que essas coisas serão superadas. E tem que se combater sempre os extremos, porque os fundamentalismos são sempre perigosos. Mas eu realmente estou torcendo para que o grupo de vocês consiga não só se manter, como evoluir e se tornar uma coisa importante não só para o Butantan, mas para toda a nossa sociedade.

Muito obrigado professor Shozo... A conversa foi muito agradável e produtiva.

Resenha

História e Teoria Social, de Peter Burke

History and Social Theory, (2002) from Peter Burke

Olga Sofia Faberge Alves¹

Peter Burke é professor de história da cultura na Universidade de Cambridge e membro do Emmanuel College, da mesma universidade. Publicou vários livros, muitos deles traduzidos para o português como *A fabricação do rei* (1994), *Uma história social do conhecimento* (2003) e *Uma história social da mídia*, com Asa Briggs (2004). Dedicou a maior parte de suas pesquisas ao estudo da História Social e Cultural da Europa dos séculos XVI e XVII.

História e Teoria Social surgiu das aulas que o autor ministrou no curso sobre “Estrutura social e mudança social” na Universidade de Sussex a partir da década de 1960. A primeira versão do livro saiu em 1980 com o título *Sociologia e História*. Reformulado e ampliado na década de 1990, *História e Teoria Social* (termo que considera mais adequado e amplo que Ciências Sociais) tem por mote responder a duas questões: “Qual é a utilidade da teoria social para os historiadores e qual a utilidade da história para os teóricos sociais?” (p.11). Dividido em cinco capítulos: “Teóricos e Historiadores”, “Modelos e Métodos”, “Conceitos Centrais”, “Questões Centrais” e “Teoria Social e Mudança Social”, o livro se baseou numa ampla bibliografia, com mais de 600 títulos e busca o diálogo entre História e Teoria Social, termo que engloba além das Ciências Sociais a Economia, a Psicologia e a Geografia, entre outros.

No primeiro capítulo, Burke trata do uso da teoria por historiadores e teóricos sociais, do surgimento da história social e da convergência da teoria com a história. O autor diz que para os historiadores, teoria pode ser vista como um arcabouço abrangente ou um meio de oferecer soluções

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História – FFLCH – USP, orientada da Profª Dra Maria Amélia Mascarenhas Dantes. É PqC 1 do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan.

a um problema específico e que os historiadores marxistas discutem questões teóricas com entusiasmo, mas outros historiadores demonstram uma forte resistência à teoria. No entanto há dois conceitos que têm sido utilizados com frequência por teóricos sociais e que foram lançados por historiadores. São eles: *economia moral*, criado por E. Thompson em 1971 e *invenção da tradição* de Hobsbawm e Ranger (1983).

O autor afirma que no século XVIII não havia controvérsias entre os dois tipos de profissionais porque a sociologia não existia como disciplina independente. Teóricos sociais discutiam a “sociedade civil” de forma sistemática, de maneira semelhante à qual Platão e Locke debateram o Estado.

No final do XIX, momento de configuração dos estados nacionais, a historiografia se concentrava no estudo do Estado, que instrumentalizava os governos europeus que passaram a considerar a história como um meio de promover a unidade nacional, uma vez que o ensino da história pátria incentivava a integração política. No entanto houve algumas “revoluções históricas” ou nos métodos e maneiras de narrar a história. A primeira revolução ocorreu na mudança radical das fontes e dos métodos: uso de registros oficiais do governo no lugar de “crônicas”. Os historiadores começam a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboram uma série de técnicas para avaliar a confiabilidade dos documentos – por isso, para eles, essa história era mais objetiva e mais científica. O século XIX foi o momento da profissionalização da disciplina. Neste contexto a história política passa a ser considerada mais real ou mais séria do que o estudo da sociedade ou cultura, por ser baseada em documentos.

Burke nota uma aproximação seguida de distanciamento e nova aproximação dos cientistas sociais em relação à história ao longo das gerações. Lembra que os três sociólogos mais famosos do século XIX – Pareto, Durkheim e Weber – eram versados em história, mas que a geração seguinte de teóricos “se afastou do passado”. Malinowski insistia que o trabalho de campo era o método antropológico por excelência – o convívio com os “nativos” e não a leitura de relatos passava a ser o modo legítimo de pesquisar e produzir conhecimento. Esses cientistas sociais geravam seus próprios dados e tratavam o passado como irrelevante para a compreensão da sociedade.

O autor dá como exemplo raro de trabalho híbrido – “trabalho seminal de história com base em documentos originais e um marco em teoria social e política” – o livro *O antigo regime e a revolução* (1856) de Aléxis de Tocqueville.

No capítulo dois, o autor se dedica ao que chama de “quatro abordagens genéricas comuns a várias disciplinas, mas altamente polêmicas em algumas delas” (p.39). São elas: a comparação, o uso de modelos, os métodos quantitativos e o emprego do ‘microscópio social’.

Começa a explanação do método comparativo com a declaração de Durkheim para quem a sociologia comparativa não é um ramo da sociologia, é a própria sociologia. As comparações podem ser entre sociedades que tem a mesma estrutura e sociedades basicamente diferentes. Na comparação, um dilema que sempre aparece é o de comparar o que com o que. Ao longo da história, os objetos eleitos para comparação foram diversos: os funcionalistas buscavam os ‘equivalentes funcionais’; os culturalistas ‘características culturais’ específicas e assim por diante.

Outro método caro aos sociólogos é emprego de ‘modelos e tipos’. Burke lembra que Weber utiliza o termo ‘tipos ideais’ para o que a maioria dos sociólogos chama de modelo, o que o autor considera apropriado – considerar os termos como sinônimos, uma vez que *typos* é o termo grego para molde ou modelo. Ambos seriam usados como “construção intelectual simplificadora da realidade para salientar o recorrente, o geral e o típico, apresentados na forma de conjuntos de características ou atributos” (p.47). Dois ‘modelos’ contrastantes de sociedade seriam a ‘consensual’ e a ‘conflituosa’ embora todas tenham tanto conflitos quanto solidariedade, predominando um dos ‘tipos’. Burke constata que mesmo defendendo a busca do específico, os historiadores não conseguem fugir de alguns ‘modelos’ explicativos generalizantes como ‘capitalismo’, ‘feudalismo’, ‘sistema’ e ‘revolução’.

Quanto aos ‘métodos quantitativos’, Burke diz que têm uma ‘longa história’ – “a utilização de censos remonta a Roma antiga” (p.53) – e as análises de grupos grandes de pessoas tendem a recorrer à estatística ou à amostragem quando se tem mais dados do que é possível processar. Nota que a história econômica seria impossível sem a utilização de métodos quantitativos. O dilema deste método é: como trabalhar com dados ‘indisputáveis’ (mensuráveis) e dados ‘indiciários’; como passar de dados indisputáveis para indiciários e, “encontrar fatos indisputáveis que possam ser utilizados como bons índices dos fatos indiciáveis” (apud Wootton, 1959, Burke, 2002, p.56).

O que o autor chama de método do “microscópio social” equivale à pesquisa etnográfica da antropologia e à micro-história no caso da his-

toriografia, onde um exemplo ou uma biografia é usada para representar um grupo mais amplo.

O terceiro capítulo, o mais extenso e didático do livro, trata de “conceitos centrais” e úteis para os historiadores. Ironicamente o autor diz que o capítulo traz “um kit básico de ferramentas adequadas a algumas das ‘falhas’ mais comuns ocorridas durante uma análise histórica” (p.69), não sem lembrar a importância de se conhecer o sentido e o contexto originais dos conceitos, uma vez que “não são ferramentas neutras”. Burke consegue circular com maestria entre teóricos e conceitos tão diversos quanto: ‘papel social’, ‘sexo e gênero’, ‘família e parentesco’, ‘comunidade e identidade’, ‘classe’, ‘status’, ‘mobilidade social’, ‘consumo conspícuo e capital simbólico’, ‘reciprocidade’, ‘apadrinhamento e corrupção’, ‘poder’, ‘centro e periferia’, ‘movimentos sociais’; cunhados e utilizados por Marx, Weber, Malinowski, Mauss, Karl Polanyi, Boas e Bourdieu, entre outros.

O quarto capítulo trata de “questões centrais” relacionadas às maneiras como diferentes disciplinas vêem o equilíbrio social (relação natureza-cultura), o papel da ação humana na sociedade, as diversas concepções de cultura e como tratam os ‘fatos’ sobre sociedades do presente ou do passado. Divide o capítulo em cinco subitens: ‘função’, ‘estrutura’, ‘Psicologia’, ‘cultura’ e ‘fato e ficção’.

Para abordar o conceito “função”, lembra que embora muito criticado atualmente, o funcionalismo dominou o campo da sociologia e da antropologia por cerca de quatro décadas (1920-1960) como método sociológico por excelência e deixou sua influência no campo.

O último capítulo, intitulado “teoria social e mudança social” apresenta alguns ‘modelos’ clássicos e apresenta novas possibilidades de estudo do tema. São estes os tópicos: “o modelo de Spencer”, que enfatiza a evolução social – mudança que ocorre de maneira gradual e cumulativa e de motivação endógena. O “modelo de Marx” pode ser resumido como uma análise de “formações sociais” que dependem de “modos de produção”, que apresentam conflitos internos que levam a crise, revolução e mudança. Os dois modelos se baseiam em eventos endógenos e com uma seqüência, mas enfatiza neste processo a mudança social e o papel da intervenção humana na história. Por último apresenta opções alternativas aos dois modelos clássicos.

No subitem “seis monografias à procura de um autor”, Burke examina estudos de caso de mudança social no primeiro período da era moder-

na. Para isso escolheu autores que transitam nos dois campos – teóricos com interesse em história (o sociólogo Norbert Elias, o antropólogo Marshall Sahlins e o filósofo Foucault) e historiadores com apreço pela teoria e pela interdisciplinaridade (Fernand Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie e Nathan Wachtel).

O livro é fundamental principalmente para estudantes de história e ciências sociais por apresentar um grande leque de possibilidades de linhas de análise, de definição e contextualização de conceitos, de autores e seus temas e disciplinas com as quais dialogam, sem preconceitos e tabus. O autor se confessa eclético se, e somente se, “o termo sirva para designar nada mais do que encontrar idéias em diferentes locais” (p.230).